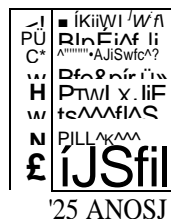


Os que acham que tudo vai da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis consideram que uma *História do marxismo no Brasil* tem um interesse meramente arqueológico. Não foi pensando neles, mas nos que não consideram a polarização de riqueza e poder de um lado da sociedade e de miséria e submissão no outro como uma fatalidade, que se empreendeu a reconstrução da trajetória da teoria revolucionária de nossa época na história nacional brasileira.

Este primeiro volume está centrado no impacto sobre a esquerda brasileira das sucessivas vagas revolucionárias que abalaram a evolução da humanidade no século XX. Nele se reconstrói a trama de idéias, projetos e esperanças que inspiraram os mais dramáticos combates políticos de nosso tempo e marcarão indelevelmente a história de nosso país.



ISBN 85-219-0616-1  
9788521906162

Por mais arriscado que seja sintetizar numa fórmula a essência do marxismo, a consequência mais decisiva de sua crítica da economia e da sociedade burguesa é a de que a necessidade histórica do socialismo decorre do desenvolvimento e da expansão planetária do capitalismo. Os que estão satisfeitos com a "nova ordem mundial" que emerge do colapso político do bloco soviético dirão que quem está hoje escrevendo a história é a lógica do dólar e a força do Pentágono. O argumento é sólido. Mas argumentos ainda mais sólidos se desmancharam no ar.

Em 1852, comemorando eufórico o aniquilamento da revolução operária francesa de 1848, um liberal pós-moderno da época proclamou com sarcasmo triunfante que "falar hoje de socialismo é pronunciar uma oração fúnebre". Desde então, o marxismo e o socialismo tiveram muitos coveiros. Poucos mortos foram enterrados tantas vezes. Poucos terão sido tão vituperados *post-mortem* por seus inimigos. Para quem pensa que o "admirável mundo novo" dos neoliberais constitui o destino manifesto da espécie humana, nossa *História do marxismo no*

*Brasil* será, no melhor dos casos, a autópsia de uma esperança morta.

Melhor do que nós, os humanos dos séculos XXI e XXII avaliarão o que estava para morrer e o que estava para nascer nas convulsões de nosso tempo. Reconstituindo a trajetória do marxismo no Brasil, não pretendemos extrapolar o horizonte histórico que é o nosso. Teremos sido bem-sucedidos se contribuirmos para a compreensão do passado como o processo de que nossas circunstâncias são o resultado.

Daniel Aarão Reis Filho  
João Quartim de Moraes



# HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

## I



DANIEL AARÃO REIS FILHO, EMIR SADER, EVARISTO DE  
MORAES FILHO, JOÃO QUARTIM DE MORAES, MICHEL  
ZAIDÁN, RAIMUNDO SANTOS

# HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

## I

O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES

PAZ E TERRA

*O Autores*

*Capa* Pinky Wainer

*Copydesk* Hélia de Jesus Gonzaga

*Revisão* Adalberto O. Couto e Victor E. Pizarro

*Texto da capa* Daniel Aarão Reis Filho e João Quartim de Moraes

*Fotocomposição, paginação e filmes* Helvética Editorial Ltda.

Dados de catalogação da Publicação Internacional (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História do marxismo no Brasil / Daniel Aarão Reis Filho ...  
[et ai.]. — Rio e Janeiro : Paz e Terra, 1991-

Obra em 4 volumes.

Conteúdo: v. 1. O impacto das revoluções.

1. Comunismo — Brasil — História I. Reis Filho, Daniel Aarão.

91-2443

CDD-335.40981

índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Marxismo : História 335.40981

Direitos adquiridos pela EDITORA  
PAZ E TERRA S/A Rua do  
Triunfo, 177 01212 — São Paulo,  
SP Tel. (011)223-6522 Rua São  
José, 90 — 11º andar 20010 — Rio  
de Janeiro, RJ Tel. (021) 221-4066

*Conselho Editorial* Antônio  
Cândido Fernando Gasparian  
Fernando Henrique Cardoso

1991

Impresso no Ytiau/Printed in Brazil



# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	9
I - A PROTO-HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL (Evaristo de Moraes Filho).....	15
II - A INFLUÊNCIA DO LENINISMO DE STALIN NO COMUNISMO BRASILEIRO (João Quartim de Moraes) .....	47
III - O GRANDE <i>TOURNANT</i> : O VI CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA (1928-1929) (Michel Zaidán). ..	89
IV - O MAOÍSMO E A TRAJETÓRIA DOS MARXISTAS BRASILEIROS (Daniel Aarão Reis Filho).....	105
V - CRISE E PENSAMENTO MODERNO NO PCB DOS ANOS 50 (Raimundo Santos) .....	133
VI - CUBA NO BRASIL: INFLUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO CUBANA NA ESQUERDA BRASILEIRA (Emir Sader) .....	I v/
NOTAS .....	H%



## APRESENTAÇÃO

A concepção da presente *História do marxismo no Brasil* foi elaborada pelo Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Pareceu-nos relevante, portanto, dizer algumas palavras sobre a trajetória do Grupo de Trabalho e o itinerário da idéia que ora ganha um primeiro momento de concretização.

O Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda foi criado em 1982 pelos professores Marco Aurélio Garcia, Paulo Sérgio Pinheiro e Leôncio Martins Rodrigues no quadro da ANPOCS, tendo como objetivo estudar temáticas e questões referentes aos partidos e organizações políticas e aos movimentos sociais de esquerda brasileiros. Sob coordenação do Prof. Marco Aurélio Garcia, o Grupo realizou sua primeira reunião coletiva de trabalho na VII Reunião Anual da ANPOCS, em 1983.

Desde então, e até os dias atuais, tem participado regularmente das Reuniões Anuais da ANPOCS, onde se discutem textos apresentados pelos pesquisadores e professores associados, e organizado, no quadro das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), Mesas, Comunicações Coordenadas e cursos. Além disso, tem promovido cursos e seminários especiais sobre determinadas temáticas consideradas relevantes.

Por sugestão do Prof. Osvaldo Cogiola, o Grupo aprovava, em 1986, quando da realização da X Reunião Anual da ANPOCS, a elaboração de uma história da esquerda brasileira. A idéia, porém, somente germinaria a partir de 1987. Já então, sob

coordenação do Prof. João Quartim de Moraes, organizaria em Teresópolis, em 9 e 10 de junho de 1988, sob os auspícios do Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), um seminário especial para debater melhor a idéia e programar a sua realização prática. Participaram desse seminário os professores Berenice Cavalcante (UFF), Brasília Carlos Ferreira (UFRGN), Celso Frederico (USP), Carlos Nelson Coutinho (UFRJ), Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Fernando Peixoto (UFF), João Quartim de Moraes (UNICAMP), Marco Aurélio Garcia (UNICAMP) e Michel Zaidán (UFPB).

No seminário de Teresópolis a idéia mudou de forma, converteu-se em projeto, ganhou um corpo definido, temas precisos, sugestões de autores e uma comissão editorial: surgia, basicamente formulada, a *História do marxismo no Brasil*. Uma elaboração coletiva, sem dúvida, mas seria uma injustiça não ressaltar a participação especial do Prof. Carlos Nelson Coutinho na concepção das grandes linhas do projeto, estruturadas em torno de três eixos: 1. o influxo das teorias, doutrinas e revoluções internacionais; 2. a formulação do marxismo no Brasil: autores e correntes; 3. a história das organizações marxistas no Brasil: experiências e momentos relevantes.

Tratava-se, agora, da etapa de realização prática do projeto. Todos sabemos das dificuldades de todo tipo que cercam uma proposta dessa natureza nas condições brasileiras: carência de recursos, agendas sobrecarregadas dos professores associados, calendários desencontrados, indefinição editorial, condições problemáticas de remuneração, etc. Assumiram a coordenação do projeto, formando, em conseqüência, sua comissão editorial, os professores Daniel Aarão Reis Filho e João Quartim de Moraes, sempre apoiados pelo atual coordenador do Grupo de Trabalho (desde 1989), Prof. Marcelo Ridenti.

O primeiro volume foi ganhando corpo. Para discutir os textos que dele deveriam fazer parte, reuniu-se em Serra Negra, em 27 e 28 de agosto de 1990, mais um seminário do Grupo de Trabalho, sob os auspícios da ANPOCS e do CNPq. Participaram então os professores Celso Frederico (USP), Daniel Aarão Reis Filho (UFF), João Quartim de Moraes (UNICAMP), Marcelo Ridenti (UNESP), Maria Moraes (UNESP) e Ricardo Abramovay (USP). Os textos já elaborados foram submetidos à avaliação e à crítica. Redefiniram-se temáticas, autores e prazos. Por

sugestão do coordenador do Grupo, Prof. Marcelo Ridenti, programaram-se seminários e cursos sobre os temas já definidos e/ou sobre os textos já escritos.

Foi assim que se realizaram três cursos sobre a história do marxismo no Brasil: em Londrina, de 15 a 19 de outubro de 1990; em Araraquara, de 13 a 17 de maio de 1991 e, finalmente, no Rio de Janeiro, no âmbito do Encontro Nacional dos Professores Universitários de História, de 22 a 26 de julho de 1991. A acolhida e a participação do público foram estímulos para o prosseguimento do trabalho.

Paralelamente, desenvolviam-se contatos com as editoras suscetíveis de assumir a publicação da obra. Em julho de 1991 concluiu-se um acordo com a Editora Paz e Terra, no qual ficou decidido que a *História do marxismo no Brasil* comportaria quatro volumes a serem publicados em intervalos regulares, num prazo total de dois anos. O primeiro volume, que ora submetemos aos leitores, examina os impactos sucessivos das idéias marxistas, do bolchevismo, do Komintern, do maoísmo, do XX Congresso do PC soviético e da Revolução Cubana sobre a evolução teórico-política do comunismo brasileiro. Remete, pois, a um período histórico que parte do século passado e avança pelos anos 60, sem entretanto transformar a ordem cronológica em camisa-de-força: o essencial é reconstituir a densidade do processo, a complexidade dos contextos e a diversidade das situações em que o verbo marxista se fez carne entre nós. A cada um dos impactos mencionados corresponde um capítulo: são seis no total, cuja elaboração foi confiada respectivamente a Evaristo de Moraes Filho, João Quartim de Moraes, Michel Zaidán, Raimundo Santos, Daniel Aarão Reis Filho e Emir Sader. A melhor apresentação de um autor é o texto que escreveu. Notemos apenas, por ora, que são todos conhecidos e respeitados estudiosos dos temas que trataram, e que os textos por eles produzidos sintetizam longos anos de pesquisa e de debate acadêmico e extra-acadêmico. Como para o conjunto da obra, deixamos a cada um dos autores deste volume a iniciativa de desenvolver da forma que lhe parecesse a melhor o capítulo que lhe foi confiado.

O volume 2, em fase avançada de preparação, examina a penetração no Brasil das idéias de Lukács, Gramsci, Althusser e Trotski, bem como a utilização, por teóricos brasileiros, de

conceitos econômicos fundamentais do marxismo e das teses histórico-materialistas sobre a emancipação da mulher.

O último capítulo está consagrado à avaliação multilateral do impacto sobre a esquerda brasileira do debate em curso em torno da chamada "crise do marxismo".

Seguir-se-ão os volumes 3 (sobre as interpretações marxistas do Brasil, dos anos 20 aos anos 70) e 4 (sobre a história das organizações marxistas brasileiras, da fundação do PCB ao impasse atual, teórico, orgânico e político com que se defronta o marxismo militante no Brasil após o desmantelamento do bloco soviético e o colapso do "socialismo real").

A advertência rotineira de que, embora tenham recebido preciosas críticas e sugestões, os estudos que apresentamos são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam aplica-se aqui com especial ênfase. Como noticiamos acima, o projeto cuja execução ora se concretiza foi elaborado coletivamente ao longo de sucessivos encontros que lhe definiram gradualmente o contorno. A escolha dos autores obedeceu única e exclusivamente ao critério do notório conhecimento dos temas que lhes foram confiados. Obviamente, solicitamos estudos críticos e objetivos: nem apologias nem caricaturas. Não cabe a nós, mas ao leitor, decidir em que medida o conseguimos. Cumpre deixar claro, entretanto, que por objetividade não entendemos a morna e enganosa neutralidade dos que pretendem observar a história do ponto de vista da nebulosa de Andrômeda ou da estrela Sirius, isto é, como se estivessem fora da história e absolutamente virgens de qualquer envolvimento com os acontecimentos deste nosso planeta. As pessoas inteligentes sabem que a mais tola das ideologias é a ideologia do fim das ideologias. A verdade da história está na história: mesmo as mais profundas e abrangentes filosofias da história constituem sempre uma *posição* sobre a história. Uma posição absoluta é um círculo quadrado, enigma que só as teologias pretendem resolver.

Se nosso propósito fosse exclusivamente historiográfico, isto é, se pretendêssemos tão-somente expor os fatos e os documentos que constituem os *dados* da *História do marxismo no Brasil*, seria mais fácil atingir não a quimérica neutralidade ético-ideológica, mas a indispensável *objetividade teórica*, sem a qual não estaríamos escrevendo uma *história*, e sim expondo

uma *doutrina*. Bastaria, com efeito, identificar os eventos mais importantes e os textos mais pertinentes para em seguida analisá-los com a maior clareza e precisão possíveis. Entretanto, mesmo seguindo escrupulosamente esse critério em aparência tão simples, o trabalho historiográfico não escapa ao condicionamento histórico: ao *identificar* os eventos e ao escolher os documentos, o historiógrafo está *seleccionando* e portanto *escolhendo*. Ainda no trabalho estritamente historiográfico, por conseguinte, a opção que se coloca não é ser ou não ser neutro, mas assumir ou não com clara franqueza o *ponto de vista* a partir do qual seleccionamos e escolhemos. O historiador que se apresente como ideologicamente "neutro" está apenas escondendo (dos outros e, o que é mais grave, de si próprio) os critérios de seleção que o orientam. Daí nossa insistência em que, para sermos objetivos, devemos antes de mais nada *objetivar* nossos condicionamentos, explicitar os valores intelectuais e as perspectivas que orientam nossa reconstrução de um determinado processo histórico.

A necessidade dessa elucidação é ainda mais imperativa no estudo cuja publicação ora se inicia. A *História do marxismo no Brasil* se apoia circunstanciadamente em densa documentação historiográfica para avaliar, sobre essa sólida base, o significado histórico das lutas, projetos e idéias que constituem sua trama complexa. Não se pode avaliar sem interpretar. Não há hermenêuticas neutras. Uma vez mais, a opção não está em interpretar os fatos de fora ou de dentro da história, mas entre aqueles que usam os fatos para "demonstrar" uma tese preconcebida e aqueles — entre os quais pretendemos nos situar — que procuram discernir a lógica dos fatos, a pertinência dos projetos e o alcance das idéias analisando concretamente as situações concretas e procurando antes compreender do que julgar. O leitor constatará, de resto, que, respeitando globalmente esses critérios intelectuais e metodológicos, os autores do presente e dos próximos volumes, quando confrontados com o mesmo fato ou processo, interpretam-no de maneira muitas vezes distinta e às vezes até oposta.

Uma observação final sobre o momento histórico em que publicamos este livro. Em 1852, comemorando eufórico o aniquilamento da revolução operária francesa de 1848, um liberal pós-moderno da época proclamou com sarcasmo triunfante que "falar hoje de socialismo é pronunciar uma oração fúnebre"

Desde então, o marxismo e o socialismo tiveram muitos coveiros. Poucos mortos foram enterrados tantas vezes. Poucos terão sido tão *vituperados post-mortem* por seus inimigos. Recentemente, um escriba do aparelho ideológico do capital imperialista esteve entre nós proclamando o "fim da História" e a eternização da iníqua ordem planetária imposta pelo Pentágono e pelos conglomerados multinacionais do chamado Primeiro Mundo. Para quem pensa, como ele, que o "admirável mundo novo" dos neoliberais constitui o destino manifesto da espécie humana, nossa *História do marxismo no Brasil* será no melhor dos casos a autópsia de uma esperança morta. Marx, que tinha muito menos gosto pelas profecias do que dizem seus detratores, fundamentou suas esperanças sobre a evolução futura da humanidade na crítica das relações sociais que constituíam seu horizonte histórico. Uma postura intelectual seguramente mais lúcida, fecunda e digna de servir de exemplo do que a dos adeptos do imperialismo real, que gostariam de parar a História para preservar os privilégios dos beneficiários desta nova *Belle Époque*, que, como aquela de um século atrás, não há de durar mais do que a tensa correlação de forças em que se apoia. Melhor do que nós, os humanos dos séculos XXI ou XXII avaliarão o que estava para morrer e o que estava para nascer nas convulsões de nosso tempo. Reconstituindo a trajetória do marxismo no Brasil, não pretendemos extrapolar o horizonte histórico que é o nosso. Teremos sido bem-sucedidos se contribuirmos para a compreensão do passado como o processo de que nossas circunstâncias são o resultado.

Daniel Aarão Reis Filho  
João Quartim de Moraes



# A PROTO-HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

EVARISTO DE MORAES FILHO



1. Nascido em Trier, Alemanha, no ano de 1818, Karl Marx veio a falecer em Londres no ano de 1883. Durante toda a sua vida — e desde quase três séculos antes — o Brasil viveu o regime econômico da escravidão de índios e negros, principalmente destes, tidos como coisas, regidos como tais e assim considerados patrimônios ou propriedades dos seus senhores, que deles podiam dispor à vontade. Somente em 1888, cinco anos depois da morte de Marx, é que a escravidão foi abolida no Brasil: último país latino-americano a fazê-lo.

Com uma economia escravocrata, baseada no braço negro, constituída de grandes latifúndios de culturas extensivas, destinados seus produtos à exportação, "país essencialmente agrícola", sem centros urbanos nem população ativa industrial, com altíssima taxa de analfabetismo, seria difícil, se não de todo impossível, o conhecimento e a disseminação das idéias de Marx neste país abaixo do equador.

Entre os próprios países europeus, não foi fácil a difusão das idéias de Marx. Tendo a Inglaterra tomado a dianteira na Revolução Industrial, com o atraso da Alemanha de quase meio século, entre as duas colocava-se a França, já com o processo industrial instalando-se no começo do século XIX e, talvez, com o movimento operário mais aguerrido e alimentado por idéias e ideais de reformas sociais imediatas, ainda que utópicas. Mas a verdade é que se tomava conhecimento da grande diferenciação que se fazia entre os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e aqueles que dispunham unicamente de sua própria força de trabalho para sobreviver. Em todas as nações que se industrializavam, enquanto uma minoria se tornava cada vez

mais rica e poderosa, a grande massa de trabalhadores vivia na mais negra miséria, com exploração do trabalho dos homens, das mulheres e das crianças, em jornadas que chegavam a mais de dezesseis horas, em ambientes insalubres e perigosos, sob rígida disciplina do único legislador do trabalho, que era o próprio patrão.

Por associação de idéias, não vem fora de propósito um pequeno trecho de uma carta do jovem Augusto Comte, chegado havia pouco a Paris, a seu amigo Valat, datada de 12 de fevereiro de 1817. Contava Comte 19 anos de idade, e dá bem a idéia da sociedade do seu tempo:

A miséria pública é enorme em Paris; o pão muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro de mendicidade; a cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e, com tudo isso, quanto luxo! quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto! A despeito da aflição geral, o carnaval é ainda bastante alegre, pelo menos, há muitos bailes, públicos e particulares. Ouvi mesmo dizer por pessoas bem sensatas que se dançou neste inverno como nunca. Quanto a mim, não posso imaginar como uma gavota ou um minueto façam esquecer que mais de trinta mil seres humanos não tenham o que comer. Não posso imaginar que se seja tão indiferente, a ponto de se divertir loucamente em meio a todos esses desastres. Os governos não se incomodam de maneira alguma com esta frivolidade, porque, segundo a observação judiciosa que ontem ouvi de uma senhora muito bonita, muito amável e que, no entanto, pensa, "quem dança não conspira". Esta expressão, que é mais profunda do que parece, dá bem a chave das coisas.<sup>1</sup>

Até parece este nosso Brasil, o país do carnaval!

2. Terminados os estudos universitários em sua terra natal, expulso como agitador e perigoso à ordem constituída, encontrava-se Marx em Paris nos primeiros anos da década de 40. Impressionara-se pelo seu movimento social e sobretudo pelos seus ideólogos em prol da mudança social. Desde então, com sua passagem pela Bélgica, até instalar-se em Londres, Marx nunca deixou de participar do movimento revolucionário e de pregar suas idéias. Tornou-se, sem favor, o seu chefe, o mais ouvido e respeitado.

Com razão pôde registrar Maximilien Rubel:

Não obstante a glória tumultuosa que cerca seu nome, Marx permanece por consequência um autor mal conhecido (*escrito em 1954*). Desconhecido quando vivo, idolatrado depois de sua morte, não encontrou o intérprete crítico que houvesse feito justiça a seu gênio... Por pouco que se examine em detalhe a história literária de Marx, descobre-se o seu fundo trágico: ele passou quarenta anos a serviço do movimento operário; não pôde consagrar senão quinze anos a uma atividade científica criadora.<sup>2</sup>

Apesar de quarenta anos de atividade prática a serviço do movimento operário, Marx foi pouco conhecido na própria Europa; como exigir-se o seu conhecimento, o seu estudo ou a sua compreensão neste país escravocrata, colônia até 1822, sem urbanização nem industrialização, além de leis que o proibiam de criar fábricas e imprimir livros?

3. Só em 1932, com a publicação dos manuscritos da mocidade de Marx, é que se pôde fazer um estudo mais profundo e autêntico da sua genialidade crítica, do seu humanismo filosófico. Contudo, com a publicação do *Manifesto comunista*, de sua autoria, é que seu nome se difunde mais entre a massa trabalhadora da Europa e, pouco depois, dos Estados Unidos. Com a criação da Primeira Internacional, em 1864, com a sua onímoda atividade social em congressos operários, como o de Genebra de 1866, é que alcançou decididamente a liderança do movimento de libertação operária no mundo. Como lembra Lenin, a sua doutrina vinha de uma formação internacional:

Marx continuou e concluiu de modo genial as três principais correntes de idéias do século XIX, pertencentes às três nações mais avançadas da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês vinculado às doutrinas revolucionárias francesas em geral.<sup>3</sup>

Veio do internacional para chegar ao internacional.

Apesar dos grandes movimentos revolucionários europeus no ano de 1848, que coincide com a Revolução Praieira pernambucana do mesmo ano, não foi o ideário de Marx que a inspirou doutrinariamente. A sua inspiração ainda era, quanto a esta parte, toda ou quase toda originária do socialismo utópico de Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Leroux. Não que seja de desprezar-se a totalidade do que disseram e pregaram aqueles socialistas. Marx e Engels não deixaram de lhes prestar a merecida homenagem e de reconhecer o quanto lhes deviam. Fourier já denunciava

a sociedade de classes e apontava a sua luta. Engels vai repetir a frase cunhada por Saint-Simon, ao se referir à sociedade futura, na qual "o governo pessoal dará lugar à administração das coisas e à direção da produção".<sup>4</sup>

No âmbito deste artigo, não podemos abordar os pequenos ou grandes movimentos sociais do século XIX, ou mesmo anteriores, por mais significativos que sejam, nos quais não aparece a influência marxista propriamente dita. É o que acontece, por exemplo, com a Praieira, de 1848, movimento popular, de massa, de inequívoco espírito social. Com chefes ou sem eles, bem ou mal dirigida, a ação revolucionária não deixou de ser feita à espera de que a coordenasse ou ordenasse uma doutrina coerente. Da mesma forma, não nos poderemos deter na Praieira e suas fontes, nem nos demais movimentos de qualquer outra natureza que não marxista, como o da Colônia Cecília, anarquista, sob a chefia de Giovanni Rossi, na última década do século passado, no Estado do Paraná.<sup>5</sup>

Ao lado dos nomes dos grandes chefes políticos, dos homens de ação, convém somente ser rapidamente recordada a figura singular de Antônio Pedro de Figueiredo, o *Cousin Fusco*, o grande divulgador e pregador das idéias generosas dos socialistas franceses anteriores a 1848. Analisava, por vezes com realismo, os fatos da sociedade brasileira e pregava a mudança, mas não há negar, por mais que se esforcem alguns dos seus ardentes admiradores, que as suas idéias sempre estiveram num plano utópico, romântico, de pronunciado sentido cristão. Não tinha ele uma doutrina orgânica, com princípio, meio e fim; aproveitava-se, indistintamente, de todos os ensinamentos, de todas as palavras — desde os primeiros santos da Igreja e dos Evangelhos — que o ajudassem a denunciar a injustiça social e a necessidade urgente de corrigi-la. Nas páginas de seu *O Progresso*, publicado de julho de 1846 a setembro de 1848, aparecem indiferentemente os nomes de São Clemente, Santo Ambrósio, São Gregório, Lucas, Buchez, Leroux, Lamennais, Lamartine, Lacordaire, Pecqueur, Fourier, Saint-Simon e outros. Nem Chateaubriand falta. Diante do movimento europeu de 1848 enche-se de entusiasmo, reconhece que "era a luta entre o capital e o trabalho", mas não deixa de lamentar: "Infelizmente apareceu a luta, e deu lugar a uma terrível batalha, que por espaço de quarenta dias inundou de

sangue as ruas de Paris, teatro de uma peleja onde batalharam mais de 400 000 homens". Reconhece que "o mundo não será para sempre o patrimônio de alguns privilegiados; ao passo que a imensa maioria se estorce sob as angústias da miséria. As máximas selvagens dos Malthus e J. B. Say já reinaram; é tempo de cederem o lugar a outras máximas mais justas e generosas". E neste final do seu artigo de 28 de agosto de 1848, dá bem o fecho e a medida justa da sua doutrinação:

Nem se deve deduzir do que fica exposto que os insurgentes de junho, e nós também pretendamos revolver totalmente a sociedade para reorganizá-la; bem sabemos que estas revoluções radicais são obra do tempo e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente; mas o que pretendiam os revolucionários de junho; o que nós também pretendemos, é que o governo, como representante da sociedade inteira, intervenha nos fenômenos da produção, distribuição e consumo, para regulá-los e substituir pouco a pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana: os nossos votos hão de ser realizados.<sup>6</sup>

São inegáveis os méritos das idéias sociais de Antônio Pedro de Figueiredo, não superadas por nenhum outro brasileiro no século XIX, mas não chegou ao marxismo propriamente dito. Segundo a classificação de Marx, no *Manifesto*, enquadra-se ele na categoria dos "socialistas crítico-utópicos". Não deixa de lhes fazer justiça, mas os reputa insuficientes:

Todavia, essas obras socialistas e comunistas também contêm um elemento crítico. Atacam todos os princípios da sociedade vigente. Portanto, fornecem valioso material para o esclarecimento da classe operária. As medidas práticas que propõem — tais como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, das indústrias nas mãos de particulares, do sistema de salários, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em mero administrador da produção — anunciam o desaparecimento dos antagonismos de classe que mal comecem e que são encarados por tais obras de maneira indefinida e imprecisa. Por conseguinte, essas medidas possuem um caráter simplesmente utópico.<sup>7</sup>

4.0 discurso inaugural da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores foi redigido por Marx, quando da sua inauguração em Londres a 28 de setembro de 1864. Benoit-Mâlon foi um dos seus três principais implantadores na França. Mas

vai ser com a Comuna de Paris, de 1871, que o nome de Marx se difunde por todo o mundo, não só pela extensão do movimento como igualmente pela sua violência, com grande número de execuções por parte do governo. A verdade é que somente a partir de 1871 o nome de Marx começa a circular no Brasil, tal a repercussão que aqui tivera o movimento da Comuna. Pouco antes terminara a guerra com o Paraguai, o *Manifesto republicano* vinha de ser publicado a 3 de dezembro de 1870, anunciando novos tempos em termos veementes. Afinal, o Brasil tomava consciência de que fazia parte do mundo e dos seus problemas.

Curioso é que vai caber a João Alfredo referir-se, pela primeira vez no Brasil, à doutrina de Marx, sem lhe citar o nome. Isso na sessão da Câmara de 8 de julho de 1871. Mas, já anteriormente, o debate ia aceso em torno da derrota da Comuna, começando na sessão de 20 de junho pelo pedido de consignação em ata pela vitória da "causa da civilização na França" pelo deputado Pereira da Silva, que chamava também o comunismo de "cancro do mundo moderno". A 30 de junho, o Senado, em moção, associa-se à manifestação da Câmara. Havia mesmo por parte do governo o propósito de extraditar para a França os *communards* que, por acaso, viessem aqui aportar.<sup>8</sup>

Mas voltemos a João Alfredo, ministro do Império. Tudo decorreu de haver o então diretor do Instituto dos Meninos Cegos apresentado relatório a 22 de março de 1871 sobre a sua administração e as necessidades do Instituto, onde não deixava de registrar as suas convicções positivistas. Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, deputado pela Bahia, recriminava o ministro por haver levado à Câmara o Relatório, sem atentar para as suas doutrinas dissolventes. Confunde positivismo com comunismo, fazendo-os ambos adversários do cristianismo e da crença em Deus. Bastam bem dois trechos significativos:

Foram os socialistas, os comunistas e outros que perverteram em França as idéias do povo, ensinaram que todos os impulsos da natureza são bons, que o prazer é a nossa primeira lei. Nascidas do materialismo essas doutrinas destruíram a base moral, elevaram as paixões vulgares, e de mãos dadas com o cosmopolitismo e espírito de independência que se têm desenvolvido, produziram o governo comunal de Paris, em que se viram todas as atrocidades, entregue como foi a um bando de homens que perdidos em seu delírio desconhecera a Deus, a pátria, a família e a propriedade. Dentre estas escolas há uma conhecida com o título de positiva, cujo oráculo e chefe foi um homem de talento superior, Augusto



Comte, muito apreciado pelos cultores das ciências matemáticas, às quais é dedicado o diretor do Instituto dos Meninos Cegos... Eu não desejo que semelhantes doutrinas corram entre nós, sejam favorecidas pelo governo. Os resultados das doutrinas subversivas da moral são infalíveis, elas produziram os delírios da Comuna, a qual tudo o que disse e decretou achou ensinado nos livros, até aquela declaração de que os macacos eram os nossos irrecusáveis antepassados.

Na sessão de 11 seguinte, respondeu-lhe João Alfredo, como ministro do Império, e, defendendo Benjamin Constant, distingue o positivismo do marxismo, sem se referir a esta expressão nem a seu criador, mas com inequívoca segurança e conhecimento de causa do que dizia, qualquer que tenha sido o seu julgamento político e social:

Há, finalmente, no discurso do nobre deputado uma injustiça e é quando ele chama minha atenção para o diretor do Instituto dos Meninos Cegos, que disse S. Exa., se achava imbuído das idéias perigosas da escola filosófica positiva, e que por isso podia perverter os meninos confiados ao seu cuidado. Sr. Presidente, se o nobre deputado lesse com mais atenção o relatório do digno diretor do Instituto dos Meninos Cegos, veria que esse funcionário, longe de ser aderente à nova filosofia do materialismo alemão, a essa escola perigosa, de que o nobre deputado supõe secretária da comuna de Paris, tratando de ciências positivas, aproveitou a ocasião para dar-lhes mais importância do que às outras. Se ele tivesse desenvolvido as idéias que o nobre deputado lhe atribuiu, certamente nenhuma dúvida eu teria de observar-lhe o erro de suas crenças. Mas incidentalmente tratou da filosofia positiva, que não é propriamente a escola a que se referiu o nobre deputado, e assim creio que não aproveitou uma peça oficial para nela exibir idéias perigosas.<sup>9</sup>

5. Em verdade, no entanto, segundo Raimundo Magalhães Júnior, vai caber a Joaquim Serra — o iniciador do movimento abolicionista no Parlamento, em 1879 — a primazia de haver se referido nominalmente, em letra de fôrma, ao autor do *Manifesto comunista*. Assim é que, em nota publicada em *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal, lê-se o seguinte:

O Sr. Karl Marx, chefe da Internacional, cuja sede é em Londres, acaba de escrever ao *Times*, declarando que a asserção apresentada ao *Daily News* de que a Associação recomendou aos rústicos franceses que incendiassem os palácios é de todo o ponto falsa, afirmando, outrossim, que todas as proclamações contendo infames sugestões, publicadas em Paris em nome da Internacional, depois de 18 de março, são apócrifas.<sup>10</sup>

Sabe-se que Marx manifestara-se, na Internacional, contra a aventura da Comuna, insuflada, ao contrário, por Bakunin, anarquista, seu ferrenho adversário. Para Mikhail Bakunin, Marx era pouco revolucionário, pois para ele "Um revolucionário... não conhece mais do que uma só ciência: a destruição".<sup>11</sup>

Sem estarmos aqui a pretender inscrever recordes no *Guinness*, parece não existir qualquer dúvida razoável de que coube a *A Reforma* a primazia de imprimir em letra de fôrma o nome de Karl Marx no Brasil...

O *Echo Americano*, de 29 de fevereiro de 1872, segundo pesquisa de Astrojildo Pereira, sob a direção de Luís Bivar e Melo Morais Filho, publica no n.º 20, vol. I, em Londres, uma bela litografia de Karl Marx, inspirada em foto tirada por Wunder em Hanover e muito divulgada na época. A notícia preenche duas páginas da revista, sob o título *O Dr. Carlos Marx*, expondo-lhe minuciosamente a biografia e a doutrina com grande simpatia, sem os costumeiros ataques alarmistas e falsos. Quase ao final, diz a nota:

Tal é esse homem, que muita gente considera ser um ente intratável e um revolucionário empedernido; mas que não é senão um filósofo e um pensador, temível, é certo, pelas suas faculdades organizadoras e admiravelmente sintéticas, pela sua larga experiência das revoluções, sua vasta ciência, sua tenacidade característica, pela afabilidade de suas maneiras, pelo conhecimento de todos os idiomas europeus, e uma infatigável aptidão para os trabalhos mais áridos.<sup>12</sup>

No mesmo ano de 1872, como registra Paulo Cavalcanti, o jornal republicano do Recife, *Seis de Março*, durante vários dias transcreve de comentaristas espanhóis a exposição das idéias do autor alemão, sob o título de "As doutrinas do Dr. Carlos Marx". Paulo Cavalcanti registra, em nota, ser esta a primeira vez em que o nome do autor de *O capital* aparece no Brasil em letra de fôrma.<sup>13</sup> Tal privilégio, como vimos, sem que se trate de nenhuma competição, pertence à *Reforma*, do Partido Liberal.

6. Tão impressionante foi a repercussão da Comuna no Brasil que, sem o menor significado político ou social, até os estudantes universitários brincavam com esse vocábulo para assustar a burguesia nacional, num jogo de absoluta e total gratuidade. Enganam-se, a nosso ver, os que pretendem tirar qualquer consequência política do fato. Em livro de 1901, de Lúcio de Men-

donça, trinta anos mais tarde, verifica-se que a *Comuna* nadfl mais era do que uma república de estudantes. Chamavam se *GO munistas* os manequins plantados na sacada do prédio estudai! til. Brincavam os adeptos da Comuna com o furto de tabulei as e emblemas das casas comerciais. A Polícia de São Paulo anda va à cata de tais brincalhões, apesar de lhes dedicar "um tem» supersticioso". Trata-se, pelo visto, de brincadeira estudantil, sem qualquer conotação marxista.<sup>14</sup>

Em livro também de recordações, de 1905, transcreve ainda Lúcio de Mendonça um artigo seu de março de 1879, no qual aparece, meramente de passagem, entre vírgulas, o nome de Karl Marx no meio dos maiores políticos do tempo, ao lado de Gambetta, V. Hugo, Raspail, Castelar, Mazzini e Garibaldi. Tirante o espetacular que se possa apontar nos companheiros de Marx, nada mais encontramos que os possa aproximar. Castelar, orador barroco espanhol, esteve muito em voga entre nós, nada mais. Mas, à página 189, discorda Lúcio, com veemência, da frase de Bocaiúva quando em 1872, no jornal *A República*, declarava: "A Comuna é a negação do trabalho". Exclama Lúcio: "Manes de Platão, de Proudhon, de Fourier! que dolorosa heresia! que pasmoso desconhecimento das idéias fundamentais do comunismo!".

E prossegue: "O comunismo enobrece, santifica o trabalho, suprimindo o intuito egoístico de acumulação da propriedade, que desaparece, como desnecessária, e suprimindo a ambição de dinheiro, de moeda, que, na economia da Comuna, deixa de existir, por inútil e sem significação, pois a moeda é um título de dívida, um representativo de trabalho acumulado e economizado, e nada disto se compadece com o regime comunista". Nas três páginas anteriores defende os socialistas e os niilistas russos na luta contra a tirania. Marx, porém, não aparece referido, preferindo Lúcio três utopistas.

A página 74, porém, em escrito datado de setembro de 1879, ataca o socialismo, que é "a absorção do indivíduo pelo Estado". Isto só se pode dar em épocas recuadas no tempo histórico, atrasadas. Ele, como republicano, é individualista, declara. Conclui-se, desde logo, que Lúcio nunca leu Marx e escrevia sobre o assunto sem convicção, levado pelo entusiasmo da mocidade, mas sem nenhuma formação realmente doutrinária da matéria. Vale aqui o seu registro como simples curiosidade literária. ."

7. Chegamos agora a um peso pesado do pensamento nacional, mas perdido nas mesmas perplexidades e contradições de Lúcio. Queremos nos referir a Tobias Barreto. A primeira vez que o nome de Marx aparece nos escritos de Tobias é no ano de 1874, a propósito do "socialismo em literatura", no qual inicia dizendo que lhe "causa horror a idéia de uma *liquidação social*". Pouco adiante: "O instituto da *Internacional* é para mim uma organização da loucura". Sempre intelectualista e *homo theoreticus*, prega uma Internacional crítico-literária, com sede na Alemanha: "E na Alemanha, sem dúvida, não por causa de Karl Marx e Bebei, mas por amor dos Lindau ou dos Frenzel, dos Zarncke ou dos Schmidt. Assim constituída, o fim da sociedade seria passar em revista os títulos dos renomes literários, que se inventam nos países de cultura pouco adiantada".<sup>16</sup>

Cinco anos mais tarde, nas notas ao "Discurso em mangas de camisa", atacando a França: "... a França que sabe filosofar *de omnibus et quibusdam aliis*, e tanto que lhe devemos até uma *Filosofia da miséria*, que aliás somente serviu para pôr em relevo, como mostrou Karl Marx, a miséria da Filosofia...". Simples frase de efeito...<sup>17</sup>

Já professor do Recife, depois de 1882, na abertura de um curso de Economia, escrevia:

E ainda a esta hora não se sabe qual seja a verdadeira função do trabalho, qual a verdadeira função do capital... Pelo menos é certo que todo suor caído da fronte pensante de Bastiat e quejandos economistas anões, na frase de Karl Marx, só tem chegado para descobrir que o trabalho é uma mercadoria e o capital um privilégio. Grande descoberta que seria ridícula, se não fosse muito funesta!<sup>18</sup>

Pouco depois, em outra obra, cita longo trecho do prefácio da segunda edição alemã de *O capital*, de 1873, por Marx colocado antes do prefácio da terceira edição de 1883, no qual se diz que cada período histórico tem suas próprias leis. Ora, é uma simples citação do posfácio, e, mais, as palavras não são de Marx, embora lhe procurem resumir o pensamento. Trata-se da apreciação crítica da primeira edição do livro, levada a efeito no *Mensageiro Europeu*, de maio de 1872, revista publicada em São Petersburgo. Na página anterior, do que não se deu conta Tobias, esclarecia Marx:

Não poderia eu responder melhor ao escritor russo do que por extratos de sua própria crítica, que podem aliás interessar ao leitor. Depois de uma citação tirada de meu prefácio à *Crítica da Economia Política* (Berlim, 1859, pp. IV-VII), no qual discuto a base materialista do meu método, o autor continua assim: <sup>19</sup>

E vinha a longa transcrição da crítica da revista russa, que Tobias tomou, às pressas, como texto do próprio Marx.

Finalmente, em 1887, dando a medida do valor dos trabalhos de Pietro Verri, Tobias os declara como não tão passageiros assim, pois ainda "merecem atenção, até da parte de espíritos, como Karl Marx, o terrível crítico do *capital*, e o mais valente pensador do século XIX, no domínio da ciência econômica". <sup>20</sup>

Sem dúvida alguma coube a Tobias a citação entre nós, pela primeira vez, da obra fundamental de Marx em sua edição alemã. Nutria por Marx certa admiração, embora não lhe seguisse os passos no comunismo e no materialismo. Para ele, comunismo é sinônimo do "mais alto grau de servidão". <sup>21</sup>

8. Um outro autor da chamada Escola do Recife, mais ou menos nessa mesma época (1886), Clóvis Beviláqua, escreveu o mais extenso ensaio sobre "o problema da miséria". Sobre o tema de que vamos tratando, limita-se a registrar o seguinte trecho cheio de confusões e impropriedades:

A escola socialista germânica de Marx e Lassalle pretende que o governo deve estabelecer uma taxa progressiva sobre os proprietários em proveito dos operários. Ambos estes escritores se impõem à nossa simpatia, não tanto pela vida aventureira que levaram quanto pelo seu fervor em prol do proletário e pelo cunho científico que (principalmente Karl Marx) procuraram imprimir a seus escritos. Marx queria um *socialismo científico*, tomando por base os trabalhos de Darwin, a anatomia, a antropologia, etc, e distanciando-se muito das teorias anteriores de Saint-Simon, Fourier, Cabet, Proudhon e Louis Blanc.

Infelizmente suas doutrinas parece que têm mais um caráter revolucionário do que construtor.

É a única vez em que aparece, expressamente, o nome de Marx. Na página seguinte, repetindo Tobias, emite a sua opinião crítica: "O *protopseudo*, o pecado original do socialismo é querer nivelar as classes sociais, quando é certo que é de sua desigualdade, da diversidade de suas funções que resulta a harmonia e o progresso humano". <sup>22</sup>

Em verdade, Marx nunca foi santo da devoção da Escola do Recife, e quem inegavelmente o possuiu foi o próprio Tobias. Sílvio Romero fez suas, e as adotou, as seguintes palavras de Gomersindo Bessa, também da Escola: "A sociedade obedece em parte a leis de causalidade (físicas) e em parte a leis de finalidade (morais). Os males que o socialismo pretende eliminar são consequências das leis da primeira categoria e são por isso irredutíveis. A grande riqueza de poucos, a profunda miséria da maioria, é resultante de uma lei natural, inelutável como a da gravitação."<sup>23</sup>

Em *Doutrina contra doutrina*, de 1894-95, critica os socialistas que andavam surgindo por aqui. Tudo ainda era muito precoce, e o pobre brasileiro gozava de uma condição igual à da classe burguesa européia!

Spencerista à *outrance* — e nisso se distingue de Tobias, que nutria grande ojeriza pelo filósofo de Derby —, Sílvio era totalmente contra a intervenção do Estado nos negócios econômicos. Um trecho significativo:

Não compreendemos, nem podemos admitir esta espécie de neometafísica que confere ao estado faculdades e funções fabulosamente extraordinárias. O estado inculcado como anterior e superior à nação, como o seu criador, mantenedor e organizador, essa espécie de Jahaveh político, tirando tudo do nada, é uma criação mórbida do despotismo contemporâneo, quer ele fale pela boca socialista de Karl Marx ou Bebei, quer pela boca imperial do monarca da Alemanha, ou do czar da Rússia. O estado não pode existir no vácuo, não pode ser uma força e agir sem massa correspondente, e essa massa é o indivíduo, é a sociedade.<sup>24</sup>

Já nessa época filiara-se Sílvio à Escola da Ciência Social, de Le Play, Tourville, Demolins, Bureau, de cunho espiritualista e antimaterialista. Também contra Marx coloca-se o discípulo mais querido de Tobias, Artur Orlando. Defende um Direito Econômico ou Economia Jurídica, cujo chefe é Schmoller, "que tende a associar a idéia de justiça à de economia, evitando os escolhos dos catecismos manchesteriano e marxista". Duas páginas adiante repete a mesma coisa. Discorda também do determinismo econômico, no qual tudo se reduz ao *homo economicus*.<sup>25</sup>

Em outro livro, declara Orlando que "a questão social é antes de tudo uma questão moral, pela qual se interessam todas as classes sociais, principalmente as dirigentes: governos republicanos ou monárquicos, soberanos democratas ou autocratas,

diplomatas do velho ou do novo mundo, sacerdotes católicos ou protestantes, todos são acordes em um vivo sentimento de simpatia pelos operários, o que aliás os marxistas dissimulam em suas asserções sobre a luta das classes". Páginas avante, torna a negar o *homo economicus*. E, ao final do livro, repete a mesmíssima frase de como evitar os escolhos manchesteriano e marxista, citando Schmoller.<sup>26</sup>

9. Mais ou menos por essa época — de fim do século e começo de outro, ainda na primeira década deste — dois grandes espíritos, que viriam a ser adversários no concurso de Filosofia, em 1908, no Colégio Pedro II, cuidaram também do pensamento de Marx, sem que se possa dizer que qualquer deles tenha sido marxista realmente. Queremos nos referir a Farias Brito e Euclides da Cunha.

Em 1899, estudando as possíveis soluções para a crise moderna, aponta Farias Brito três mais importantes: a) ditadura científica de Augusto Comte; b) teoria naturalista de Herbert Spencer; e c) socialismo coletivista de Marx. Na exposição deste percorre doze páginas. Não o cita nunca diretamente, mas por Ferri e Benoit-Mâlon. Dos socialismos foi o "sistema que conseguiu maiores proporções e chegou a adquirir mais ampla autoridade". Relaciona-o com Darwin e Spencer, no que tenham de comum e de oposto. O espetáculo da sociedade burguesa é "dolorosamente cruel e sobretudo de uma dureza sem nome". Compara o coletivismo de Marx com o anarquismo de Bakunin, para concluir ser o primeiro "uma doutrina vasta e profunda". Por ser espiritualista, dele discorda na solução da questão social, que deve ser resolvida religiosamente, em nome de uma idéia. Discorda também da luta de classes, pura e simples: "Destruir, destruir — eis o programa. Mas como reconstruir? É o que os socialistas não nos explicam".<sup>27</sup>

Euclides da Cunha foi mais simpático ao pensamento de Marx, chegando mesmo a tomar parte no movimento social a favor dos trabalhadores. Publicou três artigos nas comemorações do Primeiro de Maio, sob o pseudônimo de Proudhon, o primeiro, em *O Estado de S. Paulo* de 1º de maio de 1892. Em 1900 funda-se em São José do Rio Pardo o Clube Internacional Filhos do Trabalho, entre cujos signatários encontravam-se Euclides, Francisco Escobar, Pascoal Artese e Honório de Silos.

Em 1º de maio de 1901 vem a lume o manifesto do Clube, atribuído a Euclides. Há realmente muito de comum entre o manifesto e a crônica de 1892, até com repetição, não só de idéias, mas também de palavras. Finalmente, "Um velho problema", publicado como artigo em *O Estado de S. Paulo* a 1º de maio de 1904. Dos três inegavelmente é este último o mais bem elaborado, o menos sentimental e o de maior segurança doutrinária.<sup>28</sup> No primeiro artigo, de 1892, o nome de Marx não aparece. A sua luta é a favor do povo, mas os nomes que lhe ocorrem são o de Spencer e o de Comte, que, praticamente, nunca deixaram de andar embaralhados com o marxismo nos primeiros anos de sua difusão no Brasil:

Seja qual for este regime por vir, traduza-se ele pela proteção constante do indivíduo pela sociedade, como pensa Spencer, ou pelas inúmeras repúblicas, em que se diferenciará o mundo, segundo acredita Augusto Comte — ele será, antes de tudo, perfeitamente civilizador. Que se passe sem lutas este dia notável. O socialismo, que tem hoje uma tribuna em todos os parlamentos, não precisa de se despenhar nas revoltas desmoralizadas da anarquia.

O Programa de *O Proletário*, de 1901, composto de XXI itens, constitui reivindicações de medidas protetoras do trabalhador, precursoras do que hoje se poderia chamar de uma avançada legislação social.

É em "Um velho problema" que o assunto vem sistematicamente mais bem colocado, com citação expressa de Marx, e extensa exposição histórica desde o Antigo Regime europeu. Destaca o avanço da Revolução Francesa, com pregações e medidas sociais ainda hoje admiráveis. Não bastaram os socialistas utópicos do século XIX, tais como Saint-Simon, Proudhon, Fourier e Louis Blanc. "Assim ela (a questão social) chegou até meados do último século — até Karl Marx —, pois foi realmente com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva."

Faz então uma exposição da doutrina marxista, dizendo a certo passo: "A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda que coligados, a produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: o



capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio".

Depois de mostrar que o capitalismo protege mais as máquinas do que o operário — a pessoa que as maneja — sujeito a acidente e doenças profissionais, conclui:

Neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seus aparelhos metálicos, seus aparelhos de músculos e nervos; e está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso.

Assim, por culpa das classes conservadoras, o único meio de mudança social será a revolução. "Basta erguer a consciência do proletário e aviventar a arregimentação política e econômica dos trabalhadores". Mas "a revolução não é um meio, é um fim; embora, às vezes, lhe seja mister um meio, a revolta. Mas esta sem a forma dramática e ruidosa de outrora. As festas do Primeiro de Maio são, quanto a este último ponto, bem expressivas. Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião em marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços... Porque o seu triunfo é inevitável.

Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão reinado tranqüilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...".

Neste seu ensaio, Marx só é citado uma vez, de passagem, embora com boa exposição de sua doutrina. Mas outros socialistas menores e reformistas vêm citados até com mais destaque, tais como Ligg, Vaillant, Vandervelde e, principalmente, Ferri, que, com Benoit-Mâlon, parece ter sido o maior divulgador do marxismo entre nós. Já escrevemos a respeito da posição de Euclides:

Muito se tem discutido sobre se Euclides da Cunha (1866/1909) foi realmente socialista. Enquanto uns o negam, outros chegam a dá-lo até como ativista e militante em certo período de sua vida, com luxos de por menores. A vida e a obra de Euclides sempre se inclinaram por um profundo sentido de renovação, de espírito de justiça social, de denúncia contra a miséria e a exploração do homem pelo homem. Quanto a isso não há a menor dúvida, existindo unanimidade de pontos de vista dos seus críticos. A divergência começa quando se trata de indagar se chegou

mesmo a abraçar o socialismo como concepção geral do mundo e da vida, como ideologia, e quanto militou nos movimentos do seu tempo favoráveis àquela doutrina. Positivista que foi, chegando a enxergar na *Síntese subjetiva* (1856), de Comte, o maior livro do século XIX, não acreditamos que Euclides da Cunha se tenha aprofundado no pensamento socialista, muito menos na obra de Marx.

Para Facó, permaneceu um eclético; para Walnice Nogueira Galvão, seu verdadeiro pensamento "alterna-se com recaídas nas idéias feitas". Leandro Konder, no entanto — de onde extraímos esta última referência —, conclui que "o enfoque de Marx por Euclides, no processo da assimilação das concepções de Marx no Brasil, representa com certeza um momento novo".<sup>29</sup>

10. Nos últimos anos do século passado e na primeira década deste muitos outros autores poderiam ser lembrados como propagandistas, maiores ou menores, das idéias de Marx, tais como Vicente Avelar, Estevam Estrela e Evaristo de Moraes. Num folheto do fim do século XIX, desenganava-se o primeiro com a República, mostrava a miséria do trabalhador nacional e prestava homenagem, indiscriminadamente, a vários doutrinadores da reforma social, de Bellamy, Oliveira Martins, Kropotkin, Lassalle, terminando em Engels e Marx. Dá bem a idéia da confusão e do despreparo doutrinário que reinavam entre os nossos possíveis teóricos do socialismo. Na verdade, ninguém havia ainda lido profundamente, estudado ou se dedicado ao marxismo.<sup>30</sup>

Estevam Estrela, em mais de uma oportunidade, manifesta sua decepção com o operariado nacional, em não se arregimentar nem lutar pelos seus direitos. Chega ao ponto de reputá-lo inferior, sem energia, sem capacidade de compreender o seu lugar na sociedade e o seu papel histórico a desempenhar. A sua esperança residia nos imigrantes, que chegavam com outra visão da coisa social e outros pontos de vista. Não revela nenhum conhecimento direto ou profundo de Marx. Não concordava com ele quando admitia que o proletariado unicamente por suas próprias mãos conseguiria libertar-se. Para Estrela, sem o auxílio das classes superiores, isto é, de alguns de seus representantes que simpatizassem com a causa operária, os trabalhadores não obteriam a vitória na luta social.<sup>31</sup>

Evaristo de Moraes vai servir de ponto de transição entre os intelectuais e o movimento operário propriamente dito. Isto

porque desde os 18 anos de idade já se havia alistado no movimento social, como orador no Partido Operário fundado por França e Silva em 1890. Nunca mais haveria de abandonar essa sua posição de luta. Não chegou a ser um marxista ortodoxo, considerava-se um socialista, contra a exploração do homem pelo homem e pela justa distribuição dos bens da vida. Mais tarde fica com Gustavo Lacerda e toma parte em quase todas as greves da primeira década do século — dos carroceiros, dos sapateiros, da estiva. Nesta, era matriculado e possuía carteira como qualquer estivador. Basta transcrever o que dele dizia *O Amigo do Povo*, de 6.9.1902:

Em defesa dos marceneiros, auxiliando-os e libertando-os das infames ciladas da burguesia, das autoridades e das leis, novamente na arena das querelas entre a vítima e o algoz, surgiu o grande coração, a grande alma de Evaristo de Moraes. Este homem, excelente advogado, espírito cultivadíssimo, um dos mais eruditos na sua classe, talvez, sobre a questão social, e que já tem, por um número infinito de vezes, prestado os seus valiosos e desinteressados serviços aos operários em greve, perseguidos desatendidos, é um dos raríssimos vitoriosos sobre a torpe abjeção em que se fundam os mais ou menos intelectuais de nossa época.

Mantendo uma coluna no *Correio da Manhã* sobre a questão social desde 1903, reuniu algumas delas em *Apontamentos de Direito Operário*, de 1905. O nome de Marx aparece nele referido quatro vezes, e sempre com acerto. Na primeira delas diz:

O grande organizador do socialismo científico, Karl Marx, já havia dito que, não obstante parecer que o trabalhador vende livremente seu trabalho, bem se percebe, afinal, que ele não é um agente livre; que o tempo pelo qual ele empenha seu esforço lhe é imposto pelas circunstâncias; e o capitalismo devorador não abandona a presa enquanto tem a sugar uns restos de sangue e de músculo!...

Logo a seguir, cita Herbert Spencer, mas aponta-o "bem separado de Karl Marx por sua orientação filosófica". Denuncia que não há igualdade de condições entre o trabalhador e o patrão, e conclui: "A tal respeito, é sempre aproveitável a lição de Karl Marx e de Lassalle". Em outro passo, lamenta que, apesar do emprego das máquinas, pouco ou nada se contribuiu para a diminuição da jornada do trabalho. E cita, em apoio de sua opinião, Marx, Lassalle e Benoit-Mâlon. Torna a mostrar a total ausência da suposta liberdade econômica do trabalhador: "Essa

crença passou, depois dos estudos, fartamente documentados, dos socialistas científicos, continuadores de Karl Marx, e do apoio que às mesmas observações tem trazido uma valorosa e moderna escola de economistas independentes".<sup>32</sup>

Nenhum livro de Marx vem citado diretamente, não deixando de comparecer os livros de Ferri e de Benoit-Mâlon. Evaristo de Moraes adotava o socialismo possibilista, de resultados, deste último, mas não deixou de trazer Marx em apoio das teses que abraçava, com segurança doutrinária.

11. Até então nenhum livro de Marx ou Engels havia sido traduzido para o português, daí a impossibilidade do alcance de sua leitura pelos líderes das classes trabalhadoras. A eles se referiam, em geral, os mais letrados, que, pelo menos, os pudessem ler em francês. Com a proclamação da República, em meio à agitação, surgem os primeiros partidos operários e socialistas no Brasil, mais de cunho reformista do que propriamente revolucionário, quer no Rio de Janeiro quer em São Paulo, e, à mesma época (1890), no Rio Grande do Sul. Destacamos o de Luiz França e Silva, na Capital Federal, que já a 1º de maio de 1892 convoca em nome do que chamava Partido Operário Nacional uma reunião para comemorar a data e fazer reivindicações para a classe trabalhadora. Lauro Müller, que o apoia, faz-se seu eco na Câmara.<sup>33</sup>

Os partidos socialistas reformistas, socialdemocratas, defrontaram-se, no campo ideológico, com a luta que tiveram de enfrentar com os anarquistas e anarcossindicalistas, em geral italianos, espanhóis e portugueses, chegados ao país com o grande movimento imigratório da última década do século. Já no I Congresso Operário, realizado em 1906, no Rio de Janeiro, saíram vitoriosas as teses anarquistas, contra o socialismo de resultados e o apoio do Estado, por eles negado e cujo objetivo era suprimi-lo. Iniciava-se, bem ou mal, o movimento social brasileiro, ainda numa fase pré-capitalista, com um proletariado incipiente, mas já concentrado nos grandes centros urbanos. O que mais espantava era a sua capacidade de luta, de protesto, de reivindicações e obstinação ou certeza da tomada do poder numa vitória próxima ou imediata. Daí a agitação e as numerosas greves.

12. No ano de 1895, começa a circular em Santos *A Questão Social*, publicação quinzenal, editada pelo Centro Socialista daquela cidade, que, desde 1889, vinha existindo sob a denominação de Círculo Socialista. Para muitos estudiosos desta matéria, entre os quais se destaca a respeitável figura de Astrojildo Pereira, com evidente exagero é aquele Centro dado como marxista, como marxistas eram os seus fundadores, Silvério Fontes (1858-1928), Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Não deve ser esquecido também o nome de Vicente de Souza, professor do Colégio Pedro II, falecido em 1908, colaborador da revista e do manifesto que na ocasião começa a ser elaborado. Embora elaborado o programa do Centro mais ou menos naqueles anos (1889-95), somente em 1902 (28 de agosto, *O Estado de S. Paulo*) é publicado o *Manifesto*, lido no Segundo Congresso Socialista Brasileiro, reunido em São Paulo de 28 de maio a 1º de junho daquele ano.

Coube a Astrojildo Pereira a tarefa de revelar a existência do Círculo e do *Manifesto* com um entusiasmo inusitado, em ensaio publicado em 1962. No entanto, chega a ser prudente, em certo passo: "O mais antigo dos círculos declaradamente socialistas foi, ao que parece, o de Santos, constituído em 1889 por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Este grupo elaborou um Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro, datado de 12 de dezembro de 1889, e que no entanto só seria publicado na imprensa cerca de treze anos depois". Toda a informação é colhida, como no restante do artigo, no livro de Jaime Franco sobre Martins Fontes, filho de Silvério.<sup>34</sup>

É preciso não esquecer, contudo, que, ao que parece, o mais culto dos fundadores era Vicente Ferreira de Souza, professor de Latim e, depois, de Filosofia e Lógica, no Colégio Pedro II. Segundo Astrojildo, teria tomado parte na redação do *Manifesto*. Sem dúvida, pois em 1879, numa conferência feita na sede da Associação dos Tipógrafos, já distinguia entre a "caridade" e "as doutrinas imperecíveis do socialismo". Ainda no ano de 1895 estampa um artigo em *A Questão Social* sob o título de "Doutrina socialista". Marx não vem citado, mas sua doutrina encontra-se subjacente em todo o ensaio. Um trecho:

Nos decursos seculares que se vão escoando, a observação dos fatos sociais é o critério de análise, que se impõe, irreduzível: duas classes verdadeiramente compõem as nações modernas: a dos *exploradores* e a dos *explorados*.<sup>35</sup>

No primeiro número da revista, dizia-se na apresentação:

Apresenta-se hoje na arena jornalística *A Questão Social* defendendo uma causa justa — a reivindicação dos direitos do proletariado. Na Europa, onde o socialismo chegou a seu período de maturação histórica, a propaganda vai fazendo grande proselitismo. Ali, como na América do Norte, não se confunde a doutrina que já entrou em sua fase positiva, nem com a república, como o ensinou Platão, nem com a utopia, como a idealizou Tomás Morus. Resultado de estudos acurados duma plêiade de pensadores, representando *oprimus inter pares* Karl Marx, o socialismo encontrou principalmente na Alemanha sua base científica.

Linhas abaixo, no entanto, dando mostras da confusão que reinava entre nós sobre *revolução e evolução* (sempre a presença de Spencer), esclarece a Apresentação:

Entre nós, as condições atuais não permitem encarar o socialismo como medida que se imponha por uma agitação revolucionária. Desfraldando a bandeira do coletivismo reformista, propõe-se *A Questão Social*, sem paixões, que considera antagônicas a idéia do progresso, a lutar tenazmente para que sejam mais rápidos os efeitos do movimento evolucionista científico, que deve dar em resultado a nova organização da sociedade.<sup>36</sup>

Esta, de resto, a grande separação entre os anarquistas, pela ação direta, contra o Estado, e o socialismo reformista, a ideologia socialdemocrata.

Começa o *Manifesto* pela afirmativa de que a história das sociedades humanas é a história mesma da luta de classes. Há muito do pensamento marxista no *Manifesto*, criando-se o Partido Socialista Brasileiro, "em harmonia com o socialismo científico, cujos princípios básicos foram naquele congresso adotados". Linhas abaixo, no entanto, abandonando o tom inicial, faz este apelo paternalista de benevolência:

Dando-lhes publicidade, apresentando-os ao critério das pessoas que no Brasil sejam capazes de um ligeiro esforço mental e de um impulso de generosidade — porque o tema socialista, em sua concepção genérica, é desses que se originam simultaneamente na razão e nos sentimentos afetivos, falando por igual ao espírito e ao coração — o Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados, com referência à questão social, que a muitos deles convulsiona e a todos está interessando profundamente.

Depois de um apelo aos bons sentimentos da classe possidente e opressora, que não deve "cerrar os olhos à miséria que transparece por toda parte", faz um apelo também aos proletários e despossuídos para que obtenham a sua libertação econômica, "sem os abalos subversivos que se fazem sentir em outras regiões políticas, onde o espírito de tolerância não se tem podido infundir entre a classe espoliadora e a espoliada". Mais ainda: "Do partido socialista devem, pois, fazer parte todas as pessoas que, por sentimentos humanitários, ou pela razão, estejam convencidas de que a felicidade do indivíduo está na proporção direta do bem-estar econômico de todos os membros da sociedade". Tudo isso deve ser dito principalmente entre nós, "ao brasileiro, cujo coração é reconhecidamente tão afetivo, tão altruísta, e cujo espírito é tão grande e tão rico de idéias liberais".<sup>37</sup>

Marx vem citado duas vezes no *Manifesto*, como em igual número de vezes vem referido Jaurès. Sem dúvida alguma, *quase* chegamos a concordar com o título do ensaio de Astrojildo Pereira — "Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil" —, porque o *Manifesto* de 1902 não vai além de um simples pioneirismo, cheio de boa vontade de acertar e de adotar os princípios do que chamavam socialismo científico. Os apelos à generosidade, aos bons sentimentos e à benevolência da classe dominante fazem recuar talvez para épocas dos tempos dos grandes utopistas. E nisso mesmo residia a crítica de Marx: era Fourier esperar todos os dias pelo benfeitor que lhe viesse aviar o doutrinamento do falanstério. Anos mais tarde, Antônio dos Santos Figueiredo aponta essa contradição no *Manifesto*: "Os signatários do documento, inspirando-se no filantropismo, dirigem um apelo — que ingenuidade! — às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos,..." ... "Depois, tenta chamar, para o seu seio, monárquicos e republicanos" ... "Contam episódios da dantesca por fia entre proletários e burgueses, mas procuram não molestar a estes".<sup>38</sup> E com isso encerramos este parágrafo, achando que houve excesso de "generosidade" no entusiasmo do grande e saudoso Astrojildo Pereira...

13. Nos primeiros anos deste século o movimento operário brasileiro viveu como que num verdadeiro delírio, num autêntico "porre ideológico", no qual se misturavam e se confundiam todas as doutrinas de reforma social, desde os mais exaltados,

os anarquistas e os anarcossindicalistas, até os socialistas reformistas e os socialdemocratas, aos quais Boris Fausto chega a chamar — parece que um pouco depreciativamente — de "trabalhistas".<sup>39</sup> Observam os historiadores do socialismo (comunismo, marxismo) que o seu maior êxito doutrinário e prático se deu na Alemanha e na França, e, sob a forma mais reformista, também na Inglaterra. Aos três países latinos industrialmente mais atrasados — Itália, Espanha e Portugal — coube a parcela maior do anarquismo. As doutrinas de Bakunin e Kropotkin encontraram larga difusão e aceitação entre esses povos do meio-dia europeu, criando êmulos, divulgadores e incansáveis ativistas. Adeptos da ação direta, pela greve, não raro pela violência, com o intuito de fazer desaparecer totalmente de cena o Estado e seus dirigentes.

Constituído em larga maioria por imigrantes daquelas três nacionalidades, com grande margem de italianos, o anarquismo levava de vencida os socialistas chamados democráticos ou reformistas, embora estes formassem o maior número de dirigentes do movimento organizado. Os anarquistas, no entanto, eram mais ativistas, agitados e agitadores, oferecendo aos trabalhadores a esperança de um mundo melhor, sem classes, sem governo, sem patrões e sem miséria.

Maram discorda da tese da origem dos imigrantes anarquistas e dá a seguinte explicação para o fato:

O anarcossindicalismo via a si próprio como uma parte do movimento internacional. Tentava desenvolver entre os trabalhadores um sentimento de solidariedade internacional, especialmente para com os italianos, portugueses e espanhóis, irmãos nacionais da grande parte de nossos imigrantes. Os socialistas insistiam em que o imigrante adotasse a cidadania brasileira para poderem votar nas eleições. Já os anarquistas não exigiam tal atitude. O nacionalismo e, em especial, a participação no processo eleitoral eram considerados uma maldição pelos libertários.<sup>40</sup>

Os jornais, em geral, de tendência anarquista e anarcossindicalista se multiplicavam, sobretudo em São Paulo, em língua italiana. Marx em tal meio não era *persona grata*. Dali não saíam estudos aprofundados e diretos do pensamento marxista, persistindo a divergência Marx-Bakunin, desde a Primeira Internacional. Assim, apesar, às vezes, da superficialidade da exposição, é entre os socialistas que vamos encontrar a maioria das referências ao nome de Marx. Como aconteceu, por exemplo,



com Antônio Piccarollo, imigrante italiano, professor, que publicou o seu livro sobre o *Socialismo no Brasil* em 1908, fundou o Centro Socialista Paulistano e muito colaborou no jornal socialista *Avanti*, lançado em 1900. Redigiu manifesto em prol da realização do socialismo no Brasil, embora ele próprio achasse que, naquele momento, ainda era difícil. Citava Marx e Engels, mas, em verdade, suas idéias permaneceram na esfera do socialismo reformista.<sup>41</sup>

Já em 1890 França e Silva havia acenado com a criação de uma Confederação Operária, mas somente em 1903 é que se fundará a Federação das Associações de Classe, no Estado do Rio de Janeiro, que, transferida para a cidade do Rio de Janeiro, passou a denominar-se, em 1906, Federação Operária Regional Brasileira. Coube-lhe a iniciativa da convocação do I Congresso Operário Brasileiro, realizado na Capital Federal em 1906, no qual se defrontaram as duas orientações conflitantes do movimento operário: a reformista e a anarquista, pela ação direta. Afinal nenhuma das duas obteve vitória total, já que as conclusões, embora inclinando-se por esta última, foram ecléticas, sendo derrotada a proposta de criação de "um forte partido político" para defender os trabalhadores. Temia-se, segundo disseram seus adversários, que a agremiação sugerida iria somente "servir aos interesses da burguesia".<sup>42</sup>

Em 1913, realizou-se o II Congresso Operário Brasileiro,<sup>43</sup> convocado pela Confederação Operária, em resposta ao falso Congresso reunido, em 1912, no Palácio Monroe, convocado, patrocinado e pago pelo governo federal, através do deputado Mário Hermes da Fonseca, filho do presidente da República.

Já na primeira década do século, os trabalhadores haviam protestado contra o militarismo e a guerra, prestando sentida homenagem ao professor espanhol, anarquista, Francisco Ferrer, quando fuzilado em 1909.

Com a guerra declarada, uniram-se os trabalhadores em comícios de protesto, contra a entrada do Brasil no conflito e contra a convocação militar. Afinal, o Brasil acabou por tornar-se beligerante, contra os Impérios Centrais, em 1917. Nesse mesmo ano, com a Revolução Russa, tudo havia de mudar, pois, afinal, era um Estado marxista que se instalava concretamente. A repercussão entre nós foi enorme, como não poderia deixar de ser. A desinformação era total, com telegramas vindos da Eu-

ropa, transmitidos por agências capitalistas. No primeiro momento, até Rui Barbosa a saudou com entusiasmo, julgando-a liberal, por haver derrubado a tirania czarista. Os anarquistas, a princípio, também a saudaram como se fosse uma vitória do seu credo. Ambos se enganaram, e não demoraram a dar pelo engano, passando a atacá-la ferozmente.<sup>44</sup>

Entre os intelectuais, como já ficou demonstrado, o nome de Marx era conhecido, embora nem sempre lido ou compreendido. Casos havia de ativistas e possíveis teóricos do movimento ao mesmo tempo. Queremos nos referir, por exemplo, a Joaquim Pimenta, socialista reformista e grande agitador em Pernambuco. Mas, em tese de concurso, não se revela marxista, permanecendo numa espécie de continuação da Escola do Recife. Em trabalho de 1917, de grande erudição, percorre os livros de divulgação científica, sem tomar partido. Não cita Marx diretamente, em texto próprio. A sua história econômica é feita quase exclusivamente por meio de Schmoller, Rambaud e Ingram. Para ele, filia-se Marx à escola que, partindo de Locke, passa por Adam Smith e Stuart Mill, que combate a intervenção do Estado na fixação dos preços e na taxa de juros, e considera o trabalho a fonte primária do valor. Vê na luta de classes o correspondente à concorrência e à luta pela vida, de Darwin. É por meio de Ferri que resume Marx e Engels no conceito de luta de classes.

Nas concepções sociológicas do Estado inclui o materialismo histórico, que vê no "fenômeno econômico o motor de toda evolução histórica, o subsolo ignorado e fecundo de onde germinam as manifestações da atividade social"... "*Oprocessus* de formação das relações sociais assenta em um substrato material; é determinado pelo modo de produção econômica." Essas duas exposições são feitas por meio de Loria e Seligman, nunca de Marx nem de Engels diretamente.

Pimenta, no entanto, discorda da doutrina marxista:

O erro da teoria marxista está em reduzir ao fenomenismo econômico todas as manifestações da vida social. Mas, como no organismo, as funções puramente nutritivas não se confundem com as funções mentais, assim na sociedade há fatos que se não podem tomar como simples epifenômenos do fato econômico. Se este atua de modo profundo no evoluer social, sofre, por seu turno, a influência da religião, dos costumes, do direito, da política.

Vê-se como ainda àquela altura do século a doutrina marxista era mal interpretada, admitida como reducionista a um único

postulado, de crítica fácil, quando os seus próprios criadores reconheciam a interdependência dos fatores sociais, e não viam na superestrutura um mero epifenômeno mecânico da estrutura das formas materiais de produção. Pimenta, líder das grandes greves que se desenrolaram em Pernambuco no segundo lustro da década de 10, não era propriamente marxista e, parece, nunca leu Marx e Engels diretamente, resumindo-os sempre por meio de expositores.<sup>45</sup>

14. Como acontecera em 1871, também agora, com a Revolução Russa, propagou-se o nome de Marx na imprensa brasileira, porém acompanhado de Lenin e Trotski, talvez mais do segundo do que dos dois outros. Os anos de 1917 e 1919 foram de violentas manifestações grevistas. Em 1918, com ameaça de greve geral, com grande agitação no Rio de Janeiro, com explosões no Campo de São Cristóvão, mobilização das Forças Armadas, manchetes alarmistas nos jornais, cria-se a Comissão de Legislação Social na Câmara, sob a presidência do deputado paulista José Lobo. Do projeto de Código do Trabalho de Maurício de Lacerda, de 1917, aproveita-se um antigo projeto sobre acidentes do trabalho, e a lei é promulgada em janeiro de 1919. Várias Ligas Comunistas surgem neste mesmo ano, culminando com a criação do Partido Comunista, mas de índole anarquista. Os primos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho fundam em Recife Círculos de Estudos Marxistas, 1919-20.<sup>46</sup>

Nesse mesmo ano de 1920, Augusto Olímpio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal, publica *A questão social*. Marx aparece citado várias vezes. Declara sua doutrina de origem e filiação alemãs, de difícil interpretação. Declara-se anticomunista, vendo no bolchevismo o maior pesadelo da humanidade contemporânea. E, em certo trecho: "Se não fosse a corrente imigratória, avolumada pelos alemães e italianos influenciados pelo socialismo germânico, a América estaria completamente indene do vírus comunista". Discorda sobretudo de Marx quando afirma que a religião é o ópio do povo. Em suma: Viveiros vê no marxismo uma doutrina deletéria, internacionalista, para a qual os trabalhadores não têm pátria. Como Rui, opta por uma democracia social, capitalista, mas com os operários protegidos por normas cogentes de legislação social.<sup>47</sup>

15.0 movimento social acelerava-se cada vez mais, independente da opinião heterodoxa ou contraditória dos teóricos. Em congresso realizado de 25 a 27 de março de 1922, finalmente, é fundado o Partido Comunista Brasileiro, de sentido marxista e apoio à Revolução Russa. Dá-se o rompimento definitivo com os anarquistas, com adesão de muitos deles, não raro, principais artífices do novo Partido, como aconteceu com o principal deles, Astrojildo Pereira. Fundado pelos nove delegados, que representavam 73 membros que aderiram em todo o país, foi eleita a diretoria partidária, integrada por Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Cruz Júnior, Antônio Canellas e Luiz Peres, sendo seus suplentes Antônio de Carvalho, Cristiano Cordeiro, Joaquim Barbosa, Manuel Cendon e Rodolfo Coutinho.<sup>48</sup>

Como vinham, em sua maioria, do anarcossindicalismo, não era grande o conhecimento da obra de Marx. Os socialistas continuavam com seu movimento, fundação de novos partidos durante toda a década de 20. Merece destaque a criação do movimento *Clarté*, de 1921, à frente do qual podem ser destacados Nicanor Nascimento, Everardo Dias, Evaristo de Moraes, Luiz Palmeira, Antônio Correia, apoiando o movimento internacional lançado em Paris por Henri Barbusse e já existente na Argentina.<sup>49</sup>

Em outubro de 1922, Octavio Brandão adere ao PCB e já em 1923 traduz o *Manifesto comunista*, primeiro livro de Marx editado no Brasil, 75 anos depois de lançado na Europa. Nas suas memórias *Combates e batalhas*, declara Brandão que se dedicara aos estudos marxistas em 1921-22. Em Portugal já se havia traduzido o livro de Gabriel Deville, resumo de *O capital* e escrito em 1897. O resumo de Cario Cafiero é anterior, escrito em 1878, quando Marx ainda vivia. Octavio Brandão enumera as várias obras marxistas, em francês, a cuja leitura se dedicara na primeira metade dos anos 20.<sup>50</sup>

Ainda no ano de 1922, A. de Sampaio Doria publica um livro sobre a questão social, no qual expõe didaticamente as doutrinas de reforma social. Dedica duas longas seções especiais ao marxismo e ao bolchevismo. Fica com a doutrina social da Igreja e a democracia social de Rui Barbosa, exposta na conferência do Teatro Lírico em 20 de março de 1919. O nome de Marx vem citado inúmeras vezes, abundantemente. A página 47 afirma, ca-

tegrário: "A doutrina de Carlos Marx merece um lugar de destaque, já pela sua estrutura lógica, profunda, ou nebulosa, já pela influência enorme, que exerceu e exerce hoje em dia". Declara que o resumo que fez da sua doutrina foi extraído de *O capital*, "usando, constantemente, as suas próprias palavras e dividindo-a em capítulos, para lhe pôr alguns tons de clareza". Cita a *Miséria da Filosofia*, mas concorda com Liebknecht, ao declarar no Congresso de Breslau: "A obra de Karl Marx é como a Bíblia: podemos interpretá-la nos sentidos mais opostos". Propõe uma legislação protetora do trabalho e reconhece: "A razão econômica do trabalho é a criação da subsistência. Ora, a observação demonstra que, normalmente, o trabalho de cada homem produz mais do que o estritamente necessário ao seu sustento e dos seus. Eis, aqui está uma verdade que não pode ser sacrificada na repartição dos produtos".<sup>51</sup>

16. Já tendo escrito em 1924 *Rússia proletária*, aventurou-se Octavio Brandão a fazer uma análise marxista da formação histórica e da realidade brasileira, com *Agrarismo e industrialismo*, publicado em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer, ficticiamente editado em Buenos Aires. Leva como subtítulo: "Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil". Com letra miúda e sem entrelinhas, trata-se de um folheto de 85 páginas.

O folheto não alcança as aspirações do seu autor. É um livro sectário, apaixonado, quase primário, que procura aplicar a dialética marxista à sociedade brasileira, girando em torno da dicotomia centralização-descentralização. Enumera dez ciclos desde a descoberta do Brasil. O primeiro ciclo é centralizador, com a terra pertencente a uma só pessoa, Dom Manuel, o Venturoso; a sua antítese é a descentralização, com as capitânias hereditárias, culminando na síntese — no décimo, depois de vários ciclos —, que deve ser promovida pela revolução proletária, socialista. O início do livro, que lhe dá o título, é a luta entre o agrarismo e o industrialismo, aquele retrógrado e este moderno, representativos da luta entre ingleses e americanos pelo domínio da economia brasileira. Aplicada a dialética ao movimento de 1924: a tese é representada por Bernardes, agrarismo feudal; a antítese por Isidoro Dias Lopes, capital industrial infiltrado na pequena burguesia revoltada; finalmente, com a revolução proletária comunista, chegar-se-ia à síntese.

O pequeno volume é muito palavroso, violento, verdadeiramente panfletário. Não alcança os objetivos a que se propôs, de maneira alguma. Ainda estava por vir uma interpretação marxista da história econômico-social do Brasil, que só irá acontecer, bem mais tarde, com Caio Prado Júnior.<sup>52</sup>

No mesmo ano de 1926 vem a lume também o livro de Antônio dos Santos Figueiredo, *A evolução do Estado no Brasil*, publicado na cidade do Porto. É bem mais sério e meditado do que o de Brandão, embora excessivamente pessimista quanto às condições da vitória (social) do proletariado no Brasil. O conteúdo do livro não reflete nem preenche o seu título. Não se trata de uma obra sistemática, mais parecendo reunião de artigos ou ensaios jornalísticos, sem conexão interna. Na leitura da obra, verifica-se que o autor conhece a doutrina de Marx e a distingue do leninismo tão em voga, confusão da qual nem Octavio Brandão escapou, citando uma frase de um como sendo de outro. Figueiredo discorda de Oliveira Viana, então a coqueluche da moda sociológica, e o critica acerbamente, quando exige solidariedade social em nosso povo, composto social e economicamente tão desigualmente. E diz, a certo passo: "O seu tipo perfeito, o seu tipo ideal, é de um governo como o de Diogo Antônio Feijó, ao tempo da Regência. O seu fanatismo por esse estadista é claro: em toda a obra citada recorda a sua ação, a sua inquebrantável energia. É, para ele, a tisana salvadora".<sup>53</sup>

E isso Oliveira Viana veria plenamente realizado, como confessou mais tarde, no regime do Estado Novo, para o qual foi um dos seus ideólogos e executores no Ministério do Trabalho...

17. Nesses anos 20, de grande agitação social, já com algum arremedo de legislação social, não podem ser esquecidas as figuras de Edgardo de Castro Rebelo e de Leônidas de Rezende, que colocou o seu jornal *A Nação* a serviço do PCB. Em 1927, embora por pouco tempo, em pleno governo de Washington Luís, o PCB gozou de certa legalidade. Tanto Leônidas quanto Castro eram conhecedores da obra de Marx, como o demonstraram em várias oportunidades. A publicação do jornal deu-se entre 3 de janeiro e 11 de agosto. Leônidas procurava conciliar Marx com o comtismo, como viria a fazê-lo, exaustivamente, pouco mais tarde, na sua tese para Catedrático de Economia Política, na Faculdade de Direito, *A formação do capital e seu desenvol-*

vimento. O marxismo de Castro coadunava-se também com as correntes científicas do século XIX, sendo Ferri uma de suas leituras constantes. Proibida a homenagem pública em memória de Lenin a 23 de janeiro de 1927, Castro recorreu ao Supremo Tribunal e obteve ganho de causa, desde que a homenagem fosse realizada em recinto fechado.<sup>54</sup>

Fora do marxismo, mais como seu crítico, o nome do autor do *Manifesto* aparece em diversos escritos de Alceu Amoroso Lima, anteriores a 1931. Na sua tese para Catedrático do Instituto de Educação, aconselhado a inscrever-se por Fernando de Azevedo, é, então, estudado mais longamente. Depois de Tobias, é a primeira vez que Marx aparece referido em seu idioma original, num conjunto de obras, *Gemeinverstaendliche Ausgabe, besorgt von J. Borchardt*, Berlim, 1922. Antiliberal e antimarxista, não deixou Alceu em mais de uma oportunidade de concordar com Marx, não lhe regateando elogios, como na crítica ao burguesismo e ao que ele chamava de proletismo, como neste trecho:

Dissemos que o proletismo é um fenômeno típico do capitalismo. Realmente, foi essa uma das observações mais verídicas da crítica genial de Marx ao Capital, em sua monstruosa absorção moderna de todas as atividades vitais... Toda essa crítica de Marx ao capitalismo, filho do liberalismo econômico, tal como ele o conheceu em seu tempo, é de uma lógica impressionante.<sup>55</sup>

18. Conclusão — Na verdade, apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 é que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras quer em traduções, que se multiplicavam. E somente, nestes últimos trinta anos, com estudos de sua obra nas universidades, em seminários, em conferências, em debates sérios nos centros culturais é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós. O seu aprofundamento doutrinário é recente, com publicações de mérito a respeito da sua obra filosófica, econômica, sociológica ou histórica. Contra ou a favor, hoje ele é ponto obrigatório de qualquer programa universitário que se faça no campo dessas disciplinas.





## II

# A INFLUÊNCIA DO LENINISMO DE STALIN NO COMUNISMO BRASILEIRO

JOÃO QUARTIM DE MORAES

Ao longo da elaboração deste trabalho, beneficiamo-nos, além dos sucessivos financiamentos concedidos pela ANPOCS ao conjunto do projeto "História do Marxismo no Brasil", de um auxílio da FAPESP para expor o argumento do presente estudo no XVI Simpósio Nacional de História, realizado de 22 a 26 de julho de 1991 no Rio de Janeiro. As duas instituições registramos aqui nosso reconhecimento.



## 1. O MARXISMO DE STALIN E O STALINISMO

Para a grande maioria de nossos contemporâneos, o nome de Stalin está indissoluvelmente associado, mais ainda do que ao exercício ditatorial do poder político soviético, ao uso crescente de métodos policiais de controle e aniquilamento de seus oponentes. O regime stalinista, com efeito, cristalizou-se, ao longo dos anos 30, numa ditadura burocrático-terrorista quanto a seus métodos de dominação e carismático-discricionária quanto a suas formas de direção, como o confirma o epíteto de "Guia Genial dos Povos" atribuído ao chefe providencial. Embora o caráter politicamente perverso desse regime tenha sido denunciado acerbamente desde o início, por Trotski, principalmente, mas também por outros dirigentes comunistas da época, como o iugoslavo Anton Ciliga, um complexo de fatores característicos da situação política internacional de então, notadamente a situação dramática da União Soviética, cercada por potências imperialistas hostis e empenhada num colossal esforço de industrialização, indispensável para que pudesse sobreviver às ameaças dos que queriam varrê-la da superfície do planeta, suscitavam, na opinião democrática e socialista internacional, um reflexo de solidariedade para com a República dos Sovietes, pouco propício a considerações críticas.

A consolidação do fascismo na Itália, a chegada ao poder, na Alemanha, de Adolf Hitler com o claro objetivo de destruir o Partido Comunista, então o maior do mundo depois do soviético, a escalada bélica de Mussolini, da Etiópia à intervenção na Espanha para apoiar a sedição reacionária de Franco e consortes,

a cínica capitulação da Inglaterra e da França diante do expansionismo hitleriano em Munique foram configurando mais e mais, ao longo dos anos 30, o espectro de uma guerra planetária pior ainda que a de 1914-18.

Exacerbava-se, em tal contexto, a polarização internacional opondo os amigos e os inimigos da União Soviética. O ocultamento da face perversa do poder staliniano foi assim fortemente estimulado pela evolução belicista da política internacional e pela recusa reiterada das potências capitalistas liberais, notadamente a Inglaterra e a França, em socorrer a República espanhola apunhalada pelo nazi-fascismo e em concluir uma aliança militar com o Estado soviético, única maneira, até 1938, de colocar Hitler e Mussolini na defensiva. Para o movimento operário internacional, e para o conjunto das forças antifascistas, a hora era de cerrar fileiras em defesa da República espanhola e da União Soviética. Abrir claros na credibilidade desta última seria favorecer o inimigo. Os escribas do aparelho ideológico do Capital continuam até hoje, com inigualável hipocrisia, a derramar lágrimas de crocodilo a propósito do pacto nazi-soviético, ocultando os fatos de que na França os chefes políticos da reação proclamavam descaradamente que Hitler era preferível à Frente Popular e, na Inglaterra, o governo conservador de Chamberlain tudo fazia para atizar contra a União Soviética os ânimos guerreiros das hordas nazistas. Poucas vezes na história universal colocou-se, para cada um, e para a opinião pública em seu todo, tão dramaticamente a necessidade de *tomar partido*, ainda que, no partido adotado, muita coisa dos processos de Moscou ao pacto assinado por Molotov e por von Ribbentrop decididamente cheirasse mal.

Foi somente em 1956, após a morte de Stalin e a derrota, numa surda e violenta luta nos bastidores do poder de Estado soviético, do grupo que pretendia continuar o stalinismo sem Stalin que, por iniciativa de Nikita Khrushchev, o PC da URSS procedeu ao inventário, aterrorantemente circunstanciado, da sistemática liquidação, ao longo de um quarto de século, dos opositores reais ou presumidos do ditador agora morto e enterrado.

Compreende-se assim a dificuldade de separar o marxismo de Stalin do fantasma de Stalin, isto é, o autor e dirigente comunista dos métodos e do regime de que foi, de longe, o principal inspirador. Os fantasmas detestam a claridade, e muita luz

tem sido projetada sobre os bastidores do poder soviético, inclusive de dentro para fora, a partir da publicação e difusão do célebre relatório apresentado por Khrushchev ao XX Congresso do PC soviético em 1956. A luz continuará jorrando na medida em que a *glasnost* de Gorbachov facultar aos historiadores uma devassa completa nos arquivos do Kremlin. Mas a análise objetiva da doutrina e da prática de Stalin coloca não só problemas de documentação (*já* em boa parte superados: poucos episódios decisivos, entre os quais o assassinato de Kirov em 1935, ainda suscitam dúvidas), como também, e talvez principalmente, de elucidação da intrincada trama em que se entrecruzam e confundem o militante bolchevista, o teórico marxista, o ditador onipotente, o chefe de Estado maquiavélico e o guia genial dos povos.

Essa é, evidentemente, uma tarefa que cumpre reservar a seus biógrafos — que são muitos —, embora poucos deles, como Isaac Deutscher, tenham conseguido dar a Stalin o que é de Stalin e exorcizar seu fantasma à luz do processo histórico. Nosso objetivo é muito mais modesto: discernir a contribuição singular do comunista georgiano Josip Vissarionovitch Djughashvili à teoria marxista e à doutrina comunista. Modéstia que não é assim tão grande, já que a questão é intrincadíssima. Agarrar-nos-emos, entretanto, a um fio condutor claro e distinto: relativamente à obra de Lenin, trataremos de determinar três modalidades principais da intervenção intelectual de Stalin no *corpus* teórico do movimento comunista internacional, fazendo abstração, tanto quanto possível, das implicações práticas dessa intervenção. Começaremos pela que concerne à própria consolidação doutrinária da obra de Marx, Engels e Lenin.

## 2. A CONSOLIDAÇÃO DO *CORPUS* DOUTRINÁRIO DO COMUNISMO

Stalin erigiu em doutrina a elaboração teórica de Lenin, como este erigira, sem dúvida com muito mais rigor e muito menos esquematismo, a teoria de Marx em doutrina marxista. Acresce — e aqui o stalinismo interfere pesadamente na elaboração teórica staliniana — que, contrariamente a Lenin, áspero polemista, teimoso defensor das próprias idéias, mas sempre defendendo-as por métodos intelectuais e políticos, Stalin con-

fundiu constantemente o poder coercitivo de que dispunha com a força intelectual de que gostaria de dispor. A analogia entre a concepção leniniana da teoria marxista e a concepção staliniana da teoria leninista é portanto muito imperfeita, tanto no que se refere às condições de sua elaboração quanto a respeito de seu conteúdo.

Certamente, tanto Lenin quanto Stalin consideravam o trabalho teórico como uma *luta*. É sobejamente conhecida a tripartição leniniana entre luta teórica, luta política e luta econômica. Sem dúvida, tanto Lenin quanto Stalin consideravam a *luta teórica* como política e economicamente motivada e, nessa medida, ambos são igual e profundamente irritantes para os intelectuais "puros", isto é, aqueles que pretendem pensar e elaborar teorias em total independência em face das condições sociais (econômicas, profissionais, políticas, culturais) que caracterizam sua existência como intelectuais. Ambos, como também Gramsci, partem da hipótese de que, segundo a fórmula deste, os intelectuais não são uma classe, mas toda classe tem seus intelectuais. Lenin, entretanto, não se contenta (como tampouco Gramsci) com a refutação da tese de um adversário pela mera identificação dos condicionamentos de classe que a teriam inspirado. Combate um argumento filosófico com uma crítica filosófica, um argumento econômico com uma crítica econômica, uma teoria com uma crítica teórica. Em Stalin, ao contrário, é nítida a tendência a reduzir a teoria à sua dimensão meramente instrumental e os teóricos a meros agentes dessa instrumentalização.

Nas conferências que proferiu na Universidade Sverdlov em abril de 1924, depois publicadas sob o título *Sobre os princípios do leninismo*, Stalin consagrou o capítulo III à teoria. Após refutar os que consideram o leninismo como "o primado da prática sobre a teoria" expõe sua definição: "a teoria é a experiência do movimento operário de todos os países, tomada em sua forma geral" -<sup>1</sup> Seria fácil, mas sem nenhum interesse do ponto de vista da história das idéias políticas, mostrar a fragilidade lógica dessa fórmula staliniana. Notaremos apenas, neste plano, que a generalização da experiência de uma categoria social constitui sua *história* e não sua *teoria*. Mas um defensor dessa teoria sobre a teoria poderia objetar que justamente a teoria nada mais é do que a história em sua forma mais generalizada. Justamente? Sim, para quem instrumentaliza a teoria, reduzindo-a à prá-

*tica condensada*. Lenin, que, às vezes, levado por certa truculência polêmica, ia muito longe em suas *boutades*, escreveu mais de uma vez que "a política é a economia condensada". Decididamente, a metáfora do condensamento pode induzir consequências teoricamente devastadoras em quem não tem a estatura intelectual do grande Vladimir Ulianov. Stalin, notadamente, toma tais metáforas ao pé da letra. Se sua fórmula fosse justa, então, de duas uma: ou *O capital*, de Karl Marx, é a generalização da experiência do movimento operário ou não o é. Como ninguém pode seriamente afirmar que o seja, salvo no sentido extremamente indireto de que o secular processo de separação entre o produtor e os meios de produção, com a redução daquele a mero vendedor de sua força de trabalho, constitui a experiência histórica (não do movimento, mas da constituição da classe operária) em que se explicitaram as categorias de trabalho abstrato/trabalho concreto, valor, formas e substâncias do valor, etc, que Marx articulou teoricamente em *O capital*, segue-se que a teoria de Stalin sobre a teoria não recobre essa obra fundante do materialismo histórico.

Na sequência de sua argumentação, entretanto, Stalin não mais se refere à teoria como experiência generalizada, mas como teoria revolucionária (= de vanguarda), indispensável para que o partido "possa cumprir seu papel de combatente de vanguarda".<sup>2</sup> A circularidade dessa concepção é manifesta: é revolucionário o partido que se guia pela teoria revolucionária e é revolucionária a teoria que guia o partido revolucionário. Na prática, a elaboração da teoria revolucionária e a direção do partido revolucionário se fundem e se confundem numa única e mesma instância. As consequências dessa condensação foram reveladas por Khrushchev no XX Congresso do PC da URSS.

O conteúdo da teoria, tal como a concebe Stalin, fica estreitamente delimitado por sua instrumentalização. Os processos propriamente teóricos da busca do conhecimento (investigação, pesquisa, crítica de hipóteses, reformulação de conceitos, etc.) se tornam acessórios, úteis apenas para ilustrar, ou, no melhor dos casos, completar o saber já codificado e cristalizado do "marxismo-leninismo". À pergunta "o que é leninismo?", Stalin responde com seca definição: "é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária". Lenin apresentava o marxismo de maneira muito menos sumária, buscando-lhe as fontes,

explicitando os problemas não resolvidos (empreendeu a redação do *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* em 1896, com 26 anos!), sintetizando com fidelidade e criatividade (duas qualidades que raramente vão juntas) a elaboração teórica tanto de Marx quanto de Engels sobre uma questão crucial como a do Estado e, sobretudo, evitando sistematizações simplificadoras que transviassem a obra própria da teoria. O efeito nefasto da "consolidação" staliniana do *corpus* teórico do comunismo não está tanto, nesse sentido, nos erros que propiciou ou encobriu (o caso Lyssenko é o mais notório), quanto na redução da teoria a mera doutrina (isto é, a uma teoria que não critica seus pressupostos). Uma vez reduzida a doutrina e instrumentalizada pelo partido de vanguarda, a teoria, contrariamente ao que sustentam os que exorcizam Stalin como se esconjurassem o Diabo, não perde *eficácia*. Perde sua *cientificidade*, ou melhor, tende a perdê-la na medida em que se cristaliza como doutrina e se especializa como repertório de preceitos tático-estratégicos. Esse ponto nos parece decisivo para avaliar com objetividade histórica o significado da obra staliniana, para evitar, portanto, que tratemos Stalin como ele tratou seus adversários, ou, mais exatamente, que o fuzilemos em efígie (o que sem dúvida é muito menos cruel do que fuzilar com balas de chumbo ou mandar matar a machadadas).

Nossa tese é a seguinte: no essencial, Stalin reduziu a *teoria* a uma técnica de análise de situações e de conjunturas. É sintomática, nesse sentido, sua explicitação da definição já citada do leninismo como marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária. Comenta essa fórmula com a seguinte, introduzida por um "mais exatamente": "o leninismo é a teoria e a tática da revolução proletária em geral, a teoria e a tática da ditadura do proletariado em particular"<sup>3</sup> (grifos nossos). A justaposição da teoria e da tática ou rebaixa demais a primeira, ou eleva demais a segunda, e, sobretudo, o que é mais grave, vincula excessivamente aquela (cujo objeto próprio é a verdade científica e/ou histórica) a esta (cujo objeto próprio é a disposição e utilização dos *meios* adequados para se atingir um objetivo parcial, militar no sentido próprio, político no sentido metafórico). A teoria, assim instrumentalizada, *serve para* identificar o complexo de contradições características de uma dada situação e determinar seus pontos de ruptura. O descompromisso com a ver-



dade, ou, para nos exprimirmos mais filosoficamente, com a busca da verdade pela verdade, ficava encoberto pelo "ponto de vista de classe", *na verdade*, o ponto de vista da direção do Partido. Nem por isso, o marxismo-leninismo, enquanto técnica de "análise concreta de situações concretas" (fórmula elegante, mas como outras, igualmente lapidares, de Lenin, prestando-se a deturpações nefastas), perdeu sua *operacionalidade*: ao contrário, Stalin utilizou o *corpus* comunista, formado pela osmose do marxismo e do leninismo, com extrema eficácia, não somente durante os anos da luta pelo poder na cúpula do partido bolchevista (1924-29), mas também ao longo dos anos 30 e durante a Segunda Guerra. No que se refere aos anos 20, nem Trotski, nem Kamenev, nem Zinoviev nem Bukharin careciam de qualidades intelectuais e políticas para assumir a direção da República dos Soviotes. Se Stalin conseguiu sobrepujá-los, aliando-se com Kamenev e Zinoviev contra Trotski, a Bukharin contra Trotski, Zinoviev e Kamenev, até enfrentar juntos Bukharin, Zinoviev e Kamenev e, vencendo-os, erigir-se em ditador da URSS, não há de ter sido apenas, como sugerem os que o esconjuram como o Diabo, por um manobrismo rasteiramente maquiaveliano. Em *todos* esses embates, ele foi taticamente mais consistente e politicamente mais conseqüente do que seus adversários: compreendeu antes e melhor que eles por onde passavam as linhas de força de cada situação concreta e (muito mais maquiaveliano do que marxista) apressou-se, em cada uma delas, a fazer de uma só vez todo o mal necessário para assegurar seu próprio triunfo. Essa mesma superioridade tático-estratégica ficou evidenciada, em terreno aberto (e não apenas nos bastidores do poder), na condução da contra-ofensiva do Exército Vermelho e do povo soviético contra as hordas hitlerianas. Que se consulte um biógrafo pouco suspeito de complacência como Isaac Deutscher: no capítulo de seu *Stalin* consagrado à Segunda Guerra Mundial (cap. 12, "The Generalissimo"), por mais severamente que examine a conduta do Guia Genial dos Povos e Generalissimo, não encontra nenhum erro militar sério (salvo, provavelmente, o de haver subestimado a iminência da agressão hitleriana, mas o erro aqui, se realmente houve, como o crê Deutscher, terá sido político-diplomático e não militar) e, em compensação, não pode deixar de reconhecer que, de outubro a dezembro de 1941, poucos meses depois do início do que Hitler pensara ser um des-

file da Wehrmacht e dos SS pela planície russa, a máquina de guerra do nazi-fascismo sofreu sua primeira derrota em campo aberto, diante de Moscou. Nem, menos ainda, a extraordinária manobra estratégica que, entre julho de 1942 e março de 1943, diante de Stalingrado e até o Cáucaso, aniquilou o mais poderoso grupo de exércitos reunido pelo III Reich e virou irreversivelmente o curso da guerra. Nesses dois momentos decisivos não somente para a União Soviética, mas para toda a humanidade (se Hitler tivesse, como esperava, tomado Moscou no final de 1941, a Segunda Guerra Mundial teria, muito provavelmente, terminado com a vitória planetária do Eixo Berlim-Roma-Tóquio), Stalin desempenhou papel decisivo não somente como símbolo abstrato do poder soviético, mas também como estrategista.

Reconhece-o Isaac Deutscher em fórmula onde transparece seu esforço de historiador para vencer sua aversão política pelo homem que Kamenev classificara, em 1928, como um novo Gengis Khan: "A regeneração do Exército, de sua moral e de seu escalão de comando foi uma das mais notáveis realizações da Rússia, para a qual algum crédito era devido a Stalin".<sup>4</sup> Toda avaliação comporta inevitável influxo subjetivo. Se Stalin era o ditador temido e terrível da União Soviética, se concentrava em suas mãos as decisões de alcance estratégico, seu crédito na direção da guerra de 1941 a 1945 não há de ter sido apenas "algum". Não se lhe pode negar aquilo que se reconhece a Gengis Khan: ter conduzido seu povo para uma vitória militar decisiva.

À eficácia da teoria, rigidamente concebida como guia para a ação e nada mais, corresponde a alta operacionalidade dos conceitos stalinianos, a cujo exame procedemos logo a seguir.

### 3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO STALINIANO

Examinaremos três dos conceitos introduzidos por Stalin na doutrina comunista: os de *estratégia*, de *etapa* e de *nação*. Antes de os analisarmos um a um, não há de ser inútil ressaltar que, embora não se pretenda incontestável, a escolha destes três temas teóricos não tem nada de arbitrário. Resulta de consulta ampla (embora, obviamente, não exaustiva) de estudos bibliográficos da obra staliniana, da qual não existe uma edição completa.

A mais ampla edição é a *Sochineniia (Obras)* em treze volumes, editada entre 1946 e 1951 pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou. Ela abrange, entretanto, somente os escritos que vão até janeiro de 1934. Foi a Hoover Institution of War, de Stanford, que se encarregou de acrescentar mais três volumes (de 14 a 16) a essas *Obras*, abrangendo o período 1934-53. Embora muito útil, essa edição (em russo) é necessariamente incompleta, já que os editores, por razões óbvias, não puderam pesquisar *in loco* os inéditos do falecido ditador.

1. A noção de *estratégia*. Nenhuma das inovações teóricas de Stalin terá tido tão ampla, durável e trans-ideológica repercussão quanto a conceptualização histórico-materialista da categoria de estratégia. Não estamos sequer pensando na banalização que hoje sofre essa noção, empregada a torto e a direito (quase sempre a torto e raramente a direito) por jornalistas, universitários, políticos, etc., que aderem sem nenhum sentido crítico ao jargão na moda, utilizando, na maioria das vezes, o termo "estratégia" num contexto em que qualquer pessoa minimamente cultivada nesses temas empregaria o termo "tática". Que a aludida conceptualização seja obra de Stalin, não pode haver dúvida. O termo só aparece em 1921 (e sem nenhuma relevância teórica) na obra de Lenin, que se serve, para denotar a articulação meios/fins na esfera da práxis política, das noções de *tática* e de programa.<sup>5</sup> Tanto a utilização por Lenin do termo "tática" quanto a utilização por Gramsci de metáforas como "guerra de posições" e "guerra de movimento" indicam forte tendência, entre os teóricos do bolchevismo, em conceber a guerra não somente como continuação da política por outros meios, mas como campo metafórico privilegiado da práxis revolucionária.

Para Lenin, a articulação entre tática e programa é dialética, isto é, obedece à determinação recíproca da lógica dos meios e da lógica dos fins. A esfera da tática é a esfera dos meios, sejam eles armados ou pacíficos, conspiratórios ou multitudinários. A esfera do programa é a dos fins, duplamente articulada com a dos meios. No sentido aristotélico da sistemática transitividade da relação meio-fim (o fim da arte da fabricação de remos é a navegação, o fim da navegação é a guerra, o comércio, etc.) e no sentido hegeliano da lógica imanente do conteúdo, ou, na fórmula preferida de Lenin nos *Cadernos sobre a dialética*, da unidade dos contrários, no caso a unidade da tática e do pro-

grama na síntese prática que é a linha política do partido. O programa, nesta perspectiva leniniana, incorpora tanto o princípio hegeliano da unidade dos contrários quanto o princípio aristotélico, liminarmente formulado na abertura da *Ética a Nicômaco*, segundo o qual a transitividade dos fins que se tornam meios para fins ulteriores não pode ser ilimitada (se o fosse, "o desejo seria fútil e vão"), havendo portanto, no fim, um "fim supremo", em vista do qual ordenamos ou deveríamos ordenar nossa práxis. Como se sabe, a definição nominal desse fim supremo é felicidade, mas esta, para o homem, só se alcança na comunidade política.<sup>6</sup>

A esfera dos fins é portanto essencialmente política, com a diferença, entre Aristóteles e Hegel de um lado, Marx e Lenin, de outro, de que, para estes, a política não é exatamente o fim supremo da humanidade enquanto tal, mas o de uma humanidade cindida em classes antagônicas: a supressão do Estado, e portanto da política, constitui, como se sabe, o horizonte utópico do comunismo. Imediatamente aquém desse horizonte utópico, no fecho do horizonte histórico, o sistema de fins se exprime no *programa* comunista, cujo suporte social, segundo o materialismo histórico, é a classe operária, portadora eminente dos fins coletivos. A distinção habitual no léxico comunista entre programa máximo e programa mínimo corresponde à distinção aristotélica entre o fim supremo e o fim que é meio para um fim ulterior. O programa mínimo é *tático* relativamente ao programa máximo, mas "estratégico" relativamente ao conjunto de procedimentos (formas de organização e de luta, alianças, palavras de ordem, etc.) que permitem realizá-lo. Em princípio, portanto, a utilização do termo "estratégia" para denotar *fins políticos* em oposição complementar ao termo "tática", que denota os *meios políticos*, não somente não afetou a teoria da práxis revolucionária, tal como elaborada por Lenin, como também correspondeu a uma tendência, presente no próprio Lenin e também em Gramsci, como já notamos, de transpor as categorias da arte militar para a arte política. Se, por conseguinte, Stalin tivesse apenas introduzido o termo "estratégia" no léxico comunista como correlato dialético do termo "tática", o acréscimo semântico não apresentaria conseqüências teóricas notáveis, salvo a de articular com maior precisão a relação entre meios e fins num contexto histórico determinado. Mas sua propensão à co-

dificação do saber, sua constante preocupação em organizar a teoria, seu gosto pelo claro ordenamento das idéias, das definições, das teses, enfim, sua vontade política de legitimar cientificamente a ditadura do proletariado, levaram-no a criar a "ciência da direção da luta de classes do proletariado", composta exatamente da estratégia e da tática do leninismo, como vem explicitado no primeiro subtítulo do capítulo VII de *Sobre os princípios do leninismo*.

É no segundo subtítulo do mesmo capítulo, "As etapas da revolução e a estratégia", que vem formulada a definição célebre — e tão utilizada mundo afora, inclusive no Brasil: "A estratégia tem por objeto fixar a direção do golpe principal do proletariado, baseando-se numa etapa determinada da revolução...". O terceiro subtítulo, "Os fluxos e os refluxos do movimento e a tática", define como objetivo desta "a linha de conduta do proletariado durante o período relativamente curto do fluxo e do refluxo do movimento...". A contraposição entre tática e estratégia é explicitamente concebida em termos quantitativos: "Se a estratégia tem por fim ganhar, por exemplo, a guerra contra o czarismo ou a burguesia... a tática se incumba de objetivos menos essenciais; ela se esforça por ganhar não a guerra, mas tal ou tal batalha...". A estratégia se ocupa de objetivos mais essenciais e a tática de objetivos menos essenciais. Deixemos de lado essa quantificação do essencial, no mínimo problemática. A imprecisão nos parece terminológica, já que, como mostra claramente o exemplo escolhido por Stalin, a relação entre tática e estratégia corresponde não exatamente ao "menos" e ao "mais", mas à parte e ao todo: uma batalha, evidentemente, é parte de uma guerra, ou, mais exatamente ainda, já que não se trata de um todo estático e sim de um *processo*, à articulação meio-fim. É sintomático que Stalin prefira a linguagem (imprecisa) do menos e do mais essencial à linguagem dos meios e dos fins: revela sua tendência à *reificação da práxis*, à objetivação da luta política, que a torna exatamente um objeto para a *ciência* da luta de classes do proletariado.

Essa reificação/objetivação se apoia nos correlatos reais/objetivos respectivos da tática e da estratégia, a saber, o "fluxo e o refluxo" e a "etapa". Examinaremos a seguir esta noção, mas convém notar desde logo o caráter puramente mecânico da metáfora marítima do fluxo e do refluxo.

2. A noção de *etapa*. Stalin a apresenta como uma noção primitiva, isto é, dada como imediatamente evidente. O sentido em que a emprega fica esclarecido no contexto em que a introduz, onde toma como exemplo a Revolução Russa, que, segundo ele, já havia atravessado duas etapas (1903—fevereiro de 1917; março de 1917—outubro de 1917) e se encontrava em sua terceira etapa. Em termos de periodização do processo histórico, é incontestável que a revolução de fevereiro de 1917, que derrubou o czarismo, e a de outubro de 1917, que instaurou a República dos Soviotes, mudaram qualitativamente a situação política russa. Mas é igualmente evidente que essas mudanças mais dramáticas no nível do poder de Estado e das instituições políticas não foram nem podiam ser contemporâneas de mudanças equivalentes na base econômica da sociedade. Menos evidente talvez, mas tão importante é a consequência da discrepância entre os ritmos históricos da evolução política e da evolução econômica. Com efeito, como a *etapa*, para Stalin, define univocamente a *estratégia* que lhe corresponde e como *o que define a etapa* é a mudança do poder *político*, a base *econômica* da sociedade não é determinante nem para a definição da etapa nem para a correspondente dedução da estratégia. As alianças de classe, notadamente, inferem-se do objetivo da etapa: "abater o czarismo, liquidar completamente as sobrevivências medievais"; "abater o imperialismo na Rússia e sair da guerra imperialista"; "consolidar a ditadura do proletariado num só país, nela se apoiando para derrubar o imperialismo em todos os países", respectivamente. Assim, durante a primeira etapa, preconiza-se a aliança da classe operária com o campesinato; na segunda, a aliança é só com o campesinato *pobre*; na terceira, a única referência ao campesinato concerne aos "pequenos camponeses dos países desenvolvidos", considerados ao lado das "massas de semiproletários" como "principais reservas estratégicas" do proletariado. A posição do campesinato na produção e na sociedade passara por *uma* mudança decisiva: a conquista da terra com a expropriação dos senhores feudais e dos grandes agrários em geral. Por que só os camponeses pobres estariam interessados, durante a etapa n° 2 do exemplo staliniano, em derrubar o imperialismo e acabar com a guerra? Por que, na etapa n° 3, as reservas estratégicas do proletariado no campo são os "pequenos" camponeses e não os camponeses "pobres", como na segunda?

Essas e outras dúvidas apontam para uma dificuldade maior, que está na raiz mesma da "ciência da direção da luta de classes do proletariado" e de seus conceitos fundamentais: o postulado de que os objetivos da práxis revolucionária são univocamente dedutíveis da periodização do processo *político-institucional*.

3. A noção de *nação*. Se, como pensamos, e esperamos ter até agora mostrado, o cientificismo de Stalin não é um economicismo, mas, ao contrário, uma tentativa de tratar a política como uma ciência hipotético-dedutiva, suas teses sobre a questão nacional constituem significativa confirmação de sua inclinação intelectual pelas idéias claras e distintas e, ao mesmo tempo, de que seu objetivismo não era desprovido de um sentido de objetividade. A obra mais importante sobre o tema é *O marxismo e o problema nacional* (1913), mais tarde reunida a outros textos conexos no livro *O marxismo e o problema nacional e colonial*.<sup>1</sup> Stalin procede (*horresco referens!*) à maneira da Sociologia compreensiva alemã e/ou da escola francesa de Durkheim: define por justaposição de notas essenciais complementares, que no caso da *nação* seriam quatro: as comunidades de *idioma*, de *território*, de *economia* e de *cultura* {ou *psicologia*). De-testaríamos ferir a suscetibilidade antistaliniana de quem quer que seja, mas se trata, queiramos ou não, de uma síntese razoável, conduzindo a uma sólida definição:

Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, território, de vida econômica e de psicologia, manifestando-se esta na comunidade de cultura.<sup>8</sup>

Uma boa definição histórico-materialista não é aquela que, por construir *geométrico more* seu objeto, com ele coincide. No caso, ao contrário, podemos acrescentar características definatórias ou condensar as apresentadas, ao sabor da casuística histórico-institucional do fenômeno nacional. Mas a estrutura formal da definição permanecerá válida. Assim, por exemplo, cabe examinar se a característica psicológica, explicitamente assimilada por Stalin à cultural (o que por si só é discutível), não recobre parcialmente a característica lingüística: afinal a língua é expressão básica da cultura nacional. Poderíamos, portanto, propor uma definição com três notas essenciais: geopolítica (= território); lingüístico-cultural (abrangendo usos, costumes e psicologia social) e econômica (= espaço econômico nacional); e

mesmo com duas, se considerarmos que a noção de território abrange a de "espaço econômico unificado". Diríamos, nesta última hipótese, que nação é uma comunidade estável historicamente constituída pela conjunção de uma unidade geopolítica e de uma identidade lingüístico-cultural. Estaríamos, quem sabe, *melhorando* a definição de Stalin, pelo menos no plano formal, mas, ao fazê-lo, reconheceríamos, *ipso facto*, que o método definitório era adequado.

Sabe-se, entretanto, que o fantasma de Stalin interferiu pesadamente na obra do Stalin teórico. Como diria Bukharín, o espírito de Gengis Khan afugentou o de Marx e o de Lenin. Politicamente, foi um mérito da versão bolchevista do marxismo insistir, contra o cosmopolitismo e o eurocentrismo da socialdemocracia, na importância das questões nacional e colonial. Mas, uma vez consolidada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, arrefeceu a simpatia de Stalin pelos particularismos nacionais: sua passagem pelo Comissariado das Nacionalidades foi marcada por atos truculentos. No plano dos princípios, porém, o caráter confederal da URSS e o direito dos povos à autodeterminação nunca foram negados. Tanto que deles se prevaleceram os Estados bálticos para exigir o direito de secessão, e até, como no caso da Lituânia, para proclamá-la unilateralmente. De qualquer modo, o debate político não se confunde com o debate teórico: uma mesma concepção de nação não leva necessariamente a uma mesma posição a respeito do estatuto jurídico-político desta ou daquela nação, sobretudo no caso das "minorias nacionais". Entre a independência total e irrestrita (cada vez mais rara num planeta que caminha para as grandes unidades estatais de porte continental, como a Europa Unida) e a opressão nacional, há toda uma gama de soluções políticas confederativas ou federativas cuja viabilidade depende de condições histórico-concretas. Cada caso é um caso: o caso basco não se confunde com o caso catalão que não se confunde com o caso armênio, que, por sua vez, não se confunde com o caso curdo, etc.

No plano teórico, não se pode deixar de mencionar, enfim, a concepção de Stalin sobre a linguagem e o estatuto da lingüística no marxismo.<sup>9</sup> A língua é coextensiva à nação: o russo soviético fala a mesma língua que Pushkin. Essa permanência mostra que ela não é engendrada pela infra-estrutura econômica. Não constitui, portanto, elemento da superestrutura, mas integra a



base da sociedade. Curiosa ironia: desmentindo, neste ponto ao menos, sua imagem dogmática, Stalin desferiu golpe frontal no determinismo econômico vulgar ao situar um fenômeno cultural como a língua na infra-estrutura da sociedade.<sup>10</sup>

#### 4. A REVISÃO STALINIANA DAS TESES DE MARX, ENGELS E LENIN SOBRE O ESTADO

Stalin é acusado de haver adulterado o programa histórico do marxismo e do comunismo em pelo menos duas questões decisivas: a do caráter internacional da revolução e a da tendência à autodissolução do Estado no socialismo. A primeira acusação nos parece discutível, ao menos tal como formulada em sua versão mais conhecida, que é a trotskista. A segunda nos parece justa. Começaremos por esta, apoiando-nos na conhecida carta de Engels a Bebel (de 18-28 de março de 1875) em que ele resume a posição de Marx.

Marx afirma que "mit Einführung der sozialistischen Gesellschaftsordnung der Staat sich von selbst auflöst und verschwindet".<sup>11</sup> Pelo menos três expressões merecem aqui ser salientadas: *Einführung*, isto é, *instauração*; *sich von selbst*, isto é, o Estado *por si próprio*; *auflost*, que os ingleses traduzem por *withering-away* e os franceses por *extinction* ou *dissolution*. A hipótese marxiana sobre o desaparecimento do Estado pode portanto se enunciar, tão perto quanto possível de sua formulação original, como: com a instauração da sociedade socialista, o Estado se dissolve por si próprio e desaparece.

Nenhuma das revisões teórico-doutrinárias que Stalin operou no *corpus* comunista é mais significativa do que sua "adaptação" da idéia da *autodissolução do Estado com a instauração do socialismo* às características policial-terroristas assumidas a partir dos anos 30 pelo Estado soviético. Outras revisões importantes, como aquela expressa na doutrina do "socialismo num só país" ou na do acirramento da luta de classes durante a construção do socialismo, estão vinculadas a essa revisão fundamental do ideário histórico do comunismo. O argumento político principal de Stalin para justificar por que, em vez de ir gradualmente se dissolvendo na sociedade soviética, o Estado reforçava continuamente seus meios especiais de coerção, a saber, o cerco ca-

pitalista, não pode ser subestimado, por mais que tenha se tornado um pretexto para o terrorismo de Estado. A guerra moderna comporta altíssimo grau de especialização técnica e supõe forte grau de industrialização. Não é possível travá-la sem um sólido destacamento profissional de homens armados. Só afirmam o contrário os diletantes e os revolucionários de salão. Sem dúvida alguma, a necessidade de manter e de ampliar esse "destacamento de especialistas da guerra" constitui um sério fator de *bloqueio* da democracia proletária, um de cujos princípios, solenemente formulado por Marx em sua análise da Comuna de Paris, é a "supressão dos exércitos permanentes e sua substituição pelo povo armado". Em face dessa contradição entre um imperativo da situação objetiva e um princípio político, duas posturas eram possíveis. A primeira teria consistido em admitir a contradição e, portanto, sua conseqüência, a saber, que não havia, na União Soviética cercada, condições para a vigência da democracia proletária. A segunda, adotada por Stalin, consistiu em desqualificar, como "genérico" e "abstrato", o princípio formulado por Engels da autodissolução do Estado, contrapondo-lhe a situação concreta da União Soviética.<sup>12</sup> Nesse procedimento staliniano encontramos a origem do que mais tarde chamar-se-ia o "socialismo real", isto é, a doutrina conformista que rebaixaria constantemente o ideário socialista de maneira a fazê-lo coincidir com as realidades pouco exaltantes do "campo socialista internacional". Encontramos, sobretudo, o perverso descolamento da práxis (= da "direção da luta de classe do proletariado") relativamente ao programa máximo, que é relegado ao estatuto ontologicamente duvidoso de "abstração genérica", enquanto os objetivos efetivos, reais, da "direção da luta de classes do proletariado" não vão além do horizonte histórico da "etapa". Na peculiar síntese de jacobinismo e de jesuitismo que caracteriza o estilo teórico-político staliniano, a era comunista, sem classes *nem Estado*, embora permaneça objeto de litúrgica reverência, já não orienta como objetivo último o combate do estado-maior marxista-leninista. A perfídia jesuítica predomina, no sincretismo staliniano, sobre o vanguardismo jacobino. Para preservar o prestígio sobrenatural do partido de vanguarda, a doutrina canônica permanece intocada, mas sua relação com a práxis comunista se torna tão tênue como aquela da hierocracia católica com o mistério da Santíssima Trindade.

A questão do "socialismo num só país", embora evidentemente vinculada à da natureza do Estado durante a ditadura do proletariado, não se coloca no mesmo plano que a da tendência à autodissolução do Estado. Pela razão, também evidente, de que foi suscitada por uma situação historicamente conjuntural, envolvendo não o programa máximo do comunismo, mas o programa mínimo do poder dos soviets, a saber, sua própria sobrevivência após o fracasso da revolução proletária européia durante os anos que seguiram imediatamente a Primeira Guerra Mundial. Na situação instaurada pelo refluxo do movimento operário revolucionário no continente europeu e pela rearticulação das potências imperialistas, a alternativa para a República dos Soviets e para o movimento comunista internacional consistia em conferir caráter prioritário à preparação de nova ofensiva revolucionária internacional ou à consolidação do primeiro Estado operário do planeta. Evidentemente, não há contradição alguma no plano dos princípios programático-estratégicos entre os dois objetivos. Vitórias do movimento comunista em qualquer ponto do planeta favoreciam o comunismo soviético e reciprocamente. Mas o Estado soviético era uma realidade e a revolução mundial mera possibilidade. Subordinar à revolução possível a revolução já vitoriosa significaria subordinar ao Komintern, enquanto estado-maior da revolução planetária, o Estado soviético. Qualquer que seja a opinião que se tenha no plano dos princípios a respeito da natureza dos vínculos entre a direção internacional do movimento comunista e a direção comunista da sociedade soviética, a questão resolver-se-ia, na prática, pela dinâmica objetiva das lutas políticas: enquanto perdurou a vaga revolucionária na Europa durante os anos que seguiram o fim da Primeira Guerra Mundial, o peso decisivo do Komintern relativamente à direção da República dos Soviets e, no seio do Komintern, o peso relativo das secções não-russas relativamente a esta foram consideráveis. Com o recuo da maré revolucionária e o cerco imperialista, as secções não-russas perderam voz no capítulo e, correspondentemente, a questão da construção do socialismo na União Soviética passou a preponderar nos cálculos estratégicos do Komintern. Não é mera coincidência o fato de que essa virada da conjuntura internacional tenha sido acompanhada pela ascensão de Stalin à posição de dirigente máximo do comunismo.

A primeira formulação do que viria a ser a doutrina do socialismo num só país remonta com efeito a dezembro de 1924. Até então, como nota Michel Lowy em seu estudo *Sobre a Revolução permanente*, a concepção geral dos bolchevistas era de que o sucesso do socialismo enquanto forma superior de organização social exigia a participação dos operários dos países avançados. No folheto *A Revolução de Outubro e a tática dos comunistas russos*, Stalin, entretanto, esboçou uma concepção nova, sustentando que a URSS dispunha de condições favoráveis "para avançar no rumo da organização de uma economia socialista".<sup>13</sup> Dois anos depois, ele vinculou a tese de que era não só possível mas também necessária a vitória da construção socialista sobre os elementos capitalistas da economia soviética, ao papel da URSS como "base da revolução mundial".<sup>14</sup>

Tal como se configurou então, a doutrina do "socialismo num só país" consistia na categórica afirmação de que cumpria avançar resolutamente no rumo da construção do socialismo na URSS, independentemente dos sucessos ou insucessos (mais exatamente, dos insucessos ocorridos e dos sucessos esperados) da revolução mundial. Mais do que de uma doutrina, tratava-se de uma tomada de posição polêmica contra a tese sustentada notadamente por Trotski de que, "sem o reforço rápido de uma revolução vitoriosa na Europa, a classe operária não poderia de modo algum pensar em manter o poder na Rússia".<sup>15</sup> Se em 1906, quando Trotski a formulou pela primeira vez, essa hipótese, meramente prospectiva, apresentava poucas e insignificantes conseqüências práticas, ao longo dos anos 20 e sobretudo dos anos 30 ela exerceria efeito evidentemente derrotista, desencorajando o povo soviético envolvido em colossal esforço de sobrevivência. Como pedir a dezenas de milhões de trabalhadores que lutassem para consolidar as bases socialistas da União Soviética e ao mesmo tempo afirmar que não seria possível construir o socialismo se a classe operária não tomasse o poder nos países capitalistas avançados? Se, entre 1924 e 1928, a maioria do Partido Comunista da URSS ficou com Stalin contra Trotski, não foi somente nem principalmente por força do controle burocrático que os seguidores daquele exerciam sobre o aparelho partidário e estatal, mas sobretudo porque a perspectiva exaltante de construir o socialismo era muito mais mobilizadora do que a espera ansiosa de que se verificasse a "revolução permanente" anunciada por Trotski.

Na verdade, o principal teórico do "socialismo num só país" não foi Stalin, mas Bukharin. Seus escritos sobre a economia e a política da transição para o socialismo e da edificação socialista constituem um precioso referencial teórico cujo exame infelizmente escapa ao nosso tema (mesmo porque foi escassa ou quase nula sua influência sobre o comunismo brasileiro). Evocaremos apenas a crítica que dirige no estudo *Os problemas da edificação socialista*, publicado em 1926, às concepções de Trotski sobre a impossibilidade "de a classe operária russa se manter no poder e transformar sua dominação provisória em ditadura socialista durável sem o *apoio governamental* direto do proletariado europeu". "*Nenhuma dúvida é possível nesta questão*" (sublinhado por Bukharin). Trotski publicou esse texto em 1922, quando a República dos Sovietes lutava desesperadamente para sobreviver. Bukharin classifica-o como "a tradução russa da variante socialdemocrata de Bauer" e acrescenta que ele explica que Trotski "esteja lado a lado com o renegado Korsch... e seus amigos".<sup>16</sup>

Bukharin e Stalin tiveram historicamente razão contra Trotski em pelo menos duas questões decisivas: o poder político oriundo da Revolução de Outubro se manteve não somente *sem o apoio governamental* de Estados proletários que nunca saíram do papel, mas até contra o assalto frontal das hordas nazi-fascistas, no que de resto o Estado operário soviético mostrou-se militar e patrioticamente muito mais valoroso do que os Estados democrático-burgueses que desabaram diante da agressão hitleriana.

Ao serem desmentidas pelos fatos, as previsões derrotistas de Trotski exerceram o efeito oposto ao visado por ele: reforçaram o prestígio e a autoridade de Stalin dentro e fora da URSS. Embora sua ardorosa e fiel simpatia por Trotski iniba seu senso crítico a respeito deste aspecto da questão do socialismo num só país, Michel Lowy nos parece bem mais próximo da verdade a respeito do outro aspecto fundamental da questão, a saber, o das "possibilidades da construção de uma 'sociedade socialista realizada' nos limites de um só país, mais particularmente, da URSS". Trotski, nesse ponto, viu muito bem o fundo do problema: "A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado do que o capitalismo; a pretensão de construir a sociedade socialista no interior dos limites nacionais implica que, a despeito de suces-

sos temporários, freiam-se as forças produtivas, mesmo relativamente ao capitalismo".<sup>17</sup> Entre suas numerosas profecias, essa foi sem dúvida das mais certeiras.

Por concernir à essência mesma da concepção socialista, essa polêmica merece ainda um comentário. O horizonte utópico do comunismo só tem significado em escala planetária. Trotski teve o mérito de se apegar a essa exigência, mas mostrou-se incapaz de transformá-la em linha revolucionária, como o confirma irrefutavelmente a loquaz esterilidade política do trotskismo. Quanto a Stalin, o colapso do "socialismo real" comprovou que o socialismo só se realizará em escala planetária.

## 5. O KOMINTERN, A "BOLCHEVIZAÇÃO" E A "STALINIZAÇÃO"

A primeira dificuldade com que nos deparamos para discernir a influência propriamente staliniana sobre o comunismo brasileiro está em distingui-la do processo dito de "bolchevização" do movimento comunista internacional. Lenin exprimiu a convicção geral dos participantes do Congresso de fundação da Terceira Internacional, realizado em Moscou de 2 a 6 de março de 1919, ao proclamar solenemente em seu discurso de encerramento que "a vitória da revolução proletária no mundo inteiro está assegurada. A hora da fundação da república mundial dos soviets está próxima". O próprio Lenin viveu o suficiente para se dar conta de que havia sido demasiado otimista. Caberiam ao recém-criado Komintern tarefas menos exaltantes que a de dirigir a revolução socialista planetária. Por um período relativamente longo, os objetivos da nova Internacional concentrar-se-iam na defesa da União Soviética e no fortalecimento de suas secções nacionais, muitas delas (na Itália, na Alemanha, na Hungria) envolvidas em combates frontais no âmbito da guerra social internacional que se estendeu no Velho Mundo, do Atlântico aos Urais, durante os anos seguintes, até a estabilização do poder soviético e o refluxo da vaga revolucionária no continente europeu.

Era perfeitamente compreensível que essas secções nacionais do Komintern, formadas a partir dos núcleos revolucionários marxistas em ruptura com o socialpatriotismo e o capitulacio-

nismo da Segunda Internacional, cúmplice dos meios dirigentes burgueses no furor bélico que desencadeou e prolongou por quatro anos a atroz "Grande Guerra", mais tarde dita Primeira Guerra Mundial, considerassem o partido russo como o paradigma da organização revolucionária conseqüente, ou, como diria mais tarde o dirigente bolchevista italiano Antônio Gramsci, como paradigma do Moderno Príncipe. Cumpria, pois, adaptar-se a esse paradigma, que havia assegurado a vitória da primeira revolução proletária da História. Tal adaptação, controlada com rigor pela direção do Komintern, que aprovou, em seu II Congresso (19 de julho a 7 de agosto de 1920), as vinte condições a que deveriam obedecer todos os partidos membros, constituiu o processo dito de "bolchevização" do movimento comunista internacional.

Embora Stalin estivesse em plena ascensão no grupo dirigente do Partido Comunista soviético, não lhe coube exercer nenhuma influência decisiva na fundação do Komintern nem na definição das vinte condições de acesso à nova Internacional (foi Lenin quem as redigiu). Terá exercido influência, mais adiante, no processo de "bolchevização", mas não se deve exagerá-la. Pelo menos até 1925, a adaptação ao paradigma russo foi empreendida com entusiasmo, muitas vezes sectário, pelas próprias direções nacionais. Na esquerda italiana, a influência decisiva foi de Gramsci, preocupado não somente em "bolchevizar" seu próprio partido como em polemizar com outras tendências oriundas da Segunda Internacional que também pretendiam filiar-se ao Komintern. Quando Stalin tornou-se o principal dirigente do PC soviético, nos últimos anos da década de 20, o Komintern estava já "bolchevizado", tanto ideológica quanto organicamente. Estava, portanto, em boa medida, "stalinizado", já que o chefe mundial do bolchevismo passara a ser, incontestavelmente, Stalin. Entretanto, quando falamos em "stalinização" do comunismo internacional, não é ao processo de bolchevização (que, em sua fase final, efetuou-se sob o mando de Stalin), mas aos métodos policialescos de intervenção nos diferentes partidos nacionais, que estamos nos referindo. Vale dizer: a bolchevização ocorreu nos anos 20, a stalinização, nos anos 30.

Se é clara e indiscutível a natureza terrorista da ditadura staliniana na União Soviética, sua capacidade coercitiva variou, no plano internacional, na razão inversa da distância. Sem dúvida,

os agentes de Stalin tinham a mão comprida e não podendo, no exterior, liquidar opositores por meio de farsas judiciais seguidas de execuções sumárias, recorriam ao "assassinato seletivo" puro e simples. O caso de Trotski é apenas o mais célebre de uma longa lista. Mas, evidentemente, não se controla um movimento internacional na base de assassinatos seletivos. No que concerne aos partidos comunistas europeus, o controle tornou-se imediato na medida em que, com a ascensão do nazi-fascismo, seus dirigentes tiveram de se refugiar na União Soviética. O comunismo latino-americano, inclusive o brasileiro, escapou a esse controle policial-terrorista não apenas devido à distância geográfica que o separava do centro moscovita, mas também por sua posição periférica relativamente ao próprio movimento revolucionário dos povos oprimidos pelo imperialismo, cujo epicentro se situava na Ásia, notadamente na China. O controle que sofreu foi político e ideológico e, por isso mesmo, a diferença entre "bolchevização" e "stalinização", perfeitamente clara nos partidos comunistas dos centros metropolitanos do capitalismo, é pouco perceptível entre nós.

Cabe acrescentar, contra longa, tenaz e aguerrida interpretação conspirativa que reduz o combate dos comunistas nos quatro cantos do planeta ao mero cumprimento "burocrático" de ordens emanadas de Moscou, que mesmo relativamente à revolução chinesa, sobre a qual se concentraram, em meados dos anos 20, suas preocupações, o Komintern, Stalin incluído, pesou pouco ou praticamente nada em decisões cruciais do Partido Comunista chinês, como a de empreender a "Longa Marcha", transformando-se em vanguarda de um exército guerrilheiro maciçamente composto de camponeses. Mao Zedong,\* embora prestando constante homenagem a Marx, Engels, Lenin e Stalin, sempre seguiu, no que dizia respeito às diretrizes e ao curso da revolução chinesa, sua própria cabeça e seu próprio caminho. Não por acaso um de seus lemas mais célebres era o de "contar principalmente com suas próprias forças".

Mesmo em relação aos partidos comunistas mais suscetíveis de ser objeto de um rígido controle por parte do centro moscovita, não será demais insistir em que a bolchevização enquanto adoção do paradigma do partido russo constituía não somente,

\* Mao Tsé-tung, na transliteração antiga.



como já observamos, um processo entusiasticamente desencadeado pelas secções nacionais da nova Internacional, mas também um imperativo de clarificação orgânico-política no seio dos antigos partidos da desmoralizada (por sua conivência com a atroz carnificina de 1914-18) Segunda Internacional. Um tal imperativo só se colocava, evidentemente, nos países onde a socialdemocracia constituía e constituía ainda uma força determinante do movimento social, notadamente operário. Era certamente o caso da Alemanha, da França, da Itália, principalmente. Em países de forte presença anarquista, como a Espanha, as diferenças programáticas e orgânicas entre os discípulos de Bakunin e os de Marx estavam de há muito arraigadas na cultura operária; a necessidade, para os comunistas, de se distinguir dos "social-traidores", "socialpatriotas", etc. colocava-se com muito menor intensidade.

Como no período aberto pela *perestroika* e o conseqüente colapso dos regimes comunistas da Europa do Leste generalizou-se a tendência a tratar Lenin e Stalin, o bolchevismo e o stalinismo como "farinha do mesmo saco", não será inútil lembrar que um dos mais importantes escritos da fase final da vida de Lenin foi *O esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920), onde a experiência tática e programática do bolchevismo é relembrada e contraposta ao sectarismo e ao antiparlamentarismo de princípio dos "comunistas de esquerda" alemães e ingleses. Para Lenin, a "bolchevização" nada tinha a ver com o aventureirismo e o golpismo pseudo-revolucionários. Sua preocupação nesse texto clássico foi conter o ardor hiperbolchevista de certos admiradores, politicamente ainda demasiado jovens, da grande Revolução de Outubro.

## 6. O IMPACTO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO SOBRE A ESQUERDA BRASILEIRA: DA DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA REPÚBLICA DOS SOVIETES À FORMAÇÃO DO PCB

Do fato, assinalado por todos os historiadores, a começar pelo próprio Astrojildo Pereira, seu principal protagonista, de que o Partido Comunista do Brasil foi fundado por um punhado de intelectuais e operários oriundos do e rompendo com o anarquismo, duas importantes conseqüências não nos parecem haver sido suficientemente salientadas:

1. enquanto corrente política, o comunismo precedeu o marxismo em nosso país, ou, mais exatamente, já que ambos, embora estejam longe de se confundir, são inseparáveis, o marxismo penetrou na luta política por meio do comunismo;<sup>18</sup>

2. a inexistência no Brasil de uma corrente marxista pré-comunista (vinculada à Segunda Internacional socialdemocrata) poupou ao movimento operário e em geral à esquerda brasileira a sempre traumática ruptura entre "verdadeiros" e "falsos" marxistas, com sua inevitável seqüela de ressentimentos, de intolerância recíproca: a "luta ideológica" que acompanhou o surgimento do Partido Comunista do Brasil (doravante designado como PCB) foi muito mais objetiva e civilizada do que seriam, em décadas posteriores, as que suscitaram os numerosos "rachas" que dividiram num fatal processo de fragmentação o movimento comunista brasileiro.

Que o comunismo do século XX (herdeiro, mas profundamente distinto daquele articulado em torno do *Manifesto comunista* de Marx e Engels) tenha surgido da e com a Revolução socialista de Outubro é uma evidência incontestável. Mas em poucos países terá exercido a distância um efeito tão direto quanto no Brasil. Ninguém melhor do que Astrojildo Pereira sentiu e tirou as conseqüências intelectuais e políticas do efeito de Outubro sobre a esquerda brasileira. A 25 de novembro de 1917, vale dizer, logo que tomou conhecimento dos "dez dias que abalarão o mundo", empreendeu a redação de um folheto publicado dois meses depois sob o título *A Revolução Russa e a imprensa*. Trata-se de uma defesa e ilustração da "obra dos maximalistas russos" em face das calúnias dos "miseráveis escribas" dos jornais bem-pensantes e até dos pretensamente criados "para as classes operárias", como *A Razão*. A leitura desse curto folheto (ocupa doze páginas da coletânea organizada por Michel Zaidán)<sup>19</sup> nos mostra Astrojildo sustentando com ironia e paixão, mas com argumentos previsivelmente anarquistas, a causa de Lenin e de seus companheiros. A evolução de sua atitude antecipou a trajetória do núcleo dirigente do PCB em formação: do apoio entusiasta à Grande Revolução de Outubro à conseqüente ruptura com o anarquismo, após um período em que, como refere o próprio Astrojildo, "os periódicos anarcossindicalistas favoráveis à revolução bolchevique — e todos o foram até pelo menos 1920 — publicavam em suas colunas artigos e documentos autênticos

sobre a revolução, colhidos na imprensa operária da Europa e da América".<sup>20</sup>

Escapa ao nosso propósito examinar em que medida a ruptura com o anarquismo foi impulsionada pela crescente hostilidade dos anarquistas à ditadura revolucionária dos "maximalistas" russos e/ou pela crescente identificação de Astrojildo e seus companheiros mais próximos com a Revolução de Outubro. De nosso ponto de vista, importa sobretudo assinalar o predomínio da política sobre a ideologia no espírito dos intelectuais e operários que trocaram a doutrina anarcolibertária pelo combate político sob a bandeira do bolchevismo. É sintomática neste sentido a enumeração dos textos bolchevistas publicados no Brasil durante o processo de fundação do PCB, vale dizer, durante o período em que os anarquistas identificados com a Revolução Russa prepararam, tomaram e aplicaram a decisão de criar um partido que constituísse, no Brasil, a expressão orgânica do movimento comunista internacional. Astrojildo menciona os principais: dentre estes, um só trata de questões teóricas, a saber, "A democracia burguesa e a democracia proletária", de Lenin, adotado, sob forma de teses, pelo congresso de fundação da Internacional Comunista em março de 1919. Os outros textos mencionados são manifestos e discursos de Lenin, de Máximo Gorki, de Clara Zetkin, publicados no período 1919-21 em jornais e semanários progressistas (*Sparíacus*, do Rio de Janeiro, *A Hora Social*, de Pernambuco, (*sic*), *Alba Rossa* e *Vanguarda*, de São Paulo).<sup>21</sup>

Também a cuidadosa compilação bibliográfica efetuada por Edgard Carone em seu *O marxismo no Brasil* confirma a precariedade dos materiais teóricos oferecidos aos brasileiros desejosos de conhecer melhor o bolchevismo e a Revolução Russa. Na lista de obras classificadas por ano de edição, encontramos, relativamente a 1918, apenas a já referida *A Revolução Russa e a imprensa*, de Astrojildo. De 1919, mencionam-se três livros, dos quais um só, *O que é o maximalismo*, de Edgard Leuenroth e Hélio Negro, trata de questões políticas de fundo e ainda assim de um ponto de vista hostil ao marxismo: a despeito do título, o livro, com efeito, na expressão de Carone, "não passa de um programa anarquista".<sup>22</sup> Em 1920, a enumeração de Carone abrange seis livros, número que só iria ser igualado em 1930, entre os quais o primeiro de Lenin, *Conquista do pão*, prova-

velmente uma compilação de textos, já que esse título não figura no índice exaustivo das obras de Lenin.<sup>23</sup> Em 1921, segundo Carone, apenas dois títulos foram publicados sobre nosso tema, um dos quais de José Alves, *Quem é Lênine*. Os periódicos progressistas e operários ofereceram mais abundantes subsídios, "reproduzindo artigos de Lenin, Trotski, Lunatcharski e outros".<sup>24</sup> Ainda assim, permaneceram debilíssimos os recursos bibliográficos sobre o comunismo de que dispuseram, durante aqueles anos, os leitores, salvo os que tinham acesso a línguas estrangeiras. Essa situação não mudou sensivelmente após a fundação do PCB em março de 1922. O núcleo fundador foi levado a concentrar parte considerável de sua intensa atividade política e jornalística na polêmica contra os detratores da Revolução de Outubro, vale dizer, a justificar a decisão de romper com o anarquismo e a refutar as calúnias reacionárias a respeito do Estado soviético. Se, como notamos acima, a ausência de uma corrente marxista pré-comunista no movimento operário brasileiro tirava importância política imediata ao áspero confronto ideológico que naquele momento se travava nos países europeus entre os partidários da Segunda e os da Terceira Internacional, cabe observar, de outro lado, que os operários e intelectuais socialistas brasileiros haviam sido privados da ampla difusão da obra teórica e programática de Marx, Engels e epígonos promovida nos países europeus, notadamente a Alemanha, a França e a Itália, onde a socialdemocracia se tornara desde as últimas décadas do século XIX um forte movimento de massas. A consequência mais evidente dessa lacuna já foi apontada: no Brasil inverteu-se o processo histórico-intelectual que levou ao comunismo a partir do marxismo. Ora, a partir de 1924, Stalin, amigos e epígonos vão gradualmente assumindo o monopólio da hermenêutica marxista-leninista e, em geral, o controle da produção literária comunista. Isso não significa que no plano bibliográfico o leitor brasileiro tenha sido reduzido aos textos de Stalin. Entre 1924 e 1930 inclusive, como revela a já referida classificação da bibliografia marxista publicada no Brasil por ano de edição, editaram-se apenas dois livros de Lenin, *O Manifesto comunista* de Marx e Engels e um livro de Bukharin. Nada de Stalin nem de Trotski. Mas os dirigentes do PCB, particularmente seus dois mais brilhantes intelectuais, Astrojildo e Octavio Brandão, que tinham acesso à literatura socialista publicada em línguas estran-

geiras, foram fortemente influenciados, em seu esforço de assimilação dos fundamentos do marxismo e do bolchevismo, pela concepção staliniana do marxismo-leninismo, tal como formulada em *Sobre os princípios do leninismo*, notadamente. A evolução político-intelectual de Octavio Brandão, mais talvez do que a de Astrojildo, exprime a caminhada político-doutrinária do PCB em seus primeiros anos de existência, do bolchevismo ao marxismo, ambos apreendidos à luz da crescentemente preponderante hermenêutica staliniana. Por sua exemplar importância, a trajetória de Brandão merece ser considerada mais detidamente.

Embora tratando das grandes questões nacionais e internacionais, a intensa atividade jornalística desenvolvida por Astrojildo em *Movimento Comunista* (órgão mensal e depois quinzenal do PCB, com 24 números publicados de janeiro de 1922 a julho de 1923)<sup>25</sup> não enfrentou temas de ordem teórico-doutrinária. De resto, àquela altura, as divergências na cúpula do bolchevismo estavam apenas se configurando. Ainda não se exprimiam internacionalmente como luta de facções, nem muito menos de tendências com programas contrapostos. John DuUes, em seu conhecido estudo sobre as relações entre anarquistas e comunistas brasileiros, lembra que, em 1922, Astrojildo forneceu a Octavio Brandão, que após alguma hesitação se aproximava do comunismo, alguns livros "todos em francês, que responderiam às questões colocadas por Brandão a respeito do marxismo um ano antes". Entre eles, "o *Manifesto Comunista*, obras de Lenin, *Terrorismo e Comunismo* de Trotski e *Junto a Lenin e Trotski* de A. Morizet".<sup>26</sup> Foi sem dúvida sob a influência dessas leituras que alguns meses mais tarde, a 15 de outubro de 1922, Brandão formalizou seu ingresso no PCB.

Dois anos depois, a 22 de agosto de 1924, escondido da polícia de Artur Bernardes, ele concluiu seu "Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil", subtítulo de *Agrarismo e industrialismo*.<sup>27</sup> Procuraremos mostrar mais adiante como o arcabouço teórico dessa obra exprime uma concepção da teoria marxista próxima da de Stalin. Proximidade metodológica, digamo-lo desde logo, já que seria cometer óbvio anacronismo atribuir-lhe, ou a Astrojildo, qualquer tomada de posição política em face do confronto já desencadeado na cúpula do poder bolchevista, em torno da sucessão de Lenin, mas ainda circunscrito aos bastidores da direção do Partido e do Estado soviéticos.

## 7. O "MARXISMO-LENINISMO" E A "DIALÉTICA STALINIANA" EM *AGRARISMO E INDUSTRIALISMO*

Analisado fora de contexto, vale dizer, não levando em conta seu caráter pioneiro e a precariedade dos instrumentos teóricos manejados por Brandão (uma assimilação sumária e filosoficamente ingênua da dialética marxista, uma desenvoltura pueril na aplicação dessa dialética à periodização da história do proletariado no Brasil...), *Agrarismo e industrialismo* não resiste à crítica. O próprio Brandão, muitos anos depois, em 1957, apontaria, autocriticamente, os erros de seu livro, atribuindo-lhe inclusive a principal responsabilidade pelos desvios direitistas que teriam caracterizado a linha do PCB entre 1924 e 1928.<sup>28</sup> Não é aqui o lugar para avaliar a pertinência dessa autocrítica. Pretendemos apenas examinar em que medida o marxismo de Brandão, apreendido à luz do bolchevismo, reflete ou mesmo anuncia a crescente influência política doutrinária de Stalin e seus amigos na URSS e no Komintern.

Antes de mais nada, impõe-se um esclarecimento sobre a cronologia da produção teórica de Stalin e da bibliografia staliniana. Até agora referimos a elaboração do conceito de estratégia e dos conceitos correlatos, notadamente o de etapa, ao texto onde está exposto de maneira mais completa e sistemática, a saber, *Sobre os problemas do leninismo*, ciclo de conferências pronunciadas por Stalin na Universidade Sverdlov, no início de abril de 1924, poucos meses depois da morte de Lenin, ocorrida em janeiro daquele ano. Não efetuamos um levantamento lexicográfico e bibliográfico exaustivo sobre o aparecimento do termo "estratégia" e do termo "etapa" no bolchevismo, mas é provável que Stalin tenha sido o primeiro a sistematizá-los. Em julho de 1921, redigiu o "esboço de um plano para um folheto" intitulado *Estratégia e tática políticas dos comunistas russos*, no qual estão efetivamente muito bem esboçados os conceitos que exporá em *Sobre os princípios do leninismo*.<sup>29</sup> A observação é relevante para nosso argumento, já que parece altamente improvável que Brandão, em julho de 1924, tivesse lido e assimilado o texto do ciclo de conferências feitas por Stalin na Universidade Sverdlov apenas três meses antes, em abril de 1924. É menos improvável que tenha lido a versão mais elaborada do citado "esboço" de julho de 1921, publicada com o título *A questão da*

*estratégia e da tática dos comunistas russos*, na edição do *Pravda* de 14.3.1923.<sup>30</sup>

Tenha lido ou apenas ouvido referências a esses escritos de Stalin ou mesmo — hipótese que, como veremos mais adiante, é a sugerida pela documentação historiográfica disponível — tenha espontaneamente conferido à "dialética marxista" e particularmente à noção de *etapa* o mesmo estatuto teórico e metodológico que encontramos nos três trabalhos de Stalin acima mencionados, não pode haver qualquer dúvida a respeito da substancial convergência do marxismo de Brandão com o marxismo de Stalin.

Especialmente notável nesse sentido é o subtítulo que caracteriza a doutrina inspirador a de *Agrarismo e industrialismo: "Ensaio marxista-leninista"*. Nos seus escritos de 1923, Stalin não emprega o termo "leninismo" (que só definirá em abril de 1924, logo após a morte de Lenin, como "o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária"),<sup>31</sup> mas simplesmente o tratamento partidário de "camarada Lenin". A fórmula "marxismo-leninismo", entretanto, só seria lançada na URSS no final da década. Mesmo então, seu sucesso não foi imediato: só após o término da Segunda Guerra Mundial passou a designar internacionalmente os fiéis partidários de Stalin, sobretudo a partir da ruptura sino-soviética, quando a direção do PC da China, assumindo a defesa teórica e política do legado staliniano contra o "revisionismo khrushcheviano", erigiu-se em guardiã da pureza do "marxismo-leninismo". Mas, em 1924, nem Stalin nem qualquer outro dirigente do comunismo internacional designavam o *corpus* teórico-doutrinário de seu movimento pela expressão "marxismo-leninismo". Não é de excluir — até prova em contrário — que Brandão, ao autodefinir seu ensaio como "marxista-leninista", tenha antecipado com agudíssima intuição intelectual uma evolução doutrinária que, mesmo na própria União Soviética, só se configuraria vários anos depois.

Podemos sintetizar da seguinte forma como segue as implicações doutrinárias das datas de redação e de publicação de *Agrarismo e industrialismo*:

1. muito provavelmente Brandão, se não forjou, ao menos empregou pioneiramente a mais tarde canônica expressão "marxismo-leninismo", ou, mais exatamente, a forma adjetivada dessa expressão ("ensaio marxista-leninista");

2. J. Dulles traduziu mal para o inglês, em seu *Anarchists and Communists in Brazil*, a informação prestada por Brandão quanto à data em que concluiu a redação de *Agrarismo e industrialismo*; o brasilianista norte-americano afirma que o livro "was completed on August 22, 1924", <sup>32</sup> mas o comunista brasileiro precisa que, naquela data, concluiu "a parte fundamental" do livro; <sup>33</sup> bastaria, com efeito, ler o texto com atenção para notar que a "história do proletariado do Brasil", em que Brandão desenvolve uma dialética das etapas prodigiosamente semelhante à staliniana, vai até o 1º de maio de 1925, data da "aurora de *A Classe Operária*", "primeiro e único órgão da classe operária do Brasil". <sup>34</sup> É evidente, pois, que acréscimos importantes foram introduzidos no texto durante a longa espera de sua publicação, que só ocorreu em abril de 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer e com indicação falsa do lugar de edição — Buenos Aires — para despistar a polícia política do presidente Artur Bernardes;

3. O fato de que o texto tenha sido retocado *depois* de 1º de maio de 1925 amplia o prazo de recepção da influência staliniana; talvez não seja casual que entre os acréscimos efetuados por Brandão após a conclusão da "parte fundamental" do livro (22 de agosto de 1924, como notamos acima) figure a mais recente *etapa* da história das lutas operárias, isto é, justamente a parte de *Agrarismo e industrialismo* onde se manifesta com mais nitidez uma concepção staliniana do processo histórico. É verdade que retrospectivamente, em *Combates e batalhas*, Brandão aponta apenas o célebre *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, de Lenin, como fonte inspirador de sua elaboração teórica <sup>35</sup> e declara que "os trabalhos de Stalin só chegaram ao Brasil posteriormente" (à primeira metade de 1924). <sup>36</sup> Mas a leitura das obras de Stalin não constituía, sobretudo quando este já pontificava na cúpula do poder bolchevista, a única maneira de receber a influência de suas idéias.

De qualquer modo, a mais sólida certeza cronológica no esforço para discernir o que se deve ao marxismo de Brandão e o que se deve ao marxismo de Stalin em *Agrarismo e industrialismo* é aquela referida no tópico 1: ao definir doutrinariamente seu ensaio como "marxista-leninista", Brandão, talvez sem se dar conta (não encontramos qualquer declaração sua a esse respeito) inscreveu-se entre os inventores do marxismo-leninismo.



A cronologia, nesse ponto, é conclusiva. A fórmula "marxismo-leninismo", conforme o verbete que lhe é consagrado pela sempre bem documentada enciclopédia *Marxism, Communism and Western Society* (elaborada por uma equipe composta pelos mais ilustres "kremlinólogos" norte-americanos), surgiu somente "no final dos anos 20", passando a ser usada em "publicações oficiais"... "a partir de 1931".<sup>37</sup> Segundo a mesma fonte, coube a A. M. Deborin e ao grupo reunido em torno dele na Academia Comunista lançar a expressão numa conferência consagrada exatamente aos "institutos de pesquisa marxistas-leninistas", que se realizou em março de 1928.<sup>38</sup> Mesmo supondo que Brandão tenha acrescentado o subtítulo "marxista-leninista" às vésperas da impressão de *Agrarismo e industrialismo*, ainda assim ter-se-á antecipado dois anos à iniciativa de Deborin.

O pioneirismo intelectual de Brandão não se limitou, portanto, à aplicação do marxismo-leninismo na interpretação do Brasil: abrangeu a própria caracterização da doutrina por meio da qual o interpretou. Reforça-se assim a hipótese de haver sido espontânea sua convergência com o marxismo de Stalin, ou, para ser mais exato, com a evolução doutrinária do marxismo sob a ditadura staliniana, já que o próprio Stalin relutou em utilizar a fórmula lançada na URSS por Deborin. Só no final dos anos 30 empregou-a em artigo que redigiu para a *História do Partido Comunista da União Soviética*.<sup>39</sup>

De poucas obras dir-se-á com razão serem tão paradoxais quanto *Agrarismo e industrialismo*. Seus defeitos saltam aos olhos, mas não devem fazer perder de vista nem o pioneirismo doutrinário, que pensamos haver convincentemente ressaltado, nem a percepção, que nos parece justa, de que o principal conflito no Brasil de então opunha os interesses da nação aos das oligarquias agrárias. Também são globalmente justas suas observações sobre o imperialismo e a subordinação econômica dos interesses agrários à alta finança inglesa, bem como sobre as perspectivas sombrias que nos reservava nossa posição de monoexportadores de café. Quantos economistas liberais e "pós-modernos" hoje pontificando com sua tagarelice sobre as virtudes teológicas da privatização e do mercado seriam capazes de previsões como a que o jovem intelectual comunista formulou no esconderijo a que o acuara a polícia de Artur Bernardes:

Hoover, secretário do comércio, agente do imperialismo norte-americano, faz campanha contra o café brasileiro, preconizando até o boicote. Enquanto isto, os bancos ingleses emprestam dinheiro à Brazilian Coffee e ao Instituto de Defesa Permanente do Café. Como, porém, a América do Norte é o maior consumidor do café brasileiro, desenha-se no horizonte uma grave crise cafeeira... a dominação econômica e política do fazendeiro de café irá de águas abaixo e, o que é mais sério, o país debater-se-á numa crise horrível.<sup>40</sup>

## 8. A PERSISTÊNCIA DA PRESENÇA STALINIANA NO COMUNISMO BRASILEIRO

O fato de que Brandão, mais de meio século depois da redação de *Agrarismo e industrialismo*, tenha minimizado no testamento político que é *Combates e batalhas* sua convergência com o marxismo de Stalin se explica pela óbvia e compreensível motivação de se distanciar de um fantasma incômodo.<sup>41</sup> Isso não quer dizer que ele tenha sido mais "stalinista" do que outros comunistas de sua geração. Com a evidente exceção dos trotskistas e daqueles que deixaram o Partido "batendo a porta", até 1956 ser comunista, ser bolchevista e ser stalinista eram expressões praticamente sinônimas. Politicamente, Astrojildo foi mais "stalinista" do que Brandão: em 1929, estando em Moscou, apoiou decididamente o grupo dirigente reunido em torno de Stalin, que desferia os golpes finais na oposição chefiada por Trotski.<sup>42</sup> Intellectualmente, porém, a situação se inverte. Não se nota nos escritos de Astrojildo nenhuma influência especificamente staliniana. Ao passo que, como pensamos haver deixado claro, a compartimentação artificial do processo histórico em etapas datadas com a precisão de um calendário e encadeadas umas às outras como momentos da tríade dialética (a "tese" iria de 15 de novembro de 1889 a fins de 1917; a "antítese" de fins de 1917 a 25 de março de 1922, fundação do PCB, quando teria começado a "síntese") configura uma compreensão notavelmente mais ingênua, simplista e dogmática do marxismo do que a de Stalin, o qual, comparado a Brandão, foi um finíssimo dialético.<sup>43</sup>

Muito mais importante, entretanto, do que abrir um inquérito político-intelectual sobre o grau de stalinismo de cada comunista brasileiro é salientar que os conceitos e métodos de análise expostos e desenvolvidos em *Sobre os princípios do leninismo* continuaram em uso durante muitos anos após a morte do Gengis

Khan do bolchevismo (1953) e de sua condenação pelo XX Congresso do PC soviético (1956). Utilizaram-no mesmo dirigentes políticos e intelectuais revolucionários que romperam com o PCB em 1966-67 para passar à luta armada, ou que, como é o caso do núcleo dirigente dos COLINA, não haviam sido formados nem na escola do PCB nem na do PC do B (este, como se sabe, assumiu decididamente o legado de Stalin), mas na do POLOP. Mencionaremos mais adiante dois exemplos significativos dessa persistência da influência teórica de Stalin no marxismo pós-staliniano da segunda metade dos anos 60 em nosso país. Desde logo, porém, fica claro que, ao sobreviverem à condenação política de seu autor pelos novos dirigentes soviéticos, as idéias de Stalin mostraram possuir uma força própria de atração e uma consistência teórico-doutrinária que não poderia (a não ser numa concepção da história política tão ou mais policialesca que a do próprio Stalin) ser reduzida ao enquadramento intelectual exercido pelo aparelho partidário do comunismo internacional durante o quarto de século em que esteve submetido à autoridade discricionária do então Guia Genial dos Povos.

Execrado pelos antistalinistas que haviam sofrido, muitos na própria pele, os golpes da escalada terrorista do poder soviético ao longo dos anos 30, incômodo para os comunistas ortodoxos, que aceitaram, mais dilacerados do que aliviados, as "revelações do XX Congresso", celebrado apenas desde então pelos maoístas e afins, Stalin sobreviveu como teórico muito mais do que como dirigente político: mesmo os maoístas admitiram, com discretíssimo eufemismo, que ele havia cometido "certos erros". No Brasil, essa sobrevivência teórica não se circunscreveu ao PC do B, vale dizer, aos stalinianos explícitos. Manteve-se no PCB, como em boa parte dos demais partidos comunistas ligados ao PC soviético, mesmo porque a partir de 1964, quando Leonid Brejnev assumiu-lhe a direção, o processo de "desestalinização" ficou congelado, embora não tenha ocorrido uma "reabilitação" formal do ditador morto onze anos antes. Entre os marxistas de esquerda, no Brasil e alhures, houve mesmo, nitidamente a partir da vaga revolucionária de 1968, uma certa ressurreição política de Stalin, cuja imagem associa-se à firmeza e à intransigência em face do belicismo imperialista: na "geração de 68" havia principalmente castristas-guevaristas e também trotskistas, além de maoístas-stalinistas, mas havia sobretudo

ardorosa indignação e profundo repúdio contra as atrocidades genocidas praticadas pelo Pentágono no Vietnã e alhures. Compreende-se assim que, para uma parcela importante dos participantes da vaga revolucionária do final dos anos 60, a imagem de Stalin tenha representado a violência dos revoltados contra a dos opressores.

Os dois exemplos brasileiros que escolhemos para ilustrar a permanência teórica e, em menor medida, a ressurreição política do Gengis Khan do bolchevismo referem-se a militantes não explicitamente stalinistas, já que, obviamente, todos os militantes do PC do B, da chamada AP do B e de suas respectivas células pertenciam mais ou menos abertamente à corrente maoísta-stalinista do comunismo.

O primeiro desses exemplos apresenta excepcional interesse, tanto teórico-doutrinário quanto historiográfico. Trata-se do artigo "O leninismo na América Latina", publicado no n.º 3-4 da revista *América Latina* (datada de março-julho de 1968), de autoria de Caio Pinheiro, pseudônimo de uma das mais brilhantes inteligências da geração revolucionária de 68, Ângelo Pezzutti, um dos fundadores dos Comandos de Libertação Nacional (COLINA).<sup>44</sup> O aniquilamento da VPR, à qual aderiram os COLINA em 1969, o golpe de Pinochet no Chile, onde se haviam refugiado os remanescentes da VPR, inclusive Pezzutti e, enfim, sua morte num acidente de trânsito em Paris, em 1975,<sup>45</sup> levaram à dispersão e muito provavelmente ao quase total desaparecimento de seus escritos do período em que foi dirigente dos COLINA e da VPR.<sup>46</sup> Onde o interesse documental e historiográfico do artigo em exame, que conservamos em nosso arquivo pessoal. Quanto ao interesse teórico-doutrinário desse artigo, a exposição que segue, embora necessariamente muito condensada, será, esperamos, suficientemente conclusiva.

Caio Pinheiro, aliás Ângelo Pezzutti, parte da definição staliniana do leninismo, como "marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária". Apoia sua exposição em Lenin e em Stalin, ressaltando a importância das teses deste último sobre "o incremento do movimento revolucionário em todas as colônias e em todos os países dependentes". Coloca desde logo a questão central para a qual aponta o título de seu artigo: "Se o leninismo tem algo de universal e *o que* tem de universal que o torna aplicável à América Latina". Recriar

o leninismo naquele momento e naquela circunstância implicava determinar "as modificações que sofreu a correlação de forças em todo o mundo". Pezzutti, como a grande maioria dos intelectuais revolucionários de sua geração, inclusive muitos trotskistas, tirou as consequências teóricas e estratégicas da situação internacional de sua época: o impulso para a ruptura da cadeia de dominação imperialista vinha dos povos coloniais, dos argelinos, dos cubanos, dos vietnamitas, da África austral, da Palestina. Ser leninista, nos anos 60, implicava reconhecer o "deslocamento das contradições mais acirradas para os países neocolonizados". Era tão forte esse reconhecimento, que as tendências mais combativas do trotskismo, rompendo com o messianismo obreirista, assumiram, com grande clareza no caso da tendência "pablista" (Michel Raptis, seu principal dirigente, foi um dos articuladores da rede clandestina de apoio à FLN argelino em luta para libertar a pátria do colonial-fascismo francês), de maneira um tanto ambígua e hesitante no caso da tendência dita de Frank-Mandel, o espírito das teses "guevaristas" de que a melhor forma de solidariedade antiimperialista para com o Vietnã e os demais países do "mundo colonial" em luta pela emancipação era travar o combate revolucionário em cada ponto do planeta, criando "dois, três, muitos Vietnãs".

O argumento estratégico decisivo de Pezzutti é rigorosamente leninista, isto é, rigorosamente extraído da síntese do pensamento de Lenin tal como a expôs Stalin em *Sobre os princípios do leninismo* (ou *Fundamentos do leninismo*, outra tradução do título do mesmo livro, adotada por Pezzutti). Stalin, com efeito, com o agudo sentido da operacionalidade dos conceitos políticos já por nós ressaltado, compreendeu o alcance da metáfora leniniana do "elo mais fraco" da cadeia de dominação imperialista. A revolução proletária triunfou na Rússia, império militar feudal de base social predominantemente camponesa, e não nos países capitalistas adiantados da Europa ocidental (onde deveria ter triunfado segundo as previsões de Marx e Engels), exatamente porque nela se acumulavam e condensavam da maneira a mais explosiva as contradições do capitalismo internacional. Em 1917, a Rússia era o "elo mais fraco" do capitalismo mundial. "Hoje [em 1968] o fulcro, o ponto de inserção, a vanguarda da revolução encontra-se nos países subdesenvolvidos." Esse deslocamento do "elo mais fraco" fundamentava, para Pezzutti — e para a ge-

ração revolucionária de 68 — a recriação do leninismo na América Latina, um leninismo que retrospectivamente nos aparece como um bolchevismo ou mesmo um jacobinismo do Terceiro Mundo, herdeiro do marxismo de Lenin por meio de Stalin, de Mao Zedong, de Fidel Castro e de Che Guevara.

O segundo exemplo nos remete, três anos depois, à "autocrítica da esquerda armada". Trata-se de uma polêmica em torno do documento "Uma autocrítica necessária" elaborado por um grupo de militantes da ALN, cujos articuladores mais conhecidos foram Ricardo Zarattini e Rolando Fratti. Publicado inicialmente no n° 7 da revista *Debate*,<sup>47</sup> o documento foi discutido nesse mesmo número (datado de setembro de 1971) e nos cinco números seguintes da revista (até o n° 12, de abril de 1973). Foi uma polêmica exemplar, considerando as condições da época (dispersão geográfica, abatimento político, dificuldades materiais de todo gênero com que se defrontava nossa emigração política naquele início sombrio dos anos 70). Dela participaram militantes ligados a distintas correntes do que então se chamava a "esquerda revolucionária" (= esquerda armada + grupos sem armas mas programaticamente à esquerda do PCB), cujas apreciações críticas eram respondidas, em nome da "Tendência leninista da ALN" (a organização formada pelos militantes da ALN que aceitaram o documento "Uma autocrítica necessária") por José dos Santos, pseudônimo cujas iniciais, por coincidência ou não, eram as mesmas que as de J. Stalin.

Aqui nos interessa, nessa polêmica multilateral, a discussão travada a respeito de Stalin. O fato de havermos pessoalmente participado dessa discussão não nos tira a objetividade não tanto por causa do tempo transcorrido, mas sobretudo porque a tomada de posição relevante sobre Stalin não é a nossa, mas a oposta, assinada pelo porta-voz José dos Santos. Na origem da discussão estavam observações críticas que formuláramos, num dos artigos que havíamos consagrado à análise do documento "Uma autocrítica necessária", à "estratégia nacional libertadora" e/ou "programa nacional-libertador" (expressões ali empregadas como equivalentes), contestando, quanto ao método, o modo como utilizava a noção de "estratégia" e, quanto ao fundo, que a "libertação nacional" pudesse constituir o objetivo e portanto a palavra de ordem central do combate revolucionário brasileiro naquele momento histórico. Foi a propósito da crítica da noção

de estratégia que mencionamos a definição proposta pelo "marechal Stalin". Sem dúvida, essa designação militar comportava certa ironia, mas como ele fora de fato o generalíssimo do Exército Vermelho, a quem a humanidade deve, no essencial, o desmantelamento da máquina de guerra nazista, não havia na ironia nada de injurioso: apenas marcávamos que primava nele sua qualidade de chefe militar e ditador do Estado soviético e, indiretamente, que condenávamos seus métodos policiais-terroristas.<sup>48</sup> A réplica de José dos Santos exprime com particular clareza a imagem que tinham de Stalin os leninistas da ALN.

Em primeiro lugar, não vemos por que o fato de ser esta expressão ("estratégia") usada de preferência pelo camarada Stalin prejudicaria a legitimidade de seu uso. Consideramos um sectarismo absolutamente injustificável esta negação de qualquer valor à interpretação, divulgação, explicação (e, em certos casos, até ao desenvolvimento criador) do leninismo que o camarada Stalin apresenta em algumas de suas obras. Dissemos "camarada" e não "marechal" (e aqui José dos Santos remete a *Debate*, nº 8, p. 32, onde havíamos escrito "marechal Stalin"), pois acontece que Stalin não era nenhum militar profissional e golpista, mas assumiu este título na heróica e vitoriosa defesa da "pátria socialista". Qualquer crítica ao "stalinismo" na teoria é legítima só quando for justificada por uma conexão com erros concretos cometidos pelo "stalinismo" na prática.<sup>49</sup>

Pensem o que quisermos dessa tomada de posição dos leninistas da ALN, ela é mais conseqüente, sincera e transparente do que o pretensioso auto-elogio que se concedeu Marta Harnecker ao anunciar haver desentranhado o conceito de estratégia da obra de Lenin (que não o utiliza), "esquecendo-se" de que Stalin já o havia perfeitamente "desentranhado".<sup>50</sup>

Quanto ao fundo teórico da polêmica que travamos com José dos Santos, vale referir, ainda que um tanto longa, a conclusão da réplica que nos dirigiu: "... não caracterizar o conteúdo das etapas de uma mesma revolução, reservando o apelido de estratégia às finalidades últimas, equívale na prática a relegar a estratégia na metafísica, ampliando sem limites os domínios da tática: períodos de vários anos (etapas) seriam orientados por simples 'momentos táticos principais',<sup>51</sup> sem nenhuma distinção com períodos breves (fases ou conjunturas, de meses ou semanas); sendo que, em toda a duração de um mesmo processo revolucionário (que pode abranger várias décadas), a estratégia ou programa seria sempre o mesmo: o ponto final, o comunismo.

Isto sim que é 'concepção mecanicista' e 'simplificação'.<sup>52</sup> Negando a validade desta distinção, o comp. F. A.<sup>53</sup> reduz o que é estratégico ao nível de uma consigna meramente tática".<sup>54</sup> Continuamos pensando, vinte anos depois, que qualquer que seja a terminologia e a conceptualização a que submetamos o processo histórico, de qualquer maneira que concebamos as formas de articulação da tática com a estratégia, estaremos condenados a correr atrás da própria sombra sempre que basearmos a definição de uma linha política numa compreensão inadequada da conjuntura, fase, etapa ou época do processo revolucionário. Num ponto importante, ao menos, os marxistas brasileiros, que, como José dos Santos, inspiraram-se em Stalin para caracterizar como "nacional-libertadora e democrática" a "estratégia" da revolução brasileira, nos parecem não somente ter tido como também continuar tendo razão: a defesa do interesse nacional e a instauração da democracia constituem os objetivos centrais da esquerda como um todo. O comunismo crítico (ou "radicalidade democrática") de Roberto Freire não preconiza outra coisa em seu conteúdo programático: o tema da "desprivatização do Estado" sobre o qual insistiu acertadamente em sua campanha presidencial de 1989 sintetiza o objetivo democrático (tornar o aparelho e o patrimônio estatais um serviço *público*) ao objetivo nacional (defender a propriedade do Estado *brasileiro* em face do projeto neoliberal de "sucateá-lo" aos grupos monopolistas multinacionais).

Estariamos sugerindo, nestas observações finais, que o legado de Stalin sobrevive nas profundezas do "inconsciente intelectual" de Roberto Freire e de seus correligionários? A conclusão seria no mínimo paradoxal, já que, como é público e notório, a tendência Freire (majoritária no PCB após o IX Congresso) se caracteriza por preconizar o abandono do 'marxismo-leninismo', essa doutrina da qual o brasileiro Brandão lançou a fórmula. Mas se paradoxo houver, estará no próprio processo de ruptura com a "ortodoxia", como procuraremos mostrar concisamente nas três observações que seguem e nos servirão de conclusão:

1. a tese de que no caminho brasileiro para o socialismo há uma etapa democrática e nacional foi incontestavelmente elaborada sob a influência do marxismo de Stalin. Mantendo essa tese (que, de resto, nos parece justa) o PCB manterá aspecto importante do legado marxista-leninista;



2. se as relações dos PCs "ortodoxos" com o PC da URSS caracterizaram-se, ao longo das décadas, pelo alinhamento sistemático, a atitude "ortodoxa" não é hoje, nesse aspecto, a dos comunistas que perseveraram no marxismo-leninismo, mas a dos que o abandonam acompanhando (como no passado) a União Soviética. Obviamente, essa irônica inversão dialética concerne à ortodoxia enquanto tendência a "seguir o fluxo", a não nadar contra a corrente: é nesse sentido que a tendência Freire aparece como ortodoxa e os marxistas-leninistas como heterodoxos. Se, em vez disso, considerarmos como ortodoxia a fidelidade à doutrina estabelecida, então obviamente os ortodoxos são os marxistas-leninistas. Etimologicamente, de resto, ninguém deve se sentir criticado: ortodoxia significa reta opinião;

3. terá ficado claro no presente estudo que os comunistas brasileiros chegaram ao marxismo (quando chegaram) por meio do bolchevismo e conheceram o bolchevismo em larga medida por meio do leninismo, isto é, da síntese doutrinária do pensamento de Lenin tal como a elaborou Stalin. Para adquirir credibilidade intelectual, para demonstrar que não está apenas uivando com os lobos neoliberais ou, o que vem ao mesmo em outro registro cultural, que não está apenas acompanhando a moda pós-moderna, o PCB reformado no IX Congresso terá de repensar, reformular e rearticular os princípios de sua concepção de sociedade e da história. Sem o que, plataformas políticas como a da "radicalidade democrática" não passarão de um dístico partidário, como tantos outros que circulam no "mercado político" neoliberal. Em especial, terá de esclarecer se o abandono do marxismo-leninismo implica a renúncia à pretensão de cientificidade do marxismo, vale dizer, à crítica da Economia Política do Capitalismo.



### III

## O GRANDE *TOURNANT*: O VI CONGRESSO DA INTERNACIONAL\* COMUNISTA (1928-1929)

MICHEL ZAIDÁN

\*Apresentamos aqui uma síntese das idéias expostas em trabalhos anteriores, notadamente em *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*, São Paulo, Vértice, 1988, *Os comunistas em céu aberto*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989, e *O PCB (1922-1930): na busca das origens de um marxismo nacional*, São Paulo, Global, 1985. Quero aproveitar o ensejo para dedicar este ensaio a uma militante comunista de invulgar doçura, Sônia Jay Wright.



"Desejaria iniciar com uma pequena observação. Lê-se nas teses do camarada Bukharin que o movimento comunista chegou pela primeira vez aos países da América Latina. Camaradas, isto não é exato. Não foi o movimento comunista que chegou pela primeira vez na América Latina, foi a Internacional Comunista que pela primeira vez se interessou pelo movimento comunista na *América Latina*" (Paulo Lacerda, *VI Congresso da Internacional Comunista*)

Como tem chamado atenção a já extensa bibliografia sobre a história da Terceira Internacional Comunista (IC), é possível reconhecer nas suas origens tanto uma certa concepção da revolução mundial, então prevalecente na liderança bolchevique, como do tipo de partido revolucionário adequado àquela. Essa concepção correspondia a uma "estratégia ofensiva a curto prazo" decorrente da análise feita por Lenin sobre a conjuntura europeia, onde se via um potencial revolucionário que deveria ser explorado (a chegada do Exército Vermelho às portas de Varsóvia, o movimento dos conselhos de fábrica, em Turim, a revolução alemã, etc). Mas, para isto, era preciso a criação de "um partido mundial da Revolução", em face do reformismo da socialdemocracia europeia e da política de cooptação exercida por esta sobre a classe operária. Daí a origem da Internacional Comunista, cuja estrutura e funcionamento acabaram por assumir fielmente todas as características do Partido Comunista russo, que em virtude das condições em que teve de manter a sua união e eficácia combativa (clandestinidade, repressão, situação minoritária do proletariado em um meio camponês e pequeno-burguês, tendências centrífugas de opressão nacional) havia adotado características semimilitares.

A "estratégia ofensiva a curto prazo" — resultante da concepção catastrofista da revolução mundial, bem como as características organizatórias (semimilitares) herdadas pela IC do Partido Comunista russo — deu origem às teses do II Congresso do Komintern, consubstanciadas nas famosas "21 condições para a admissão de um partido comunista à IC". O suposto dessa concepção era que havia um processo revolucionário em curso na

Europa (Itália, Polônia, Alemanha) fruto das crises do capitalismo "parasitário" (o capital monopolista). Entretanto, os partidos socialdemocratas europeus, ao cooptarem os estratos mais aquinhoados da classe operária ("a aristocracia operária") para a preservação do capitalismo, entravariam as tendências revolucionárias do proletariado, aliando-se à burguesia monopolista e traíndo a causa da revolução proletária.

Tendo como principal objetivo preparar a revolução operária na Europa, a visão kominterniana dos problemas estratégicos relativos aos países coloniais ou neocoloniais era determinada pelo que se passava nas colônias inglesas e francesas na Ásia e na África. O resto do mundo dependente era assimilado à Índia, à Turquia, ao Egito, à Indonésia ou à China. A América Latina não era percebida de maneira autônoma. Somente em 1922 seria designado um responsável da Internacional Comunista para assuntos latino-americanos, Alfred Stürmer, de origem suíça.<sup>2</sup> Dessa forma, as estratégias revolucionárias para os países da América Latina padeciam de uma transposição mecanicista para um contexto muito diferente daquele de origem.

Mas, em que consistiam essas estratégias?

Em torno do debate sobre a questão colonial e nacional, no IV Congresso da Internacional Comunista (1922), alinharam-se basicamente duas posições: aquela que defendia a colaboração dos comunistas com as forças "objetivamente revolucionárias", inclusive as burguesias nativas, e a que sublinhava ser essa colaboração de caráter provisório, devendo o proletariado lutar para ganhar a hegemonia sobre as outras forças atuantes no movimento de libertação nacional, ou seja, alertando para que os trabalhadores coloniais conquistassem uma posição autônoma no seio da "frente única antiimperialista".<sup>3</sup>

No V Congresso da IC (1924), a questão nacional e colonial voltou a ser objeto de uma intensa discussão entre Manuisky e N. M. Roy. O primeiro defendia a tese de que, num estágio democrático-burguês, os comunistas deviam prestar seu apoio a movimentos de libertação nacional encabeçados pela burguesia. O segundo, por sua vez, manifestava muitas restrições à participação dos comunistas nesses movimentos ao constatar a complementaridade que existia entre os interesses do imperialismo e os das burguesias nativas, após a Primeira Guerra Mundial.<sup>4</sup>

As relações entre o Komintern e os partidos comunistas da América Latina sofreriam uma enorme inflexão a partir da rea-

lização do VI Congresso da Internacional Comunista, decorrido entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928, e que pela primeira vez destinava um capítulo especial à temática latino-americana e às estratégias a serem adotadas pelos PCs dessa região. O interesse súbito da IC pela América Latina, que faz sua "estréia" no VI Congresso como delegação, pode ser explicado, por um lado, pelo fracasso da insurreição de Cantão, comandada pelo Komintern, e, por outro, pelos problemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos Estados Unidos no que diz respeito à política imperialista na América Latina. Até então ignorados pelo movimento comunista internacional, que os subordinava ao entendimento que se tinha dos problemas da revolução em países como a China, a Índia ou a Turquia, os países latino-americanos eram genericamente classificados como *coloniais ou neocoloniais*, sem nenhuma atenção para suas especificidades históricas ou políticas. Embora essa classificação seja mantida no essencial, o fato de o Congresso ter dedicado toda uma seção aos países latino-americanos deve ser interpretado à luz da derrota da revolução chinesa, do crescente isolamento político e diplomático da URSS e da importância que passa a ter o imperialismo norte-americano nas análises da IC sobre as perspectivas da revolução mundial. O descobrimento tardio do continente americano pela Internacional Comunista se dá, assim, num contexto de radicalização política da IC (em relação ao Ocidente) que implicará uma maior centralização e intervenção desta na vida de suas seções nacionais, juntamente com a escolha de dirigentes de origem operária, fiéis às orientações de Moscou, como garantia contra os desvios de direita dos intelectuais pequeno-burgueses, apontados como os principais responsáveis pela derrota da revolução no Ocidente.<sup>5</sup> Mas vejamos, agora, as discussões e resoluções que marcaram as sessões do VI Congresso.

Quanto à estratégia geral do movimento comunista internacional,<sup>6</sup> a análise do capitalismo contemporâneo naquele momento de crise coube a Bukharin. Partindo do pós-guerra, ele propõe o estudo do capitalismo em três períodos. O primeiro, de crise revolucionária aguda, abrange as várias situações revolucionárias ocorridas desde o fim da Primeira Guerra até os anos 1920-21, e teve nas revoluções russa e alemã momentos altamente significativos. O segundo marcou uma ofensiva do capitalismo

perante as derrotas de várias tentativas revolucionárias e, conseqüentemente, significou uma fase defensiva do proletariado. Apesar disso, houve ainda algumas situações revolucionárias em países coloniais e semicoloniais, como China, Síria e Marrocos. O terceiro período caracterizou-se, de um lado e inicialmente, por uma ampla reorganização capitalista, por meio de um intenso processo de monopolização e desenvolvimento técnico e, ao mesmo tempo, pelo "crescimento das forças opostas ao capitalismo" e pelo "desenvolvimento extremamente intenso das contradições do capitalismo". O aguçamento da luta de classes e a iminência de uma "situação revolucionária" acabaram, por sua vez, por agravar o "quadro geral da crise capitalista". Ainda segundo Bukharin, existiam três tipos de países: aqueles de capitalismo muito desenvolvido, aqueles com um desenvolvimento capitalista médio, como a Iugoslávia e a Romênia, e aqueles *coloniais e semicoloniais*.

As "teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias", do IV Congresso, iniciavam enfatizando que "... o enorme mundo das colônias e semicolônias converteu-se em um foco inestinguível do movimento revolucionário de massas". Após algumas referências à China, à Índia e à Indonésia — nestes dois últimos países a situação era entendida como objetivamente favorável a eclosões revolucionárias — passa-se à América Latina, onde a penetração econômica do imperialismo norte-americano foi acentuada, colocando em condições de inferioridade o imperialismo inglês. Também aí surgem as insurreições camponesas, as greves operárias — no Brasil, fala-se em uma série de eclosões no Sul do país —, que expressariam a ampliação e o aprofundamento do processo revolucionário e, em especial, a crescente sublevação dos países latino-americanos contra a dominação imperialista. Como decorrência, a agudização da contradição entre a política colonial imperialista e o desenvolvimento autônomo dos povos coloniais somente poderia ser superada por meio da luta vitoriosa das massas trabalhadoras dos países coloniais. A inevitabilidade da crise do imperialismo abria "... a possibilidade objetiva de um desenvolvimento não capitalista nas colônias atrasadas", o que, por sua vez, também introduzia o problema da tomada do poder por meio dos soviets.

As teses também faziam distinção entre os países coloniais: de um lado, estavam aqueles que absorveram a população exce-



dente das metrópoles e que acabaram se convertendo no prolongamento do sistema capitalista — de que seriam exemplos o Canadá e a Austrália — e, de outro, aqueles países que em sua origem foram explorados pelo imperialismo, constituindo-se em mercados consumidores, fornecedores de matérias-primas ou transformando-se em áreas de investimento capitalista.

Nas "colônias de imigração" houve uma reprodução da estrutura de classes existente nos países metropolitanos, e os interesses da burguesia local eram, na maioria das vezes, idênticos aos da burguesia metropolitana. Já nas "colônias de exploração", os interesses da burguesia imperialista "travam ao fim e ao cabo o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias"; se a exploração colonial pressupõe certa promoção do desenvolvimento da produção das colônias, esse desenvolvimento, graças ao monopólio imperialista, segue um caminho muito determinado e só é promovido na medida em que isso corresponde aos interesses da metrópole...

Aí se encontra o ponto crucial das relações entre o imperialismo e os países que sofreram exploração colonial: estes vêm-se impedidos de buscar um desenvolvimento autônomo e desempenham as funções de apêndice econômico do capitalismo desenvolvido; as classes trabalhadoras dos países coloniais vêm o fruto do seu trabalho drenado para as burguesias dos países imperialistas.

A partir das experiências chinesa e indiana, a Internacional Comunista intenta traçar uma orientação estratégica comum a todas as colônias e semicolônias, com base na constatação de que o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão ainda em um nível relativamente baixo. Essa circunstância e o jugo da dominação estrangeira, bem como a existência de fortes resíduos do feudalismo e de relações pré-capitalistas, determinam o caráter da próxima etapa do movimento nesses países. Em conseqüência, ao movimento revolucionário desses países coloca-se o problema da *revolução democrático-burguesa*, vale dizer, da etapa de preparação dos pressupostos para "a ditadura proletária e a revolução socialista".

Como tarefas fundamentais a serem implementadas no curso das revoluções democrático-burguesas nos países coloniais e semicoloniais, destacam-se: rompimento dos laços de dependência com o imperialismo, através da nacionalização das conces-

soes, ferrovias, bancos, etc; busca da unidade nacional onde esta ainda não houver sido conquistada; destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos de operários e camponeses — sovietses —; criação do Exército Vermelho, criação da ditadura do proletariado e do campesinato e fortalecimento da hegemonia operária. Enfatiza-se ainda a importância da revolução agrária como forma de libertação dos camponeses da dominação pré-capitalista, colonial e escravista, e propõe-se a nacionalização dos solos, além da necessidade de ampliar os sindicatos operários e fortalecer os partidos comunistas.

No que toca à América Latina, as teses do VI Congresso estabelecem que "os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde esse movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Para isso, os PCs não têm de se subordinar, sob hipótese nenhuma, a seus aliados temporários". E, ao lançar as palavras de ordem aos comunistas latino-americanos, o Congresso reafirmou o conteúdo programático acima exposto, a saber: expropriação dos latifúndios sem indenização, confisco das empresas estrangeiras, cancelamento da dívida externa, regulamentação da jornada de oito horas de trabalho, armamento dos operários e camponeses visando à criação de milícias populares e à criação do poder soviético de operários, camponeses e soldados, em substituição à dominação de classe dos fazendeiros e da Igreja. Na agitação comunista, a palavra de ordem *governo operário e camponês* deve ocupar o lugar mais importante, em oposição aos assim chamados governos revolucionários da ditadura militar da pequena burguesia.

Já o informe do responsável pela seção latino-americana da IC, o suíço Jules Humbert-Droz, "sobre os países da América Latina" era igual ao que ele apresentara em *La Correspondência Sudamericana*, quase no mesmo momento (em 30 de setembro de 1928).<sup>7</sup> Nele, Droz, embora reconhecendo a diversidade existente entre os países daquele continente, especialmente entre os países da América Central e da América do Sul, afirmava a necessidade de "estabelecer a linha tática geral que devemos dar à nossa ação comunista, à ação revolucionária em geral na América Latina", baseada em algumas características comuns dos países deste continente. E, procurando argumentar no sentido de reafirmar o caráter semicolonial do conjunto daqueles países,

disse: "No entanto, as inversões de capitais ingleses e norte-americanos na Argentina, Chile, Brasil e nos países que já possuem um certo desenvolvimento industrial, demonstram que seu progresso econômico é dependente, não é o progresso de uma economia capitalista independente do imperialismo, do qual ela em certo momento possa libertar-se; ao contrário, demonstram que estes países são semicolônias dos imperialistas ingleses e norte-americanos. Além da dependência econômica, há também o controle político sobre os países latino-americanos, em particular o dos Estados Unidos". Outro argumento utilizado por Droz refere-se à inexistência de um capitalismo nacional desenvolvido nas empresas que contam com inversões norte-americanas, não havendo grande participação do capital nacional, como ocorre na Alemanha e na Itália, e conclui que não se pode atribuir ao imperialismo o papel de obstruir o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos; ao contrário, as inversões de capital incrementam o processo de industrialização, o que, por sua vez, não significa que esse processo leve à descolonização: "... quanto mais capitais investe na América Latina o imperialismo, mais se desenvolve a industrialização e mais se desenvolve também a colonização desses países". Disso também decorre que não há nesses países mais industrializados uma burguesia nacional autônoma; esta se encontra desde suas origens ligada ao imperialismo e, por isso, impossibilitada objetivamente de desenvolver um projeto revolucionário burguês antiimperialista. Da mesma forma, a burguesia industrial não se contrapõe aos latifundiários, mas tem seus interesses intimamente entrelaçados com os destes últimos.

O informe de Humbert-Droz fez também várias referências críticas ao Bloco Operário e Camponês (BOC) no Brasil, uma vez que este foi identificado como sendo o "Guomindang" brasileiro, "que agrupa as organizações operárias e camponesas, correndo risco permanente de que elementos pequeno-burgueses possam rodeá-lo".

Intervindo organizadamente pela primeira vez em um Congresso da Internacional Comunista, os delegados latino-americanos reagiram a essas teses de maneiras diversas. Enquanto a delegação brasileira praticamente ratificou a orientação traçada por Jules Humbert-Droz (e a IC), bem como as críticas dirigidas ao Bloco Operário e Camponês no Brasil, opondo apenas um breve

reparo à observação de Bukharin de que o movimento comunista chegava pela primeira vez (naquela época) à América Latina, o delegado equatoriano fez severas restrições à estratégia geral da IC para os países coloniais e semicoloniais, ao apontar para as diferenças existentes entre os países colocados naquelas classificações. Ele disse: "Parece-me que o programa não dá uma fisionomia própria ao desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e naqueles semicoloniais". Exigindo uma análise mais acurada da forma de dominação imperialista naqueles países, de seus vínculos com o capitalismo nacional, o comunista equatoriano avançou uma proposição: em alguns países como a Argentina e o Brasil, dada a resistência um pouco maior à dominação estrangeira, favorecida, inclusive, pela sua situação geográfica, a denominação "semicolonial" é inadequada. Segundo ele, "é muito importante estabelecer uma distinção entre países semicoloniais e aqueles que, na falta de um melhor termo, podem ser chamados de 'dependentes'. Os problemas da luta operária devem ser encarados de um modo diferente nos países coloniais, semicoloniais e nos países dependentes". E concluiu dizendo: "Deve-se aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa, de acordo com o seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo seria constituído pelos países (dependentes) que, embora dominados economicamente pelo imperialismo, ainda conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração economicamente débil do imperialismo ou devido a sua força política".

Como decorrência dessas observações, questionou-se, por exemplo, a validade da palavra de ordem *revolução agrária democrático-burguesa* para os países dependentes, identificando-se os latifundiários destes países como uma fração da burguesia, em vez de concebê-los como setores feudais. Tal questionamento conduzia, por fim, à necessidade de uma sólida política de alianças com os camponeses e a pequena burguesia.

Como era de se esperar, as teses da IC sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias na conjuntura de fins dos anos 20 influíram decisivamente nas teses do III Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado nos últimos dias de 1928 e primeiros de 1929.

De volta ao Brasil, a delegação do PCB ao VI Congresso

da IC publicou de imediato as suas intervenções na "tribuna de debates" do III Congresso (a revista *Autocrítica*), transmitindo à CCE (Comissão Central Executiva do Partido) as orientações definidas em Moscou sobre a revolução nos países da América Latina e a questão colonial e nacional.<sup>9</sup> As teses do III Congresso do PCB, por sua vez, deixariam trair pela primeira vez a influência direta da estratégia política da IC sobre o seu entendimento da *questão nacional*. Segundo elas:

"1.0 Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente 'independente'.

2. O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas camponesas.

3. O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país — notadamente da indústria pesada — é entravado pelas forças de compressão imperialista.

4. Involuntariamente, porém, o próprio imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento, de que resulta a formação de núcleos industriais (como o Rio de Janeiro e São Paulo) onde se aglomeram massas proletárias consideráveis.

5. A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra que estão no poder.

6. Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se ainda mais a exploração econômica e, conseqüentemente, a radicalização política das massas trabalhadoras do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia.

7. De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário de maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.

8. Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas conseqüências, nem mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas.

9. Assim, pois, o proletariado deve apoiar, energicamente, o movimento revolucionário, desde já, em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa: a) solução do problema agrário através do confisco da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; e c) libertação do jugo do capital estrangeiro.<sup>10</sup>

Em consonância com as teses do VI Congresso da IC é dada também uma rigorosa ênfase na luta antiimperialista e na resolução da questão agrária.<sup>11</sup> Por fim, são incorporadas integralmente às teses do III Congresso todas as críticas assacadas por Jules Humbert-Droz contra o BOC no Brasil.<sup>12</sup>

Façamos agora uma breve avaliação dessas teses.

Partindo do esquema proposto pelo secretariado latino da IC, o programa do III Congresso inicia com a questão do imperialismo e conclui com o tema da *revolução democrático-burguesa*. Dessa forma, as suas teses têm como fio condutor "a questão da luta contra o imperialismo e contra os perigos da guerra", visto que "todo o movimento revolucionário em países semicoloniais como o Brasil tem forçosamente que assentar sua base principal na luta contra a dominação imperialista". O Brasil é assim caracterizado como país semicolonial, dominado pelo imperialismo, e com uma economia de tipo agrário baseada na grande propriedade e na exploração das massas camponesas (daí a importância política da organização camponesa e as tentativas de aliança com o campesinato).

Comparando-se as teses enunciadas pelo PCB sobre o caráter e as forças motrizes da revolução brasileira, em seu II Congresso (1925), bem como com a linha efetivamente assumida pelo partido até o VI Congresso da IC, e as teses do seu III Congresso (1928), não há como deixar de reconhecer as grandes mudanças que ocorrem na elaboração teórico-política dos comunistas brasileiros, em perfeita sintonia com as novas orientações vigentes no movimento comunista internacional.

A revolução brasileira deixa de ser "democrático-pequeno-burguesa" para se tornar "democrático-burguesa" *antiimperialista*. Em conseqüência, suas tarefas mudam bruscamente, da mera conquista das liberdades democráticas para a revolução agrária antiimperialista. O eixo das alianças passa, da busca de contato com a pequena burguesia (urbana) "revolucionária", para

a aliança com as massas camponesas (segundo a versão leninista), tendo em vista a formação de *soviets*, antes e depois da revolução, na perspectiva da criação de uma dualidade de poderes. De modo semelhante, a burguesia é empurrada para o lado dos latifundiários e do imperialismo, entendendo-se que ela constitui um mero apêndice econômico do capital financeiro e, portanto, sem nenhuma autonomia de classe para ser um aliado confiável do proletariado e seu partido.

No Brasil, a preocupação do proletariado e seu partido em manterem a independência política e orgânica em face das "ditaduras militares" da pequena burguesia "revolucionária" traduzir-se-ia, em fins da década de 20, num afastamento dos comunistas em relação ao movimento tenentista e na radicalização (irrealista) de suas palavras de ordem: luta antiimperialista, reforma agrária, governo operário e camponês.

Era evidente que, no contexto da sociedade brasileira dos anos 20, essa brusca mudança de linha conduziria inevitavelmente o PCB ao isolamento político, uma vez que, jogado para uma irreal e fictícia aliança com as "massas agrícolas" do país, os comunistas ficavam à margem do movimento real da história.<sup>13</sup> Se se pode aceitar que, com tal mudança, o partido se reconciliava com a ortodoxia "marxista-leninista" (em construção), por outro lado, não há como negar que assim perdia o elo que atava a elaboração política dos comunistas às contradições específicas da formação social brasileira, por mais absurda, menchevista, reboquista e pequeno-burguesa que parecesse a teoria da *revolução democrático-burguesa* e o reconhecimento da especificidade da questão pequeno-burguesa no Brasil.

A linha do VI Congresso da IC para os países coloniais e semicoloniais seria consolidada para os partidos comunistas latino-americanos na / *Conferência Comunista da América Latina*, realizada sob os auspícios do secretariado sul-americano da IC, em Buenos Aires, em julho de 1929.<sup>14</sup>

Nessa Conferência, que reuniu pela primeira vez na América Latina representantes de todos os partidos comunistas americanos, Jules Humbert-Droz voltou a expor a sua análise sobre as perspectivas revolucionárias dos países latino-americanos, bem como as críticas feitas à ação de vários PCs do continente, inclusive o do Brasil, a propósito do qual formulou sérias restrições à teoria da *revolução democrático-pequeno-burguesa*, ta-

xando-ade "menchevista", "reformista", "pequeno-burguesa". Da mesma forma, enquanto as outras delegações, em especial a do Equador, criticavam a omissão teórico-política da IC e do próprio *bureau* sul-americano na vida dos PCs latino-americanos e nos problemas relativos ao caráter da revolução em seus países, a delegação brasileira ratificou documente todas as críticas apresentadas por Droz, bem como a sua estratégia revolucionária geral para a América Latina.<sup>15</sup>

Se não tivesse outros frutos, a I Conferência dos Partidos Comunistas latino-americanos teria pelo menos produzido este: um ajuste de contas assaz severo quanto à real assessoria político-organizativa prestada pelo *bureau* sul-americano aos partidos comunistas da América Latina, e à fixação de novos rumos para a sua atuação no continente. A título de ilustração, veja-se a crítica feita pelo delegado equatoriano, Marecha, à IC, pelo descalabro do movimento comunista em seu país:

As dificuldades e perseguições de que tem sido vítima o nosso partido, o esquecimento em que o tem deixado a IC, sua falta de apoio no período álgido da luta, não dão direito, nem ao companheiro Luiz (Droz) nem à IC, de fazer a crítica desapiedada que se nos tem feito na intervenção do primeiro, nesta conferência, e na carta aberta mencionada pelo companheiro Luiz. Eu culpo a IC de, por seu descuido para com o nosso partido, ter sido responsável por havermos tido tantas dificuldades em nossa missão.<sup>16</sup>

De sua parte, Humbert-Droz, defendendo a IC desses ataques, prestou contas de sua atividade junto aos PCs latino-americanos e propôs alternativas para o futuro desempenho do *bureau* sul-americano:

Alguns camaradas, pretendendo ironizai, afirmaram que a IC havia recém-descoberto a América Latina, e o companheiro Prieto acrescentou que, mesmo assim, ainda não a conhecia. Mas há que recordar que muitos camaradas americanos fazem esse mesmo descobrimento. De forma, companheiros, que realizamos juntos a viagem, com a diferença de que vocês não a descobriram antes, apesar de habitarem o território. Não vou fazer a "defesa" da IC junto a cada partido em particular, e demonstrar como cada partido se ocultou à IC, daí o difícil do "descobrimento" ... naturalmente há dificuldades e imperfeições, mas há que dizer que os partidos jamais enviaram informações. Só com a ajuda dos partidos, a IC poderá estudar a situação da América Latina. Precisamos tomar posições frente a todos os fatos e, para isso, é preciso a colaboração de todos os partidos latino-americanos.



Alguns companheiros plantearam o problema de tal maneira que pareceria dever a IC atender a todos os pedidos de seus partidos. A ajuda da IC será uma ajuda no que concerne à direção política, à educação, à formação de quadros dirigentes, à edição de literatura, etc.

Estamos de acordo em que é necessário fazer do Secretariado, de mais a mais, um órgão de direção do movimento comunista latino-americano, e para isto é necessário, não somente elaborar boas resoluções desde aqui, senão enviar alguns de seus membros para os partidos dos países irmãos, para ajudar-lhes na conformação orgânica e política de seus organismos partidários. Quiçá o desconheça Martínez, mas dentro das possibilidades do Secretariado, possibilidades também de ordem financeira — companheiros nossos têm ido diretamente ajudar aos partidos mais próximos, tal é o caso do Paraguai, Chile, Bolívia, Uruguai e Brasil. Em alguns casos, temos procurado fazer virem os companheiros a reuniões especiais do Secretariado, para discutirem os problemas específicos de seus respectivos partidos. É claro que, adiante, temos de procurar ir mais ao norte (da América) e conhecer de perto o resto de nossos partidos. E isto — Martínez o sabe — não depende somente de nossa boa vontade senão também de meios e homens, dos quais não se dispõe em abundância.

No que respeita ao estudo de cada país, o Secretariado se preocupou em ir analisando-os por série, e isto o tem feito, especialmente com a Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Bolívia e Paraguai. A situação dos outros países, contudo, não foi estudada em detalhe porque, para dizer a verdade, apesar de nossos reiterados pedidos, os partidos não só não proporcionaram elementos para este estudo, senão que têm mantido uma ligação bastante deficiente com o Secretariado.

Para terminar, remarco uma vez mais a importância desta conferência, que, pela primeira vez, permite uma análise da situação de nossos países, a tática a seguir frente à revolução democrático-burguesa que está na ordem do dia em vários países, que, sobretudo, levará a convicção a todos os companheiros de reforçar ideológica e organicamente os nossos partidos irmãos — única garantia para o êxito de nosso movimento revolucionário.<sup>17</sup>

A partir do VI Congresso da Internacional Comunista e da realização da primeira conferência dos partidos comunistas da América Latina, abre-se efetivamente um novo capítulo na história das relações entre a IC e o continente. Capítulo onde a palavra de ordem da *bolchevização* dos partidos comunistas e a construção de uma ortodoxia *marxista-leninista* terão um lugar especial. Para os comunistas brasileiros, essas inovações teórico-políticas terão uma tradução muito específica: *obrerismo* e *revolução democrático-burguesa antiimperialista*, cujos efeitos na prática seriam a depuração dos intelectuais "pequeno-burgueses" da direção do partido e a sectarização de sua linha política. De-

pois do grande *tournant* de 1928, o movimento comunista latino-americano, e o brasileiro em particular, jamais seria o mesmo. Até chegarem às denúncias do famoso relatório Khrushchev, nos anos 50, quando outra vez as relações entre a IC e o resto do mundo sofrerão um novo abalo, permitindo aos comunistas brasileiros uma relativa autonomia na elaboração de sua política.<sup>18</sup>

IV

O MAOÍSMO E A TRAJETÓRIA DOS  
MARXISTAS BRASILEIROS

DANIEL AARÃO REIS FILHO



## I

O estudo do maoísmo, ou pensamento Mao Zedong,<sup>1</sup> deve considerar um itinerário de imagens cambiantes: num primeiro momento, aparece como estratégia revolucionária para a tomada do poder político na China, e nesse sentido foi caracterizado como uma aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições históricas chinesas, ou ainda, em outras palavras, como uma concepção que fora capaz de efetivar a *sinização* do marxismo.<sup>2</sup> Quase simultaneamente, mas numa outra dimensão, a via revolucionária chinesa será apresentada como um caso exemplar para as demais sociedades asiáticas, em particular, e para o conjunto dos povos explorados e oprimidos pelo imperialismo, em geral. Nesse registro, o maoísmo já aparece com uma nova qualidade, a de um *modelo revolucionário* para a emancipação dos povos dependentes e/ou colonizados.<sup>3</sup>

Mais tarde, o maoísmo surgirá como uma proposta original de construção do socialismo na China, convertendo-se, mais ou menos rapidamente, e novamente, em *modelo revolucionário mundial*. A evolução, em espiral, atinge agora um nível de expressão mais alto: o da universalização. O pensamento de Mao Zedong encarnará a verdade revolucionária, ou seja, como apreciavam dizer os comunistas chineses em fins dos anos 60, o maoísmo é o "marxismo-leninismo de nosso tempo".<sup>4</sup>

Como as demais doutrinas ou concepções políticas, o maoísmo foi tributário de circunstâncias históricas e de influências, internacionais e nacionais.

Ele seria impensável sem o processo da invasão imperialista

ta que subverteu e moldou em novas bases a história contemporânea chinesa, através de diversas etapas, desde os anos 40 do século XIX, com as guerras do ópio, até a invasão japonesa, que se prolongaria por mais de dez anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A presença imperialista e a conseqüente divisão da China em áreas de influência, o enfraquecimento decisivo do poder central, gerando a fragmentação política e a multiplicidade dos conflitos regionais e locais (a República dos Senhores de Guerra), a desorganização da vida econômica tradicional implicaram a conversão do outrora orgulhoso Império do Meio em uma semicolônia e todo o cortejo de conseqüências típicas desse tipo de situação: desestruturação cultural, subversão do modo de vida tradicional, quebras da produção, reorientação dos fluxos comerciais em virtude da criação e consolidação de novos pólos industriais e comerciais no litoral do país (Xangai), correntes migratórias de novo tipo, miséria, fome.<sup>5</sup> Além disso, e acima de tudo, o domínio das potências imperialistas representou um desafio à nação chinesa que ela não estava acostumada a enfrentar: o que passou a estar em jogo foi a sua própria sobrevivência. A resposta a esse desafio mobilizaria e tensionaria variadas tendências ao longo de pouco mais de um século.

À *questão nacional* se associariam as *guerras camponesas*, que, em ondas sucessivas, formariam a base social dos conflitos até a vitória da luta de libertação nacional, em outubro de 1949. Lutas sociais camponesas violentas pela salvação nacional, aí temos, em resumo, desenhado o quadro geral de onde emergiria o maoísmo.

O movimento comunista tornou-se a sua principal fonte de influência internacional. O debate travado em julho de 1920, por ocasião do II Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, marcou época e estabeleceu divisores de águas que se manteriam vivos, como opções possíveis, até a entrada em Pequim do Exército Popular de Libertação.

Já sem ilusões a curto prazo sobre a capacidade revolucionária da classe operária dos países capitalistas avançados, Lenin, retomando linhas de reflexão estabelecidas por Marx,<sup>6</sup> começou a apostar nas lutas revolucionárias dos povos do Oriente:<sup>7</sup> a revolução mundial deveria ser pensada como produto combinado da ação dos povos colonizados e do proletariado das sociedades industrializadas. Entre os primeiros, impunha-se a

constituição de uma Frente Única, formada pela burguesia nacional, também contrariada em seus interesses pela invasão imperialista, pelo proletariado recém-formado pelo surto de desenvolvimento industrial promovido pelo capitalismo internacional e pelo campesinato em luta pela terra. Sob responsabilidade dessa Frente Única, de que participariam igualmente a classe média e a intelectualidade urbanas, se processariam revoluções democrático-burguesas, tendencialmente hegemônicas pelas burguesias nacionais das sociedades colonizadas/dependentes.

M. N. Roy, delegado dos comunistas hindus, foi menos nuançado em suas posições: a revolução operária no mundo capitalista avançado estava, ao menos provisoriamente, afastada como hipótese de trabalho. Em termos da revolução mundial, os povos colonizados passavam a ter preeminência inquestionável. A Frente Única não se faria a não ser com as forças "nacional-revolucionárias", e Roy emitia muitas reservas a respeito da capacidade de as burguesias nacionais das sociedades colonizadas assumirem atitudes revolucionárias conseqüentes. Daí a conclusão de que, para terem êxito, as revoluções naquelas sociedades precisariam estar, desde o início, sob firme hegemonia do proletariado.

Entre Lenin e Roy, para além das divergências quanto às orientações táticas concretas, permanecia, ainda, uma divergência de fundo. O primeiro, na linha aberta por Marx, quando refletiu sobre as "questões" nacionais no século XIX, referindo-se à Irlanda, Polônia e China,<sup>8</sup> continuava vendo as revoluções "orientais" como alavancas para o desencadeamento das revoluções operárias socialistas no mundo capitalista avançado. E eram estas últimas que realmente importavam para a superação do capitalismo enquanto sistema mundial. Já o delegado hindu afirmava, muito claramente, a preeminência das revoluções nacionais. A sua dinâmica proletária (hegemonia desde o início) assegurava aos povos colonizados a condição de vanguarda da revolução mundial.

No Congresso da Internacional Comunista, porém, a necessidade do consenso implicou concessões mútuas: a revolução seria fundamentalmente nacional, produto de uma ampla Frente Única, onde seria *desejável* a hegemonia proletária, mas *possível* a hegemonia burguesa. Mas houve acordo quanto à idéia de que, no caso de se afirmar a hegemonia proletária, os povos coloni-

zados poderiam transitar diretamente para a construção do socialismo sem passar por uma etapa de desenvolvimento capitalista.<sup>9</sup> O maoísmo, como se verá, flutuaria nas margens abertas por essas controvérsias e pelo quadro de opções aprovado.

Em outros aspectos decisivos, entretanto, prevaleceria a influência da teoria revolucionária leninista: a reflexão geral sobre o imperialismo, a formulação sobre a aliança operário-camponesa, e a tese central a respeito da imprescindibilidade de uma Vanguarda, consciente e organizada de forma centralizada.<sup>10</sup> Complementada, mais tarde, com a formulação de Stalin sobre o bloco das quatro classes (burguesia nacional, pequena burguesia, campesinato e proletariado urbano), com as indicações provenientes da experiência dos Planos Quinquenais, em particular, e das características gerais que assumiu a construção do socialismo na URSS, por exemplo, entre outras, a idéia de que o processo de construção da nova sociedade seria acompanhado pela radicalização crescente e impiedosa da luta de classes.<sup>11</sup>

Mas o maoísmo beberia também, e talvez, principalmente, em fontes chinesas: nas tradições das lutas camponesas nacionais e, especialmente, nas expressões literárias da *rebeldia* contra a ordem dominante. Daí viriam certas idéias-força: a exaltação da coragem e da iniciativa, da perseverança e do uso da força armada, da arte militar. Além disso, terão grande importância autores e lideranças políticas contemporâneos, entre os quais deve-se destacar a figura do precursor do comunismo nacional chinês: Li Dazhao.<sup>12</sup>

Para Li Dazhao o marxismo era, antes de tudo, uma arma a ser utilizada para salvar a nação chinesa do desaparecimento. É dele a formulação da China como nação proletária e a idéia da questão racial como uma questão de classe. Também é proveniente dessa fonte o tema do atraso como força para superar dificuldades. A necessidade da salvação nacional o fazia ver o povo chinês como povo proletário, aliado do proletariado mundial na luta pela destruição do capitalismo e do imperialismo.

Entretanto, combinando essas diversas influências, o maoísmo adquirirá feições próprias, singulares. Vejamos suas principais características.



## *M*

O universo maoísta tem um eixo: o mundo rural e o movimento social dos camponeses. Tanto a estratégia revolucionária da guerra camponesa prolongada (acúmulo de força a partir de bases rurais libertadas, cerco das cidades pelo campo, força armada autônoma, adoção da metodologia da guerrilha popular), quanto o projeto de construção do socialismo (revolução ideológica, reeducação do povo pela pedagogia revolucionária, noção da atividade transformadora como um "serviço", construção do homem novo), propostos pelo pensamento Mao Zedong são regidos pelas referências camponesas e encontram sua maior concretização política e organizativa numa instituição camponesa, as Comunas Populares.<sup>13</sup>

No caso da China era algo aparentemente óbvio, e por uma dupla razão: a proporção esmagadora da população rural (cerca de 90% nos anos 30-40 deste século) e sua impressionante massa física, que evoluiria ao longo das últimas décadas de algo em torno de 350 milhões de pessoas para cerca de 700 milhões no momento da Revolução Cultural nos anos 60. Na verdade, seria impossível a realização de qualquer projeto social de transformação na China sem a participação ativa das massas rurais. Entretanto, como se sabe, a história das idéias registra casos frequentes em que o "óbvio" aparece como inovação ousada, e só recebe ampla aceitação quando seus contornos já se desenharam de forma perfeitamente nítida, ofuscando os que se recusavam a ver.

Por outro lado, o reconhecimento das tradições e da capacidade de luta dos camponeses não deveria, de fato, apresentar problemas. Os anais da história da China não são escassos de referências nesse sentido. Entretanto, apesar de alguma familiaridade com o assunto entre marxistas e não-marxistas, muitos ignoravam as particularidades das guerras camponesas chinesas e outros preferiam cultivar preconceitos políticos e ideológicos cristalizados em leituras apressadas e mal digeridas de experiências vitoriosas em outras latitudes (cf. o fascínio dos intelectuais pela Revolução Russa ou pelo modelo norte-americano).

Os comunistas não teriam dificuldades em admitir a capacidade revolucionária dos camponeses, sobretudo nas sociedades colonizadas ou transformadas em semicolônias pelas potên-

cias capitalistas avançadas. Mas enfatizavam que o campesinato teria um papel necessariamente subordinado, destinado historicamente a submeter-se à hegemonia da burguesia progressista ou do proletariado. Esta, aliás, era, do ponto de vista dos marxistas ou mesmo dos que partilhavam uma perspectiva modernizante para a China, uma questão de princípio, normalmente aceita sem discussão por quase todas as lideranças políticas revolucionárias.

A inovação do maoísmo foi precisamente afirmar a *autonomia* do movimento social camponês e, mais do que isso, a sua capacidade em *dirigir* socialmente o processo de transformações na China.

Certamente, os tributos à ortodoxia, por sincera convicção ou por interesses de ordem tática, não contribuirão para esclarecer o sentido das formulações maoístas. Assim, as fórmulas encantatórias sobre a direção da classe operária e de seu partido de vanguarda marxista-leninista continuarão a ser esgrimidas. Contudo, a revolução chinesa acabou triunfando graças aos camponeses e à sua organização armada de massas: o Exército Popular de Libertação.<sup>14</sup>

Mais tarde, quando se tratou de formular o projeto de construção do socialismo na China, e depois de uma fase de eclipse, em que prevaleceu a retomada acrítica do modelo soviético dos Planos Quinquenais centralizados, em 1950-56,<sup>15</sup> o maoísmo ressurgiria valorizando com redobrado vigor a capacidade de participação autônoma dos camponeses na construção da nova sociedade, do homem novo, e, mais do que isso, a sua posição de vanguarda nessa luta.

Através do Grande Salto para a Frente os camponeses seriam chamados a um notável esforço de melhoria da produtividade e do aumento da produção. Programou-se então o crescimento espetacular da produção de aço e de cereais. O produto nacional bruto inglês seria ultrapassado em menos de quinze anos.

Mas, para além das metas quantitativas, os camponeses eram chamados a formar as Comunas Populares, por meio das quais assumiriam a vanguarda do processo de socialização da produção na China. Eram também chamados a contribuir para a formação do homem novo, polivalente (camponês/soldado/operário/intelectual) no quadro do projeto de superação das contradições campo-cidade. Mais tarde, quando da Revolução Cultural,

os operários e intelectuais "desviados" seriam encaminhados para o processo de "reeducação" às Comunas Populares. Ali aprenderiam não só a cultivar a terra com as próprias mãos, tomando contacto com o trabalho manual, considerado altamente saudável, mas também receberiam "profunda educação de classe", ministrada pelos camponeses.<sup>16</sup>

A realidade muitas vezes rebelava-se contra essas idéias-força: a China, sem dúvida, deu um grande salto para trás durante o Grande Salto para a Frente. As Comunas Populares fracassaram em boa parte dos casos, por muitas razões, e a menor delas não terá sido certamente o pequeno entusiasmo dos camponeses por um projeto tão grandioso, mas que lhes tirava o que pensavam ser essencial e pelo que haviam lutado durante séculos: seus pequenos lotes de terra.<sup>17</sup> Quanto à reeducação de intelectuais e operários no campo, os desdobramentos da recente história da China parecem indicar que não deu resultados apreciáveis, de qualquer ponto de vista.<sup>18</sup>

Embora tudo isso possa ser hoje admitido como ponderações de bom senso, o fato é que o maoísmo se caracterizaria pela *valorização do camponês*, não só como ator principal na luta pela "tomada do poder", mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Essa foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX.

A centralidade das referências camponesas levaria, incidentalmente, à formulação de restrições quanto à capacidade revolucionária das cidades. É fato que, depois dos massacres de Xangai e Cantão (abril e dezembro de 1927) e do rompimento da Frente Única, os trabalhadores urbanos não voltariam mais a se manifestar de forma expressiva, nem mesmo quando o exército camponês se aproximava das cidades em 1948-49.<sup>19</sup> Com efeito, não há registro de insurreições urbanas ou de lutas urbanas significativas que propusessem articulações com a guerra revolucionária que lavrava no mundo rural. Pode-se argumentar, em favor da compreensão da pequena combatividade dos trabalhadores urbanos, que eram vítimas de feroz repressão dos japoneses e/ou do governo do Guomindang. Trata-se de um fato inegável. Por outro lado, estudiosos do assunto referem a diretriz dos comunistas chineses que não teriam incentivado revoltas urbanas no fim da última guerra civil para não atemorizar a burguesia pro-

gressista, para preservar a Frente Única e também a capacidade de produção.<sup>20</sup> Contudo, os camponeses também foram severamente reprimidos e não esperaram pelas diretrizes comunistas para pôr-se em movimento. Quaisquer que tenham sido as razões, a pequena, ou mesmo nula participação dos trabalhadores urbanos na conquista da vitória revolucionária, em 1949, marcaria profundamente o maoísmo em suas restrições ou reservas quanto à dinâmica revolucionária das cidades.

Durante a guerra de libertação nacional, e mesmo depois de 1949, no processo de construção do socialismo, o leque das virtudes revolucionárias — dedicação, disciplina, perseverança, austeridade, espírito de sacrifício, etc. — seria referido ao campo e ao camponês. O "espírito" ou o "modelo" de Ya-nan, sede e centro do Estado-Maior Revolucionário desde meados dos anos 30 até a última guerra civil, seria constantemente invocado para inspirar as campanhas políticas ou ideológicas, da luta pela retificação do estilo de trabalho, em 1942, à Revolução Cultural, em 1966-69. As cidades, não raras vezes, seriam caracterizadas como centros de iniquidades, portadoras dos "desvios" capitalistas, como o individualismo, o egoísmo, etc. Não é gratuito que a correção destes (a reeducação) fosse remetida ao universo rural.<sup>21</sup>

No campo estavam concentradas as massas do povo chinês. Delas era necessário obter a confiança mais irrestrita. Nelas o guerrilheiro deveria se sentir como um "peixe na água". O povo chinês era um "povo proletário", portanto, em sua esmagadora maioria, tinha condições de se tornar adepto da revolução e das transformações socialistas. Por isso mesmo, já nos anos 20, quando a China contava com cerca de 400 milhões de habitantes, Mao não se constrangeria em lançar, parafraseando a famosa conclamação do *Manifesto comunista*: "395 milhões, uni-vos!".<sup>22</sup>

A imensa confiança nas massas populares será um aspecto essencial do maoísmo. Daí virá a "linha de massas", "partir das massas para retornar às massas". Os comunistas deveriam ser capazes, sempre, de se manter em sintonia fina com os anseios e aspirações populares, submetendo-se constantemente ao crivo da crítica popular (campanhas de retificação do estilo de trabalho, enraizamento nas bases sociais, defesa e respeito dos interesses e aspirações imediatas do povo). O Partido Comunista che-

garia mesmo, em certos momentos, a ser desmantelado parcialmente (campanha das Cem Flores, 1956-57), ou totalmente (Xangai, 1966-67). Não perderia sua condição de vanguarda consciente, mas a versão maoísta do partido dirigente reservaria um espaço considerável, às vezes determinante, à participação das massas, mesmo em seu relacionamento com os militantes de vanguarda. A dedicação/devoção às massas, exigidas dos militantes, é uma noção que se aproxima da de "serviço", tão cara ao catolicismo social e uma das razões, entre outras, da simpatia mútua, freqüente, entre católicos revolucionários e maoístas.

É certo que, segundo os padrões ocidentais (e o marxismo-leninismo era, pelo menos em parte, de origem européia ocidental), os camponeses chineses viviam em condições econômicas rudimentares, trabalhavam com níveis tecnológicos bastante baixos, eram iletrados, em suma, atrasados. No universo ideológico marxista, por outro lado, não faltam reservas à capacidade revolucionária dos camponeses, justamente pelo seu atraso — econômico, político, cultural.

O maoísmo trataria essa aparente contradição, segundo os cânones da ortodoxia marxista, com grande desenvoltura. Exatamente do atraso viria a força para superar os obstáculos: *the law of retarding lead*,<sup>23</sup> a liderança pelos mais atrasados. Inspirado em Li Dazhao, que escrevera sobre o assunto, como já foi referido, Mao defenderia energicamente a possibilidade da vitória revolucionária, confirmada em 1949 para grande surpresa dos norte-americanos e soviéticos, e da construção do socialismo pelos milhões de "condenados da Terra" que constituíam o povo chinês. A vantagem da situação do atraso: o povo chinês era "pobre e branco". Sendo pobre, desejaria mudar a situação existente, ou seja, tenderia a ter simpatias pela revolução. Sendo branco, ou seja, como uma folha de papel em branco, poder-se-ia escrever nessa folha "as palavras mais novas e mais belas", ou "pintar os desenhos mais novos e mais belos".<sup>24</sup>

Do atraso poderia nascer uma tremenda energia transformadora, se houvesse vontade revolucionária. Nenhuma dificuldade no mundo deixaria de ser resolvida, bastando para isto que as pessoas efetivamente "tomassem seus destinos nas próprias mãos", não fugissem dos problemas e os atacassem com espírito positivo, referenciando-se, naturalmente, na doutrina do marxismo-leninismo. Assim procedendo, os milhões de chineses

atrasados poderiam, no espaço de algumas dezenas de anos, transformar o país numa sociedade socialista próspera e poderosa.<sup>25</sup>

A ênfase na formação das consciências procede desse voluntarismo revolucionário, tão típico do maoísmo. Da experiência dos montes Jinggangshan, em fins dos anos 20, à Revolução Cultural, quarenta anos depois, a idéia de que é possível reformar as mentes através do exercício da vontade e da persuasão será defendida pelo pensamento Mao Zedong.

Se as mentes haveriam de ser reformadas pela luta ideológica e pela reeducação permanente, o mundo objetivo, marcado pela opressão estrangeira e pela exploração social, só poderia ser mudado pela força das armas. Inspirando-se constantemente nas tradições populares das guerras camponesas e do banditismo social, Mao Zedong, sem exercer a chefia militar direta do processo revolucionário, passaria para a História como o grande estrategista da guerra de guerrilhas contra o Japão e contra o Guomindang, tanto nos anos 20 e 30 como durante a última guerra civil, entre 1946 e 1949.

Os princípios do Exército Popular de Libertação, expostos nos Escritos Militares de Mao Zedong, orientariam inumeráveis guerrilhas na Ásia, na África e na América Latina. A sistematização da tática da guerrilha (enfraquecer o inimigo com repetidos ataques às suas forças dispersas e isoladas; concentrar em cada combate forças absolutamente superiores às do inimigo; jamais entrar em combate sem esmagadora superioridade e certeza da vitória; reforçar a guerrilha em homens e armas à custa do inimigo; definir como objetivo principal a aniquilação das forças vivas do inimigo), a perspectiva da guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões "fronteiriças", de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto às massas como um peixe na água), o estímulo a um agressivo estilo de luta, caracterizado pela coragem, pelo espírito de sacrifício, pela disposição de travar combates contínuos, são referências que se apresentarão a seguir como modelares para os povos colonizados ou dependentes às voltas com processos sociais revolucionários de tipo "nacional" ou "democrático-burguês".<sup>26</sup>

Entretanto, o maoísmo é muito mais do que uma sistematização bem formulada da guerra de guerrilhas. A rigor, essa siste-

matização é expressão de uma concepção mais ampla, que atribui à força militar um papel decisivo tanto para a conquista do poder como para a realização das transformações no sentido da "nova sociedade". Na equação maoísta, se o poder é a condição das transformações socialistas, a condição do poder é a força armada: o poder político depende do cano do fuzil. Daí o culto das "virtudes militares": frugalidade guerrilheira, coragem física, espírito de sacrifício, disposição para o combate. E, nos momentos críticos, a intensiva utilização da terminologia militar, mesmo nas campanhas políticas não militares posteriores à tomada do poder político como, por exemplo, no Grande Salto e na Revolução Cultural.<sup>27</sup>

É certo que, também nesse caso, o maoísmo é tributário das tradições marxistas-leninistas e, principalmente, das circunstâncias históricas próprias do processo social da revolução chinesa, onde o Exército Popular de Libertação teve papel central, tanto na fase da tomada do poder quanto em todos os momentos críticos em que se tentou afirmar a "via chinesa" de construção do socialismo. Contudo, apesar disso, ou por causa disso, a associação da violência à luta revolucionária e a definição da luta armada e da formação de um corpo armado próprio, autônomo, como condições indispensáveis à vitória da Revolução seriam aspectos essenciais do pensamento de Mao Zedong.

A guerra camponesa não evoluiria, porém, de modo isolado no contexto da formação social chinesa. Viveria, sempre, particularmente até 1949, as tensões inerentes ao projeto de Frente Única. Já vimos os marcos iniciais do problema, fixados desde 1920. A trajetória política de Mao Zedong é permeada de zigzagues no interior das margens abertas pela controvérsia entre Lenin e Roy. No entanto, desde fins dos anos 30, vai se desenhando o perfil de uma formulação especificamente maoísta sobre a Frente Única.

De Lenin recolhe a idéia da aliança com a burguesia nacional e a definição geral do caráter das transformações impostas por uma primeira etapa "democrático-burguesa". A perspectiva da autonomia do Partido no seio de uma aliança policlassista talvez provenha igualmente de fonte leninista. De Stalin vem a defesa do Bloco das Quatro Classes. Mas a afirmação enfática em favor da hegemonia proletária (leia-se, de seu Partido de Vanguarda, ou melhor, no caso chinês, do Estado-Maior do Exército

Popular de Libertação) aproxima o maoísmo das posições de Roy, embora nunca tenha havido reivindicações explícitas, mesmo porque é provável que o dirigente comunista hindu nunca tenha imaginado, pelo menos na época em que se deu a controvérsia, a hipótese de uma guerra camponesa sob hegemonia proletária, por sua vez, garantida por um Partido de Vanguarda...

Na verdade, o maoísmo se singulariza não só pela defesa da hegemonia proletária, mas também, e talvez, principalmente, pela forma em que se realiza essa hegemonia: por meio de uma força armada própria, autônoma, controlada pelos comunistas. Parodiando o próprio Mao, poderíamos dizer que a hegemonia reside no cano do fuzil.

Posteriormente, já pensando na organização do poder político, e extraindo as conseqüências do tipo de composição que se propunha às demais forças sociais empenhadas na Revolução, o maoísmo cunharia as expressões de Nova Democracia e de Ditadura Democrática do Povo. Diversos setores e classes sociais seriam chamados a participar do processo revolucionário e a sustentar o novo poder. As quatro classes sociais principais teriam até direito a estrelas na bandeira vermelha da nova República Popular. Mas não lhes seria permitido trazer seus próprios fuzis...<sup>28</sup>

Desde o início do processo chamado de "desestalinização", em meados dos anos 50 e, principalmente, ao longo dos anos 60, o maoísmo adquiriria uma outra dimensão fundamental: a denúncia e a luta contra o "revisionismo" soviético. O fenômeno teria repercussões duradouras no equilíbrio das grandes potências mundiais e, sobretudo, no movimento comunista internacional.

Não é o caso, no âmbito deste artigo, de proceder a uma avaliação ou a um balanço da trajetória das relações sino-soviéticas. As referências sobre o assunto estão bem documentadas.<sup>29</sup> Seria interessante, porém, registrar o fato de que é exatamente a partir desse conflito, e das dimensões que adquire, que o maoísmo surge na cena internacional com um perfil nítido enquanto alternativa para o conjunto do movimento comunista. Em outras palavras: o maoísmo não se gesta a partir do ou concomitantemente ao cisma sino-soviético, mas é inegável que o cisma contribui decisivamente para *descobri-lo* ou *revelá-lo*, atuando como um catalisador, precipitando contradições latentes e acelerando sua dramática eclosão.



A polêmica teve como núcleo detonador aparente a interpretação a propósito do papel de Stalin na história da construção do socialismo na URSS. Em relação ao assunto, aliás, o maoísmo cultivaria não poucas ambigüidades. De um lado, considerava a obra de Stalin fundamentalmente positiva, ressalvados certos erros e deficiências. Um pouco mais tarde, já nos anos 60, exacerbaria esses mesmos erros, por meio do delirante culto à personalidade de Mao Zedong por ocasião da Revolução Cultural.

De outro lado, elaboraria com suas propostas uma alternativa ao modelo dos Planos Quinquenais soviéticos, identificados, com razão, como aspecto essencial do chamado modelo stalinista, e isso sem prejuízo do resgate permanente de uma experiência e de uma liderança que, justamente, se propunha a superar. Além disso, na própria formulação teórica e prática de uma alternativa ao stalinismo (Grande Salto e Revolução Cultural), integram-se elementos do sistema objeto de crítica (culto à personalidade de Mao, já referido, e recurso à noção da radicalização crescente da luta de classes no processo de construção do socialismo).

A divergência sino-soviética radicalizou-se muito rapidamente: em poucos anos a URSS e seu Partido Comunista passariam de guias da revolução mundial para a condição de superpotência social-imperialista, mais perigosa ainda do que os próprios Estados Unidos, considerados potência imperialista "em decadência".

A desqualificação da capacidade revolucionária dos soviéticos e, em consequência, da sua condição de "farol" da revolução mundial, abriu espaço para que a China e seus dirigentes se apresentassem como novos guias, liderando, então, a formação de uma autêntica nova internacional comunista: o chamado movimento marxista-leninista, constituído, em sua grande maioria, por cisões no interior dos partidos comunistas que, de modo geral, acompanharam o processo de desestalinização promovido por Moscou.<sup>30</sup>

É exatamente desde esse momento que o pensamento de Mao Zedong surgirá como proposta universal, encarnando a "verdade revolucionária".

Resta-nos concluir esta sumária apresentação dos aspectos mais característicos do maoísmo pela questão mais geral, que engloba certamente todas as demais, embora não as resuma: a *questão nacional*.

O maoísmo, na linhagem de Li Dazhao, é um comunismo nacional *parexcellence*. Todas as suas formulações, desde o início, estão impregnadas pelo compromisso de "salvar a China" — na fase da guerra revolucionária — e de afirmá-la no concerto das nações (construir uma próspera e poderosa nação socialista) do movimento revolucionário mundial — o Partido Comunista chinês e o maoísmo em particular como cabeça e coração da revolução mundial. A exaltação nacional atingirá o paroxismo com o culto à personalidade de Mao Zedong, sobretudo no período da Revolução Cultural.

A equação tornou-se perigosamente simplista: quaisquer restrições à China Revolucionária ou a Mao Zedong eram associadas à contra-revolução. Inversamente, tudo o que fosse associado ao Grande Timoneiro e à Revolução Chinesa, mesmo as orientações reconhecidamente equivocadas, ou as mais estranhas alianças, eram computadas automaticamente como válidas do ponto de vista do avanço da revolução mundial.<sup>31</sup>

Como conciliar essa fulgurante exaltação nacionalista com a pretensão de assumir feições de intérprete dos interesses gerais do movimento comunista internacional, necessariamente diversificado?

Uma ambigüidade que os comunistas chineses teriam cada vez mais dificuldade em administrar e que talvez esteja na base do rápido declínio do maoísmo como proposta universal...

### III

Consideraremos o cisma sino-soviético como um marco decisivo para o estudo do impacto do maoísmo entre os marxistas brasileiros. Como já foi observado, o cisma é considerado uma referência básica de muitos pontos de vista e, para o estudo que nos interessa, foi por meio dele e a partir dele que o maoísmo se fixou como alternativa com pretensões universalizantes. É pertinente, portanto, a nosso ver, estudar as relações entre o maoísmo e a esquerda brasileira antes, durante e depois do cisma histórico que iniciou o processo de desagregação do movimento comunista internacional e pelo qual o maoísmo adquiriu um perfil próprio.

A vitória da revolução chinesa foi recebida com surpresa e euforia pelos comunistas brasileiros, na época agrupados em torno do Partido Comunista do Brasil.<sup>32</sup> A euforia tinha fundamento. Em plena guerra fria, o capitalismo internacional sofria uma grande derrota. O mundo socialista, no mesmo movimento, saía engrandecido em territórios e população. Mais um irmão — e que grande irmão! — para a família socialista em expansão. Mais uma vitória do processo revolucionário mundial sob a firme direção do camarada Stalin.<sup>33</sup>

Os comunistas encontravam-se na clandestinidade, acuados pela polícia política, desfeito o sonho da legalidade e da participação ativa nas lutas institucionais.<sup>34</sup> Desde janeiro de 1948 sucediam-se conclamações inflamadas à radicalização das lutas sociais e políticas. O processo de viragem à esquerda alcançaria o clímax com a formulação do *Manifesto de Agosto*, de 1950, a mais completa sistematização da orientação política do Partido Comunista no período.<sup>35</sup>

Menos de um ano depois da vitória da revolução chinesa, verificada em outubro de 1949, é possível detectar ressonâncias do acontecimento em propostas centrais do *Manifesto de Agosto*. A defesa da revolução agrária e antiimperialista colocava para o povo brasileiro, como bandeiras centrais, os eixos da luta recém-vitoriosa do povo chinês: a questão da terra e a questão nacional.

Da mesma forma, a idéia de um bloco nacional-revolucionário, firmemente hegemonizado pelos comunistas, figurados como dirigentes do proletariado, e a denúncia enérgica da "burguesia conciliadora" pareciam extrair as conseqüências das vicissitudes que haviam marcado as tensas relações entre os comunistas chineses e o Guomindang. Inclusive porque o Bloco Revolucionário deveria ser construído na e pela luta prática contra os inimigos da nação e os latifundiários.

Também observando o caminho trilhado pelos comunistas chineses, os brasileiros propunham a constituição de uma "ampla frente nacional", acima de quaisquer diferenças — sociais, políticas, ideológicas e religiosas. Além disso, as propostas de criação imediata de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional, instrumentos na luta por um Governo Democrático e Popular, faziam eco, em certa medida, à experiência revolucionária dos chineses.

Era inegável a influência da experiência. Mas ela ainda se fará pela mediação da União Soviética e de Stalin, referidos constantemente nos textos dos comunistas brasileiros como fontes de argumentos de autoridade e de legitimação. Ou seja, a influência maoísta operava pela mediação dos comunistas soviéticos. Moscou seguia sendo considerada vanguarda e centro inquestionável da revolução mundial.

As formulações seriam retomadas integralmente pelo Programa aprovado no IV Congresso do PC do B, em novembro de 1954, novamente referidas, porém, à União Soviética e às orientações de Stalin, que teria lido e pessoalmente aprovado seus pontos. Pelo menos era o que dizia o então homem forte do Partido Comunista, Diógenes Arruda, para dissuadir qualquer veleidade de emendar ou reformar a proposta de Programa. Fosse ou não verdade, o certo é que o episódio é ilustrativo no sentido de evidenciar que eventuais "empréstimos" da experiência chinesa deveriam passar pela mediação dos soviéticos. Só a partir de então ganhariam poder de legitimação.

A China e Mao Zedong não ganhariam menção especial alguma, salvo o fato de que a publicação referente ao Congresso registrou a mensagem de saudações dos comunistas chineses em primeiro lugar, na ordem de apresentação das congratulações dos partidos-irmãos. Evidentemente, a mensagem de saudações dos soviéticos foi registrada num lugar de honra nos anais do evento.<sup>36</sup>

O maoísmo vinha sendo divulgado desde 1945 como uma proposta válida para os povos colonizados ou dependentes. Os chineses já haviam dito que Mao Zedong *sinizara* o marxismo. A comprovação prática do valor de suas propostas fora dada pela vitória de 1949. Mas tudo isso parecia não sensibilizar além da medida os comunistas brasileiros que, mesmo depois da morte de Stalin, continuavam basicamente referidos a Moscou, do ponto de vista dos modelos revolucionários internacionais legitimadores.<sup>37</sup>

Por outro lado, e na verdade, os comunistas, embora aprovando um Programa radical, de ressonâncias maoístas (não explicitadas), estavam já em marcha batida para o abandono da perspectiva do enfrentamento aberto. A leitura de vários Informes fundamentais, também incluídos na publicação do IV Congresso, principalmente o de Prestes, revela claramente as inclinações favoráveis à luta institucional e à participação nos processos eleitorais.

Tratava-se, com efeito, de uma evolução que remontava a 1952, quando se havia revisto (e abandonado) a proposta de organizar "sindicatos paralelos", voltando-se à participação na estrutura sindical corporativa legal.<sup>38</sup> As formulações posteriores comprovariam o novo sentido que se procurava dar à luta política no país: a Declaração de Março de 1958 ainda não estava escrita, mas já apontava no horizonte, ao menos como prática.<sup>39</sup> Nesse novo quadro, o maoísmo tinha poucas chances de crescer como referência para os comunistas brasileiros.

A experiência revolucionária chinesa permaneceria, contudo, no fundo do quadro, merecendo regulares observações elogiosas na imprensa comunista, no padrão habitual das organizações marxistas-leninistas: denúncias das pressões do imperialismo contra a China, defesa "intransigente" de sua soberania, exaltação das lideranças mais conhecidas, comemoração das datas revolucionárias, promoção de interesses (defesa do estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a China Popular e rejeição do reconhecimento de Taiwan (a chamada China Nacionalista), à época ainda representando diplomaticamente o povo chinês nos foros internacionais.

#### *Durante o cisma*

O debate aberto, no contexto da "desestalinização", prenunciaria divergências que explodiriam mais tarde. Os comunistas chineses já então apareciam com interpretações próprias, diversas da apresentada por N. Khrushchev em seu famoso Informe "secreto" sobre o papel de Stalin na construção do socialismo na URSS.<sup>40</sup>

A maioria ficou estarrecida, na medida em que se ia tomando conhecimento das denúncias do Informe na verdade não tão secreto. Em outubro começaria um debate público na imprensa comunista, o primeiro do gênero; em sua primeira fase, inclusive, escaparia ao controle da direção central. Muitos reivindicavam o aprofundamento dos debates e o estudo da dimensão brasileira do stalinismo.<sup>41</sup> Outros, contudo, consideravam inaceitáveis os termos em que se colocavam os ataques à obra e à pessoa de Stalin.

Embora divulgados em conta-gotas, e sem maior contextua-

lização, os textos produzidos no período pelos comunistas chineses sobre o assunto provavelmente influenciaram a constituição de uma linha de resistência às propostas soviéticas de demolição de Stalin. Entretanto, como já se viu, a interpretação chinesa era permeada de ambigüidades, o que permitia a utilização de suas idéias na defesa de diferentes posições.<sup>42</sup> Além disso, em toda uma primeira fase, as divergências nascentes eram tratadas pelos dois principais contendores — os comunistas soviéticos e chineses — com extrema cautela. O que, evidentemente, não contribuía para o esclarecimento do debate. Tudo isso permitia a defesa da tese de que eventuais problemas no campo socialista seriam incapazes de abalar sua "unanimidade granítica", imune a "intrigas imperialistas".<sup>43</sup>

Mesmo depois da definição da Declaração de Março de 1958, quando uma reunião do Comitê Central mudou o Programa aprovado no IV Congresso, afastando-se radicalmente dos lineamentos então aprovados, e embora a nova linha política nada tivesse a ver com o que era considerado essencial para o maoísmo, os comunistas brasileiros mantinham uma aparência de unidade, defendendo, ao mesmo tempo, a aparente unidade do movimento comunista internacional.

Em começos de 1960, Luís Carlos Prestes faria uma visita à China Popular, caracterizada por mútua troca de elogios, e com ampla cobertura do então legal jornal dos comunistas, *Novos Rumos*. Voltando ao Brasil, Prestes se permitiria efetuar aproximações entre a situação chinesa e a Declaração de Março de 1958.

Afinal de contas, a revolução chinesa não passara também por uma etapa nacional e democrática? Não fora realizada em aliança com a burguesia nacional? Os chineses também não haviam falado, em determinado momento, em "latifundiários esclarecidos"? Ou em contar, em sua luta, com o apoio até de setores não-hegemônicos do imperialismo? Além disso, as transformações socialistas em curso na China mostravam, segundo os próprios comunistas chineses, que setores da burguesia podiam aderir à nacionalização das indústrias, aceitando sua conversão em gerentes (mediante módicas indenizações). Não era exatamente essa a proposta dos comunistas brasileiros? De forma pirandelliana (assim é bom se lhe parece), Prestes afirmava uma linha que fazia escola: a leitura seletiva das experiências revolucionárias internacionais.<sup>44</sup>

As amenidades e as ambigüidades mais extremas teriam fim por ocasião dos debates preparatórios ao V Congresso do Partido Comunista, em 1960.<sup>45</sup>

As divergências viriam à tona em torno de questões centrais: o caráter da revolução, as alianças prioritárias de classe (burguesia ou campesinato), a questão da hegemonia, o papel da violência na revolução (luta armada X transição pacífica), a forma pela qual os comunistas deveriam relacionar-se com as lutas institucionais, incluindo-se a espinhosa questão da legalização do Partido Comunista.

Os princípios revisados por N. Khrushchev voltariam à discussão, entre outros, e, principalmente, as questões da ditadura do proletariado e do internacionalismo proletário.<sup>46</sup>

As declarações altissonantes sobre a unidade do mundo socialista não conseguiam mais esconder a nudez do rei. A luta interna lavrava as fileiras do Partido Comunista, e as referências defendidas pelo maoísmo, apesar de suas ambigüidades, passavam a influenciar e a legitimar, cada vez mais, os dissidentes das concepções aprovadas em março de 1958 e confirmadas pelo V Congresso, realizado em agosto de 1960 depois de uma nova e intensa discussão pública.<sup>47</sup>

No ano seguinte, tomando como pretexto os trâmites realizados com vistas à legalização do Partido Comunista, e a proposta de sua mudança de nome (o tradicional Partido Comunista do Brasil seria substituído por Partido Comunista Brasileiro), os dissidentes constituiriam organização própria, rachando o velho partido fundado em 1922 e reivindicando o nome que vinha de ser abandonado: nascia, ou renascia, então, o Partido Comunista do Brasil em oposição ao Partido Comunista Brasileiro.<sup>48</sup>

Seria importante, porém, distinguir entre a influência, já registrada, que o maoísmo teve no debate, alimentando com argumentos de autoridade a controvérsia, e um suposto incondicionalismo dos militantes que fundaram o PC do B, em relação ao comunismo chinês, o que lhes valeria serem injustamente acusados então pelos seus ex-companheiros de marionetes de Pequim. A acusação seria depois retomada pela polícia política e por muitos estudiosos da esquerda brasileira, o que não a torna menos falsa.<sup>49</sup>

Na verdade, só mais tarde, em 1963, é que os comunistas do novo PC do B iriam romper publicamente com os comunistas so-

viéticos, passando a compor o recém-criado movimento marxista-leninista sob liderança maoísta.<sup>50</sup>

Desde 1963, as divergências sino-soviéticas eram abertamente reconhecidas, publicados alguns textos fundamentais, tanto pelo PCB quanto pelo PC do B, embora ainda prevalecesse uma grande cautela e prudência no trato da questão, sobretudo da parte dos comandados de Prestes.

O maoísmo, como alternativa política, começava a criticar cada vez mais abertamente o chamado "revisionismo" soviético, associando-o à socialdemocracia e indicando a necessidade de sua exclusão do movimento comunista internacional. Propunha a luta pela manutenção do que entendia serem os princípios essenciais do marxismo-leninismo: a hegemonia proletária na luta revolucionária, a revolução violenta, a aliança prioritária com os camponeses, a ditadura do proletariado no processo da construção do socialismo.

Não foi sem razão, em consequência, que tendências e organizações políticas de outras filiações, como a recém-criada Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (ORM-POLOP) —, embora considerando as teses maoístas inadequadas ao caminho da "Revolução Brasileira", manifestassem simpatia pelos comunistas chineses em suas polêmicas com os soviéticos, chegando mesmo a, repetidamente, promover os interesses da revolução chinesa nos padrões habituais, já referidos, das organizações marxistas-leninistas.<sup>51</sup>

De forma semelhante, e ainda antes do golpe militar de 1964, o movimento embrionário das Dissidências do PCB iria beber na fonte maoísta argumentos de autoridade para fundamentar suas teses (sobretudo em relação à necessidade da revolução violenta), ainda em esboço. O mesmo aconteceria entre castristas e guevaristas de diferenciados matizes e até mesmo entre os militantes católicos que se radicalizavam e formavam a Ação Popular (AP). Para todos eles o maoísmo mantinha viva a proposta de revolução em oposição aos soviéticos que se orientavam para a transição pacífica.

### *Depois do cisma*

Quando a ditadura militar instaurou-se no país, em 1964, o cisma sino-soviético tornara-se já irreversível, embora ainda



recusado por muitos comunistas que se apegavam às tradicionais fórmulas encantatórias a propósito das "intrigas imperialistas" e da "solidariedade sem falhas do bloco socialista". Na esteira do cisma, o maoísmo se apresentava como alternativa internacional, procurando inclusive formar uma nova internacional, o movimento marxista-leninista.

A "Revolução Brasileira", em suas várias versões, fora derrotada, mas a temática e o sonho da revolução continuavam habitando os corações e as mentes dos revolucionários. Tentavam se preparar para ela, como se fosse iminente.

O maoísmo, na segunda metade dos anos 60, alcançaria seu momento mais importante do ponto de vista do impacto de sua influência na trajetória da esquerda brasileira, transformando-se em referência obrigatória para os marxistas brasileiros, embora a maneira pela qual era apreciado variasse enormemente.

Os comunistas agrupados em torno do velho PCB, ainda que mantendo reservas quanto às divergências que assolavam o mundo socialista (atitude, aliás, compartilhada pelo conjunto das demais organizações), não ocultavam suas críticas ao maoísmo. Discordavam da proposta de revolução violenta, não pensavam adequado ao Brasil o agrarismo dos revolucionários chineses, e, principalmente, qualificavam como herético o processo de desmantelamento do Partido Comunista chinês promovido pela Revolução Cultural. Além disso, como é óbvio, não compartilhavam das críticas desferidas pelos chineses ao "revisionismo" soviético. Para os militantes do PCB "revisionistas" eram os partidários de Mao Zedong.

Na verdade, tendiam a considerar o maoísmo uma infecção pequeno-burguesa — uma febre infantil — no corpo saudável do movimento comunista internacional. A revolução chinesa haveria de encontrar um meio para se livrar do maoísmo e, quando isso ocorresse, tudo voltaria a entrar nos eixos, reinaria novamente a harmonia no campo socialista.<sup>52</sup>

Uma segunda corrente, onde se agrupavam, basicamente, os partidários da estratégia socialista/insurrecional/operária, e que tinha como núcleo de formulação a ORM-POLOP, considerava o maoísmo uma referência positiva na luta contra o "revisionismo" soviético. Sem dúvida, o PCUS e a URSS, mais particularmente, o khrushchevismo, eram os adversários principais na luta ideológica no âmbito do movimento comunista internacional,

tanto pela política de conciliação com o imperialismo, no nível internacional, quanto pelas teses favoráveis à transição pacífica e pelo encorajamento a alianças com as burguesias "nacionais" nos países do Terceiro Mundo.

O maoísmo era apreciado positivamente pelas propostas a respeito da revolução violenta, pelas críticas ao processo de burocratização na construção do socialismo, pela atitude agressiva diante do imperialismo norte-americano e pela atitude geral favorável à ação revolucionária.

Era portanto considerado um aliado, mas um aliado problemático, dados seus desvios "pequeno-burgueses", evidenciados na subestimação da classe operária como vanguarda social internacional da revolução, na supervalorização do campesinato e do "universo rural" na estratégia da tomada do poder político, nas formulações ambíguas a propósito do papel da burguesia nacional nos processos revolucionários antiimperialistas, nas imprecisões em relação ao Partido de Vanguarda, etc.

Entretanto, o que mais incomodava os militantes da POLOP no maoísmo era a permanência do culto à personalidade, que alcançaria proporções dramáticas no curso da Revolução Cultural e, sobretudo, as simpatias, em grande medida paradoxais, cultivadas pelos chineses quanto à figura e ao desempenho político e histórico de Stalin.

Numa avaliação geral, em termos de proposta revolucionária, o maoísmo poderia ser considerado válido para a China, talvez fosse generalizável para a Ásia e para sociedades rurais, mas de forma alguma poderia servir como referência central para a revolução socialista que haveria de ocorrer no Brasil.<sup>53</sup>

Um terceiro grupo de organizações compreendia os partidários das ações armadas, reunindo as dissidências do PCB, as cisões da ORM-POLOP e as organizações provenientes da corrente revolucionária do PCB (ALN, PCBR).

Esse grupo tinha como interlocutor internacional principal a experiência revolucionária cubana e o guevarismo em particular. Valorizava no entanto, definições básicas do maoísmo: a revolução violenta, a perspectiva de organização de uma força armada própria, a ênfase na aliança operário-camponesa em detrimento de compromissos com as burguesias locais. Por outro lado, certas organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), que mantinham definições a longo prazo favoráveis à formação de amplas frentes populares, incluindo até mesmo estratos das burguesias locais, encontravam conforto nas teses maoístas que, sem abdicar da luta armada, conservaram esse tipo de perspectiva até a vitória da revolução em 1949. Estas mesmas definições, inversamente, eram rejeitadas pelas Dissidências do PCB, que se inclinariam pela estratégia socialista.

Uma outra temática maoísta que encontrava unanimidade nessas organizações era a crítica radical ao "burocratismo partidário". Com efeito, todas elas estavam comprometidas em projetos de constituição de "organizações de vanguarda de novo tipo", chamadas por alguns de "organizações político-militares". Ora, a crítica prática que a Revolução Cultural estava fazendo à estrutura partidária "tradicional" legitimava plenamente a busca de caminhos novos e as restrições às concepções consideradas "esclerosadas", "ultrapassadas" e "burocráticas" do velho PCB.<sup>54</sup>

Finalmente, o PC do B e suas cisões (Ala Vermelha e Partido Comunista Revolucionário — PCR) reivindicariam abertamente o maoísmo como referência exemplar, constituindo a ala ortodoxa maoísta da esquerda brasileira.

A questão do "reconhecimento" chinês seria rapidamente resolvida a favor do PC do B, que se tornou parte integrante do movimento marxista-leninista internacional, embora canais de comunicação fossem mantidos entre os comunistas chineses e as demais organizações deste grupo.

Numa primeira fase, essas organizações competiriam entre si na reivindicação do modelo chinês de Revolução. Tratava-se de saber quem conseguiria ser mais maoísta. Tanto as propostas do leninismo "sinizado" para a tomada do poder político, quanto as perspectivas de construção do socialismo, incluindo-se todas as ambigüidades, eram reproduzidas nos textos, num esforço consciencioso para "recriar" o maoísmo no contexto brasileiro. Até mesmo o jargão típico das lutas políticas chinesas (colorido das imagens, retórica grandiloquente, linguagem simbólica, etc.) era decalcado no sentido de legitimar posições.<sup>55</sup>

Contudo, antes do fim dos anos 60, o PC do B já estava consolidado como único intérprete "autorizado" do maoísmo no Brasil. E foi nesta condição que recebeu a adesão dos mili-

tantes da Ação Popular (AP), cujos remanescentes, em sua grande maioria, integraram-se ao PC do B em 1972.

A evolução da AP, oriunda do catolicismo social revolucionário, rumo ao maoísmo, teve características próprias. Desde sua fundação, em 1963, os militantes da AP se colocaram como alternativa ao PCB e a suas concepções. Daí adviria uma aproximação natural com o maoísmo, implacável crítico internacional dos soviéticos, que por sua vez figuravam como modelo legitimador e fonte de argumentos de autoridade para os militantes do velho Partido.

Depois da derrota de 1964, a AP radicalizou-se politicamente, tendendo, desde então, a se afastar das estruturas hierárquicas da Igreja católica do Brasil. Nesse movimento de "laicização", acentuou-se a gravitação da referência marxista, afirmando-se, cada vez mais, a força e a influência do maoísmo.

O processo não foi linear. Ainda em 1968, militantes de prestígio e tradição na organização cindiam e constituíam uma nova organização, definida pelo socialismo, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, o PRT. Mais tarde, e embora já bastante enfraquecida, quando se integrou ao PC do B, a AP ainda perderia uma parte de seus militantes, que preferiram conservar-se em organização própria, fundando a Ação Popular marxista-leninista, a AP-ML.

A AP teve argumentos para aderir ao maoísmo. As críticas internacionais ao revisionismo soviético, as propostas favoráveis à revolução violenta, a ênfase revolucionária no "rural" e no "popular", em detrimento do apelo à classe operária (embora essa referência não fosse completamente excluída), as críticas às concepções tradicionais de fazer política e de organizar-se para fazer política, típicas do modelo leninista de partido, tudo isso aproximaria a AP do maoísmo.

Além disso, a perspectiva do maoísmo em revolucionar as mentalidades abria espaço para uma reflexão sobre a importância e o papel da pedagogia revolucionária, tão cara à experiência da AP desde sua fundação. Finalmente, mas não menos importante, a ética maoísta, caracterizando a ação revolucionária como um "serviço" ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo, etc, propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, rein-

terpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação, muito em voga em meados dos anos 60, e que contava com inúmeros adeptos entre os militantes da AP.<sup>56</sup>

A admissão de boa parte dos remanescentes dos militantes da AP reforçaria o PC do B, abalado com a derrota da guerrilha do Araguaia. Desde então, e ao longo dos anos 70, o maoísmo, pelo menos formalmente, alcançaria o apogeu, do ponto de vista de sua influência no PC do B. Com efeito, a leitura da *Classe Operária*, órgão oficial deste Partido, evidencia uma crescente exaltação à China Popular e a Mao Zedong, beirando o incondicionalismo em relação a tudo que dissesse respeito às realizações e propostas revolucionárias dos comunistas chineses.<sup>57</sup>

Entretanto, a leitura do maoísmo, mesmo entre seus adeptos mais ou menos fiéis, ou críticos, seria sempre muito seletiva.

O estudo atento dos Escritos Militares de Mao Zedong não ajudaria a chamada "esquerda armada" a escapar do mais delirante vanguardismo, em cujas malhas seria rapidamente destróçada em luta desigual com a polícia política, sem apoio da população, que assistiu passiva e indiferente ao aniquilamento das organizações de guerrilha urbana. Contrariando ensinamentos do maoísmo, sempre foram "peixes fora da água"...

Quanto aos partidários mais fiéis, militantes do PC do B, provavelmente para horror dos seus camaradas chineses, acabariam enredados na organização de um foco guerrilheiro, nos mais puros padrões... guevaristas.<sup>58</sup>

As reorientações subseqüentes por que passaria o maoísmo, a consolidação do tri-mundismo, já em meados dos anos 70, assinalaria o declínio da influência maoísta, que seria, afinal, abandonada como modelo legitimador pelo próprio PC do B.<sup>59</sup>

Eis, em traços muito sumários, os principais episódios da influência e do impacto maoístas na trajetória dos marxistas brasileiros. Um percurso acidentado, permeado de apropriações seletivas, rejeições explícitas e fidelidades inconseqüentes.

O declínio e o desaparecimento de sua influência, ao longo dos anos 70, estão condicionados pelos surpreendentes desdobramentos experimentados pelo próprio maoísmo, cada vez mais chinês e menos internacionalista. No mesmo sentido operaria a

desatualização, entre os marxistas brasileiros, do sonho da revolução violenta e da perspectiva da "guerra de movimento" para a tomada do poder político.

O maoísmo estará morto e enterrado, fazendo parte de um capítulo definitivamente encerrado da história da esquerda brasileira? Ou algumas de suas referências tenderiam a se reatualizar na medida em que, eventualmente, voltem a se recolocar temáticas e processos sociais que lhe deram origem?

**V**

**CRISE E PENSAMENTO MODERNO NO  
PCB DOS ANOS 50**

RAIMUNDO SANTOS





O impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sobre o PCB, visto do ângulo dos debates de 1956 a 1957, constitui boa chave para uma leitura da política dos comunistas brasileiros nos anos 50 bem diversa da bibliografia especializada.

Este ensaio pretende que a análise do pensamento pecebista produzido no período de 1954 a 1957 possa esclarecer o processo de elaboração do que os comunistas brasileiros consideram "a nova política" e chamar a atenção para os obstáculos que a ela se opuseram, particularmente na cúpula dirigente, inclusive de parte do setor que então começa a tornar-se hegemônico dentro do PCB.

A resenha dos debates sobre o XX Congresso veiculados na imprensa comunista desses anos vai evidenciar um custoso esforço de superação do dogmatismo — levando o PCB a distanciar-se dos populismos russo e chinês — em direção a um pensamento muitíssimo mais moderno que a cultura política prevalecente na esquerda da época. Embora não se possa dizer, como Leôncio Martins Rodrigues,<sup>1</sup> que as mudanças na política comunista dos anos 50 tenham sido uma virada brusca e definitiva, nem que essa evolução modernizante tenha se concluído com a Declaração de Março de 1958, como sempre tem afirmado a atual direção pecebista na sua pretensão de colocar-se como herdeira renovadora dos debates de 1956-57.

O que ocorreu foi que os comunistas brasileiros, por ocasião da morte de Getúlio, sentiram tremer a sua "linha política" e, sob o impacto das revelações do XX Congresso, viram também ser quebrada a solidez da sua ideologia marxista-leninista

— passando a viver uma crise latente, desde então emblemática tanto do modo tortuoso de definição da política no PCB, como do processo, mais prolongado, de esgotamento da sua essência orgânica, que só agora, neste começo dos anos 90, é reconhecido, juntamente com o colapso do que lhe deu vida: o socialismo real.

## 1. O PERFIL COMUNISTA DOS ANOS 50

Os acontecimentos de 24 de agosto vão pôr em discussão e os debates sobre o XX Congresso vão acelerar o questionamento mais definitivo da caracterização da sociedade brasileira que o PCB colocava no seu esquema de revolução nacional-libertadora, de inspiração staliniana, sobreposto ao modelo leninista.

Em 1954, no documento aprovado no IV Congresso de novembro desse ano, o PCB consagra a seguinte imagem do Brasil: uma nação sob o risco iminente de ser colonizada, numa relação de completa dependência com o imperialismo norte-americano que engendraria um processo de militarização acelerada, arrastando o país à nova onda guerreira incentivada pelos EUA. Em tal lógica, os governos da época — Vargas para o Projeto de Programa do IV Congresso, divulgado antes do seu suicídio, e Café Filho, na mesma versão sancionada depois dele — só poderiam ser governos de "traição nacional", governos de "latifundiários e grandes capitalistas", na sumária nomenclatura de classe que irá ser repetida ao longo dos debates de 56-57.

Arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas norte-americanos a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura — eis o objetivo de toda a política do governo de latifundiários e grandes capitalistas.<sup>2</sup>

Essa sobredeterminação do risco iminente de colonização do país impede uma avaliação mais diferenciada do segundo governo de Vargas (cujo reformismo não passa de "manobras") e leva o PCB a ver na derrubada do governo, na sua substituição por um novo poder da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), a condição prévia para realizar a plataforma de soberania nacional, democratização, etc. Uma frente, é bom frisar, hegemonizada pelas forças do bloco operário-camponês,

em aliança com setores da pequena burguesia, aberta à adesão de partes da burguesia nacional e outros setores patrióticos.<sup>3</sup>

Na pretendida moldura marxista-leninista dessa propositura, há uma inversão da dialética da "questão nacional" em relação à abordagem clássica. Em lugar da interpretação de um processo de modernização capitalista e de seu impacto sobre o campesinato, como no esquema para a Rússia czarista, a assimilação sem reservas das generalidades de Stalin sobre os países coloniais vai ressaltar, no Programa de 1954, ao contrário, os "fortes traços" do Brasil como um país atrasado e dependente. A referência à industrialização, que, secundarizada, ainda se vê nos documentos do IV Congresso, num claro "determinismo político", comparece mais para fundamentar a hegemonia que se atribui ao proletariado no processo; ou para mostrar a fraqueza da burguesia brasileira, justificando a assunção das suas tarefas históricas pela classe revolucionária popular.<sup>4</sup>

Aprovado por solene unanimidade,<sup>5</sup> o Programa do IV Congresso só teve um único opositor: Fernando de Lacerda. Com o mesmo referencial stalinista, acautelado para evitar reações numa autocritica de Prestes,<sup>6</sup> esse crítico solitário pinçou do eixo tático do Projeto de Programa a palavra de ordem de derrubada do governo de Vargas, para mostrar que o sentido de ação imediata da palavra de ordem levava o PCB a confundir-se 'na atmosfera de golpes ou putschs de toda espécie ... (que prosperava) nos meios governamentais e 'oposicionistas', no seio das 'elites' e 'personalidades' democráticas e patrióticas de todas as cores'.<sup>7</sup>

Mesmo com a visão antigetulista prevalecente à época, Fernando de Lacerda percebia que a orientação pecebista carecia de perspectiva:

Se a palavra de ordem de 'derrubada de Vargas por uma revolução anti-feudal e antiimperialista' só poderá ser uma palavra de ordem de PROPAGANDA para ser realizada DENTRO DE UM PERÍODO DE UM OU MAIS ANOS, ela, de certo, perderá sua razão de ser muito proximoamente (...) Substituído Vargas, por uma das formas atrás referidas, a "política de Vargas" não mudará. Ao contrário: ficaremos mais colonizados pelos trustes americanos, aumentará mais a fome e a miséria do povo, etc.<sup>8</sup>

A reação temida foi a unanimidade dos que escreveram na *Tribuna de Debates* do IV Congresso para lembrar a Fernando de Lacerda o pecado de haver participado no "liquidacionismo"

de 1942-43 (na versão oficial simplificada: movimento inspirado no bowderismo, que pregava a diluição dos PCs nos processos de frente única, no bojo da dissolução da Internacional Comunista); em lugar de uma perspectiva revolucionária, Fernando de Lacerda defendia a luta por um "objetivo vago e indeterminado de acabar com a política de Vargas";<sup>9</sup> fuga da "questão fundamental de toda revolução" (o poder);<sup>10</sup> para resumir a história, ponto de pauta numa reunião do Comitê Central, onde se decidiu excluí-lo como candidato a membro do Comitê Central e entregar o seu caso à Comissão Central de Controle.

O informe lido na reunião deixa claro que se tratava de uma discordância política:

Devemos decidir agora se é admissível que permaneça como candidato a membro do organismo dirigente máximo do Partido e que, como tal, participe do IV Congresso do Partido, quem professa e predica idéias contrárias às defendidas pelo proletariado revolucionário e pelo Partido de que é militante e dirigente."

As mudanças nas idéias e concepções não poderão ser resultado de uma mera perversão eleitoralista, como faz crer a análise corrente. Após a morte de Vargas, arrastado pelas mobilizações, antigolpistas, é que o PCB começa então a experimentar três mutações, importantíssimas, mas sem alterar a estrutura do pensamento anterior: a) pressionados pelos acontecimentos, os comunistas são forçados a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram a ver à sua frente a possibilidade de participarem na formação de uma Coalizão Democrática, bem diversa da FDLN; c) passaram a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares.

Uma primeira requalificação desse tipo aparece no "Manifesto do Comitê Central: a Ditadura de Café Filho" divulgado após o 24 de agosto, onde se vê que a extração da defesa das liberdades democráticas da conjuntura golpista leva, na prática, o PCB a duvidar do significado da palavra de ordem oficial da "derrubada de Vargas",<sup>12</sup> evoluindo para a idéia de um compromisso político entre forças ativas na mobilização popular; trabalhistas e comunistas, no apelo de Prestes.<sup>13</sup> Quatro meses depois, em lugar de tirar conclusões mais consistentes do novo quadro político, o PCB reunido no IV Congresso vai aprovar uma

política alheia ao país, enquanto a inserção na conjuntura continuará cada vez mais sendo o *locus* onde se irão acumular pressões para forçar uma orientação mais realista.

Só em agosto de 1955, numa reunião plenária para avaliar o ano transcorrido desde o suicídio de Getúlio, o Comitê Central retomou o fio daquela maior atenção para com a realidade política imediata. Diferente do abstencionismo de agosto de 1950, no quadro de piora geral da situação que significara o governo de Café Filho, a direção pecebista agora convocava o povo para, nas eleições de 3 de outubro, derrotar os golpistas de 24 de agosto. A preocupação em obter garantia para a vigência prolongada das liberdades democráticas avançava uma visão mais abrangente do momento eleitoral, vendo-se nele circunstância para fazer andar a frente única surgida do episódio da morte de Getúlio.

No novo pleno de janeiro de 1956, convocado para analisar a vitória de Juscelino e Goulart, o Comitê Central vê o 24 de agosto, as eleições de 3 de outubro de 1955 e a resistência de Lott em 11 de novembro como um processo único potenciador das mudanças que viriam com a instalação do governo eleito. Até mesmo o governo de Nereu Ramos, transitório entre a abortada tentativa de golpe e a posse de Juscelino naquele começo de 1956, teria "características novas".<sup>14</sup>

Tinha-se a compreensão de que a vigência das liberdades democráticas abria caminho para que a luta pela democracia política não só adquirisse caráter amplo, mas se convertesse, ela própria, num patamar de participação das massas na política. As eleições presidenciais seriam "uma maneira de ação política", capaz de viabilizar, no cotidiano da campanha eleitoral, uma propaganda em maior escala, repondo as manifestações antigolpistas do passado como uma mobilização de nível nacional pela vigência das liberdades democráticas.<sup>15</sup>

Mas essa visão se mesclará com as idéias do Programa de 54, por este expressar a ideologia arraigada na direção pecebista. As análises de conjuntura aparecidas nas referências acima, vistas no detalhe, sofrerão certa compatibilização, num sentido ora ambíguo, ora claramente subordinado à estrutura do pensamento anterior, como se pode ver em duas peças do próprio pleno de janeiro de 1956.

Enquanto no informe principal, lido por Prestes na abertura

do encontro, o espírito do IV Congresso se faz presente, mas, ao lado do empenho em captar a nova realidade, ele aparece de corpo inteiro no documento de encerramento, apresentado por Diógenes Arruda. Num, procura-se colocar no primeiro plano o processo político em curso, embora Prestes se esforce em mostrar a vigência do Programa de 54, cujo caminho para se chegar a um regime "democrático-popular" estaria sendo elaborado "através da luta política concreta do dia-a-dia".<sup>16</sup> No outro, privilegia-se a "ação das massas", decorrente da principalidade da aliança operário-camponesa, na avaliação do processo unitário das forças políticas presentes no movimento antigolpista.<sup>17</sup> Não será, portanto, nenhuma revisão doutrinária o que levará os comunistas a essas novas posturas. A realidade é que as irá impondo, em meio a grandes resistências. Surpreende até mesmo como, em textos verbalizados oficialmente, o PCB chega às formulações, muito interessantes, sobre o papel da democracia política, num momento em que o tema estava longe de ser encarado pela esquerda com a naturalidade destes nossos anos 90, e a mentalidade do partido ainda era plenamente o marxismo-leninismo-stalinismo. Aliás, esse descompasso entre clarividência momentânea e a mentalidade lembra a observação de Moisés Vinas sobre as orientações aprovadas no IV Congresso em novembro de 1954 em dissonância com a nova situação política, ao dizer que ainda não seria dessa vez — ou seja, 1954; acrescentamos: nem no começo de 1956 — que se romperia a "cortina ideológica que isolava os comunistas da realidade".<sup>18</sup> Essa será mais a função dos debates dos anos 1956-57.

## 2. O XX CONGRESSO E O SILÊNCIO PECEBISTA

Quando em fevereiro de 1956 chegaram as primeiras notícias sobre o relatório secreto do XX Congresso do PCUS, os dirigentes do PCB se fecharam diante de uma discussão que, há muito, não se conhecia entre as correntes socialistas. Após anos de assimilação acrítica, não era nada simples pôr em dúvida o marxismo-leninismo codificado por Stalin, nem resultava fácil para a mentalidade comunista dos anos 50 acreditar na veracidade dos crimes agora denunciados pelo impetuoso secretário-geral do PCUS, Nikita Khrushchev.

Nos dois meses seguintes à realização do XX Congresso, o semanário *Voz Operária* irá refletir o clima de perplexidade e o silêncio da cúpula dirigente. Pouco a pouco, porém, aquelas notícias otimistas de vésperas, ou laudatórias das resoluções finais, freqüentes nos meios comunistas por ocasião dos eventos soviéticos, vão dar lugar a informações esparsas, mas curiosamente significativas do que se passava no movimento comunista internacional. Na cena pública pecebista ninguém, muito menos dirigentes, opinará sobre o centro da controvérsia suscitada pelo XX Congresso.

Chegam notícias sobre a denúncia dos crimes de Stalin, oriundas de outras fontes; e se publicam matérias sobre o debate em outros PCs, compondo-se a moldura oculta da anunciada problemática do "culto à personalidade". Entre março e julho, os comunistas brasileiros lerão na mesma *Voz Operária* três dessas matérias: uma resolução do Comitê Central do Partido Comunista Italiano (PCI), abrindo o debate; a notícia da dissolução do Kominform assinada pelos PCs que o compunham e um artigo do secretário-geral do PC norte-americano, Eugene Dennis, reconhecendo a veracidade do relatório secreto de Khrushchev, cuja versão, dada a conhecer por *O Estado de S. Paulo*, fora considerada artimanha da imprensa burguesa. Em lugar do desencanto a ser abafado pela firmeza diante das "intrigas imperialistas", o PCI verá o XX Congresso como um estímulo para se sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo.<sup>19</sup> A dissolução do Kominform abria as mentes para uma nova compreensão da situação internacional que caminhava rumo à distensão.<sup>20</sup> Dennis não reconhecerá nenhuma justificativa histórica ou política para os crimes de Stalin (que ele chega a detalhar, para arrepio dos comunistas brasileiros: torturas, processos-farsa contra velhos líderes bolcheviques, etc), como proporá até mesmo a popularização das decisões do XX Congresso para melhorar a imagem do socialismo no mundo.<sup>21</sup>

A direção partidária passava a idéia de que o "culto à personalidade" era uma problemática já superada, restrita ao passado da URSS. Mas o debate, vindo de fora, iria ganhar atualidade com as notícias veiculadas pela *Voz Operária* sobre o Leste europeu, principalmente a Polônia. Era difícil negar o inacreditável que sucedia: Gomulka, velho líder comunista, depois de expulso em 1948 do Partido Operário Unificado Polonês (POUP)

e, após cinco anos de prisão, libertado somente em 1955, era chamado, na crise, para assumir a Primeira Secretaria do partido, e chefiar o governo da Polônia! Os grandes partidos comunistas estremeceram e tiveram de sair a público, alguns deles até mesmo viram-se obrigados a substituir os quadros dirigentes mais comprometidos com as práticas stalinistas, com a notável exceção do PCI, o que por certo então mais avançou na discussão do XX Congresso. Os leitores da *Voz Operária* perceberão na polêmica travada entre o *Pravda* e a *Tribuna Ludu* toda a atualidade da questão posta: enquanto o jornal soviético acusava os comunistas poloneses de abandono do socialismo e a *Tribuna Ludu* de semear a desconfiança entre os países socialistas, o órgão do POUP levantava a bandeira da volta a Marx e a Lenin para estigmatizar as deformações stalinistas na URSS como negação do socialismo.<sup>22</sup>

Com essas e outras notícias de igual sentido — o afastamento de Rakossi da direção do Partido Comunista húngaro, após autocrítica pública de fatos similares aos de Stalin;<sup>23</sup> a admissão da democracia política no socialismo por parte de uma liderança partidária como Suslov;<sup>24</sup> a divulgação dos últimos escritos de Lenin sobre a burocratização do socialismo e a visão togliatiana de novo caminho italiano para o socialismo<sup>25</sup> — tudo isso, publicado na imprensa partidária entre julho e setembro, tornava muito difícil aos comunistas brasileiros, a uma parte deles pelo menos, não inferir que a questão XX Congresso era, de fato, uma problemática ainda presente nos países socialistas, e tocava muitíssimo de perto a política e a maneira de ser pecebistas.

À revelia da direção partidária, na sua edição de 6 de outubro de 1956, a *Voz Operária*, finalmente, abriu as suas páginas, acolhendo uma carta de Maurício Pinto Ferreira e o artigo de João Batista de Lima e Silva, "Não se poderia adiar uma discussão que já está em todas as cabeças". Pinto Ferreira sublinhava a necessidade de vincular-se o debate sobre o XX Congresso aos erros do PCB, e João Batista correlacionava o "culto à personalidade" com o alheamento da orientação política dos comunistas brasileiros em relação à realidade do país.

Essa abertura do debate terá grande repercussão nos demais jornais diários do PCB: entre os dias 9 e 14 de outubro, numerosos artigos e cartas foram publicados na *Imprensa Popular*, do Rio de Janeiro, e no *Notícias de Hoje*, editado em São Paulo,



assinados pelos intelectuais comunistas mais conhecidos,<sup>26</sup> exigindo a discussão sobre o XX Congresso. Outros já procuravam enquadrar o debate em limites mais estreitos, ou simplesmente não o aceitavam.<sup>27</sup> "Abridistas" e "fechadistas", logo se perceberiam as duas posturas que, depois, iriam evoluir para as correntes "renovadora" e "conservadora". A iniciativa da *Voz Operária* foi, inclusive, respaldada por alguns organismos auxiliares do Comitê Central (as seções de Agitação e Propaganda, Sindical, de Massas; a Comissão de Finanças; a Juventude Comunista) e pelos Comitês Regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará).<sup>28</sup>

Essa torrente de protestos contra a expressão mais atual do "culto à personalidade" no PCB — o silêncio oficial — logo vai ser bloqueada com a interrupção brusca, por "motivos supervenientes", da publicação dos artigos e cartas recebidos pela redação da *Voz Operária*. Proibição também imposta, não sem protestos dos seus jornalistas e redatores, aos diários *Imprensa Popular* e *Notícias de Hoje*. Era o prenúncio de que, se a pressão havia surtido efeito para fazer irromper o debate, a direção partidária, em breve, iria procurar dirigi-lo.

É o que ocorre: as edições dos dois jornais diários de 19 de outubro, e da *Voz Operária*, um dia depois, publicaram "O Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil".

Sem uma palavra sobre a veracidade do relatório secreto de Khrushchev, mas reconhecendo a gravidade das conseqüências nefastas do "culto", o Projeto de Resolução admitia como injustificada a demora de quase oito meses na abertura dos debates e alentava os militantes ao exame crítico das atividades do partido.<sup>29</sup> Mas passava sobre brasas nos problemas cruciais da discussão: repetia a análise da situação internacional dos documentos soviéticos, sem deles tirar maiores conseqüências, apresentava uma visão cautelosa sobre as modificações ocorridas no Brasil. Neste ponto, voltava-se às apreciações sobre a conjuntura feitas a partir de agosto de 1954, à idéia de frente única, à caracterização do governo de Juscelino feita no pleno de janeiro de 1956 e à sua postura crítica positiva.<sup>30</sup> De momento, captava-se a existência de "melhores condições" favoráveis à demo-

cracia e ao progresso, propiciadas pela mudança na correlação de forças, junto com o "agravamento das contradições no seio das classes dominantes", com reflexos no Parlamento e no interior do governo de Juscelino.<sup>31</sup>

A adesão às justificativas de cunho histórico do PCUS aos erros de Stalin, a crença militante na sua correção com a "retomada dos princípios marxistas-leninistas na vida do partido" levavam a mediatizar o fenômeno do "culto" no PCB, na pretensão de que o impacto da crítica e da autocritica se concentrasse nos aspectos essencialmente organizativos. Não é casual, justamente, que a democratização partidária — uma exigência que se generalizou logo após a abertura da discussão contra os anos de mandonismo — seja equacionada em torno da atenuação do centralismo excessivo do Presidium e do Secretariado sobre o próprio Comitê Central, asfixiando todo o partido.<sup>32</sup> As causas do "culto", desvinculadas da política e das suas teses equivocadas, vão também ser explicadas mediante razões históricas de formação; fatores incontornáveis, associados às manifestações de dogmatismo e subjetivismo — circunscrevendo a problemática do "culto" à questão do desempenho do PCB, sem se tocar nas bases do seu pensamento político.<sup>33</sup>

### 3. RESENHA DOS DEBATES SOBRE O XX CONGRESSO

Por alguns dias o debate prosseguirá ao largo das margens traçadas pelo Projeto de Resolução do Comitê Central. Exemplo disso é o artigo de Armando Lopes da Cunha, "O Programa e os Caminhos do Desenvolvimento do Brasil", emblemático das primeiras tentativas de avaliação da orientação sectária do IV Congresso à luz do questionamento da imagem do país que o PCB tinha naqueles anos 50.

Na base desta concepção está uma outra — também expressamente formulada em nosso Programa, a saber: a de que o processo de desenvolvimento do país e a conquista de sua plena emancipação só serão possíveis após a derrubada do "atual" governo, caracterizado como expressão pura e simples do regime de latifundiários e grandes capitalistas".<sup>34</sup>

Armando Lopes pretendia sair do formalismo autocrítico, evitar a fuga à consideração dos processos objetivos, o costume

de amparar-se no marxismo-leninismo. Seu maior mérito foi o de procurar associar a impregnação do pensamento sectarizado na orientação e na ideologia pecebistas com o problema do reconhecimento, não tanto do avanço da libertação nacional, mas de que o país se desenvolvia numa direção capitalista.

Não há mais dúvidas de que o país pode desenvolver-se e caminhar rapidamente para sua independência nacional sem uma prévia derrubada do "atual governo", e não há mais dúvidas simplesmente porque isto está acontecendo sob nossos olhos".<sup>35</sup>

A leitura da imprensa comunista como um todo vai permitir-nos desenhar um mundo partidário em transformação nevoenta. O clima de perplexidade que no início dos debates colheu o grosso da militância dará lugar ao aparecimento na cena pública pecebista de dois protagonistas: de um lado, os que, na crítica com frequência organizatória, iam proporcionando elementos alternativos de política; e, de outro, os que começavam a exercitar certo defensismo de algo não muito bem preciso, à espera das respostas do coletivo partidário, convocado pelo Projeto de Resolução. Mas as posições renovadoras logo começam a perder a vantagem inicial para, elas próprias, serem objetos de ataques. Inversão muito visível quando mais tarde os organismos intermediários e de base entram em cena.

Nessa primeira fase, a redação da *Voz Operária*, cautelosa diante das repercussões que o debate ia tendo internamente, procurava valorizar a ação concreta do partido na conjuntura. Compreensível, em razão do embaralhamento das atividades e do desencanto que a denúncia de Stalin alimentava, essa reativação praticista, porém, servirá à direção para retomar a representação partidária perante a militância. Mais tarde a posse dessa referência se converterá numa arma poderosa contra os opositores e protagonistas iniciais do debate, na contrapartida, considerados pequeno-burgueses intelectualizados "liquidacionistas".

Durante o resto do ano de 1956, a imprensa partidária publicará interessantes artigos que se destacaram por questionar as concepções e a prática do PCB. Alguns insistiam na questão propriamente organizativa; outros voltavam ao tema da caracterização do país, pondo em dúvida o Programa de 54; e não eram poucas as críticas ao internacionalismo proletário, sobremaneira vivido na relação do PCB com a URSS e o PCUS.

Dentre os que centralizavam o tema do Partido,<sup>36</sup> destaca-se o artigo "O Partido não é tudo", no qual o seu autor, Quintino de Carvalho, irá associar a concepção de partido que levava ao stalinismo e à degenerescência da ditadura do proletariado com a política de massas pecebista do período posterior à cassação de 1947. Quando então os comunistas brasileiros começaram a criar organizações com o intuito de enquadrar setores populacionais em torno de programas "importados" ou "impostos de cima", verdadeiros biombos, não passando essas associações de cúpulas estreitas, sustentadas por comissões (ou "frações") partidárias. Numa lógica — observava Quintino de Carvalho — que levava a converter o conjunto do Partido num mero veículo transmissor de ordens, à estagnação do pensamento em suas próprias fileiras.<sup>37</sup>

Esse seria o terreno fértil para o "mundo de fórmulas" então predominante na mente dos comunistas brasileiros de que nos fala Roberto Morena e cuja crítica ele achava indispensável para se sair da atmosfera de torpor e compreender por que não se avistavam, na cena política real do país, as forças definidas para levarem à prática a política do IV Congresso. As guinadas súbitas de orientação a partir de 1947 e a confusão dos comunistas diante da conjuntura pós-24 de agosto emergiriam como consequência natural do fato de a política do Partido ter sido elaborada nessa mentalidade, mal racionalizada nas penumbras da perplexidade.<sup>38</sup>

As manifestações críticas ainda vão aparecer de forma clara em dois comitês regionais. O de Piratininga, abrangendo a maior concentração de operários comunistas em São Paulo, decidiu romper com a estrutura *mandonista* típica do PCB, aprovando resolução que transferia as decisões importantes da cúpula executiva do Partido para reuniões ampliadas dos organismos dirigentes.<sup>39</sup> Incisiva sobre a política, já a declaração divulgada então pelo Comitê Regional do Ceará voltava a rebater a tese de que, para atingir a "independência nacional", fazia-se necessário derrubar violentamente o governo "feudal-burguês"; e insistia na crítica à caracterização do Brasil como país estagnado, sob a ameaça de colonização, que lhe servia de base.

Esse modo de pensar — dirão ainda os comunistas cearenses por meio de seu Comitê Regional — desconhecia os fatos reveladores de que o Brasil, pelo contrário, passava por um pro-

ceso de industrialização e de avanço em sentido capitalista. Com esse reconhecimento queriam abrir caminho para uma nova interpretação que questionava a visão dogmática anterior e obrigava, com as evidências, uma imediata mudança na política pecebista. A divergência em relação ao IV Congresso se acentua muito:

Por outro lado, tanto o governo Vargas, como o atual, refletindo os interesses das forças progressistas e democráticas que daquele participavam e deste vêm participando, tomaram algumas medidas em defesa da economia nacional, destacando-se entre estas a criação da Petrobrás, da Eletrobrás, e o rompimento do acordo atômico com os Estados Unidos. Esses fatos indicam que — ao contrário do que afirma o Programa — é possível alcançarmos a independência nacional sem a derrubada violenta do governo e mesmo dentro dos limites do atual regime".<sup>40</sup>

No início de 1957 a discussão irá tomar rumos mais definitivos. A maioria das intervenções divulgadas no *Boletim de Debates*, então criado, já espelhará o marco fixado pela Carta de Prestes publicada na *Voz Operária* de 24.11.1956. A autoridade de Prestes aparecerá para os militantes, naquela hora ainda de perplexidade, como a certeza partidária, figurativa do espírito de partido, que começava a presidir os debates.<sup>41</sup>

Se antes os renovadores teriam sido maioria na cena pública como no início dos debates se chegou a pensar, agora iam velozmente se transformando em minoria cada vez mais isolada dentro do Partido. O Comitê Regional do Ceará se retratará de afirmação anterior na qual sustentara que as direções eleitas no IV Congresso de 1954 não exprimiram então a vontade do Partido, em razão da discussão congressual ter sido orientada de cima, os delegados escolhidos previamente e até mesmo as suas intervenções ditadas pela cúpula.

É possível supor que o alheamento das bases partidárias, não só em relação à discussão política que os renovadores forçavam, mas generalizado, conferia uma enorme força aos que detinham a posse oficial da máquina partidária fortemente sedimentada numa estrutura organizacional em si ideológica. Alguns articulistas sugerem elementos interessantes para se entender a reprodução — sem política clara — do grupo dirigente através de cooptação de quadros e marginalizações, convertendo-se ele próprio numa *grande fração*, que acabava empalmando o partido e definindo os limites do pensamento político renovado a marcha forçada.<sup>42</sup>

Na proporção desse processo se observará a presença mais ativa do núcleo dirigente e dos "militantes preferenciais" que também começam a escrever na imprensa partidária, assumindo a defesa do Partido, possivelmente já revelando nos seus artigos o pensamento acolhido pela direção pecebista.

O tema da industrialização, "já em todas as cabeças", seria um dos pontos desses artigos oficiosos, embora aí apareçam mais no rebato às tendências "revisionistas" que "se entusiasma com o progresso burguês do país". A finalidade desses escritos era a guarda do Partido dos efeitos ideológicos do fenómeno, na medida em que se temia que o reforçamento da burguesia iria aumentar a sua influência sobre diferentes setores da população, particularmente sobre a pequena burguesia.<sup>43</sup>

Tem início aí uma operação que vai ser muito expressiva da mentalidade pecebista quando sob pressão para mudar: a aceitação, pela metade, da evidência real colhida pelos renovadores, mas a partir de uma ótica garantidora de certos princípios considerados, por sua vez, avalistas do caráter revolucionário do Partido. Aí tem lugar a "tomada de decisão" sobre os limites da renovação do pensamento político pecebista.

"Etapa da revolução" e "Estado de classe" serão conceitos convocados quando, diante da industrialização do país, procurava-se bosquejar "um caminho brasileiro para o socialismo". A recusa em abandonar o conceito stalinista de "etapa" não era uma exigência para captar os processos reais sob os quais evoluía o país. A lembrança da etapa e dos restos feudais prendia-se mais à referência ao esquema da aliança operário-camponesa e à necessidade de reforçar o tipo de governo previsto no Programa de 54.<sup>44</sup>

Gorender, por sua vez, vai diferenciar os significados do capitalismo de Estado — o tema controverso deixado no ar por Armando Lopes da Cunha como traço mais moderno do país da Petrobrás, Furnas, Três Marias, Usiminas. Nos países imperialistas, além de subordinado ao capital financeiro, o capitalismo de Estado desenvolve enormemente as forças produtivas; já em países como o Brasil, observa Gorender, o capitalismo de Estado tem outra origem e função. Aqui, ele surge no processo contraditório de servir à burguesia para resguardar o desenvolvimento capitalista da pressão do monopólio e promover um mínimo de forças produtivas modernas, ao mesmo tempo que dele também

se aproveita o imperialismo para controlar os setores fundamentais da economia brasileira.<sup>45</sup> A conclusão que se impunha não era a de Armando Lopes no sentido de que o capitalismo de Estado tenderia a ser no Brasil um processo aproximativo do socialismo. As formas capitalistas estatais apenas imprimiriam particularidades à revolução brasileira, podendo ser um instrumento para o desenvolvimento econômico ulterior do socialismo, na condição de que se formara no país um Estado revolucionário da frente única, mas sob hegemonia proletária.<sup>46</sup>

Na outra ponta da discussão aparece na *Voz Operária* uma verdadeira plataforma de idéias renovadoras, expostas da ótica do único dirigente a pronunciar-se desse lado. Num longo artigo, "Pela renovação e o fortalecimento do partido", Agudo Barata retoma questões indicadas pelo Projeto de Resolução e acentua suas divergências. Dado o tom, até mais cauteloso se comparado com outros artigos mais críticos, estranha a reação desproporcional que causou no resto da cúpula pecebista. Talvez porque Barata fosse o único dirigente crédulo nas formulações mais renovadoras do documento aprovado pelo próprio Comitê Central em outubro de 1956, e a expor-se abertamente na controvérsia.<sup>47</sup>

Um dos pontos de maior discordância é a sua observação a propósito do processo revolucionário — antiimperialista e agrário antifeudal, como nos moldes do IV Congresso — segundo a qual a luta antiimperialista avançava muito mais rapidamente do que o movimento camponês. Daí a consequência política da perda da ênfase na luta pela hegemonia proletária, para se viver uma fase de acumulação de forças. Com incidência também na natureza da frente única contra o reduzido campo do imperialismo norte-americano e seus "agentes internos" (limitados "unicamente aos latifundiários e aos burgueses que atuem como meros agentes do imperialismo"). Barata pensava numa frente única já não concebida pelo "determinismo político" como prolongamento da aliança operário-camponesa, mas vista como necessidade de se montar um instrumento estratégico para a ação política — uma frente "nacional" e "democrática", consoante com as evidências surgidas na conjuntura posterior a 1954.

Mudava também o parâmetro garantidor da hegemonia operária: o tipo de governo não seria um dado *ex ante* ditado por princípios a-históricos, mas resultado das tendências observáveis na própria realidade:

Este (o governo nacional e democrático) não é nem o governo democrático de libertação nacional, proposto no programa do PCB, nem o governo atual, como está constituído. As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista — creio eu — a conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um "governo nacional e democrático", que realize um política de soberania nacional e de coexistência pacífica, etc. Este governo introduzirá (aqui Barata retoma a centralidade da questão democrática revelada na batalha antigolpe pós-54) na vida do país um democratismo que elevará o movimento de massas a um alto nível a que se coloquem na ordem do dia as transformações que abrirão caminho para o socialismo.<sup>48</sup>

Em lugar de chamar o processo frentista para o interior do partido, Barata via aberta na sociedade a perspectiva de se aumentar na frente única a participação do proletariado e do campesinato, dependendo do aprofundamento do caráter democrático da aliança; o que, por sua vez, dependeria das possibilidades de influência dos setores populares nos processos políticos. As circunstâncias para o surgimento de um governo nacional e democrático assim poderiam ser modificações que afastassem do governo Juscelino os elementos reacionários; ou mediante a sua substituição por meio das eleições, ao mesmo tempo que a própria frente única se constituísse num dique contra as desestabilizações golpistas. Passagem à etapa socialista — dizia Barata — "só será assegurada como resultado (não uma definição preliminar) da força, do grau de organização e de consciência da classe operária e de seus aliados, de amplos, crescentes e ininterruptos movimentos de massas". Nesta concepção de frente única, aceitava-se, até mesmo na fase socialista, a existência de um regime pluripartidário.<sup>49</sup>

#### 4. A SÍNTESE OFICIAL DA POLÍTICA MODERNA

Se, pela ênfase nas questões organizativas, o Projeto de Resolução servira à direção partidária como primeira referência para os militantes desorientados sob o impacto do XX Congresso, os documentos do pleno do Comitê Central realizado em abril de 1957 iriam cumprir uma função sintetizadora dos debates, sobretudo do que diziam os renovadores sobre a política do Partido. Agora a abertura maior se dará em relação à conjuntura nacional, embora sob o signo da conciliação entre o reconhecimento das mudanças no país e o espírito ainda vivo do Congresso de 1954.



E possível supor um cenário partidário bastante peculiar para esse momento de síntese: de um lado, havia um grupo da cúpula, tudo indica, diverso dos que nas páginas dos jornais comunistas combatiam o "antipartido", trabalhando as idéias mais atualizadas;<sup>50</sup> de outro, o que saía a público, nessa hora quase final, são mais os inúmeros pronunciamentos dos organismos de uma militância que, se não participava discursivamente da elaboração do novo pensamento, nas Notas de Solidariedade à direção assumiam a defesa do PCB por cima de qualquer política. De resto, o Comitê Regional de Minas Gerais, por haver publicado, na mesma edição da *Voz Operária* onde saiu o artigo de Barata, um texto criticando a "análise tímida" do Projeto de Resolução e apresentando extensa caracterização do país e do Estado, era duramente acusado de exagerar o desenvolvimento da região, objetivismo burguês, etc.<sup>51</sup> Os comitês regionais mais afoitos voltam atrás; Barata e os renovadores mais conhecidos são isolados e marginalizados do Partido.

Em seus documentos o pleno reconhecia abertamente que, no quadro político subsequente ao suicídio de Getúlio, tinha-se criado a possibilidade para uma ampla mobilização capaz de mudar os rumos da política governamental.<sup>52</sup> O governo de Juscelino, visto agora mais claramente como fruto da vitória da coalizão antigolpista, expressava as aspirações "à independência, à paz, à democracia e ao bem-estar do povo", embora tal governo (aqui voltava o Programa de 54) continuasse defendendo os interesses dos "latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios norte-americanos". A possibilidade de "mudar a política" passava pela disputa entre o setor patriótico e democrático e o entreguista, até golpista, ao interior do governo. Em suma, a conjuntura era considerada favorável "à criação e rápido desenvolvimento de um movimento unitário e de massas em condições de encaminhar a questão nacional e democrática".<sup>53</sup>

Dentro de um quadro interpretativo impreciso, a importância atribuída à questão democrática e sua vinculação com a luta antiimperialista aparece como decorrência do próprio curso dos acontecimentos:

Cada nova exigência dos imperialistas ianques, seja de bases militares ou de entrega de nossas riquezas nacionais, é sempre acompanhada de pressão para que o governo brasileiro tome medidas contra as liberdades democráticas e os direitos constitucionais; cada golpe desferido nas li-

berdades e nos direitos de nosso povo traz em seu bojo exigências norte-americanas de concessões contrárias aos interesses nacionais. Tanto se golpeia o imperialismo e a minoria reacionária interna quando se impede a entrega de bases militares e das riquezas nacionais como quando se impede a implantação de sua ditadura terrorista tal como sucedeu em novembro de 1955.<sup>54</sup>

A concepção de frente única, concentrada nos monopólios norte-americanos, implicava também uma política de amplos entendimentos, na qual se reconhecia a variabilidade dos seus componentes, e, até mesmo, admitia-se que alguns deles "vacilem, recuem e depois voltem à luta comum",<sup>55</sup> Envolver amplas massas na luta unitária para levantar alternativas e "soluções a cada problema"; formas de luta e "radicalização do movimento" a depender da amplitude e fortalecimento da sua unidade, apontando sempre para um maior enraizamento da luta, condição para que o partido assumisse a sua direção.<sup>56</sup>

Essa síntese das posições renovadoras, feita sob lembrança classista, terminava às portas do tema organizativo, onde o Comitê Central se fechava contra os "processos claramente anti-partidários", interdita pela adoção de uma resolução sobre a unidade do Partido (chamada "decreto de cisão") que praticamente excluía todo discordante; a questão internacional permanecia no enfoque soviético; e os debates tiveram o seu encerramento marcado para maio de 1957.

À semelhança do que ocorreu em agosto de 1954, um novo fato da realidade, após quase três anos de crise, irá novamente desorientar os comunistas: o nacionalismo, rapidamente convertido em movimento político de caráter nacional nos primeiros três meses de 1957.

Tomada a decisão de absorver algumas teses renovadoras, particularmente as que a realidade fazia atualíssimas, como o surgimento da frente única, aparecem na *Voz Operária* artigos officiosos para, com os "poréns" necessários, explicar o novo pensamento da direção partidária sobre a realidade emergente do nacionalismo.

Reconhece-se o nacionalismo como "eixo efetivo da vida política brasileira"; sob variadas formas, espelho de uma nova disposição de forças em toda a sociedade; "fator nacional", "complexo de contradições" — a novidade era a sua contagiante influência sobre todos os setores da população (partidos, parlamento, forças armadas, etc), polarizando a vida política do

país.<sup>57</sup> O essencial era evitar o isolamento do Partido na frente única galvanizada pelo nacionalismo. Urgente distinguir entre o nacionalismo de "nação oprimida" do nacionalismo visto do "prisma exclusivo" da contraposição entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês; movimento político real policlassista, enquanto *corrente de opinião* de sentido progressista, diverso do nacionalismo como *ideologia* e *política* da burguesia, que deveria ser combatido.<sup>58</sup>

Até julho parecia que a cúpula pecebista, ou seja, a nova maioria que no Comitê Central encarnava a razão partidária, havia orientado com justeza o curso dos debates, não fosse o impacto das destituições, no PCUS, dos dirigentes que resistiam aos sopros autocríticos provocados pelo XX Congresso. Lá e aqui virão as demissões dos líderes mais comprometidos com o passado, como, aliás, solicitara Barata.

De fato, no começo do mês, os militantes comunistas brasileiros seriam colhidos por essa outra surpresa. Ao tempo em que absorviam o nacionalismo, após denúncia do "entusiasmo revisionista" com a impetuosidade do capitalismo no país, agora viam tremer o chão daqueles que tanto procuraram representar a defesa dos princípios.

No surpreendente pleno de agosto serão apontados os responsáveis pelas dificuldades ainda persistentes no partido mas, logo, será também questionada a própria ambigüidade na condução dos debates, principalmente nas decisões do pleno de abril que apareciam como o pensamento renovado do PCB.<sup>59</sup> A mudança tardia: reconhecimento do valor das teses renovadoras, sem o exagero "revisionista", deixando a militância sem entender, nem localizar onde estavam o grupo renovador "liquidacionista" e os defensores do Partido. A definição da referência organizacional já estava concluída desde o pleno de abril com as marginalizações.

A crise ideológica surgida com ímpeto em outubro de 1956 dera força àqueles que se atreveram a escrever mais incisivamente sobre o "culto à personalidade". Forçara o Projeto de Resolução, mas, pelo debate avaliado anteriormente, percebe-se que, no geral, essa crise fora contornada e resolvida ideologicamente com a conversão da controvérsia em uma "luta de classe" dentro do PCB. Mas essa não era uma crise passageira como pensavam os que se obstinavam em combatê-la com a defesa dos prin-

cípios marxistas-leninistas. A força dos renovadores estava em que procuravam associar a superação da crise do Partido a uma nova mentalidade capaz de atualizar a política pecebista.

Agora, no pleno de agosto, a nova cúpula emergente chegará, tardiamente, a dizer que, à sua falta, perderam-se as possibilidades abertas para uma atuação mais ampla do PCB e que, pelo contrário, verificava-se um retraimento político dos comunistas, menor influência na sociedade, estagnação em suas fileiras. E irá responsabilizar os dirigentes dogmáticos, a conciliação com o pensamento anterior e as indecisões na definição da política, pela situação calamitosa que estava prestes a converter, dramaticamente, o Partido numa seita inexpressiva.<sup>60</sup>

Nessa reunião plenária foram destituídos do Presidium do Comitê Central Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas e Sérgio Holmos, impedido ainda o suplente Orlando Piotto de ascender à alta direção do partido. Seus lugares foram ocupados por Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Mari ghella.<sup>61</sup> Junto com os afastamentos o pleno procurou uma alternativa para superar a descrença e a inércia partidária naquilo que tantas vezes tinha sido proposto nos debates: agora se dizia necessário um clima favorável à divergência e à luta de opiniões, sem sanções estatutárias; livre circulação de idéias, liberdade de pesquisa; descentralização do trabalho, autonomia e espírito de iniciativa para as bases partidárias.<sup>62</sup> A reunião também decidiu criar uma comissão que fizesse a avaliação dos debates para aprofundar a correção dos erros, agilizando as comissões preparatórias do V Congresso, criadas no pleno de abril de 1957.<sup>63</sup>

Com esse relato pretendeu-se mostrar a peculiar evolução do PCB em direção a um pensamento político moderno nos anos 50, cujo cerne, nos episódios de 24 de agosto e do XX Congresso, é a percepção cada vez maior da realidade do país, à qual os comunistas brasileiros chegam, nessas horas dramáticas, mediante um custoso reconhecimento dos fenômenos políticos momentâneos.

Na crise da morte de Getúlio os comunistas *absorveram a conjuntura* e avançaram, nos pronunciamentos coletivos feitos pela direção até o IV Congresso, no desenvolvimento de sua política, para usar a expressão da cultura própria, enquanto *tática*. O papel atribuído às liberdades democráticas, no clima golpista daqueles anos 50, na melhor intuição do PCB, cumprirá

a função de ser a chave da maior aproximação — por meio de uma percepção imediatista — à nova realidade do país. Presente na constatação da multiplicidade dos agentes que interferiram na cena política (afinal, foram eles os responsáveis pelo impedimento do golpe), a valorização da democracia política só teria significado mais denso com a passagem ao reconhecimento da maior complexidade de um país em processo de desenvolvimento capitalista. O aprofundamento da questão democrática esbarrava, de um lado, na caracterização da sociedade brasileira; e, de outro, tinha por teto o tipo de entendimento da "teoria", na qual a tese do Brasil colonizado se inspirava (Stalin) e os conservadores também vão se amparar para resistir às mudanças do XX Congresso e não ceder na questão dos chamados princípios.

Por outro lado, se olhamos os debates sobre o XX Congresso — seu início à revelia da direção, e o seu desfecho na aceitação parcial do que se rejeitava — vemos que diante da crise do stalinismo e ante uma conjuntura em mutação, o núcleo dirigente em ascensão adotará uma nova política ambígua em muitos pontos, mas guardando pertinência com a situação do país, e com ela procurará dar maior eficácia à ação do Partido, obtendo a sua legitimidade reprodutiva como novo grupo dirigente.

Gorender, num dos últimos artigos do debate a sair na *Voz Operária*, apontou para os limites dessas acomodações oficiais do PCB às novas exigências. Sua observação de que o que ocorrera fora a transição de um partido, no geral dotado de uma linha política incorreta, mediante adaptações parciais,<sup>64</sup> sem dúvida, situava bem essa conciliação entre o pensamento atrasado e o esforço inovativo, mas a razão maior da não-ruptura do fenômeno nos parece deva ser associada não só ao tipo de marxismo assimilado pelos comunistas brasileiros como também à mentalidade organizacional onde ele se impregnou. Os dois plenos do Comitê Central realizados em abril e agosto de 1957 são muito interessantes a respeito dessa característica da renovação e da marcha forçada que a nova cúpula partidária encaminharia depois dos fortes abalos do relatório Khrushchev.

No primeiro deles, avança-se muito na melhoria da política de unidade. Aproveita-se a insistência dos renovadores em considerar como centro estratégico da elaboração comunista a "tática de frente única", a grande política para o Brasil moderno. Mas aí enrijece em relação ao socialismo e à discussão sobre o

Partido, aproximando-se o setor pragmático do núcleo dirigente da sua ala conservadora, credenciando-se à frente da luta contra o "revisionismo". Barata nessa reunião plenária se verá em apuros, obrigado a trilhar o complicado caminho da retratação nos termos da maioria do Comitê Central.<sup>65</sup> É o tempo das Notas de Solidariedade das bases partidárias, sem uma perspectiva clara para enfrentar a crise que vivia o Partido.

Já o pleno de agosto mostra como a direção eleita no IV Congresso de 1954 havia perdido atualidade, e a sua reprodução havia se tornado impossível. O setor mais pragmático percebeu que a sua situação também era precária, e aproveitou o impacto das destituições da alta cúpula da PCUS para, afastando aqui os dirigentes mais identificados com o *mandonismo*, conter o descrédito do Comitê Central e a fuga de militantes.

A cúpula pecebista mostra enorme incapacidade para uma revisão radical. Num e noutro caso procura a linha de contorno no afinamento da tática e na habilidade prática, com o resguardo obsessivo do aparelho partidário da influência dos renovadores. A controvérsia se metamorfoseia num mundo orgânico que, ao reproduzir uma "discussão contra os inimigos do Partido", vai diminuir o conteúdo e a potencialidade inovadora dos processos discursivos abertos.

O novo núcleo dirigente que sobreviveu à crise de 1954-57 — e que em grande parte hoje, à hora de falência do socialismo real, se apressa em comandar uma segunda mudança no PCB — desde então reivindica a autoria exclusiva daquela renovação partidária, cujo começo insiste em situar na Declaração de Março de 1958, ocultando a contribuição dos renovadores da época, derrotados e marginalizados dentro do Partido com o concurso de sua ação; como sucederá também por ocasião da discussão mais recente dos anos 1979-83. Mas se isso faz parte da presente história, não cabe nas páginas deste ensaio.

VI

ÇUBA NO BRASIL:  
INFLUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO  
CUBANA NA ESQUERDA BRÁSILEIRA

EMIR SADER





## INTRODUÇÃO

Para falar do influxo da Revolução Cubana no processo de recepção/absorção do marxismo no Brasil, é necessário, antes de tudo, nos determos um momento no significado daquela revolução, para então podermos medir as influências que ela teve em nosso país.

Ao fazer um balanço do "marxismo latino-americano", na *História do marxismo* organizada por Eric J. Hobsbawm (Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. II, 1989), o sociólogo argentino Juan Carlos Portantiero abre seu trabalho com a constatação:

Não há dúvida de que, com os anos 60, inicia-se uma nova etapa na história do marxismo latino-americano. O principal ponto de ruptura é assinalado, obviamente, pela vitória da Revolução Cubana e pela proclamação por Fidel Castro, em abril de 1961, do "caráter socialista" do novo regime. Esse fato abria novos caminhos e, ao mesmo tempo, marcava a culminação de uma longa história que, de modo intermitente, se iniciara em alguns países do Continente no final do século XIX: a da penetração das idéias socialistas e da difusão do marxismo (p. 332).

Destaque similar ganha a Revolução Cubana para Michel Lowy, em *El Marxismo en América Latina* (México, Ediciones ERA, 1982), quando, na periodização que ele faz do marxismo no continente, a vitória de Fidel Castro e seus companheiros define a superação de um longo período de estagnação, marcado pelo domínio stalinista, e a passagem a um período revolucionário.

A ênfase se mantém no enfoque de Pablo González Casanova em seu livro *Imperialismo y Liberation* (México, Siglo Veintiuno Editores, 1978):

Desde 1959 la historia de las masas en América Latina fué tan activa, tan rica, como na habia sido desde las guerras de Independência contra España. Y fué mucho más rica en la magnitud y en la profundidad de los debates teóricos, estratégicos y tácticos (*idem*, p. 256).

O critério de comparação para a influência da Revolução Cubana na América Latina é necessariamente o das consequências da revolução soviética sobre a Europa no primeiro pós-guerra e nas décadas que se seguiram. Sem entrar na dimensão desse último fenômeno, pode-se considerar que o influxo da vitória dos revolucionários cubanos foi relativamente maior do que a do triunfo bolchevique. A profundidade da crise do capitalismo latino-americano, a ruptura dos processos institucionais em boa parte dos países do continente, as conquistas sociais que foram imediatamente obtidas pela Revolução Cubana, o clima político e ideológico internacional — tudo favoreceu uma projeção multiplicada dos efeitos do surgimento do primeiro regime socialista na América Latina. A polarização com os Estados Unidos só contribuiu para dar maior magnitude e dimensão continental — e mesmo para todo o Terceiro Mundo — à primeira ruptura de um país com o sistema de dominação norte-americano no Ocidente.

Se o triunfo bolchevique representou um marco histórico de dimensão universal — a entrada na História daquilo que naquele momento se caracterizou como o início da passagem da História à fase das revoluções proletárias vitoriosas, com a primeira tomada do poder e consolidação por parte dos trabalhadores — seu isolamento, produto das condições distintas em que se encontravam os países europeus em relação à dominação czarista sobre a Rússia de começo do século, neutralizou a influência imediata de um novo tipo de sociedade surgido em 1917. A Revolução Cubana, por sua vez, mais além das diferenças de sua estrutura social em relação aos outros países do continente, contou com condições sociais mais homogêneas — pelo menos durante os anos 60 —, em meio à crise do capitalismo latino-americano, bem representada pela questão agrária, pela dependência externa, pela deterioração das condições das políticas públicas e pela extensão de regimes ditatoriais.

O triunfo bolchevique, se foi seguido por uma ampla extensão da influência da Internacional Comunista, teve curta duração, depois que foram superadas as condições de assalto ao

poder em vários países europeus, para dar lugar a um grande isolamento da URSS e dos partidos comunistas, com algumas exceções. Pelo menos as condições revolucionárias não voltaram a se reproduzir ao longo dos anos 20 e 30 no continente europeu, e os PCs que consolidaram sua força o fizeram em moldes de ação bem diferenciados da estratégia bolchevique, já distanciados da linha insurrecional ou de sua versão de "classe contra classe", para ingressar de cheio na orientação do VII Congresso da Internacional Comunista de frentes amplas antifascistas.

Já a Revolução Cubana — gozando positivamente de seu caráter relativamente empírico — pôde estender sua influência para além dos marcos estritos da esquerda tradicional — em particular dos PCs — e, mesmo sem contar com instrumentos orgânicos como as Internacionais, teve efeitos concretos mais profundos e duradouros sobre o continente latino-americano, maiores, em termos relativos, do que os da Revolução Russa sobre a Europa. Justamente pela radiação de seus efeitos em múltiplas direções, é difícil delimitar precisamente sua extensão e dimensões, mas pode-se dizer que nenhum país do continente passou incólume pelo surgimento da Revolução Cubana, e provavelmente a história das esquerdas de cada país tenha nele um marco decisivo em sua trajetória.

Neste trabalho nos limitaremos ao Brasil como campo de influências do triunfo de 1959, mas é indispensável incorporar a dimensão latino-americana dessa influência porque, sem dúvida, esse efeito foi multiplicado por ela, que se confundiu com o próprio fenômeno original dirigido pelo Movimento 26 de Julho. As guerrilhas na Guatemala, no Peru, na Venezuela, na Colômbia chegavam ao Brasil como projeções do mesmo fenômeno revolucionário desatado pela Revolução Cubana. Por outro lado, o desconhecimento sobre a história latino-americana na esquerda brasileira não distinguia entre movimentos guerrilheiros como o colombiano — protagonizado inicialmente pelas FARC, ligadas ao PC daquele país — ou o nicaragüense — brotos do que seria posteriormente o sandinismo —, anteriores ao triunfo cubano, que terminava por aparecer como o momento de fundação da vertente revolucionária na América Latina.

O primeiro passo então é o de definir, ainda que resumidamente, o significado da Revolução Cubana para poder em seguida delimitar o seu peso no Brasil.

O debate a respeito da influência dos processos revolucionários soviético, chinês e outros fenômenos vinculados à tradição do movimento comunista internacional serve menos como parâmetro para analisar o impacto da Revolução Cubana no Brasil pelo próprio caráter heterodoxo de uma revolução surgida de fora do Partido Comunista, sem definir sua natureza em sua etapa inicial, mas que, ao mesmo tempo, terminou superando em influência a todos os outros fenômenos internacionais. Seu raio de ação foi muito mais amplo, estendendo-se muito além do Partido Comunista, e sua influência não se limitou ao campo ideológico, agindo diretamente sobre as forças políticas e suas linhas de ação, num momento de grande rearticulação dentro da esquerda brasileira.

*Stricto sensu*, o influxo proveniente da Revolução Cubana tem a ver com seu caráter de "libertação nacional", enquanto ela se forjou como um movimento antiimperialista, mas se multiplicou quando a natureza de revolução socialista foi assumida diretamente pelos revolucionários cubanos. Esse duplo aspecto potencializou sua influência, no momento em que o Brasil vivia a entrada em um regime ditatorial e, ao mesmo tempo, o capitalismo brasileiro vivia momentos de crise. A forma de resolução da questão democrática e dos problemas sociais na ilha caribenha favoreceram então seu poder de atração sobre uma nova geração de revolucionários no país.

Pelo seu próprio caráter de aproximação empírica, sem definições ideológicas prévias, a influência da vitória dos revolucionários cubanos não se deu tanto no campo da elaboração teórica brasileira. Sem dúvida, uma série de teses interpretativas novas circulava no continente, sua interação recíproca com o processo político cubano foi real, mas seria excessivo, por exemplo, considerar a teoria da dependência — mesmo em suas formulações mais radicais, como as de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos — como resultado daquela influência. Sem dúvida elas se fortaleceram mutuamente — as teses da Revolução Cubana e a teoria da dependência — sem que qualquer vínculo causal direto possa ser estabelecido entre elas. Gunder Frank apontava para Cuba como uma das saídas possíveis para o círculo vicioso da dependência, enquanto Cuba ajudava a difundir as teses do economista alemão — radicado no Brasil nos anos 60 — como prova complementar da correção do caminho que havia escolhido, sem uma causalidade linear.

Trataremos de dividir a influência da Revolução Cubana conforme os períodos de evolução do processo político naquele país, mediado pelas etapas históricas por que passava a esquerda brasileira e a trajetória dos regimes políticos que o Brasil viveu desde 1959 — sistema liberal representativo, ditadura militar, retomada do sistema parlamentar. Diferentes dimensões da sociedade cubana vieram à tona em cada um de seus momentos, sendo possível diferenciar devidamente a irradiação das idéias provindas do Caribe e as formas possíveis de sua recepção entre nós.

## I

O triunfo dos revolucionários cubanos tomou de surpresa não apenas o governo norte-americano, mas também a esquerda latino-americana, em primeiro lugar seus partidos hegemônicos, os PCs, nos vários países do continente. Os EUA esperavam que se tratasse de mais um movimento de derrubada de um dos muitos ditadores da área, que estabeleceria, por um certo tempo, um regime liberal ou que substituísse o caudilho deposto por outro, com suas próprias idiossincrasias, mas sem ultrapassar os limites da dependência de Washington. Os PCs — incluídos grandes setores do próprio Partido Socialista Popular, o PC cubano da época — se alegravam com a queda de um ditador, ainda que, no início dos anos 40, levados pela própria política do PSP, tivessem saudado a Fulgencio Batista como um líder nacionalista, embora não se abalassem na sua função histórica de "vanguarda do proletariado mundial", que os conduziria a assumir a direção do processo revolucionário no lugar da liderança pequeno-burguesa que iniciava uma etapa "democrática" da revolução.

A acelerada evolução posterior do processo revolucionário cubano provocou então dificuldades para catalogá-lo em sua natureza. Da tentativa de caracterizar uma tendência chamada de "castrismo" ou "guevarismo", como a feita por análises trotskistas, até a definição de uma espécie de "braço armado do imperialismo soviético", vindo do maoísmo em seu auge — revelou-se a dificuldade de apreender o fenômeno da Revolução Cubana em suas especificidades.

Para apreendê-lo em suas particularidades é necessário, antes de tudo, remeter ao tipo de sociedade em que ele surgiu como

movimento revolucionário. Cuba era uma típica economia primário-exportadora, centrada na produção açucareira, que se dirigia para os EUA, mercado que garantia sua compra mediante uma "cota" estabelecida anualmente por Washington. De tal forma esse mecanismo era central para a sobrevivência da economia cubana, que um dos ditos populares de maior força até 1959 era o de que "Sem cota não há país".

Cuba era o exemplo acabado de um país primário-exportador cuja economia tinha se fundado na exploração do açúcar, incluindo obrigatoriamente a importação do trabalho escravo, constituindo portanto com o Haiti e a República Dominicana os tipos de sociedades mais aparentadas no Caribe. A proximidade geográfica com os EUA — as famosas 90 milhas de distância — complementava esse quadro de integração subordinada à economia norte-americana, consolidada pelo turismo e — como seus correlários — pelo jogo e pela prostituição. Turismo norte-americano e desmandos dos marinheiros ianques tinham limites pouco definidos, fazendo de Cuba um modelo do chamado "quintal" dos EUA.

Assim, não apenas o caráter da burguesia cubana era de assimilação subordinada radical à norte-americana, como seu estilo de vida, de consumo e suas práticas políticas faziam dela um apêndice caricaturesco da vida de Miami. Esses vínculos se consolidaram conforme a dominação norte-americana sobre Cuba se estendeu e se aprofundou desde o final do século XIX, no desdobramento do que os historiadores cubanos passaram a chamar de regime de proto-república.

Pesa sobre a trajetória cubana o fato de ter sido, com Porto Rico, os únicos países que não conseguiram se libertar do jugo espanhol no início do século passado. O acúmulo da questão nacional com a da libertação do trabalho escravo empurrou setores da burguesia cubana para o caminho da insurreição contra a dominação espanhola, marcando a segunda metade do século XIX em Cuba como décadas de sucessivos levantes independentistas, até a cristalização da expulsão dos espanhóis pelo Exército Mambí, reunificado por José Martí e apoiado por seu Partido Revolucionário.

O aborto dessa vitória nacional cubana pela intervenção das tropas norte-americanas, sob o pretexto de "pacificação" da guerra cubano-espanhola, teve conseqüências sobre todo o desenvol-

vimento da história cubana no século XX. O surgimento da mencionada proto-república se caracteriza pela tutela direta de Washington sobre Cuba, recheando a vida da ilha de desembarques dos marinheiros e navios norte-americanos ao longo do século. Quando não, a presença determinante do embaixador dos EUA ou os apelos das correntes internas da elite cubana para a intervenção militar ianque completavam o quadro de neocolônia de que Cuba se revestiu até 1959.

O processo revolucionário vitorioso representa, então, a confluência de uma série de levantes, iniciados na década de 70 do século passado, que se prolongaram nas sucessivas lutas pela derrubada da ditadura de Machado, nos anos 30, e finalmente desembocaram na guerra de guerrilhas contra o regime de Fulgencio Batista, na década de 50. É possível estabelecer uma continuidade e unidade relativamente coerentes nesses movimentos, que têm na questão democrática e da soberania nacional seus eixos.

Esses sucessivos movimentos geraram também um espírito de rebeldia, um espírito revolucionário, que germinou muitas vezes em expressões que se degeneraram na corrupção, no caudilhismo, na bandidagem ou no esvaziamento das promessas iniciais. (A novela *El Acoso*, de Alejo Carpentier, relata uma dessas experiências; edição brasileira sob o título *O Cerco*, Global, 1988.) Mas que, outras vezes, propiciou o surgimento de personagens não somente como José Martí, mas também como Júlio Antônio Mella, dirigente estudantil na luta contra a ditadura de Gerardo Machado, fundador do primeiro Partido Comunista de Cuba, morto no México pela polícia do regime cubano, quando preparava uma expedição revolucionária para retornar ao país.

Foi na linha de continuidade com esse espírito que a geração de Fidel Castro buscou as experiências e a inspiração para organizar e dar forma política à resistência quando Fulgencio Batista deu seu golpe militar, em 1953. O apelo apresentado pelo advogado Fidel Castro contra o golpe militar ao Supremo Tribunal se combinou com a ação do assalto ao principal quartel da zona de maior tradição revolucionária no país — a região oriental, onde se situa Santiago de Cuba —, assim que a Justiça revelou sua conivência com o regime militar. A linha insurrecional se articulava, desse modo, com uma plataforma democrática — derrubada da ditadura, término da corrupção, plataforma de justiça social — refletida posteriormente na defesa apresentada

por Fidel Castro nos tribunais, depois da prisão dos sobreviventes do assalto ao quartel Moncada, publicado com o nome de *A História me absolverá*.

Herdeira dessa plataforma, a Revolução Cubana ganhou sua identidade mais permanente da sua inserção nas condições da situação continental e mundial do início dos anos 60. Sua dinâmica anticapitalista veio da polarização contra o império norte-americano, cuja sombra se via abalada desde as primeiras medidas, que tocavam na propriedade da terra, nas grandes empresas produtoras de açúcar, nas propriedades de aluguel, com as respostas correspondentes dos EUA, que favoreceram bombardeios de fósforo branco em território cubano já nas primeiras semanas do triunfo de janeiro de 1959.

Essa dinâmica polarizada se projetou sobre o cenário internacional, ainda banhado pela guerra fria iniciada no final dos anos 40, embora já em fase atenuada, em comparação com a década anterior. Ainda assim, na região considerada pelos EUA como sua zona privilegiada de dominação, a presença soviética como alternativa de refino de petróleo que as empresas norte-americanas se recusavam a fazer, dando início concreto ao bloqueio econômico à ilha, inseriu Cuba no coração do enfrentamento entre as duas superpotências, acelerando as definições anti-imperialistas e socialistas da revolução. Estas se deram sob o fogo desses enfrentamentos e da polarização interna entre revolução e contra-revolução, e não como resultado de um processo de amadurecimento objetivo e subjetivo das transformações revolucionárias dentro do país. Como exemplo mais claro pode-se tomar a socialização de todo o pequeno comércio, realizada em 1968, no processo chamado de "grande ofensiva", sob a acusação de que eles serviam de retaguarda para o que restava ainda de terrorismo contra-revolucionário e não porque o processo de socialização da economia já tivesse se completado no resto da sociedade.

Colocada nesse contexto, Cuba tornou-se um caso limite dos confrontos entre as grandes potências e, entre capitalismo e socialismo. Sua dinâmica da luta democrática à socialista ganhou um ritmo peculiar sob o influxo dessas contradições, que lhe deram uma feição singular. Cuba se insere no mundo da planificação socialista, isolada pelo bloqueio ocidental, sobredeterminada pelos conflitos internacionais, descompassados da dinâmica



econômica, social e ideológica interna do país. Independente disso, o modelo revolucionário cubano passou a incorporar a transição da questão democrática ao socialismo como uma via no horizonte para os movimentos antiditatoriais e de libertação nacional. Sua significação cristalizou características de modelo desvinculadas das condições concretas que produziram o processo revolucionário cubano.

## II

Sem detalhar a significação precisa de cada aspecto, é possível listar elementos que deram à configuração da Revolução Cubana o perfil de como chegou ao Brasil.

1. Em primeiro lugar, ela representou *a atualização da revolução* para a esquerda brasileira, um fenômeno até então corporificado pela revolução soviética, com todas as suas implicações — um acontecimento histórico longínquo no tempo e no espaço, tanto mais inacessível porque protagonizado por personagens — Lenin, Stalin, Trotski — cuja dimensão para simpatizantes e críticos era inatingível. A essa densa camada de significações se sobrepunha o próprio stalinismo, que recobria o processo soviético de características ainda mais complexas e, de alguma forma, distantes das práticas cotidianas da nossa esquerda.

A revolução chinesa teve seu significado incorporado através das interpretações da URSS, do Kominform e dos PCs, lhe atribuíam especificidades que, se reforçavam a tendência inevitável da história em direção ao socialismo, ao mesmo tempo lhe imputavam uma via relativamente heterodoxa em relação ao padrão "proletário" do caminho soviético. Tudo se enquadrava no método segundo o qual as características particulares de um fenômeno são outras tantas formas de realização concreta das mesmas leis gerais da história. Na mesma medida da hegemonia absoluta do Partido Comunista dentro da esquerda brasileira, o modelo revolucionário tinha um formato definido, com todo o peso que a trajetória soviética continha.

A América Latina estava longe da trilha que a revolução se havia traçado dentro da propaganda do PCB. A epopéia da Coluna Prestes e da Aliança Nacional Libertadora eram referências históricas concretas que não se faziam acompanhar de outros

episódios da história latino-americana — revolução haitiana, revolução boliviana, "bogotazo", Sandino —, mesmo quando protagonizadas por comunistas, como era o caso da rebelião salvadorenha de Farabundo Martí ou das guerrilhas colombianas das FARC. Nem sequer a relativa similitude com o processo argentino permitia analogias com um país latino-americano devido aos desencontros entre o PC brasileiro e o daquele país em relação aos governos de Getúlio e de Perón.

Por outro lado, a linha traçada pelo VII Congresso da Internacional Comunista formalizava uma orientação de abandono da luta direta pelo poder, para privilegiar a perspectiva defensiva e "etapista" de aliança subordinada com as forças antifascistas e antioligárquicas. Essa orientação deixava a América Latina fora da "atualidade da revolução", no sentido de que a tarefa dos comunistas era a de somar forças para impulsionar o desenvolvimento capitalista no continente, que, em etapa posterior, colocasse a contradição entre burguesia e proletariado no centro da luta social.

2. Outro elemento que passou a caracterizar a Revolução Cubana foi a *legitimação da heterodoxia política e ideológica*. Como processo revolucionário levado adiante não por um Partido Comunista, mas pelo Movimento 26 de Julho, com sua estrutura militar do Exército Rebelde, ao qual se somaram comunistas e membros de outra organização, o Diretório Revolucionário, o triunfo dos cubanos quebrava o monopólio da revolução por parte dos PCs e, posteriormente, ao longo dos anos 60, quando se de sataram as polêmicas sobre as vias revolucionárias, chegou-se até a contrapor movimentos revolucionários a partidos comunistas.

A essa ruptura da ortodoxia política se acrescentava a heterodoxia ideológica, presente em posições como as de Che Guevara, referendadas por Fidel Castro, a respeito das possibilidades de saltar etapas na construção da sociedade comunista, avançando na abolição do dinheiro e das relações mercantis já no início da construção do socialismo.

3. O *antiimperialismo e o anticapitalismo* se articularam na Revolução Cubana na medida da integração estrutural da burguesia cubana com os EUA e com a identificação imediata desse país como potência imperialista e capitalista. Não haveria capitalismo possível em Cuba que não fosse sob a égide direta dos EUA, tal a hegemonia absoluta desse país sobre a economia e a sociedade cubanas.

A ruptura com os EUA, resultado da polarização radicalizada entre revolução e contra-revolução, produziu simultaneamente o choque frontal com o imperialismo e com o capitalismo, na medida em que a nacionalização das grandes empresas instaladas em Cuba implicava romper com a dominação estrangeira e com a própria organização capitalista da economia.

4. A estratégia de poder que marcou a Revolução Cubana foi a *guerra de guerrilhas* baseada no campo, a partir de onde foi se organizando um exército revolucionário que, posteriormente, foi ocupando geograficamente o país em direção à capital. Essa estratégia combinava a utilização de um dos elos mais frágeis do capitalismo latino-americano — a estrutura rural — com a possibilidade de acumulação gradual de força militar, que desembocou no enfrentamento com o Exército regular, quando as forças rebeldes já contavam com unidades de porte e experiência suficiente para disputar o poder. Não se tratava da tática maoísta do cerco da cidade pelo campo, embora militarmente as forças estratégicas se localizassem nas áreas rurais. A diferença residia no peso político dado aos centros urbanos e à ausência das teorizações maoístas a respeito do papel do campesinato no processo revolucionário.

5. Desde o seu início, a Revolução Cubana incorporou a dimensão da *solidariedade internacional* como um dos aspectos essenciais de sua formação ideológica e ação política. O destino da luta de independência de Cuba esteve ligado ao do Haiti, cuja imigração política se concentrou na região oriental da ilha, depois da derrota da revolução de Toussaint-Louverture, acentuando o caráter radicalizado daquela região. José Martí havia salientado os laços que amarravam Cuba e Porto Rico — "duas asas do mesmo pássaro", segundo ele — pelo caráter de neocolônias dos EUA. O general dominicano Máximo Gómez foi um dos principais líderes da primeira guerra de independência de Cuba, no final do século passado. O México, por sua vez, foi a retaguarda de refúgio para os revolucionários cubanos através dos tempos. Antes do embarque do iate *Granma*, de Fidel Castro e seus companheiros, Júlio Antônio Mella organizava sua expedição naquele país contra a ditadura de Gerardo Machado, quando foi assassinado por agentes da polícia cubana.

Durante a guerra de guerrilhas Cuba recebeu aportes de solidariedade de vários países da região, desde a colônia cubana

nos EUA até a residente na Venezuela, e sua vitória foi considerada pelos combatentes como o primeiro passo para libertar a zona dos ditadores tradicionais — Trujillo, Somoza, entre outros. Pouco depois da vitória sobre Batista, um grupo de revolucionários cubanos, sem autorização oficial, rumou para a República Dominicana.

Ao longo dos anos 60 a política do governo cubano incluiu como um de seus itens centrais o apoio a movimentos revolucionários do continente, podendo-se contabilizar ajudas de diferentes ordens a organizações que atuavam pelo menos nos seguintes países: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, República Dominicana, Haiti, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Argentina, Uruguai, Brasil. A linha oficial da Revolução Cubana colocava o destino desta na dependência da extensão do processo revolucionário na América Latina, como vínculo essencial entre as condições interna e externa de Cuba.

Os congressos da Tricontinental e da Organização de Solidariedade Latino-Americana — OLAS, realizados em 1965 e 1967, respectivamente, foram a culminação dessa solidariedade, tentando dar-lhe forma orgânica.

A ideologia da Cuba revolucionária esteve sempre permeada pela solidariedade internacional, como expressão da consciência revolucionária. Combater fora de Cuba contra o imperialismo foi sempre cultivado como uma honra, um prêmio e um sacrifício indispensável. "Ser internacionalista significa cumprir nossa dívida com a humanidade", diz um lema reproduzido constantemente nos *outdoors* e publicações cubanas.

Essa solidariedade recebeu sua chancela teórica sob a rubrica do "internacionalismo proletário" do marxismo-leninismo, apregoado pela URSS e os regimes do Leste europeu. No entanto, o tipo de solidariedade desenvolvido pelos cubanos contrastava abertamente com o daqueles regimes, que o implementaram no plano econômico e da ajuda militar — em geral, em armamentos e, às vezes, em soldados dos exércitos regulares. Ao passo que os cubanos enviaram combatentes para lutas guerrilheiras na América Latina, no Congo, em Angola, na Etiópia, além de ajudar na reconstrução de países como o Vietnã, o Laos e o Camboja e de enviar médicos e professores a dezenas de países do Terceiro Mundo. Cuba tem mais médicos trabalhando gratuitamente em outros países do que a Organização Mundial de Saúde — OMS, entidade das Nações Unidas responsável por esse trabalho em nome de toda a comunidade internacional.

O tom de desprendimento da solidariedade cubana esteve sempre marcado pelo peso que o campesinato teve desde o início no processo revolucionário desse país. Não necessariamente a solidariedade orgânica, via Partido e organizações de massa, mas a solidariedade heróica, legendária, expressada em Che Guevara e sua concepção e ação como encarnação da solidariedade como identidade com o mais fraco, expressada em sua formulação de viver na própria pele o sofrimento dele.

6. Outra face desse aspecto ideológico estava reservado para o plano moral: *a ética da dedicação revolucionária*, o sacrifício da própria vida, a militância revolucionária identificada com a própria vida — tudo igualmente expressado na figura de Che. Sua máxima "O dever de todo revolucionário é fazer a revolução", interpretada de diferentes maneiras, exemplificava essa conotação ética e de compromisso militante.

Do ponto de vista da construção de uma nova sociedade, a construção de um "homem novo" — como formulada por Che Guevara — incluía a dimensão ética como central. As ações de "trabalho voluntário", como formas de entrega consciente e desprendida por parte dos indivíduos à construção de uma sociedade nova, corporificam bem essa dimensão.

7. Outro aspecto dessa mesma característica marcante da Revolução Cubana é *a ênfase no papel da vanguarda* e, em geral, nos chamados aspectos subjetivos do processo histórico. "Se parto, chego; se chego, entro; se entro, venço" — a afirmação de Fidel às vésperas de partir com seu iate *Granma* do México, poderia ser considerada uma ênfase obrigatória na confiança de vitória de qualquer empreendimento desse gênero. Mas outros lemas — como "Aquele que não faz, a todo momento, tudo o que pode e inclusive mais do que pode, na verdade não está fazendo nada" — e a própria orientação propugnada pelo Che e referendada por Fidel, na primeira fase da organização econômica da Cuba revolucionária, que se propunha a saltar a etapa socialista e iniciar imediatamente a construção do comunismo, com a abolição do dinheiro, de qualquer forma de relação mercantil e de gratuidade dos serviços públicos, refletia isso.

Vitoriosa a Revolução, além da consolidação dos aspectos mencionados, outros passaram a dar forma à imagem da Revolução. Entre eles se destacou imediatamente a campanha de er-

radicação do analfabetismo, com a participação do conjunto da juventude cubana, que decidiu, voluntariamente, suspender o ano letivo para ir ao campo e às regiões mais longínquas do país para alfabetizar em brigadas e, ao mesmo tempo, empapar-se das condições de vida e dos sentimentos dos setores mais postergados da população cubana.

Depois foi o sistema educacional cubano (retratado, entre outros livros, em *A escola em Cuba*, de Tânia Zaguri, São Paulo, Brasiliense, 1988), que serviu para exemplificar a superioridade de um sistema que privilegia os investimentos sociais, independentemente dos mecanismos de mercado, no que foi reforçado pelos sucessos do sistema cubano de saúde.

Ainda no seu início, a Revolução Cubana desenvolveu também duas reformas agrárias e a reforma urbana, estendendo o acesso à terra, incentivando as cooperativas no campo e terminando com os aluguéis, ao permitir que se mantivesse apenas uma propriedade urbana. Essas medidas tocavam no cerne de vários dos principais problemas reivindicados pela esquerda no continente, possibilitando desdobrar a imagem heróica de Cuba na de uma nova sociedade de novo tipo, com prioridade para a soberania nacional, os temas sociais e culturais e a construção de um homem ético superior — o "homem novo", como o chamava Che Guevara.

A afirmação da independência de Cuba diante dos Estados Unidos, apesar do bloqueio continental, contribuía para consolidar as teses nacionalistas antiimperialistas no continente. Os sucessos no plano esportivo nas competições internacionais e na área cultural — cinema, bale, música, intercâmbio cultural — terminavam de dar a imagem global de um tipo de sociedade qualitativamente superior, que surgia da ruptura com o capitalismo, pela primeira vez, no hemisfério ocidental.

A difusão da imagem de Cuba e de suas teses se fazia por diversos canais, alternativos às grandes agências internacionais de informação, completamente integradas à estratégia norte-americana de isolamento, de deturpação da imagem de Cuba e de criação de condições para uma eventual derrubada do novo regime. Entre aquelas fontes próprias de informação que chegavam ao Brasil, estavam as edições cubanas dos discursos de Fidel Castro e de obras de Che Guevara, entre as quais especialmente *A Guerra de Guerrilhas*, reproduzidas por algumas orga-

nizações brasileiras ou por órgãos como o Comitê Brasileiro de Solidariedade com Cuba.

Entre as outras obras que contribuíram para difundir uma certa visão do que teria sido a estratégia revolucionária cubana, desempenhou papel fundamental o livro de Carlos Franqui, *La Sierra y el Llano*, principal instrumento da versão dos "12 homens" — o "pequeno motor" — que produziram o "grande motor". Posteriormente, é inegável que o papel central correspondeu ao livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução*, republicado no Brasil em várias edições clandestinas.

Além dessas obras, livros de viagens desempenharam um papel informativo básico, como o de Sartre, *Furacão sobre Cuba*, e, evidentemente, o de Fernando Moraes, *A Ilha*, além de livros que serviram como difusão do fenômeno cubano, como o de Wright Mills, *Atenção Ianques: Revolução em Cuba*, entre outros. Ao lado delas, chegavam seletivamente ao Brasil publicações como as revistas *Casa de las Américas* e *Pensamento Crítico*, que se somavam aos relatos orais dos que conseguiam chegar a Cuba para participar de congressos e seminários.

### III

Como essa imagem chegou ao Brasil, como foi assimilada, que papel ela teve no desenvolvimento da esquerda brasileira?

Correm dois processos paralelos e suas respectivas interações: o primeiro foi o da aquisição de sua própria identidade pela Revolução Cubana, que assumiu seu próprio *timing*. O outro foi o das transformações do processo político brasileiro e, com ele, da esquerda brasileira, sobre quem a leitura da Revolução Cubana operou de forma diferenciada, conforme as etapas e as forças envolvidas.

Um primeiro período pode ser caracterizado como aquele que vai do triunfo revolucionário em Cuba até o golpe militar de 1964 no Brasil. Primou nesse período a solidariedade dentro da esquerda brasileira, com leituras diferenciadas conforme a organização política que interpretava o caráter ou o aspecto mais relevante da Revolução Cubana. Para o PCB tratava-se de mais um processo de ruptura com o capitalismo que seguiria, entre curvas e atalhos, o mesmo destino dos outros países — integrar-

se ao "campo socialista", tão seguros estavam de que o sentido do *socialismo* era unívoco. Tratava de desconhecer as heterodoxias — como a via armada, o papel do Movimento 26 de Julho e do próprio Fidel Castro, as posições radicalizadas de Cuba em política internacional e na sua ação de apoio a movimentos revolucionários na América Latina — como sendas diferenciadas que conduziriam, mais cedo ou mais tarde, ao campo socialista, se quisesse efetivamente continuar sendo uma revolução anticapitalista.

A segurança no trato do problema não vinha, para o PCB, da análise concreta do processo cubano. Não se dedicava, por exemplo, a justificar a via armada como solução diante de uma ditadura caudilhesca num país primário-exportador, próximo geograficamente e caudatário politicamente de Washington. A abordagem dos comunistas repousava na certeza de que o socialismo tinha na União Soviética seu paradigma obrigatório e que, portanto, ser socialista implicaria vincular-se ao conjunto de países que se integravam a partir de Moscou em "um terço da humanidade" que já vivia sob o socialismo.

Uma declaração do Partido Comunista do Brasil, datada de março de 1958 — portanto, menos de um ano antes do triunfo da Revolução Cubana — evidencia as posições dos comunistas brasileiros e o clima existente quando irrompeu a vitória insurreccional no Caribe. Nessa declaração se afirma, entre outras coisas:

Como consequência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais. A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas diversas formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, portanto, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática... ... Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista



entra em conflito com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza sua expansão...<sup>1</sup>

Propõe-se uma frente única nacionalista e democrática que incorpore ao proletariado, aos camponeses a pequena burguesia urbana, a "burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional", "os setores de latifundiários que estão em contradição com o imperialismo norte-americano", "os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos".<sup>2</sup>

Somente mais adiante, depois do golpe militar de 1964, é que a idéia de atualidade da revolução — na forma de assalto ao poder, conforme ela foi assimilada pela esquerda radicalizada no Brasil — encontraria seu lugar entre nós.

O PCB tratou de passar em branco as duas crises em que o grupo de Fidel Castro se opôs ao monopólio organizativo que velhos burocratas do antigo Partido Socialista Popular (comunista) tratavam de impor ao processo de unificação partidária dos três grupos que haviam participado ativamente na luta contra o regime de Batista.<sup>3</sup> O PCB tampouco procurou ser parte das duras polêmicas entre a direção cubana e PCs da América Latina sobre as vias de luta pelo poder, catalisadas pela oposição "via reformista/via revolucionária".

Era como se o Brasil vivesse uma etapa histórica muito diferenciada da cubana — recorde-se documento da direção do PCB, citado acima — em que, como afirmou Luís Carlos Prestes, então secretário-geral do Partido, em Recife, na última semana antes do golpe militar, "os comunistas estavam no governo, faltava-lhes o poder". As condições de luta antiditatorial eram situadas em outro momento histórico. Afinal, o próprio Che Guevara dizia que, enquanto estivessem abertos os caminhos institucionais de acesso ao poder, se deveriam trilhá-los e esgotá-los para, somente quando — e se — eles se mostrassem inviáveis, colocar na ordem do dia a via armada. O PCB sempre utilizou a fórmula segundo a qual "a via da revolução brasileira seria pacífica ou não". Embora toda sua prática se dirigisse para a primeira alternativa, nominalmente se sentia resguardado, conforme os cânones das obras clássicas, a considerar a segunda hipótese.

Os grupos dissidentes da linha do PCB, por sua vez, encontraram no triunfo cubano uma de suas grandes bandeiras de propaganda para propor soluções radicais para a crise brasileira. Alinhavam-se, entre elas, a via socialista como alternativa para um capitalismo em crise; a via armada como forma de acesso das maiorias ao poder; a ruptura com a dominação externa como forma de impulsionar um desenvolvimento econômico soberano; uma reforma agrária radical como instrumento de resolução da crise da terra no país.

Entre esses grupos situavam-se desde a POLOP — Política Operária —, na sua combinação de leninismo, luxemburguismo e, a partir daquele momento, guevarismo — passando pela Ação Popular — e seu humanismo populista cristão — até chegar a movimentos sociais como as Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião, no Nordeste brasileiro. O Partido Comunista do Brasil, por sua vez, ao assumir a via chinesa como modelo de solução para o país, apenas somava o caminho cubano como reforço de soluções alternativas ao reformismo dos comunistas pró-Moscou.

Alinhavam-se então duas leituras do triunfo dos barbudos em Cuba: uma suave, comandada pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular; outra, dos grupos da chamada esquerda revolucionária, que colocavam a ênfase no caráter socialista que assumiu rapidamente o processo revolucionário cubano e a estratégia armada como caminho de resolução da questão do poder na sociedade.

Esses temas tiveram predominância na esquerda brasileira e na produção teórica que girava em torno dela, durante toda a primeira etapa de vida da Revolução Cubana, que pode ser definida como aquela que vai de 1959 até final dos anos 60. Nesse momento as perspectivas revolucionárias abertas no transcurso da década em vários países do continente — incluído o Brasil — parecem esgotar-se com a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967, como momento determinante na virada de período para as lutas políticas no continente. Cuba, por sua vez, concentra-se em ordenar sua economia, que havia sobrevivido ano a ano, sem uma planificação de prazo mais longo, como reação imediata ao bloqueio externo, mas também como consequência de seus conflitos com a URSS e com a China, bem como pela expecta-

tiva que alimentava de novas vitórias revolucionárias em prazos curtos na América Latina.

As preocupações teóricas e políticas no Brasil são deslocadas conforme se consolidava a ditadura militar, com a entrada da década de 70, coincidindo com o novo período enfrentado por Cuba. Abre-se então uma segunda etapa da influência de Cuba sobre a esquerda brasileira e a produção teórica vinculada a ela, que cobre os anos 70 e se estende até meados dos 80.

A redefinição das relações de força sociais, políticas e ideológicas recoloca o tema de Cuba no plano das contraposições mais gerais entre dois projetos globais contrapostos no continente — o do "milagre brasileiro" de desenvolvimento econômico e o da Revolução Cubana. Nesse marco de luta de resistência no plano das idéias, ressaltam mais os aspectos de conquistas sociais de Cuba, do privilégio das prioridades das políticas de saúde, de educação, de investimentos em geral nas áreas sociais, em oposição à política que privilegia a expansão das forças produtivas, cujo desenvolvimento traria, no seu desdobramento, uma melhor repartição de renda.

Refletindo a avaliação inicial dos governos norte-americanos de que se tratava de um regime imposto contra a vontade do povo cubano — visão que sustentou a fracassada tentativa de invasão da ilha, em 1961 —, os meios da grande imprensa caracterizavam o regime cubano como uma espécie de '*gulag tropical*'. A ditadura política estaria acompanhada da miséria social, sustentada num regime de vigilância policial da população por parte dos órgãos centrais e capilares do Estado cubano.

São dessa fase os principais testemunhos — em livros, em entrevistas e relatos de viagens —, escritos ou orais, que buscavam ressaltar as conquistas sociais de Cuba no período revolucionário. Os eventos culturais — concursos da Casa de las Américas, festivais musicais, congressos de saúde e de educação — desempenharam o papel de multiplicar a quantidade de testemunhos, incorporando Cuba ao capital de argumentos da resistência democrática brasileira à ditadura militar e seu modelo econômico.

O debate estava deslocado das questões estratégicas de luta pelo poder, bem como do plano estratégico da luta anticapitalista e socialista. A própria ausência de grandes debates nessa

área na esquerda brasileira e na oposição democrática em geral, onde um consenso geral sobre a luta democrática e suas vias institucionais se havia estabelecido, definia a nova dimensão da influência do tema de Cuba no Brasil.

Apesar da centralidade da questão democrática, a polêmica a respeito da natureza do regime político cubano — partido único, imprensa estatizada, etc. — não viria à tona com a força que adquirirá no período seguinte. A ausência de relações diplomáticas ajudava a centrar o debate sobre Cuba na linha da solidariedade com um país com o qual o Brasil nem sequer mantinha relações oficiais e, diplomaticamente, desconhecia a existência, como decorrência da submissão à política norte-americana ditada nos anos 60 e à qual a ditadura militar obedeceu documente.

Essas posturas foram praticamente generalizadas por parte das forças de esquerda, fosse o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista Brasileiro ou setores de esquerda dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Dentro do PT nem sequer a presença de tendências ideológicas diversas — várias agrupações trotskistas, outras originárias do maoísmo, setores democrático-liberais, grupos vinculados à Teologia da Libertação — determinava atitudes muito diferenciadas em relação à questão cubana. Não estava em jogo o modelo de sociedade proposto por Cuba, nem suas posições internacionais ou a estratégia de poder que definiu a vitória em 1959.

Aquele que pode ser apontado como um terceiro período da influência de Cuba no pensamento de esquerda no Brasil começa na segunda metade da década de 80, como resultado da confluência de uma série de fatores:

- o restabelecimento de relações diplomáticas do governo brasileiro com o cubano, voltando-se a normalizar as relações entre os dois países, a partir de 1985;

- o questionamento do modelo político cubano, acelerado a partir dos debates da esquerda brasileira diante do conservadorismo da transição brasileira, mas, principalmente, a partir dos temas colocados em discussão com o surgimento da *glasnost* e da *perestroika* de Mikhail Gorbatchov na URSS, que se potencializaram mais ainda com o fim dos regimes comunistas nos países do Leste europeu e a crise interna na própria URSS;

— as consequências dessa crise para Cuba, com o ingresso desse país no que o seu próprio governo caracterizou como "período especial em tempo de paz", representado pelo desequilíbrio profundo de seu modelo econômico até ali integrado na desaparecida comunidade econômica socialista e as tensões sociais decorrentes dali.

A partir desses elementos, passou-se a uma situação nova, em que o tema de Cuba foi o gerador de polêmicas antes inexistentes ou laterais na esquerda brasileira. Essas modificações não afetaram as posições da grande imprensa brasileira — na realidade, nenhum outro tema consegue tanta unanimidade nos grandes meios de comunicação do país, como a condenação de Cuba como regime "totalitário", "anacrônico", etc. *De O Estado de S. Paulo a IstoÉ, de O Globo a Veja, do Jornal do Brasil à Folha de S. Paulo*, todos fazem parte de um coro uniforme, não comparável na unanimidade nem sequer ao regime de *apartheid* na África do Sul.

A novidade é que, de um ponto de vista distinto, o tema de Cuba ganhou foros de polêmica aberta dentro das forças de esquerda. O PCB, em processo avançado de crise de identidade — depois do esvaziamento social que teve logo após o golpe de 1964, do qual não voltou a se recuperar —, sofreu novo golpe com os acontecimentos na URSS e no Leste europeu e avançou mais ainda em direção a uma linha de interpretação próxima ao campo liberal, abandonando os referenciais clássicos em que havia se formado. Esse processo incluiu o distanciamento em relação a Cuba, que representaria precisamente a continuidade de uma certa "ortodoxia" de que o PCB deseja distanciar-se, para tentar não pagar o preço de ter sido sempre o partido vinculado à URSS e à Revolução de 1917.

Dentro do PT é que se deram os desdobramentos mais significativos em relação a Cuba. Desde seu nascimento o PT havia associado estreitamente sua opção socialista à democracia. Nos seus primeiros anos o partido aceitou sua assimilação a uma versão latino-americana do Solidariedade polonês, opondo-se assim aos regimes do Leste europeu e, mesmo, ao soviético.

Foi numa segunda fase da definição de sua política internacional, erri que ela assumiu um perfil mais latino-americano, onde as relações com Cuba ganharam um íugar privilegiado. Nem por isso a direção do PT deixou de marcar suas distâncias em relação

a aspectos do modelo cubano, entre os quais se ressaltavam o sistema de partido único, a falta de uma imprensa independente e o atrelamento dos sindicatos ao Estado. O sistema social cubano, por seu lado, sempre foi mencionado como conquista a ser incorporada por uma sociedade que superasse o capitalismo.

Foi no modelo desenhado inicialmente pelos sandinistas que o PT encontrou maiores afinidades ideológicas. O pluralismo político, a diversidade nos meios de comunicação, a presença do humanismo cristão da teologia da libertação — entre outros elementos, favoreceram essa identificação, em contraposição a traços do sistema cubano.

Junto com o questionamento do sistema de partido único, desenvolveram-se os questionamentos em relação ao fortalecimento da sociedade civil, tirados diretamente da problemática brasileira de superação do regime ditatorial. Ao mesmo tempo, ao compasso da identificação de democratização política com introdução do mercado como regulador econômico, conforme os termos da *perestroika* soviética, dentro do PT se reproduziram também essas formulações, questionadoras do planejamento econômico centralizado.

De forma mais radical, Cuba passou a ser um elemento das tendências que se opõem ao leninismo e ao bolchevismo, muitas delas atirando igualmente contra o próprio marxismo. Na qualidade de último regime que mantém a ideologia marxista-leninista, que nasceu de uma estratégia insurrecional, que sustenta um regime político de partido único e uma economia baseada na planificação centralizada, o tema de Cuba se insere nas polêmicas mais gerais sobre o modelo de sociedade introduzido pela revolução soviética e que, na URSS e no Leste europeu, deixou de existir como tal.

Assim, de forma resumida, pode-se dizer que a influência da Revolução Cubana sobre o marxismo brasileiro foi veiculada basicamente em seus efeitos sobre a esquerda brasileira, tendo destacado, em cada etapa do desenvolvimento de Cuba como regime revolucionário e das forças de esquerda no nosso país, aspectos distintos do processo histórico daquela nação.

Numa primeira etapa primou o caráter antiimperialista e anticapitalista da via escolhida pelos cubanos para enfrentar seus principais problemas. Coincide, no Brasil, com o período polí-

tico prévio ao golpe de 1964, com hegemonia política do PCB e do nacionalismo na esquerda brasileira, onde apenas começavam a surgir alternativas mais radicais.

A segunda etapa está determinada principalmente pela mudança de regime político no Brasil, com o golpe militar de 1964. A partir da crise de caminhos da esquerda brasileira, a estratégia de poder adotada pela Revolução Cubana — a via armada por meio da guerra de guerrilhas — e seguida por vários outros movimentos continentais ganha destaque na influência de Cuba sobre a esquerda brasileira.

A terceira etapa pode ser caracterizada como aquela que coincide com o refluxo político da esquerda no Brasil e com a concentração de esforços por parte de Cuba na estruturação de sua economia socialista com programas de planificação de médio e longo prazos. Decorre disso a consolidação dos grandes avanços sociais da nova sociedade, que servem por sua vez como ponto de apoio na propaganda da resistência da esquerda brasileira ao modelo de acumulação econômica imposto pela ditadura e prolongado ainda depois dela.

A quarta etapa é a que coincide com o final dos regimes do Leste europeu, a crise da URSS e suas conseqüências sobre Cuba, onde o aspecto que se destaca em relação à esquerda brasileira é o do questionamento do modelo político cubano e, em parte, seu sistema econômico de planificação centralizada.

No seu conjunto, Cuba significou para a esquerda brasileira, desde seu surgimento como processo revolucionário, a referência socialista mais importante. A URSS e a China — depois a Albânia — foram paradigmas apenas para os partidos que os tomaram como modelos essenciais — o PCB e o PC do B. Situada na América Latina, servindo mais diretamente como contraponto à situação de miséria, concentração de renda crescente, retrocessos sanitários e educacionais, fome, crise social permanente — Cuba representou, desde 1959, o contraponto que o socialismo pode apresentar até hoje à crise do capitalismo no Terceiro Mundo.

Já na quarta década de sua existência, Cuba segue sendo um tema polêmico dentro da esquerda e no cenário ideológico mais geral da sociedade brasileira. As mentiras do silêncio em relação aos desenvolvimentos sem precedentes no plano social que o socialismo tornou possível em Cuba fazem com que o de-

bate seja inevitavelmente apaixonado. O cerco da grande imprensa e a convivência de setores da própria esquerda em relação às conquistas da sociedade cubana num período muito curto, se pensado em comparação com o que o capitalismo havia levado àquela ilha e à situação em que ela viveria, não houvessem se dado as transformações revolucionárias — personificados pelo Haiti e pela República Dominicana, sociedades muito próximas à cubana até 1959 —, contribuem em grande parte para esse caráter das discussões sobre Cuba.

A maior contribuição de Cuba tem sido a de provar que não é necessário que uma sociedade do Terceiro Mundo deixe de ser pobre para que se instaure a justiça social, para que o direito à vida, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer sejam realidades para toda a população do país. Cuba não é uma sociedade em que a população seja filtrada pelas regras de mercado, que selecionam quem deverá ter acesso a bens — e em que medida — e quem deverá ser marginalizado dos direitos de cidadania.

Mesmo divergindo do caráter de seu regime político, essas realidades não podem ser desconhecidas, sob pena de deturpar a própria natureza da sociedade cubana e de realizar um debate falsificado sobre o que o socialismo pode trazer hoje à América Latina e ao Terceiro Mundo. A esquerda brasileira foi, de alguma forma, caudatária das conjunturas políticas nacionais, sendo permeável à influência de Cuba conforme os períodos políticos nacionais e internacionais destacavam um ou outro aspecto daquela Revolução.

No início, houve uma tendência a subestimar as diferenças de estrutura social e, a partir dali, de estratégias de luta pelo poder, o que contribuiu para uma cópia relativamente mecânica da linha de luta armada por intermédio da guerra de guerrilhas. Na fase mais recente, por outro lado, se tende a subestimar as conquistas que possibilitam que Cuba possua os melhores índices sociais entre todos os países do Terceiro Mundo e outros que a coloquem no nível do Primeiro Mundo — como sua taxa de mortalidade infantil, sua proporção de médicos por habitante, bem como a melhor distribuição de renda no mundo todo.

O papel central que Cuba desempenhou na formação de várias gerações de militantes políticos da esquerda brasileira dificulta uma visão mais objetiva do que representa e pode representar aquele país para o pensamento das correntes políticas so-



cialistas no Brasil. Daí as atitudes serem mais apaixonadas ainda, na defesa ou na virada para uma linha onde prima a crítica em relação a Cuba. A debilidade dos partidos políticos na esquerda brasileira, que poderiam materializar uma memória histórica que contribuiria para fixar melhor os termos de sua identidade, é em parte responsável por oscilações que, especialmente no caso de um tema tão central na formação do pensamento político da esquerda no Brasil, tenda a ser parcial e subjetivo. Daí a dificuldade de avaliação de uma influência que tem sido poderosa no transcurso de mais de três décadas e que nada leva a crer que deixe de continuar assim nas décadas seguintes.

Mas a evolução histórica dos últimos anos fortalece a tendência de que sejam os caminhos do socialismo cubano — e não a estratégia de poder ou outro aspecto — que predominem nas relações entre a Revolução Cubana e o pensamento político brasileiro. O futuro do socialismo em Cuba será fator de peso significativo — até mais do que antes — no desenvolvimento da esquerda brasileira.



## NOTAS

### CAPÍTULO 1

1. *Lettres d'Auguste Comte à M. Valat*, Paris, Dunod, 1870, pp. 25-6. Quanto à Inglaterra, é clássica a obra de Engels, publicada em alemão no ano de 1845, *La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre*, trad. e notas de G. Badia e J. Frédéric, Éditions Sociales, Paris, 1960. Clássico também é na França o célebre Relatório do Dr. Villermé sobre as condições do trabalho nas fábricas, de 1840, que causou a maior perplexidade sobre as condições desumanas, principalmente do trabalho das mulheres e dos menores.

2. M. Rubel, *Karl Marx. Essai de Biographie Intellectuelle*, Paris, Librairie Mame et Cie., 1957, p. 8.

3. No *Manifesto*, não se pode negar certa colaboração — pelo menos de idéias — de Engels. Escreve Max Beer, *Karl Marx, sua vida e sua obra*, trad. de Menotti dei Picchia, Nacional, 1934, p. 83: "O projeto de Engels foi publicado por Eduardo Bernstein (*Princípios do comunismo*, Vorwaerts, 1914). Quando se compara esse projeto com o *Manifesto comunista* tem-se logo a idéia da superioridade intelectual de Marx sobre Engels". E logo depois (p. 89): "Mal a tinta do *Manifesto comunista* havia secado quando estalou a Revolução de fevereiro. A trombeta do galo gaulês encontrou imediatamente um eco nos diferentes Estados alemães..."

De V. I. Lenin, *Karl Marx et sa Doctrine*, Paris, Éditions Sociales, p. 7.

4. Em mais de uma oportunidade, confessam Marx e Engels a sua dívida para com os chamados socialistas utópicos: quanto à crítica da sociedade do seu tempo, a descoberta da luta de classes, o papel e a necessidade da industrialização, e assim por diante. O assunto é por demais conhecido, dispensando citações inúteis e repetitivas.

Para o assunto, nada melhor do que o livro de Roger Garaudy *Les Sources françaises du Socialisme Scientifique*, Paris, Editeurs Réunis, nova edição, 1949.

5. É indispensável a indicação da *Colônia Cecília*, de Afonso Schmidt, *Obras de Afonso Schmidt*, vol. VI, Brasiliense, s. d., que recorreu aos escritos

de Giovanni Rossi, às pesquisas de Alexandre Cerchiai e às informações de pessoas que antes dele se interessaram pelo assunto, como esclarece no prefácio.

6. *O Progresso. Revista Social, Literária e Científica*, reedição do governo do Estado de Pernambuco, prefácio de Amaro Quintas, Imprensa Oficial, Recife, 1950, pp. 888-90. Era governador do Estado Barbosa Lima Sobrinho, que deu apoio à tarefa encetada por Amaro Quintas e muito a facilitou.

7. Harold J. Laski, *O manifesto comunista de 1848*, trad. de Regina Lúcia F. de Moraes, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, pp. 121-2.

Tanto já se escreveu sobre a Revolução Praieira que quase chega a constituir uma temeridade indicar bibliografia a respeito. Contudo, não há negar que Amaro Quintas é o campeão dessas pesquisas e seu maior divulgador. Além do Prefácio a *O Progresso*, de 1950, de autoria de Quintas, ainda, dele próprio: "O Espírito 'Quarante-Huitard' e a Revolução Praieira", separata de n.º 40 da *Revista de História*, São Paulo, 1960; *O sentido social da Revolução Praieira*, Civilização Brasileira, 1967; Barbosa Lima Sobrinho, *A Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, 1949; Fernando Segismundo, *História popular da Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, 1949; além, como é óbvio, de Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*, Rio de Janeiro, vol. I, 1897, pp. 75 e segs. Demora-se muito nela Vamireh Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil*, 2.ª ed., Fortaleza/Rio de Janeiro, 1981, pp. 21 e segs. Importante ainda: Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, 2 vols., Rio de Janeiro, José Olympio, 1960; *Diário íntimo*, de Louis Léger Vauthier, e a influência pessoal e intelectual deste sobre o movimento de 48 e especialmente sobre Antônio Pedro de Figueiredo.

8. Para o debate, José Nilo Tavares, *Marx, o socialismo e o Brasil*, Civilização Brasileira, 1983, pp. 100-105; J. N. Tavares, *Por que Marx?*, L. Kon-der, G. Cerqueira Filho, Eurico de Lima Figueiredo (orgs.), Rio de Janeiro, Graal, pp. 197-99.

9. Teixeira Mendes, *Esboço biográfico de Benjamin Constant*, 1.ª ed., vol. II, pp. 166-70 e 170-1.

10. R. Magalhães Júnior, *Jornal do Brasil*, 1.6.1958, apud Leandro Kon-der, *Derrota da dialética*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 69.

11. Duelos, Engels e Moissonnier, *Anarquistas de ayer y de hoy*, trad. de A. S. Mascunán, México, 1973, p. 14 (a citação é de Duelos).

12. In J. N. Tavares, *Por que Marx?*, cit., pp. 205-8.

13. P. Cavalcanti, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, Nacional, 1966, p. 39.

14. Lúcio de Mendonça, *Horas do bom tempo {Memórias e fantasias}*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1901, pp. 6 e segs.

15. L. de Mendonça, *A caminho (Propaganda republicana)*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1905, pp. 3-4, 189-90, 74.

16. T. Barreto, *Obras completas*, III, *Filosofia e crítica*, Edição do Estado de Sergipe, 1926, pp. 251-2. Todas as citações são da mesma edição.

17. T. Barreto, vol. IV, *Discursos*, p. 123.

18. T. Barreto, *Discursos*, cit., p. 184.
19. T. Barreto, vol. IX, *Questões vigentes*, p. 217.
20. T. Barreto, vol. VIII, *Estudos alemães*, p. 179. Sobre Tobias e, praticamente, para todo o assunto tratado no nosso pequeno ensaio, Vamireh Cha-con, *História das idéias socialistas no Brasil*, 2ª ed., Fortaleza/Rio de Janeiro, 1981, pp. 168 e segs. Para Antônio Pedro de Figueiredo, pp. 74 e segs.
21. Nosso *Medo à utopia*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/INL, 1985, pp. 188 e segs.
22. Clóvis Beviláqua, *Estudos de Direito e Economia Política*, Recife, Oficina Tipográfica, 1886, pp. 42-45. Na 2ª ed., Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902, pp. 22-24.
23. Sílvio Romero, *Ensaio de Filosofia do Direito*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1908, p. 222 (para a citação, com apoio, da opinião de Bessa).
- E mais: *Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil*, Rio de Janeiro/São Paulo, 1895, pp. XXVII e segs. Como dissemos no texto, de modo surpreendente, chega Sílvio a admitir: "uma singular anomalia: a classe mais pobre que existe no País é justamente a que corresponde à burguesia da Europa".
- Para maiores detalhes na exposição de Sílvio e sua crítica, o nosso *Medo à Utopia*, cit., pp. 233 e segs.; 245 e segs.
24. S. Romero, *Ensaio de Filosofia do Direito*, cit., pp. 214-5.
25. Artur Orlando, *Panamericanismo*, Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, ed., 1906, pp. 98, 100 e 147.
26. A. Orlando, *Propedêutica político-jurídica*, Recife, Edelbrock, 1904, pp. 137, 157-8, 199.
27. Farias Brito, *Finalidade do mundo*, segunda parte, *A Filosofia moderna*, Ceará, 1899, pp. 27 e segs. É imensa a bibliografia sobre Farias Brito. No que nos interessa bastam: Jackson de Figueiredo, *A questão social na Filosofia de Farias Brito*, Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1919, e Francisco Elias Tejada, "As doutrinas políticas de Farias Brito", trad. de Arlindo V. dos Santos, São Paulo, Leia, 1952.
28. Ver nosso *O socialismo brasileiro*, Câmara dos Deputados/Un. de Brasília, 1981, onde se encontram transcritos todos os escritos de Euclides referidos no texto.
29. Nosso *O socialismo brasileiro*, cit., p. 44; "A evolução do pensamento de Euclides da Cunha", *Estudos Sociais*, nº 6, maio-set. 1959, pp. 149-65; L. Konder, *op. cit.*, p. 95.
- Logo na sua primeira crônica para *O Estado de S. Paulo*, "Dia a dia", de 29 de março de 1892, escreve Euclides: "Falamos desapaixonadamente, embora em nosso tirocínio acadêmico nos subordinássemos ao método filosófico do eminente instituidor da *Síntese científica*, o mais admirável livro do século XIX, e o veneremos como o maior dos mestres". E. da Cunha, *Obra completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, p. 583.
30. O opúsculo de Vicente Avelar intitula-se *A corrupção social e os efeitos prodigiosos do socialismo*, publicado em 1899.

31. Estevam Estrela, *A Reforma*, 2.11.1902. Mas, em artigo no mesmo órgão e na *Gazeta Operária*, demonstrava Estrela o seu conhecimento das idéias de Marx, diretamente ou não, e esforçava-se por propagá-las entre os chefes do movimento operário nacional.
32. Evaristo de Moraes, *Apontamentos de Direito Operário*, Rio de Janeiro, 1905, pp. 10, 14, 86 e 100.
33. Para o episódio e o discurso de Lauro Müller, nosso *O socialismo brasileiro*, cit., p. 18.
34. Astrojildo Pereira, "Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil", *Estudos Sociais*, n? 12, abr. 1962, pp. 411-9; e nosso *O socialismo*, cit., pp. 247-50.
35. A conferência e o ensaio de Vicente de Souza, e nosso *O socialismo*, cit., pp. 73-7. A primeira é uma plaqueta sob o título de *O Império e a escravidão*, Rio de Janeiro, 1879.
36. In Astrojildo Pereira, cit., p. 407.
37. In Astrojildo Pereira, cit.
38. Antônio dos Santos Figueiredo, *A evolução do Estado no Brasil*, Porto, 1926, pp. 159-61.
39. Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, São Paulo, 1976, p. 35.
40. Sheldon L. Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890/1920)*, trad. José E. R. Moretzsohn, Rio de Janeiro, 1979, p. 84. Também, sobre o tema, L. Konder, op. cit., pp. 96 e segs.
41. Para dois textos do livro, nosso *O socialismo*, cit., pp. 118-21.
42. Sobre o congresso, com detalhes e conclusões: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, op. cit., pp. 41-56; *Estudos Sociais*, n? 16, março 1963, pp. 387-98.
43. *Estudos Sociais*, n? 18, nov. 1963, pp. 194-206.
44. Para esse período: Monis Bandeira, Clovis Melo e A. T. Andrade, *O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*, Rio de Janeiro, 1967; L. Konder, op. cit., pp. 117 e segs.; Graça Aranha, "Deve o Brasil reconhecer o governo dos Soviets?"; nosso *O socialismo*, cit., pp. 183-6.
45. J. Pimenta, "O progresso econômico. Suas condições e leis fundamentais — O Estado. Sua função administrativa", Pernambuco, *Imprensa Oficial do Estado*, 1917, pp. 81-2; memórias de Pimenta, *Retalhos do passado*, Rio de Janeiro, 1949.
46. É pena que desses Círculos nada se tenha publicado, encontra-se só a notícia de sua criação: John W. F. Dulles, *Anarchists and Communists in Brazil. 1900-1935*, Austin/Londres, University of Texas Press, 1973, p. 178; Ronald H. Chilcote, *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração*, trad. de Celso M. Paciornik, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 48.
47. A. O. Viveiros de Castro, *A questão social*, Rio de Janeiro, ed. Conselho Cândido de Oliveira, 1920, pp. 10-15, 21, 45, 112 e 263.
48. Sobre o tema são numerosas as fontes de informação, aqui sumariamente enumeradas: Astrojildo Pereira, *Formação do PCB (1922/1928)*, Rio

de Janeiro, Ed. Vitoria, 1962; A. Pereira, "Construindo o PCB", Organização e apresentação de Michel Zaidán, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980; Ronald Chilcote, *cit.*; John Foster Dulles, *cit.*; Michel Zaidán Filho, *PCB (1922/1929)*, São Paulo, Global Universitária, s. d.; L. Konder, *cit.*, pp. 117 e segs.

49. O movimento *Clarté* aparece referido e estudado em todos os livros que cuidam da história do movimento social no Brasil, muitos dos quais citados em notas anteriores. Assim mesmo, merecem destaque: Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo, Edaglit, 1962, pp. 105 e segs.; Paulo Sérgio Pinheiro e M. M. Hall, *op. cit.*, pp. 247-9; Paulo Sérgio, mais tarde, publicou uma monografia especial sobre o assunto. Poucos sabem que Alceu Amoroso Lima apoiou também o movimento de Henri Barbusse, de modo geral, sem se referir ao Brasil: "Um socialista revolucionário", *Estudos literários*, Aguilar Ed., 1966, pp. 68-70.

50. O. Brandão, *Combates e batalhas. Memórias*, vol. I, São Paulo, Al-fa-Ômega, 1978, *passim*.

51. A. de Sampaio Doria, *A questão social*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1922, pp. 47, 50, 77-81, 87, 90, 98, 100, 101, 103, 108-11, 155, 189, 246, 309, 322 e 324.

52. O. Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, Buenos Aires, 1926, *passim*. Ver também a análise de L. Konder, *op. cit.*, pp. 144-8.

53. Antônio dos Santos Figueiredo, *op. cit.*, p. 125. Marx vem citado várias vezes ao longo do seu livro.

54. O livro de Leônidas, de 1932, é, até àquela época, o mais completo quanto à exposição da doutrina marxista, levando-se em conta que ele ainda não conhecia os *Manuscritos*, publicados exatamente no mesmo ano da sua tese.

De Castro Rebelo, com prefácio de Francisco de Assis Barbosa, *Mauá e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Livr. São José, 1975. Marx vem citado às páginas 271, 301, 310, 313, 314, 315 e 318, em ensaios sobre Enrico Ferri e José Ingenieros.

55. Alceu Amoroso Lima, *Esboço de uma introdução à Economia Moderna*, Rio de Janeiro, Ed. do Centro D. Vital, 1930, p. 295. Marx vem referi do numerosas vezes, quase sempre sujeito à crítica.

## CAPÍTULO II

1. Citamos a partir da versão francesa: *Des principes du Léninisme*, Paris, Éditions Sociales, 1946, p. 18.

2. O texto entre aspas é de Lenin, *Que fazer!*, citado por Stalin, *ibidem*, p. 19.

3. *Ibidem*, p. 4.

4. Isaac Deutscher, *Stalin*, Londres, Penguin Books, 1966, p. 484.

5. O termo "estratégia" é, com efeito, utilizado por Lenin em seu relatório à VII Conferência do Partido da Província de Moscou, realizado de 29 a 31 de outubro de 1921. Logo no início deste relatório Lenin declara que o problema a ser examinado "é o da tática *ou, se posso dizer*, o da estratégia revolucionária" (*Obras*, ed. francesa, v. 33, p. 78; grifos nossos). A expressão "ou, se posso dizer..." revela a falta de relevância teórica com que Lenin emprega o termo, *quase* como um *sinônimo* de tática. Na sequência do texto, emprega ora o termo tática, ora o termo estratégia. Evidentemente, essa flutuação terminológica é significativa: aponta para o emprego crescente de metáforas militares pelos teóricos comunistas (Gramsci logo iria desenvolver sua concepção da luta revolucionária nas sociedades densas do Ocidente como "guerra de posição", contrastando-a com a "guerra de movimento" própria às sociedades "gelatinosas" do Oriente). Daí, no entanto, a afirmar, como o faz Marta Harnecker, que "o conceito de *estratégia* (embora não o termo) esteve presente em Lenin desde suas primeiras obras..." (*Estrategiay Táctica*, Buenos Aires, Antarca, 1988, p. 5; grifo do original) a distância é enorme. Com a suficiência típica dos epígonos de Althusser (mas, infelizmente, sem a agudeza filosófica do mestre) ela pretende haver desentranhado "os conceitos de estratégia e de tática", "tarefa mais árdua" de seu livro. Com efeito, identificar um conceito fundamental cujo significante, como ela própria assinala, "está ausente... de toda a obra de Marx e Engels" e só aparece na de Lenin em 1921 e ainda assim "com muitas vacilações" (Harnecker, *ibidem*, p. 4) é tarefa ciclópica. Ou melhor, teria sido, se Stalin já não o tivesse desentranhado meio século antes. A autora, aliás, se inspira duplamente em Stalin: na operação de "desentranhamento" do conceito de estratégia e no fato de não citá-lo... Talvez se possa desculpá-la levando em conta que é grande a tentação, ao operar com a estratégia, de descobrir a pólvora...

6. Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, livro I, cap. 2, 1094 a 18-22 e a25-b7.

7. Edições em línguas estrangeiras, versão castelhana, Moscou, 1941. Também consultamos a versão francesa, *Le Marxisme et la Question Nationale*, Paris, Éditions Sociales, 1946.

8. A definição está na página 8 da versão castelhana e na página 9 da versão francesa citadas na nota 7.

9. As idéias de Stalin sobre a língua e a lingüística, expostas sob forma epistolar (cinco cartas ao todo), foram publicadas originalmente no verão de 1950. Utilizamos a versão em inglês inserida na excelente edição de Bruce Franklin, *The Essential Stalin* (Londres, Croom Helm, 1973), com o título de *Marxism and Linguistics*.

10. O argumento que resumimos no texto está nas páginas 407-12 da edição citada. Stalin aí responde (negativamente) à pergunta: "É verdade que a língua é uma superestrutura acima da base?". Isaac Deutscher, desta vez, se esquece do dever de objetividade do historiador, dando livre curso à sua antipatia por seu biografado. Com pedante ironia, tenta desqualificar as opiniões de Stalin observando que ele "só dispunha de rudimentos de uma única língua



estrangeira". Além de arrogante, o argumento é falso. A língua materna de Stalin é o georgiano, que ele dominava tanto quanto o russo (a língua estrangeira a que se refere Deutscher é o alemão). Tendo passado toda sua vida na Rússia, boa parte dela lutando na clandestinidade ou mofando nas prisões czaristas, Stalin não era de fato um cosmopolita poliglota. Isso talvez limite o alcance de seus argumentos. Mas, para refutá-los, seriam necessários contra-argumentos. Deutscher não propõe nenhum: visivelmente, o que lhe interessa não é discutir a questão da língua, mas tão-somente zombar do fantasma de Stalin. (Cf. Isaac Deutscher, *Stalin, op. cit.*, pp. 600-1.)

11. Engels, carta a August Bebel, Londres, 18-28 de março de 1875, in Marx-Engels, *Ausgewählte Werke*, band IV, Berlim, Dietz Verlag, 1978, p. 472. Lenin consagrou um tópico especial de seu *O Estado e a Revolução* à análise dessa carta (*Obras*, ed. francesa, vol. 25, pp. 475-7). Engels remete para a fundamentação dessa fórmula ao *Manifesto comunista* e à *Miséria da Filosofia*.

12. Apoiamo-nos, nas considerações que seguem, no estudo crítico de Valentino Gerratana, publicado originalmente sob o título de "Lenin e a dessacralização do Estado", no volume *Ricerche di Storia dei Marxismo*. Utilizamos a versão francesa publicada em *Dialectiques*, n° 6, 1974, sob o título "Lénine critique de Staline". A passagem em que nos apoiamos está nas páginas 4-7 deste artigo. A argumentação staliniana está exposta em seu relatório ao XVIII Congresso do PC da URSS, publicado no livro *As questões do leninismo* (na versão francesa do artigo de Gerratana, citam-se as Edições de Tirana, 1970). Stalin pergunta se a tese de Engels (retomada por Lenin) sobre a autodissolução do Estado no socialismo realizado é justa. Responde que o é sob certas condições, mas não o é sob outras, que são justamente aquelas sob as quais se estava construindo o socialismo na URSS. "Engels", escreve Stalin, "não analisa este ou aquele Estado socialista concreto... mas o desenvolvimento do Estado socialista em geral. Somente o caráter *geral abstrato* (grifos nossos) do problema pode explicar por que na análise do problema do Estado socialista Engels faz totalmente abstração de um fator como a situação internacional..." (citado por Gerratana, p. 6). Gerratana observa, com razão, que este caráter "geral e abstrato" é característico do marxismo enquanto teoria científica. É Stalin quem contrapõe abstratamente o abstrato ao concreto, desqualificando a teoria em nome das situações particulares (cf. Gerratana, *ibidem*, p. 6).

13. Citado por Michel Lowy, "Sur la Révolution Permanente", *Cahiers d'Étude et de Recherche*, n° 4, abril 1987, p. 7. O folheto de Stalin está citado a partir da coletânea "On the Opposition", editada em Pequim em 1975, reunindo escritos de 1921 a 1927.

14. Cf. Stalin, "On the opposition", *ibidem*, p. 330, in Lowy, *ibidem*, p. 7. Quase setenta anos depois do desencadeamento da polêmica, stalinistas e trotskistas, mesmo os mais lúcidos e objetivos de cada lado, continuam descrevendo e avaliando de modo diametralmente oposto a doutrina do socialis-

mo num só país. Bruce Franklin, na introdução do já citado *The essential Stalin*, após notar que "Stalin não iria desistir de construir o socialismo na União Soviética simplesmente porque a História não estava caminhando exatamente da maneira que os teóricos haviam desejado...", constata que, derrotada nos países capitalistas avançados, "a vaga revolucionária, estimulada pelo exemplo e pelo apoio material de uma União Soviética socialista, poderia novamente ganhar ímpeto..." (*op. cit.*, p. 15). Para Michel Lowy, "a ideologia do socialismo num só país era necessária a Stalin e às camadas burocráticas no poder para justificar a subordinação da luta de classe internacional às exigências da 'construção do socialismo' na URSS" (*op. cit.*, p. 7).

15. Cf. Lowy, *op. cit.*, p. 7.

16. Bukharin, "Le Socialisme dans un Seul Pays", Paris, UGE (Coleção 10-18), 1974, pp. 254-6. Trata-se de uma coletânea de artigos de Bukharin, publicados no *Pravda*, em *Cadernos do Comunismo* ou então sob forma de brochuras, todos datando de 1925-26. O responsável pela compilação, J. L. Dallemagne, retoma globalmente, em sua apresentação dos textos, o ponto de vista trotskista sobre a questão, condenando com a impertinente arrogância do esquerdismo intelectual francês a "traição" de Bukharin, ao "renunciar à revolução internacional, preferindo-lhe a construção ilusória do 'socialismo num só país', isto é, subordinando os interesses do proletariado mundial aos do Estado soviético". A acusação é ritual na liturgia trotskista. Formulada nesse grau de primarismo, não merece ser discutida, mesmo porque não se pode levar a sério a pretensão do Sr. Dallemagne e consortes de falar em nome do "proletariado mundial". É de resto muito francesa a opinião de que se prefere um programa político (no caso, o "socialismo num só país") a outro (a revolução mundial) como se escolhe um prato no cardápio de um restaurante. Mais patética é a caracterização do programa de Bukharin como uma "ilusão criminosa". Pobre Bukharin! Seu destino era mesmo ser criminalizado! Cf. a apresentação de Dallemagne a "Le socialisme dans un Seul Pays", *op. cit.*, pp. 32-3.

17. Cf. Michel Lowy, *op. cit.*, p. 8.

18. Os depoimentos de Astrojildo Pereira e de Octavio Brandão são obviamente indispensáveis. *Formação do PCB* contém referências à ausência de tradições marxistas no movimento operário brasileiro, sobretudo do ponto de vista de suas conseqüências sobre a elaboração teórica do PCB em seus primeiros anos (cf. *op. cit.*, Rio de Janeiro, Edições Vitória, 1962, p. 59. Em *Combates e batalhas* (São Paulo, Alfa-Ômega, 1978), Octavio Brandão evoca constantemente a formação intelectual dos dirigentes do PCB e a evolução teórico-doutrinário-programática do Partido. Traça um retrato intelectual de Astrojildo importante como depoimento e certamente verdadeiro em alguns aspectos, mas infelizmente saturado daquele denso ressentimento aue as divergências intrapartidárias acumulam ao longo de décadas. O fundador do PCB é apresentado como não tendo nunca adquirido "a necessária base filosófica". "Não estudou a sério o materialismo dialético. Nem a realidade brasileira.

Nunca estudou as ciências naturais. Não ia às portas das fábricas e oficinas, nem aos bairros operários..." (*loc. cit.*, pp. 228-9). J. F. Dulles, em seu *Anar-chists and Communists in Brazil* (Austin/Londres, University of Texas Press, 1973, assegura que Rodolfo Coutinho foi enviado a Moscou para representar o PCB no Komintern porque "tinha estudado Marx" e "nunca tinha sido anarquista" (*op. cit.*, p. 205). *Curriculum suigeneris* na esquerda brasileira de então. O professor Leônidas de Rezende aproveitou boa parte dos anos 1924-26, quando viveu escondido da sanha policial da oligarquia, para ler as obras de Marx, Engels e Augusto Comte, "a quem ele também admirava" (*ibidem*, p. 309); Em 1927, como diretor de *A Nação*, órgão do Bloco Operário (formado pelo PCB logo após a suspensão do estado de sítio), passou a publicar os artigos compostos ao influxo daquelas leituras (cf. *ibidem*, p. 310).

19. Astrojildo Pereira, "Construindo o PCB (1922/1924)", coletânea de textos organizada por Michel Zaidán, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980, pp. 137-49, Zaidán comete ligeiro lapso ao datar *A Revolução Russa e a imprensa*: afirma ter sido publicada em 1917 (cf. a apresentação do livro, *op. cit.*, p. 15), o que teria constituído um notável "furo" editorial, considerando-se que a Revolução em questão foi a de Outubro de 1917. Mas a confusão se origina no próprio Astrojildo, que aponta pelo menos duas datas de conclusão da brochura: 4 de fevereiro de 1918, com anexo de 12 de março seguinte (cf. "Construindo o PCB", *op. cit.*, pp. 137 e 149) e janeiro de 1918 (cf. *Formação do PCB*, *op. cit.*, p. 27).

20. Cf. *Formação do PCB*, *op. cit.*, p. 28.

21. *Ibidem*, p. 28. O título exato do texto citado de Lenin é "Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado", apresentadas no dia 4 de março de 1919 ao I Congresso da Internacional Comunista, in Lenin, *Oeuvres*, Paris/Moscou, Éditions Sociales/Éditions du Progrès, t. 28, 1961, pp. 481-99.

22. Edgard Carone, *O marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986, p. 62. A bibliografia marxista brasileira por ano de edição está exposta a partir da página 185.

23. Referimo-nos ao índice do volume 46 da versão francesa das *Obras* de Lenin. Cf. nota 21. Carone apresenta essa *Conquista do pão* na mencionada lista bibliográfica (cf. *O marxismo no Brasil*, *op. cit.*, p. 185). No estudo introdutório a essa obra, ele se refere a um "escrito de Lenin" publicado em 1920, sem dar maiores esclarecimentos (*ibidem*, p. 62). Trata-se sem dúvida daquele referido na página 185 sob o título de *Conquista do pão*, que, como notamos, não figura no catálogo das obras de Lenin.

24. Carone, *ibidem*, p. 62.

25. Astrojildo Pereira, *op. cit.*, pp. 56-8. Antes, pois, de se tornar órgão oficial do PCB, *Movimento Comunista* contribuiu decisivamente para sua fundação, anunciada no número de junho de 1922. Cf. *ibidem*, p. 57.

26. Cf. J. Dulles, *op. cit.*, p. 177.

27. A data é referida pelo próprio Brandão em *Combates e batalhas*, *op.*

*cit.*, p. 285, que informa também haver começado a redigi-lo a 28 de julho (*ibidem*, p. 284).

28. Sobre essa autocrítica de Brandão, cf. Dulles, *op. cit.*, pp. 271-2.

29. Esse texto está nas *Obras* de Stalin, vol. 5, 1921-23, Rio de Janeiro, Edições Vitória, 1954, pp. 59-80. É interessante notar que Lenin só empregará o termo "estratégia" meses mais tarde, em outubro de 1921, e, ainda assim, como observamos na nota 5, sem grande preocupação com o rigor semântico.

30. Texto igualmente reproduzido nas *Obras* de Stalin, vol. 5, *op. cit.*, pp. 143-59.

31. Citamos a partir da edição francesa referida na nota 1: *Des Principes du Léninisme*, p. 4.

32. Dulles, *op. cit.*, pp. 269-70.

33. Brandão, *Combates e batalhas*, *op. cit.*, p. 285.

34. Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, *op. cit.*, p. 51.

35. Brandão, *Combates e batalhas*, *op. cit.*, p. 285.

36. Brandão, *ibidem*, p. 218. No mesmo livro ele sustenta que "em 1922-29, as influências decisivas sobre o PCB foram as de Lenin em primeiro lugar, de Marx e Engels em segundo lugar. Os trabalhos de Stalin eram desconhecidos na época. Seus artigos e discursos só apareceram em nosso país depois da morte de Lenin, durante a discussão contra Trotski (*sic*). Seu livro *Os fundamentos do leninismo* só foi lido no Brasil muito depois" (*ibidem*, p. 233). Trotski, acrescenta, a princípio "era falado como um dos 'chefes' (aspas de Brandão) da revolução. Na realidade, em 1922-29, ele não exerceu influência no PCB" (*ibidem*, p. 234). Vale também registrar a propósito da data da publicação de *Agrarismo e industrialismo* (cf. notas 27, 32, 33 e 34) que, a despeito de só haver sido publicado em 1926, o texto circulou por meio de "cópias à máquina" tiradas pelo próprio Brandão e por ele espalhadas "entre os amigos". Brandão conta também que mandou "um exemplar à Internacional Comunista em Moscou em setembro de 1924" (obviamente um exemplar datilografado). "Em outubro, escrevi ao presidente da Internacional... chamando-lhe a atenção para o estudo. Muitos anos depois, encontrei esse exemplar no Arquivo da Internacional Comunista" (*ibidem*, 285).

37. Essa enciclopédia foi publicada pela Herder and Herder, Nova York; o verbete "marxismo-leninismo" está no volume V, 1973.

38. *Loc. cit.*, p. 361.

39. *Ibidem*, p. 361.

40. *Agrarismo e industrialismo*, p. 83. Citado pelo próprio Brandão em *Combates e batalhas*, p. 294.

41. Não deixa de ser significativo que entre os 37 títulos que compõem, no *Inventário analítico do Acervo Octavio Brandão*, elaborado por quatro pesquisadoras do Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH/Unicamp), Campinas, Ed. da Unicamp, 1986, a subsérie Textos, da Série 4, produção de terceiros (números de tombo 1460 a 1496), há treze obras de Stalin (números de tombo 1481 a 1493) e nenhuma de Marx nem de Engels nem de Lenin. Obviamente, não

se podem extrair consequências categóricas sobre as preferências de leitura de Brandão a partir do estado em que se encontrava sua biblioteca quando foi doada por sua filha Dionysa Brandão ao Arquivo Leuenroth. Mas parece muito provável que tratava com cuidado sua literatura staliniana.

42. Estamos nos referindo notadamente ao manuscrito *Perguntas e respostas sobre a Rússia*, de 1929, conservado no *Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano* de Milão. Consultamos, em 1990, alguns microfimes do arquivo de Astrojildo Pereira que integram o lote adquirido ao *Archivio* de Milão, naquele mesmo ano, pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Infelizmente, o grau de organização deste acervo microfilmado é muito rudimentar, dificultando qualquer pesquisa. De qualquer modo, o citado manuscrito se encontra no microfilme no nº 2, código A2,6(2). Vale notar que Astrojildo não o incluiu em seu *URSS, Itália, Brasil*, que publicou em 1934, em edição fora do comércio (Rio de Janeiro, Editorial Alba), e que consultamos na reedição apresentada por Heitor Ferreira Lima (São Paulo, Novos Rumos, 1985). Mas também nesse livro encontramos um texto claramente favorável às teses stalinianas, como o revela o próprio título: "A agravação da luta de classe", data do de Moscou, 30.6.1929 (*op. cit.*, pp. 27-33). Como se sabe, esta "agravação" serviu de pretexto para o desencadeamento do terror stalinista. Em 1929, o aspecto terrorista do regime ainda não havia se configurado com a nitidez que assumiria na década seguinte com os "processos de Moscou". Astrojildo, em todo caso, argumenta com a sólida convicção de que tudo ia da melhor maneira no melhor dos socialismos possíveis: "Edificação do socialismo significa luta pela liquidação definitiva dos elementos capitalistas que ainda restam do antigo regime. Ora, estes elementos capitalistas existem principalmente na agricultura. É, pois, aí, na agricultura, que a batalha se trava mais forte, mais rude, mais intensa. *E é um engano supor que o avanço dos elementos socialistas amorteceria a batalha* (grifos nossos). Pelo contrário, *esta se agrava cada vez mais, com a resistência tenaz, multiforme, desesperada das forças que vão sendo batidas*, palmo a palmo (grifos nossos) (*op. cit.*, p. 27). Vinte e seis anos mais tarde, numa palestra sobre o *Manifesto comunista*, cujo texto manuscrito, no sentido literal, está reproduzido no microfilme nº 1, código A2,1(4)-2, adquirido do *Archivio* de Milão pelo Arquivo do Estado de São Paulo, Astrojildo evoca, logo na primeira frase, o chefe da então mais do que nunca triunfante União Soviética (embora o manuscrito não esteja datado, Astrojildo situa-o claramente, ao se referir ao golpe "liberal" de Dutra em outubro de 1945, "que se passou há pouco mais de dez dias"), nos seguintes termos: "O *Manifesto comunista*, que Stalin chamou de 'cântico dos cânticos dos trabalhadores' é uma fonte inesgotável de ensinamentos...". Essa frase abre a palestra, como notamos acima: é que para todos os comunistas e para a grande maioria da opinião progressista internacional, Stalin aparecia então como o grande vencedor do nazismo e o grande artífice da potência soviética.

43. O centro da exposição dialética de *Agrarismo e industrialismo* está nas páginas 51-2 (cf. nota 34). Brandão primeiro expõe as *etapas* da história

do proletariado brasileiro num esquema articulado em três colunas que vale ser reproduzido até pela dificuldade em consultar os raros exemplares disponíveis do livro:

<i>Traços característicos</i>	<i>Período da etapa</i>	<i>Significação da etapa no processo histórico</i>
I —	15.11.1889-ago.1914	
II — "da conflagração à Revolução Russa	agosto 14.7.11.1917	"preparação ou gestação"
III — "presidência Epitácio"	fins de 1917 a meados de 1919	"eclosão ou desabrolhamento" "culminância, apogeu"
IV — "morte de <i>A Voz do Povo</i> "	fins de 19 a fins de 20	"crepúsculo"
V —	fins de 20 a 6.11.1921	
VI — "fundação do Grupo Comunista do Rio"	7.11.1921 a 24.3.1922	"vazante completa"
VII — "fundação do PCB"	25-3-22-30.4.1925	"reagrupamento de for-

"preparação das forças para as novas batalhas" VIII — Esta etapa se inicia a 1.5.1925 coma "aurora de *A Classe Operária*", o semanário do PCB do qual foram publicados doze números; antes de completar três meses de existência, foi fechado pela polícia de Artur Bernardes, que governava por meio do estado de sítio desde julho de 1924. Sobre o relançamento de *A Classe Operária* em 1928 e sua posterior publicação como órgão clandestino do PCB, cf. Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, op. cit., pp. 72-4.

Brandão conclui sua exposição aplicando a "dialética marxista" à periodização acima reproduzida: a "tese" abrangeria as três primeiras etapas, da pro-clamação da República à presidência Epitácio, consistindo na "ascensão (do proletariado) sob a influência do anarquismo"; a "antítese" iria até a sexta etapa, caracterizando-se pelas "perseguições epitacistas e conseqüente desorganização até a fundação do Grupo Comunista do Rio"; a "síntese ou negação da negação" começaria com a fundação do PCB. Insistir na ingenuidade historiográfica e conceptual desta "dialética" seria arrombar uma porta aberta. 44. COLINA foi o nome adotado pelos dissidentes da Política Operária (POLOP) de Minas Gerais, após romperem com esta organização em 1967. Os três principais dirigentes da nova organização então formada em Minas Gerais foram Carlos Alberto Soares de Freitas (assassinado na tortura pelo DOI-CODI em 1971), Ângelo Pezzutti da Silva (morto em Paris em 1975) e Herbert Daniel, hoje escritor conhecido. A revista *América Latina* foi criada pelos três como órgão teórico dos marxistas que se dispunham a passar à luta armada. Em julho de 1968, numa reunião (obviamente clandestina) de que participaram, além dos três citados, outros tantos representando os dissidentes da POLOP do Rio de Janeiro (o ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, assassinado meses mais tarde pelos torturadores da ditadura, Juarez Brito, morto em tiroteio pelos agentes do DOI-CODI em abril de 1970 e Maria do Carmo Brito) e três outros do grupo de São Paulo que daria origem à VPR, decidiu-se transformar a revista em órgão conjunto das três organizações regionais, atri-

buindo-lhe, no espírito do leninismo, a função de organizar a discussão dos fundamentos teóricos do combate político-militar já em curso. Tendo participado da reunião como um dos representantes do grupo de São Paulo, fui encarregado de preparar o n° 5 da revista em São Paulo. Foi o último número...

45. Preso em janeiro de 1969 em Belo Horizonte, após cerrado tiroteio em que morreram dois policiais, Pezzutti recebeu, como seus companheiros, tratamento agravado por aquela circunstância. "A morte dos dois tiras mineiros enraiveceu os torturadores, que se soltaram na prática de perversidades", comenta Gorender em *Combate nas trevas*, São Paulo, Ática, 1987, p. 131. Libertado no ano seguinte em troca do embaixador da Alemanha Federal no Brasil, seguiu da Argélia para o Chile, fixando-se na França após o golpe de Pinochet.

46. Pezzutti publicou no n° 2 da mesma *América Latina* (datada de fevereiro de 1968), o artigo "A F.E.R.: uma análise crítica ou aonde não vamos". Também publicou o artigo "Desfazendo equívocos sobre a teoria do foco" que lemos numa separata mimeografada. Não sabemos se esse artigo foi publicado no n° 1 da *América Latina*, pelo fato de nunca termos podido obter um exemplar deste primeiro número da revista da qual fomos o editor do último número.

47. Publicada em Paris a partir de fevereiro de 1970 por um grupo de marxistas brasileiros exilados do qual fizemos parte desde o início.

48. O título desse nosso artigo, publicado em *Debate* n° 8, dez.1971, é "Alguns equívocos da libertação nacional".

49. José dos Santos, "Réplica do coletivo TL/ALN do Chile ao companheiro F. de Andrade", *Debate*, n° 10, ago.1972, p. 25.

50. Cf. nota 5.

51. A expressão "momentos táticos principais" é utilizada em nosso artigo citado na nota 48.

52. Expressões que também empregamos no artigo citado na nota 48.

53. Fernando Andrade, pseudônimo que utilizamos na revista *Debate*.

54. José dos Santos, *loc. cit.*, p. 26.

### CAPITULO III

1. Cf. Fernand Claudin, *A crise do movimento comunista internacional*, São Paulo, Global, 1985, vol. 1; Aldo Agosti, *La Terza Internazionale*, Roma, Riuniti, 1976, vol. 1; Milos Hajek, *Storia del' Internazionale Comunista (1921-1935)*, Roma, Riuniti, 1975; A. Rosenberg, *História do bolchevismo*, São Paulo, Global, 1987; eE. Rangioneri, "Leniny Ia Internacional", *Cuadernos Pasado y Presente* (43) IX-XLIV.

2. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *Trabalho epolítica no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 121.

3. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, "A III Internacional e a Gênese da Preocu-

pação com a América Latina, 1919-1926", São Paulo, CEDEC, 1979, pp. 25 e segs., e *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista. Teses, Manifiestos e Resoluciones del Cuarto Congreso de la IC*, México, Siglo XXI, 1977, pp. 229 e segs.

4. Cf. Pinheiro, *idem*, 1979, pp. 42 e segs., e *VCongreso de la Internacional Comunista*, segunda parte, México, Siglo XXI, 1975, pp. 133 e segs.

5. As causas do giro à *esquerda* da IC, na segunda metade da década de 20, estão em Milos Hajek, "La Tática de la Lucha de 'Clase contra Clase' en el VI Congreso", *Cuadernos Posado y Presente* (66): 7-83; E. H. Carr, *A Revolução Russa. De Lenin a Stalin*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 157-66. Para as relações entre a IC e a América Latina nesse mesmo período, ver E. H. Carr, *idem*, 1977, pp. 164-6; R. Schlesinger, "La Internacional Comunista y el Problema Colonial", *Cuadernos Pasado y Presente* (52):73-108; Paulo Sérgio Pinheiro, *idem*, 1979, pp. 51 e segs.; A. Goldberg, *La Question Coloniale vue par la Troisième Internationale*, Paris, 1970, mimeo.

6. "VI Congreso de la Internacional Comunista", *Cuadernos Pasado y Presente* (67): pp. 188 e segs., México, Siglo XXI, 1978.

7. *La Correspondência Sudamericana* era o órgão oficial do Bureau Sul-Americano da IC. Em trabalho anterior, Humbert-Droz partiria também da natureza semicolonial dos países latino-americanos e concluiria pelo caráter democrático-burguês, antiimperialista de sua revolução. Cf. Jules Humbert-Droz, *La Correspondência Sudamericana*, 30.9.1928.

8. Cf. Ricardo Paredes, "VI Congreso de la Internacional Comunista", *Cuadernos Pasado y Presente*, México, Siglo XXI, (67): 176 e segs.

9. Cf. Paulo Lacerda, *Autocrítica* (Tribuna de Debates do III Congresso do PCB), Rio de Janeiro, 1928, p. 11.

10. Cf. "O III Congresso do PCB", *La Correspondência Sudamericana II* (11): 8, 15.5.1929.

11. *Idem*, p. 9.

12. *Ibidem*, p. 10.

13. Era evidente que estava ocorrendo neste então um processo revolucionário. Entretanto, a classe operária e os comunistas estavam longe de poder definir o seu caráter e as suas tarefas. Cabia-lhes, antes, participar do movimento apoiando as forças mais democráticas da pequena burguesia e da burguesia liberal, de modo que a revolução fosse o mais democrática possível. Esta era, aliás, a concepção e a política dos comunistas brasileiros, antes de 1928. Para a análise da conjuntura política da época, bem como de suas linhas de desenvolvimento, consultar Edgard Carone, *A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo, Difel, 1976.

14. Cf. SSA, *El Movimiento Revolucionario Latinoamericano. Versiones de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana*, Buenos Aires, 1929.

15. *Idem*, pp. 122 e 123.

16. *Ibidem*, p. 108.

17. *Op. cit.*, p. 201.



18. Cf. Raimundo Santos, *A primeira renovação pecebista*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

#### CAPÍTULO IV

1. Nos anos 60, ao qualificarem o maoísmo como "pensamento Mao Zedong", os comunistas chineses esclareciam que não o consideravam no mesmo nível de consistência alcançado pelo marxismo ou pelo leninismo. A expressão seria consagrada quando do VII Congresso do PCC, realizado em 1945, marcado por uma perspectiva autonomizante em relação ao PCUS e à URSS.

2. Cf. Mao Zedong in "Sobre a nova etapa", Informe ao VI Pleno do Comitê Central, outubro 1938, in S. Schram, *Mao Tsé-tung*, Paris, A. Collin, 1972, p. 204.

3. É preciso ressaltar a extrema cautela com que procederam os comunistas chineses a propósito da formulação de sua própria experiência revolucionária como modelo, o que se devia ao caráter monolítico assumido então pelo Movimento Comunista Internacional, sob estrito controle e direção do PCUS e do camarada Stalin.

4. A expressão ganharia largo uso por ocasião do processo da Revolução Cultural, quando o maoísmo se afirma também como modelo para a construção do socialismo.

5. Em relação aos surtos de miséria e fome, esclareça-se que não eram raros na China pré-capitalista. Entretanto, a introdução do capitalismo e a desestruturação política, econômica e cultural decorrente geraram uma situação de miséria/fome de tipo específico, sobreposta aos fatores tradicionais que engendravam estes flagelos sociais.

6. Cf. G. Haupt e M. Lowy, *Les Marxistes et la Question Nationale*, Paris, Maspero, 1974.

7. Cf. as resoluções do II Congresso da Internacional Comunista sobre as questões coloniais in "Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista", vol. 1, *Cuadernos Pasado y Presente*, n° 43, México, 1977. Cf., igualmente, Annie Kriegel, "La III Internationale", in *H. G. du Socialisme*, Jacques Droz, org., vol. 3, 1918-1945, pp. 73-115.

8. Cf. textos de K. Marx sobre a questão nacional na Polônia, na Irlanda e na China, in G. Haupt e M. Lowy, *op. cit.*, pp. 93-7. Cf., igualmente, F. Claudin, *Marx, Engels y la Revolución de 1848*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1975, pp. 339-44.

9. Cf. "Los Cuatro Primeros Congresos...", *op. cit.*, pp. 151-60.

10. Seria impossível, naturalmente, referenciar, mesmo que de forma resumida, as obras de V. I. Lenin sobre estes assuntos. Mencionaremos, contudo, por serem bastante conhecidas à época entre os militantes comunistas de todo o mundo, as seguintes: *Que Fazer?*, in O. C. Éd. Sociales, Moscou, Pa-

ris/Progrès, t. 5, pp. 353-528; *Duas táticas da Socialdemocracia*, O. C. t. 9, pp. 9-139; *Programa agrário da socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-07*, O. C. t. 13, pp. 229-452; *Imperialismo, estágio avançado do capitalismo*, O. C. t. 22, pp. 201-388.

11. Cf. J. D. Stalin, *Les Bases du Leninisme*, Paris, UGE, 1969, especialmente, pp. 101-16. Cf. também, do mesmo autor, "Os problemas econômicos do socialismo na União Soviética", in J. D. Stalin: *Últimos escritos*, Lisboa, Pensamento e Ação, 1975.

12. Cf. Mao Zedong, "Um estudo sobre a educação física", abril 1917, in Stuart Schram, *op. cit.*, pp. 178-89. E, também, "A formação do pensamento de Mao Zedong", *idem*, pp. 10-88. Cf., igualmente, J. Chen, *Mao y la Revolución China*, Barcelona, Oikos-Tau, 1967.

13. Assim foram chamados, pelo processo de coletivização da terra na China, os agrupamentos produtivos e organizacionais em que foram enquadrados os camponeses. Cf. J. Bellassen e outros, *La Chine, le Nouveau Communisme*, Paris, Hatier, cap. IV, 1977, pp. 84-9.

14. As fórmulas encantatórias permeiam o processo revolucionário chinês. Referências não faltam como, por exemplo, a proclamação da República "soviética" de Jiangxi, em 1931, numa zona montanhosa do sudeste chinês, quando delegados camponeses aprovaram também um Código do Trabalho numa área onde simplesmente inexistiam indústrias. Por outro lado, a direção "operária" será sempre referida, embora socialmente invisível a olho nu. É impossível negar, contudo, a eficácia destes procedimentos, do ponto de vista do processo de coesão dos comunistas chineses e do ponto de vista da história oficial que continua sustentando a tese de que o Partido Comunista Chinês dirigiu o processo social da revolução chinesa.

15. A adoção do modelo dos Planos Quinquenais, logo após a vitória de 1949, representou um abandono transitório das tradições guerrilheiras. Cf. J. Bellassen, *op. cit.*, pp. 57-80.

16. Uma estrutura especial seria criada nesse sentido: as Escolas 7 de maio. Começaram a funcionar em outubro de 1968, destinadas a "recuperar" os militantes comunistas, reeducando-os pelo trabalho manual. A data refere-se a um discurso pronunciado por Mao Zedong em 7 de maio de 1966, exortando os comunistas a se reeducarem pelo estudo e pelo trabalho manual. Cf. J. Beijassem, *op. cit.*, p. 141.

17. O próprio Mao Zedong formularia uma autocrítica explícita a respeito do voluntarismo e dos clamorosos erros de avaliação quando do Grande Salto para a Frente. René Dumont, por outro lado, mostra, por meio de cuidadosa análise dos dados e estimativas oficiais, a queda livre da produção de cereais. R. Dumont, *La Chine Décollectivise*, Paris, Seuil, 1984. Cf., também, J. Gravereau, *La Chine Après l'Utopie*, Paris, Berger-Levrault, 1983.

18. A perspectiva de reeducação dos militantes "desviados" nas Escolas 7 de maio estendeu-se, depois, ao conjunto dos intelectuais e estudantes. Milhares deles serão encaminhados às zonas rurais, incluindo-se os "esquerdis-

tas" da Revolução Cultural. A ironia é que muitos partiriam convencidos de que essa "ida ao campo" era mais uma etapa da Revolução Cultural. Mais tarde não faltariam depoimentos amargurados sobre o "exílio" nas Comunas Populares. Nas manifestações de 1989, na Praça da Paz Celestial, ainda repercutiriam denúncias de ex-Guardas Vermelhos sobre o assunto.

19. Para o estudo do movimento operário dos anos 20, cf. a tese de doutorado de J. Chesneaux, "Les Ouvriers Chinois, de 1919 a 1927", Paris, 1962. Cf., igualmente, do mesmo autor, *Les Syndicats Chinois, 1919-1927*, Paris, Mouton, 1965.

20. Cf. L. Chassin, *A conquista da China*, Rio de Janeiro, Saga, s.d. Cf., igualmente, as proclamações do Exército Popular de Libertação, atribuídas a Mao Zedong, referentes a 1948-49, nas *Obras escolhidas*, vol. 4, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 411-657.

21. O culto do universo rural seria um traço forte do pensamento da esquerda brasileira nos anos 60. As referências nesse sentido iriam do maoísmo ao guevarismo, passando pelos ideólogos nacionalistas terceiro-mundistas, como Frantz Fanon.

22. Cf. Mao Zedong, *Obras escolhidas*, vol. 1, *op. cit.*, pp. 11-22, in S. Schram, *op. cit.*, p. 250.

23. A formulação é do historiador holandês J. Romein, citado por J. Chesneaux, *Du Passe Faisons Table Rase* Paris, Maspero, 1976, p. 154.

24. Cf. Mao Zedong, "A China é pobre e branca", 15.4.1958, in S. Schram, *op. cit.*, p. 419-21.

25. O voluntarismo é uma característica marcante do maoísmo, com raízes próprias, e que não se deixa abalar, mesmo diante dos mais severos revezes. Aqui também se pode constatar a herança bolchevista-stalinista: "nenhuma fortaleza resiste à vontade de um bolchevista" (Kaganovitch).

26. Cf. Mao Zedong, *Écrits Militaires*, Ed. en Langues Etrangères, Pequim, 1964, especialmente "Problèmes stratégiques de la guerre révolutionnaire en Chine", dezembro 1936, pp. 83-170; "Problèmes stratégiques de la guerre de partisans contre le Japon", maio 1938, pp. 171-211; "De la Guerre prolongée", maio 1938, pp. 213-307.

27. Sobre a importância política capital da força armada autônoma e da luta armada em geral, cf. Mao Zedong, *Écrits Militaires*, *op. cit.*, referências na nota 26, e mais: "Problèmes de la guerre et de la stratégie", pp. 309-27. Sobre a importância do vocabulário militar e a discussão desses símbolos, T. A. Hsia, "Metaphor, Myth, Ritual and the People's Commune", *Studies in Chinese Communist Terminology*, n° 7, Berkeley, 1961. Cf., também, J. Bellassen, *op. cit.*, p. 102 (utilização da terminologia militar no Grande Salto para a Frente), e pp. 129 e 158 (o mesmo fenômeno durante a Revolução Cultural).

28. Para a proposta da Nova Democracia, ou Ditadura Democrática do Povo, cf. Mao Zedong, *Obras Escolhidas*, *op. cit.*, vol. 4, pp. 635-56.

29. Cf. F. Fejtó, *Chine/URSS, de VAlliance au Conflit (1950-1977)*, Paris, Seuil, 1978.

30. Cf. F. Fejto, *op. cit.*, especialmente cap. VI, pp. 353-90, e Chi Hsi-hu, "Révolution Culturelle et Conflit Sino-soviétique", *Revue Française de Science Politique*, agosto 1971.

31. O Estado chinês e o Partido Comunista chinês começarão a apoiar posições e partidos políticos com base no critério do anti-sovietismo. Os exemplos mais eloquentes consistirão no apoio — temporário, é verdade — ao governo do general Pinochet no Chile e à guerrilha da Frente de Libertação Nacional de Angola (FLNA), patrocinada pela CIA. A justificativa teórica para esses "movimentos táticos" apoiava-se na teoria do tri-mundismo. Cf. nesse sentido N. Levy, "A Crise do Imperialismo e a Revolução, Análise Crítica da Teoria dos Três Mundos", *Brasil-Debate*, São Paulo, 1980.

32. Os marxistas brasileiros em fins dos anos 40, em sua maioria, estavam agrupados no Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado em 1922. Ressalte-se, todavia, a existência de pequenos grupos trotskistas e, além disso, de marxistas de diversas referências filiados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

33. Stalin era apresentado pela esquerda (e também pela direita), como condutor supremo e único do então chamado Movimento Comunista Internacional. Só muito mais tarde se esclareceriam suas reservas à tomada do poder em 1949 pelos comunistas chineses.

34. O PC do B foi colocado na ilegalidade em 1947. Cf. L. C. Bicalho, *PCB, processo de cassação do registro*, Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980.

35. Cf. "Manifesto de Agosto", in M. Vinhas, *O Partidão*, São Paulo, Hucitec, 1982, pp. 140-58.

36. Cf. "Partido Comunista do Brasil", IV Congresso, revista *Problemas*, n° 64, dez.54-fev.55.

37. Sobre a noção dos modelos revolucionários internacionais compreendidos como conceitos legitimadores das opções políticas dos comunistas brasileiros, cf. D. A. Reis Filho, *A Revolução faltou ao encontro*, São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 77-103.

38. Há uma tentativa de recuperação da sinuosa trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 50 em D. A. Reis Filho, "As organizações comunistas brasileiras e a luta de classes no Brasil (1961-1968)", Tese de Doutorado, USP, 1987, vol. 1, pp. 56-75.

39. Cf. "Declaração de Março de 1958", in *Partido Comunista Brasileiro: PCB, vinte anos de política*, Documentos, 1958-1979, São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

40. Sobre o Informe "secreto" de N. Khrushchev, cf. B. Lazitch, *Le Rapport Khrouchchev et son Histoire* Paris, Seuil, 1976. Os comunistas brasileiros ficaram perplexos, quando da publicação do Informe "secreto" pelos jornais "capitalistas" *New York Times* e *Le Monde* (a tradução brasileira foi publicada pelo *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo*), tendendo inclusive a negar sua autenticidade, mesmo porque a delegação brasileira ao XX Congresso do PCUS, chefiada por Diógenes Arruda, tardou em regressar ao Bra-

sil. Para o drama vivido pelos comunistas brasileiros há vários relatos autobiográficos, entre os quais, Agildo Barata, *Vida de um revolucionário*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

41. Entre outros textos de referência para a compreensão das posições dos comunistas chineses, cf. "A propósito da experiência histórica da ditadura do proletariado", 5.4.1956; "Sobre as 10 grandes relações", 25.4.1956; "Ainda sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado", 29.12.1956; "Da justa solução das contradições no seio do povo", 27.2.1957; "Sessenta pontos sobre os métodos de trabalho", 19.2.1958. Podem ser encontrados em Mao Zedong: *Textes, 1949-1958*, Paris, Cerf, 1975.

42. A interpretação seletiva de textos, ou mesmo, claramente arbitrária, é uma constante dos debates entre comunistas, fazendo lembrar Pirandello: "Assim é, se lhe parece". Cf. Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução faltou ao encontro*, São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 77 e segs.

43. O próprio Informe, como já referido, seria negado em sua autenticidade. O conjunto das organizações comunistas, ao longo dos anos 50-60, trataria sempre o assunto com a maior cautela. Sobre a lógica desta atitude, cf. D. A. Reis Filho, *A Revolução faltou ao encontro*, op. cit., pp. 88-97.

44. Sucessivas reportagens e entrevistas com Luís Carlos Prestes sobre sua viagem à China Popular estão em *Novos Rumos* (na época, jornal oficial do PCB) n° 46-53, de jan.-fev. 1960. Sobre o caráter seletivo das leituras dos modelos revolucionários internacionais, cf. D. A. Reis Filho, *A Revolução faltou ao encontro*, op. cit., pp. 94-9.

45. O jornal *Novos Rumos* publicou amplo debate sobre as teses do V Congresso. Cf. n° 60-76, de abril a agosto de 1960. A sessão final realizou-se publicamente em agosto de 1960 na ABI, no Rio de Janeiro.

46. Estas questões eram importantes também porque foram pretextos que serviram para a condenação do PC do B à ilegalidade. Cf. L. C. Bicalho, op. cit. (ver nota 34).

47. A Declaração de Princípios aprovada pelo V Congresso está publicada em *Novos Rumos*, n° 77, de 19-25 de agosto de 1960. As demais resoluções aprovadas podem ser encontradas em "PCB: Documentos", Lisboa, Avante, 1976.

48. Para postular a legalização do Partido, a direção eleita em 1960 reformulou os estatutos e o programa, de acordo, aliás, com mandato conferido pelo V Congresso. A mudança do nome daí decorrente, para Partido Comunista Brasileiro (em vez de "do Brasil"), visava "nacionalizar" o Partido, neutralizando seu caráter "internacionalista", evidenciada no antigo nome (Partido Comunista do Brasil, seção brasileira da Internacional Comunista), o que servira, entre outros, como pretexto para a cassação do registro legal em 1947. A mudança acabaria servindo como catalisadora para aglutinar o movimento de cisão que vinha amadurecendo desde 1958 e que desembocaria na formação do novo PC do B, em agosto 1961-fevereiro 1962.

49. Na verdade, as ligações do novo PC do B com a China Popular e o Partido Comunista chinês só se consolidaram ao longo da primeira metade dos anos 60. O interessante, entretanto, é que a acusação seria retomada, acriticamente, por estudiosos e militantes da esquerda.

50. Cf. "Partido Comunista do Brasil: resposta a Kruschov", in *A linha revolucionária do PC do B*, Rio de Janeiro, Caramuru, 1971, p. 51. 26. Cf., também, "A Albânia e as divergências no Movimento Comunista", in *A Classe Operária*, n.º 448, ago. 1963.

51. Cf. "Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM—POLOP): O internacionalismo proletário e a revolução latino-americana" (Mo-niz Bandeira), *Política Operária*, n.º 7, out. 1963.

52. Cf. "Teses e Resoluções do VI Congresso do PCB, realizado em dezembro 1967", in *PCB: documentos*, Lisboa, Avante, 1976.

53. Cf. "ORM-POLOP: O dever do revolucionário e as divergências entre a China e a URSS", *Política Operária*, n.º 5, p. 41, jan.-fev. 1963; "Política Operária e as divergências sino-soviéticas", *Política Operária*, n.º 7, out. 1963; "Os ensinamentos de Mao Tsé-tung e a guerra revolucionária no Brasil" (Raul Villa), *Formação Básica*, n.º 4, s.d.

54. Cf. Dissidência Comunista da Guanabara/MR-8: "Sobre o foco guerrilheiro", 1968; "Sobre a luta revolucionária no campo" e "Como encaminhar a guerra revolucionária no campo", 1971. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR): "O Movimento Revolucionário: massismo e militarismo"; "Linha Militar"; "A luta contra os desvios de direita e de esquerda", todos de 1970; "Au nom de l'Internationalisme et la question paysanne", in *Révolution Brésilienne*, n.º 2, editada em Paris, s.d. Ação Libertadora Nacional (ALN): "Operações e táticas guerrilheiras", 1969; "A guerrilha, o povo e nossas perspectivas", 1971. Comandos de Libertação Nacional (COLINA): "Linhas Políticas", 1969. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR): "Quem são as massas?" e "Vanguarda armada e as massas na primeira fase da Revolução", 1970. Há extensa documentação das organizações da chamada esquerda armada no Arquivo Público do Rio de Janeiro. Ampla relação de documentos das mesmas encontra-se em D. A. Reis Filho, *As organizações comunistas...*, op. cit., vol. 4, pp. 971 e segs.

55. Para um resumo dos textos referentes à "matriz" encabeçada pelo PC do B, cf. "Partido Comunista do Brasil (PC do B): resposta a Kruschov", op. cit., 1963; "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina", 1966; "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária", 1967; "Mensagem à Albânia — atitude firme e conseqüente", 1968; "Guerra Popular, caminho da luta armada no Brasil" e "Grande êxito do povo chinês e dos povos de todo o mundo", 1969. Partido Comunista Revolucionário (PCR): "Nossas idéias, nossos objetivos", 1967; "PC do B: grupelho contra-revolucionário que vive da revolução", 1968 e "Por que é no Nordeste onde devemos concentrar nosso trabalho", 1972. Ala Vermelha: "Desencadear um Revolução Cultural dentro do Partido" e "Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas con-

cepções de mundo", 1967; "O povo soviético reviverá Lenin, Stalin e a revolução", 1968 e "Os 16 pontos: resolução da Reunião Extraordinária da DNP", 1969.

56. Ação Popular (AP): "Os seis pontos", 1968; "Viva a nova AP", 1971; "Incorporemo-nos ao PC do B", 1973. Cf., igualmente, a relação de documentos "educativos" dirigidos à militância, in D. A. Reis Filho, *As organizações comunistas...*, op. cit., vol. 4, pp. 1168 e segs.

57. Cf. D. A. Reis Filho, *As organizações comunistas...* op. cit., pp. 1093 e segs., especialmente 1101 e segs.

58. A direção do PC do B, após a derrota do movimento guerrilheiro do Araguaia, abriria um debate sobre o assunto. Pedro Pomar, entre outros, defendia a tese do "desvio" foquista da experiência guerrilheira. A discussão foi prematuramente interrompida pelo episódio conhecido como o "massacre da Lapa" (1976), onde quase todos os membros da direção do PC do B seriam assassinados ou presos. Cf., em relação ao movimento guerrilheiro, o jornal *Araguaia*, in D. A. Reis Filho, *As organizações comunistas...*, op. cit., pp. 1109 e segs. Sobre o extermínio da direção do PC do B, cf. P. E. de Rocha Pomar, *O massacre da Lapa*, Busca Vida, São Paulo, 1976.

59. PC do B: "Breve histórico das divergências com o PC da China", *A Classe Operária*, n° 132, dez. 1978.

## CAPÍTULO V

1. "O PCB: Os Dirigentes e a Organização", in *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, *O Brasil republicano*, vol. 3, São Paulo, Difel, 1981, p. 417.

2. "O Programa do Partido Comunista do Brasil", revista *Problemas*, n° 64, Rio de Janeiro, dez.1954-jan.1955.

3. *Idem*.

4. Cf. Diógenes Arruda, "O Programa do PCB: bandeira de luta e de vitória", revista *Problemas*, n° 64, op. cit.

5. Cf. "Resoluções do Congresso", revista *Problemas*, n° 64, op. cit.

6. Prestes, no texto "Sobre o Programa do PCB", dizia que as orientações do *Manifesto de Agosto* levavam à "utilização de uma fraseologia 'revolucionária' e o lançamento de palavras de ordem e de apelos que estavam longe da realidade e da correlação de forças de classe existentes", revista *Problemas*, n° 54, Rio de Janeiro, fev. 1954.

7. Fernando de Lacerda, "Cuidado com os 'Delírios esquerdistas' na aplicação do Programa do PCB", *Voz Operária*, 6.3.1954.

8. *Idem*.

9. Maurício Grabois: "Fernando de Lacerda e os imagináveis 'Delírios esquerdistas' do Programa do Partido", *Voz Operária*, 13.3.1954.

10. Informe de Prestes: "A situação de Fernando de Lacerda perante o Partido", revista *Problemas*, nº 61, Rio de Janeiro, set. 1954.
11. *Idem*.
12. Cf. "Comunistas e Trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum", 2.10.1954.
13. Uma versão do texto citado aparece em Edgard Carone, *O PCB (1943-1964)*, VII, São Paulo, Difel, 1982.
14. Informe de Prestes; "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista", *Voz Operária*, 18.12.1956.
15. *Idem*.
16. *Idem*.
17. Cf. "Todo o partido na ação política de massas", *idem*.
18. Moisés Vinhas, *O partidão. A luta por um partido de massas, 1922/1974*, São Paulo, Hucitec, 1982, p. 133.
19. *Voz Operária*, 21.4.1956.
20. *Idem*.
21. O artigo de Dennis, "Os EEUU e o relatório especial de Nikita Kru-chev" aparece na *Voz Operária*, de 7.7.1956.
22. *Voz Operária*, 14.7.1956.
23. *Voz Operária*, de 28.7.1956.
24. *Voz Operária*, de 4.8.1956.
25. Informe ao VIII Congresso do PCI, "A luta pelo caminho italiano para o socialismo", *Voz Operária*, edições de 15 e 22.9.1956.
26. Por exemplo, alguns publicados pela *Imprensa Popular*: Dalcídio Jurandir, "Carta a João Batista de Lima e Silva"; Isaac Ackerud, "Pela discussão, contra o prato feito"; Jorge Amado, "Carta a João Batista de Lima e Silva"; Moacir Werneck de Castro, "Sem distinguir o dogmatismo, não conseguiremos avançar". E muitos outros.
27. Por exemplo, Pedro Mota Lima, "Para começo de conversa num debate apaixonante", *Imprensa Popular*, de 11.10.1956.
28. Moisés Vinhas, *O Partidão, op. cit.*, p. 179.
29. Projeto de Resolução, *op. cit.*
30. *Idem*.
31. *Idem*.
32. *Idem*.
33. Praticamente as mesmas razões do IV Congresso, a saber: "As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhes-cas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira". Cf. Luís Carlos Prestes, "Sobre o Programa do PCB", *op. cit.*
34. *Voz Operária*, 27.10.1956.
35. *Idem*.
36. Maurício Pinto Ferreira, no artigo "Reavaliação que se impõe", discute, num plano mais geral, o papel do PCB na sociedade, contrapondo à frase finalística "O partido é tudo", a idéia de partido como "instrumento" das massas. Cf. *Voz Operária*, de 3.11.1956.



37. Cf. "O Partido não é tudo", *idem*.
38. Cf. "Algumas opiniões sobre o Programa e a tática", *idem*.
39. *Voz Operária*, de 10.11.1956.
40. "O Democrata", Fortaleza, de 8.11.1956, e republicado na *Voz Operária*, de 24.11.1956.
41. Prestes se queixa dos debates, manifesta indignação contra a publicação nos jornais comunistas de ataques à União Soviética e fixa as margens da razão partidária a partir dos três princípios indissociáveis: o internacionalismo proletário, a defesa do marxismo-leninismo e do partido.
42. Cf. Victor Konder, "As relações com o PCUS, questão prática essencial", *Voz Operária*, de 17.11.1956; Osvaldo Peralva, "Inatualidade do 'Núcleo dirigente'", *Voz Operária*, de 24.11.1956; Marcos Silveira, "A Carta de Prestes e o Debate", *Voz Operária*, de 8.12.1956.
43. Por exemplo, Rui Facó, "O nacionalismo burguês está em muitas cabeças", *Voz Operária*, de 9.2.1957.
44. Cf. Luís Câmara: "O objetivismo burguês no exame do desenvolvimento econômico do Brasil", *Voz Operária*, de 23.3.1957.
45. Jacob Gorender, "Sobre o capitalismo de Estado", *Voz Operária*, de 30.3.1957.
46. *Idem*.
47. *Voz Operária*, de 2.2.1957.
48. *Idem*.
49. *Idem*.
50. Osvaldo Peralva registra que na reunião do Comitê Central de outubro de 1956, onde se aprovou o Projeto de Resolução, Barata ainda pôde influir na redação das partes democráticas do documento. Mas no pleno de abril os renovadores estavam amedrontados diante da capacidade de articulação dos membros do núcleo dirigente, com a passagem de alguns aliados da primeira hora do choque da denúncia do stalinismo, para uma nova maioria que se ia formando no Comitê Central. Cf. *O retrato*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1960, pp. 294-323.
51. Cf. Pedro Pomar: "A resolução do CR de Minas Gerais do PCB", *Voz Operária*, de 20.4.1957, e Elcir Pena de Oliveira, *idem*, de 18.5.1957.
52. Cf. Informe de Prestes: "A situação política e as tarefas do Partido", *Voz Operária*, de 27.4.1957.
53. *Idem*.
54. *Idem*.
55. *Idem*.
56. *Idem*.
57. Carlos Marighella, "Nacionalismo, fator de libertação", *Voz Operária*, de 29.6.1957.
58. Calil Chade, "O nacionalismo de país oprimido", *Voz Operária*, de 10.8.1957.
59. O documento do pleno menciona a omissão nos debates, o recurso a medidas administrativas e à coerção ideológica, que levaram à conservação

da estrutura partidária sob as velhas práticas da imposição de opiniões e decisões. Cf. Informe de Prestes, "O trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil", *Voz Operária*, de 7.9.1957.

60. *Idem*.

61. Cf. Vinhas, *op. cit.*, pp. 180-1.

62. Cf. Informe de Prestes, "O trabalho de direção ...", *op. cit.*

63. Moisés Vinhas relata que no pleno de agosto foi criada uma comissão formada por ele próprio, Luís Teles, Holmos, Leivas Otero e Francisco Gomes, incumbida de preparar um texto "analisando os reflexos do sistema do culto à personalidade dentro do-PCB". Tal comissão terminou o seu trabalho em janeiro de 1958, o qual deveria ser discutido numa outra reunião, convocada para março desse ano. Ainda segundo Vinhas, o texto nem mesmo entrou na ordem do dia do famoso pleno, sendo substituído por outro, conhecido, depois, como "A Declaração de Março de 1958", *op. cit.*, p. 181.

64. Jacob Gorender, "As direções de nossa luta ideológica", *Voz Operária*, de 13.12.1957.

65. Cf. "Declaração do Presidium do PCB em face das declarações feitas por Agildo Barata e um semanário burguês contra o partido e o movimento operário", *Voz Operária*, de 1.6.1957.

## CAPÍTULO VI

1. Michel Lowy, *El Marxismo en América Latina*, México, Ediciones ERA, 1982 pp. 213 e segs.

2. *Idem, ibidem*.

3. Conhecido como "caso Escalante", porque protagonizado principalmente por Anibal. Escalante, dirigente do PSP.



IMPRESSÃO E ACABAMENTO

**BAnDiRAflüE**

SA. GRAFICA E EDITORA

FONE: (011)452-3444

